



ANDRÉ LUIZ ALIPIO DE ANDRADE

**Uma visão do progresso: a influência da economia
política na interpretação da transição da ordem
escravista (A sociedade auxiliadora da indústria nacional
1850-1877)**

**Campinas
2013**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

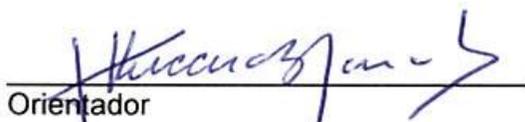
ANDRÉ LUIZ ALÍPIO DE ANDRADE

**Uma visão do progresso: a influência da economia política
na interpretação da transição da ordem escravista (A
sociedade auxiliadora da indústria nacional 1850-1877)**

Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves – orientador

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: História Econômica.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO ANDRÉ LUIZ
ALÍPIO DE ANDRADE E ORIENTADO PELO PROF.
DR. JOSÉ RICARDO BARBOSA GONÇALVES.**


Orientador

CAMPINAS
2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

An24v ANDRADE, André Luiz Alípio de, 1960-
Uma visão de progresso: : a influência da economia política na transição da ordem escravista (A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 1850-1877) / André Luiz Alípio de Andrade. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: José Ricardo Barbosa Gonçalves.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Rebouças, André, 1838-1898. 2. Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional (Brasil). 3. Economia política. 4. Desenvolvimento econômico - 1827-1894. 5. Trabalho escravo. I. Gonçalves, José Ricardo Barbosa, 1953-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: A vision of progress : the influence of political economy in the transition from slavery system (A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 1850-1877)

Palavras-chave em inglês:

Rebouças, André, 1838-1898

Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional (Brasil)

Political economy

Economic development - 1827-1894

Slave labor

Área de concentração: História Econômica

Titulação: Doutor em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

José Ricardo Barbosa Gonçalves [Orientador]

Paulo Sérgio Fracalanza

Milena Fernandes de Oliveira

Sedi Hirano

Célio Antônio Alcantara Silva

Data de defesa: 18-12-2013

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



TESE DE DOUTORADO

ANDRÉ LUIZ ALIPIO DE ANDRADE

**Uma visão do progresso: a influência da economia política
na interpretação da transição da ordem escravista (A
sociedade auxiliadora da indústria nacional 1850-1877)**

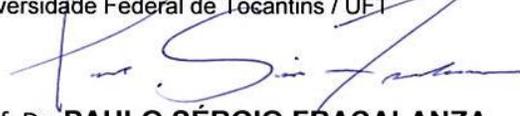
Defendida em 18/12/2013

COMISSÃO JULGADORA


Prof. Dr. JOSÉ RICARDO BARBOSA GONÇALVES
Instituto de Economia / UNICAMP


Prof. Dr. SEDI HIRANO
Universidade de São Paulo / USP


Prof. Dr. CÉLIO ANTONIO ALCANTARA SILVA
Universidade Federal de Tocantins / UFT


Prof. Dr. PAULO SÉRGIO FRACALANZA
Instituto de Economia / UNICAMP


Prof^a Dr^a MILENA FERNANDES DE OLIVEIRA
Instituto de Economia / UNICAMP

À Rosângela e ao Gustavo.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem a orientação do professor José Ricardo. O seu conhecimento aliado a sua capacidade analítica foram fundamentais para o equacionamento das questões que inicialmente eram muito abrangentes e com múltiplas implicações. O meu respeito e amizade pela pessoa e pelo profissional que não mede esforços e mostra disposição para enfrentar os desafios colocados pela pesquisa acadêmica.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em História Econômica pela dedicação e determinação na condução dessa importante área de pesquisa.

Aos colegas da pós-graduação, Leonardo e Fábio, cujas palavras de estímulo diante das dificuldades foram sempre encorajadoras

Ao meu amigo desde os tempos da graduação no IFCH nos anos 80, Jair Aniceto, pelas sugestões, observações e correções que foram fundamentais para a realização desse trabalho.

A Bibliothèque Nationale de France e sua coleção especial Gallica Bibliothèque Numérique por disponibilizar seu riquíssimo acervo digitalizado, colaborando de forma inestimável para o acesso aos seus livros, obras raras e documentos.

Finalmente, aos meus pais, Hamilton e Marly, pelo carinho, compreensão e apoio ao longo dos anos e, principalmente, nos períodos mais difíceis.

A civilização consiste no conjunto dos progressos materiais e morais que a humanidade realizou e que realiza todos os dias. Estes progressos têm sua fonte na faculdade que tem o homem de conhecer a si mesmo, de conhecer o meio no qual vive, de capitalizar seus conhecimentos, de transmiti-los e de combiná-los: assim, o progresso material provém do conhecimento mais e mais estendido que a observação nos dá dos recursos naturais de nosso globo e dos meios de explorá-los;

A civilização nos parece, portanto, como um fato natural; ela resulta da organização mesmo do homem, da inteligência e das necessidades que ele tem. Ela tem sua origem na observação estimulada pelo interesse, e ela não tem outro limite que aquele dos conhecimentos que é dado ao homem acumular e combinar sob o impulso de suas necessidades. Este limite nos escapa: de onde segue que nós podemos, verdadeiramente, dizer que o progresso é ilimitado.

É a liberdade que permite a cada homem tirar o melhor partido possível dos bens que ele é provido; é a propriedade que lhe atribui o desfrute absoluto dos bens e dos frutos que ele pode extrair, eis quais são as condições necessárias ao progresso da humanidade

(*Civilization*. In Dictionnaire de L'Économie politique: Paris: Libraire de Guillaumin et C^a, 1852)

G. Molinari

Para completar o quadro das medidas e dos esforços que tem posto em prática a atividade social para promover o adiantamento da indústria brasileira e facilitar o desenvolvimento de suas forças produtivas, falta aplicar em regras e em sistema o remédio que a razão aconselha, e que a experiência e o exemplo de outros países os mostram como o mais eficaz..., isto é, a propagação dos conhecimentos necessários e úteis, ou a instrução profissional que em si encerra uma série de instituições e medidas de natureza diversa e que tendem todas ao mesmo fim: o de elevar a sua indústria e a sua agricultura ao grau de prosperidade condigno com o lugar que deve ocupar o Brasil entre as nações civilizadas.

(Relatório da comissão especial encarregada de examinar a proposta relativa a divisão do país em distritos agrícolas. Sessão da Sociedade Auxiliadora em agosto de 1857. Assinam o relatório os membros da comissão: M. de Oliveira Fausto, Caetano AlberSoares e Bernardo de Augusto Nascente Azambuja).

RESUMO

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi uma entidade cuja existência atravessou todo o período do Brasil Império, 1827 a 1894. Seu objetivo principal era a aplicação dos conhecimentos científicos e técnicos na atividade produtiva, buscando a sua maior racionalização com a finalidade da promoção do progresso econômico. Entre seus membros mais ativos estavam profissionais com formação em cursos de ciências naturais, matemática, física, médicos e engenheiros. A influência da economia política nas propostas de reformas socioeconômicas de alguns desses membros é o tema principal desse trabalho. O período a partir de 1850 é de grande importância, pois com a disponibilização do dinheiro antes utilizado no tráfico de escravos, abriu-se a possibilidade de dar maior ênfase às propostas de reformas socioeconômicas. A corrente de pensamento da economia política que teve maior influência aqui foi a de um grupo francês que se caracterizava pelo liberalismo econômico, que se preocupava com a formação de uma sociedade baseada na economia de mercado. Destacamos André Rebouças neste trabalho e fazemos um estudo mais aprofundado da influência da economia política em suas propostas reformistas, por ser ele, não só um dos membros mais ativos e identificados com os objetivos modernizantes da Auxiliadora, mas também por demonstrar maior conhecimento das ideias dos economistas políticos aqui referidos.

Palavras Chaves: Progresso, Economia Política, Ciência, Trabalho Escravo, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, André Rebouças.

ABSTRACT

The Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional was one institution whose existence went through the entire period of imperial Brazil, from 1827 until 1892. Its main purpose was the application of scientific knowledge in the productive activity seeking its greater rationalization whose goal was the promotion of economic progress. Among its most active members were professionals with courses in natural sciences, physics, mathematics, doctors and engineers. The influence of political economy in the reform proposals of these members is the main theme of this work. Considering the limitations imposed by the slave order, it was precisely in the period from 1850, with the provision of the money before used in the slave trade, which opened-up the possibility of considering reforms that, through the instrumentalization of political economy ideas, would make possible the dissemination of scientific and technical knowledge and its application in economic activity. The economic thinking that had influence here was of a French group of political economists which was characterized by defending the economic liberalism, and was concerned with the formation of a market society. We highlight André Rebouças in this work and make a further study of the influence of the political economy in his reform proposals, because he is not only one of the most active members and identified with the Auxiliadora's modernizing goals, but also because he demonstrated greater knowledge of the ideas of the political economists referred to herein.

Key Words: Progress, Political Economy, Science, Slave labor, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, André Rebouças.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: A SOCIEDADE AUXILIADORA E SUA AGENDA	15
A Sociedade Auxiliadora nos seus primeiros anos (1827-1850)	22
A questão do fim do tráfico e as propostas de substituição do trabalho escravo	41
Frederico Burlamaque e a economia política de Charles Comte e Adam Smith.....	48
CAPÍTULO 2: A SOCIEDADE AUXILIADORA NOS ANOS DE 1850, 1860-1870.....	57
As transformações estruturais a partir de 1850.....	55
As grandes propriedades e a dificuldade que elas colocam à moralização dos costumes pelo trabalho.....	62
A Auxiliadora nos anos de 1860.....	94
Liberalismo x Protecionismo. A crise na indústria chapeleira.....	107
CAPÍTULO 3: ANDRÉ REBOUÇAS E A ECONOMIA POLÍTICA.....	139
O progresso material como promotor do progresso geral.....	159
O projeto reformista de André Rebouças na obra <i>Agricultura Nacional</i>	195
Rebouças e a defesa da Iniciativa Individual e do Espírito de Associação.....	212
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	219
REFERÊNCIAS.....	233
ANEXOS.....	241

INTRODUÇÃO

A questão mais geral desta pesquisa é a da discussão das possibilidades de reformas socioeconômicas no Brasil do século XIX, ou seja, numa sociedade cuja estrutura era baseada na agricultura de exportação, na grande propriedade e no trabalho escravo. Para a análise dessa questão, tomamos como objeto de estudo a Sociedade Auxiliadora e alguns de seus membros mais ativos, com destaque para André Rebouças.

A Sociedade Auxiliadora era uma entidade importante no estudo da discussão das reformas, na medida em que sua preocupação principal era o progresso material e que via o trabalho escravo como um entrave para a melhoria e maior racionalidade das atividades produtivas. É exatamente por ter como uma de suas preocupações principais a aplicação de conhecimentos científicos na produção - visando maior eficiência produtiva - que ela se apresenta como um lugar privilegiado para o estudo da influência da economia política nas ideias e propostas reformistas nessa época.¹

Grande parte dos membros mais ativos da Auxiliadora, como veremos, tinha formação em ciências naturais, física, matemática e engenharia, e é precisamente no século XIX que essas ciências estão se consolidando e tornando possível a sua aplicação, como conhecimentos técnicos, em diferentes áreas da produção e da economia, como na agricultura, indústria, transportes, etc. Nesse sentido, a preocupação da Sociedade Auxiliadora em promover maior racionalização e eficiência na atividade produtiva pelo emprego de conhecimentos técnicos e científicos fez com que a economia política se tornasse o seu principal referencial teórico nas propostas reformistas de seus membros mais ativos. A tese desta pesquisa, portanto, é a de que o reformismo aqui estudado foi fundamentado pela instrumentalidade da economia política, isto é, foi possibilitado pela aplicação na atividade produtiva dos conhecimentos e técnicas desenvolvidos pela ciência.

O conhecimento científico, enquanto um saber instrumental, possibilitava sugerir a intervenção na produção econômica. De forma particular, os “cientistas” e engenheiros da

¹ Economia política de autores publicistas franceses

Auxiliadora voltavam seus interesses para este tipo de intervenção. Portanto, o conhecimento científico - na sua instrumentalização técnica aplicada à produção - teve sua contrapartida, na Auxiliadora, no conhecimento e na utilização dos argumentos da economia política. Esta possibilitava, por sua vez, a elaboração de propostas reformistas com base no interesse dos indivíduos em melhorar e desenvolver sua condição socioeconômica, alcançando uma maior eficiência do trabalho a partir da utilização de técnicas científicas. Com efeito, a Sociedade Auxiliadora apresentava-se como um “lugar” que abria as possibilidades para se pensar em reformas nesses termos.

A Sociedade Auxiliadora iniciou seus trabalhos em 1827. Já na sessão de inauguração da entidade, Ignacio Alvarez, seu idealizador, manifestava a intenção de estimular o uso de maquinismos para produzir a custos menores melhores produtos, além de diminuir a dependência do trabalho escravo. A importância da Sociedade como órgão emissor de pareceres para o governo sobre a concessão de privilégios para os introdutores de inovações nas “indústrias” ganhou relevo nos anos 1850, 60, e 1870 até meados dos anos 1880, quando são criados outros órgãos com essa finalidade. Essa foi a sua principal função junto ao governo, embora ela não fosse um órgão da administração, mas uma entidade de caráter privado.

Um das suas maiores preocupações, desde seu início, era a divulgação dos conhecimentos científicos através do seu periódico *O Auxiliador da Indústria Nacional*. A Auxiliadora acreditava que as verdades evidentes do conhecimento científico bastavam por si próprias para convencer os indivíduos envolvidos nas atividades produtivas a adotarem as inovações da ciência aplicadas à produção. Em diversas ocasiões, a Sociedade Auxiliadora expressou seu desapontamento com fazendeiros que preferiam continuar usar formas “tradicionais” de produção, ou seja, aquelas que utilizavam o trabalho escravo extensivamente.

O *Auxiliador* teve importância fundamental na exposição das idéias da Sociedade, uma vez que era principalmente através dele que ela procurava influenciar e convencer as pessoas sobre a adoção de procedimentos científicos e da necessidade de reformas socioeconômicas, como a substituição do trabalho escravo, imigração, colonização, etc. Nesse sentido é que constatamos que os membros mais atuantes na entidade eram justamente aqueles mais envolvidos com essas propostas de reformas, os que mais se interessavam em divulgar a ciência

nas páginas da publicação e que tinham como característica comum a formação em ciências naturais e exatas de forma geral.

Privilegiamos em nossa pesquisa o período de 1850 a 1877. Com o fim do tráfico de escravos, principal fonte de abastecimento de mão de obra e um dos pilares da reprodução do sistema escravista, a “matriz econômica colonial” sofreu uma mudança estrutural, uma vez que as grandes somas de capital mobilizadas nesse comércio poderiam ser revertidas para outras atividades econômicas. Também a Sociedade Auxiliadora manifestou grande otimismo com as medidas tomadas para repressão do tráfico de escravos, percebendo aí a possibilidade de incrementar a sua substituição através de medidas graduais que incentivassem a imigração e colonização.²

A liberação e a disponibilização do dinheiro que antes era utilizado no tráfico abriram também a possibilidade de pensar na sua utilização econômica em reformas na infraestrutura da sociedade, como na melhoria dos meios de comunicação. Era possível, então, pensar em reformar a sociedade em termos da racionalidade econômica que era, afinal, a preocupação principal da Auxiliadora. Daí que ela tivesse sua posição reforçada como órgão consultivo e parecerista único com a extinção da Junta de Comércio, em 1850, e passasse a ser órgão oficial a partir de 1860.

A década de 1870 também é de importância para esta pesquisa porque - além da aprovação da Lei do Ventre Livre pelo gabinete Rio Branco, que era então presidente da Sociedade Auxiliadora - ocorreu nessa década o debate interno na Auxiliadora sobre a “crise na indústria chapeleira”, como ficou conhecido pela historiografia, e que envolveu a discussão específica sobre as tarifas aduaneiras e a questão mais geral de reformas socioeconômicas. Na década seguinte, de 1880, a Auxiliadora vai ter sua função consultiva e parecerista esvaziada com a criação de órgãos especializados somente com esse objetivo. Já o *Auxiliador*, além de continuar a trazer seus artigos e matérias científicas, passa a publicar mais informações de estatísticas econômicas, como movimento de exportação nos portos brasileiros e em outros portos da Europa, como exemplo.

² O conceito de “matriz econômica colonial” é de Luiz Felipe ALENCASTRO. *Le Commerce de Vivants: Traite d’Esclaves et “Pax Lusitana” dans L’Atlantique Sud*. Thèse de Doctorat de L’Université de Paris X, 1985-1986, mimeo.

O destaque que damos a André Rebouças nesse trabalho deve-se à sua atuação ativa na entidade; deve-se também ao fato de que ele foi o membro e autor que apresentou maior influência de autores da economia política, notadamente Michel Chevalier, e desenvolveu de forma mais elaborada um programa reformista com base na pequena propriedade. Conforme veremos, a Sociedade Auxiliadora, através do seu periódico, traz a partir dos anos de 1850, uma série de artigos do economista político francês Michel Chevalier, além de escritos com sugestões de reformas socioeconômicas que promovessem a imigração e colonização com base na pequena propriedade. Além disso, André Rebouças seria um dos principais protagonistas do debate sobre as tarifas alfandegárias na indústria chapeleira, no qual expressou suas ideias reformistas apoiadas em princípios da economia política.

Sobre a influência da economia política nos escritos e propostas de reforma dos sócios estudados, e em vários escritos veiculados no periódico *O Auxiliador*, cabe observar a sua referência maior aos autores franceses da chamada “escola de Paris”. Essa influência, a nosso ver, tem sua explicação tanto na influência da cultura francesa nos intelectuais brasileiros da época, como também em razão desses autores refletirem sobre problemas relacionados à situação da formação de uma sociedade de mercado e da constituição do capitalismo na França.

Na Introdução do *Dictionnaire de l'Economie Politique*, obra do grupo de economistas franceses aqui estudados, Ambroise Clément, ao discorrer sobre a importância do ensino e da divulgação dos conhecimentos da ciência econômica, observa que “a França é de todos os Estados da Europa aquele que, nos últimos vinte anos, tem menos participado nesse movimento civilizador”. A Inglaterra, por sua vez, “era onde os princípios verdadeiramente econômicos têm penetrado na opinião das massas”. Já nos Estados Unidos, “o profundo bom senso de Franklin e de outros fundadores da União fez, por assim dizer, o avanço das teorias econômicas”. Pois, “nenhuma outra nação tem sabido limitar tão completamente a ação da autoridade pública dentro dos seus limites racionais, nem fundar as instituições que deixam tanta liberdade ao trabalho e às transações e que protegem tão bem o desenvolvimento da atividade útil”.³

³ Dictionnaire de l'Économie Politique. Publie sous la direction de MM. Ch. COQUELIN et GUILLAUMIN. Paris: Librairie de Guillaumin et C^a, 1852.

Esse grupo criticava, por exemplo, os monopólios, o excesso de burocracia, a falta de liberdade de comércio, a dependência do governo em assuntos econômicos, etc, crítica essa que tinha apelo aos “liberais” da Auxiliadora, que queriam construir uma realidade com base nessa economia de mercado, mas que estava muito longe do que era observado na realidade de uma economia mercantil escravista. Autores como Bastiat, levavam ao extremo a ideia da “harmonia dos interesses” que deveria estruturar a sociedade através do mercado. As propostas de reformas com base na pequena propriedade procuravam, muitas vezes, demonstrar, através desse argumento da economia política, a importância da constituição da sociedade com base na dinâmica de mercado, sendo esse dinamismo o fator fundamental para o progresso material.

O autor mais citado nos escritos da Auxiliadora, Michel Chevalier, escreveu suas *Cartas da América* a partir de uma viagem para os Estados Unidos, a trabalho pelo governo francês, com a missão estudar as vias de comunicação. Nessa obra, ele não só procura demonstrar a importância das vias de comunicação para o desenvolvimento dos mercados e da sociedade de forma geral, como traça um perfil do americano empreendedor (o tipo *yankee*, segundo ele), que com seu espírito de iniciativa e trabalho também se mostra um fator decisivo para o progresso naquela sociedade. Chevalier também tratou de outros assuntos em outras obras que tiveram influência na Auxiliadora e em Rebouças, como a questão da “garantia de juros” para a construção de estradas de ferro, a importância das vias de comunicação para o desenvolvimento do comércio e da economia de forma geral, etc.

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, localizada no Rio de Janeiro, iniciou seus trabalhos em 1827. Foi uma entidade cujo principal objetivo principal era a promoção do progresso material e cuja trajetória atravessou todo o período do Brasil Império. A Auxiliadora sobreviveu à queda do regime imperial e, posteriormente, em 1904, transformou-se em Centro Industrial do Brasil. A partir de 1833, iniciou a publicação da sua revista *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Os membros da Auxiliadora por ocasião da sua fundação eram em sua maioria constituídos pela elite letrada, sendo marcante também a presença de deputados, senadores e conselheiros de Estado de diferentes orientações políticas.

A Sociedade Auxiliadora tinha, desde o início, a preocupação de contribuir - através da divulgação de conhecimentos científicos, da organização de exposições industriais, da

organização de escolas para adultos, e de outras entidades como a sociedade de estatística, do incentivo à organização de colônias de imigrantes ou nacionais, etc - para o progresso material do país.

Os principais temas nela discutidos envolviam um denominador comum que era o incentivo à busca de uma maior racionalização e modernização da atividade produtiva, principalmente pela utilização de máquinas e equipamentos mais modernos e eficientes. Relacionadas, direta ou indiretamente, ao objetivo mais geral do progresso material estavam questões importantes e que apareciam nos temas mais debatidos na Auxiliadora, tais como: substituição do trabalho escravo, imigração, colonização, ensino técnico e profissional, melhoria das vias de comunicação, importância das estradas de ferro, notícias estatísticas, crédito agrícola, implantação de engenhos centrais, etc.

Tendo vista essas preocupações da Sociedade Auxiliadora, é difícil não ver que elas tenham algumas implicações políticas claras. Principalmente, aquelas relacionadas à substituição do trabalho escravo e à imigração, por interferirem diretamente nos interesses longamente e fortemente estabelecidos dos proprietários de escravos; ou seja, a base econômica principal do país na época. Além disso, a Auxiliadora sempre esteve muito próxima do poder imperial desde sua fundação, em 1827. A partir de 1830, ela passou a emitir pareceres sobre concessão de privilégios e patentes mediante consulta do governo. Essa função era prerrogativa da Junta do Comércio, sendo os pareceres da Auxiliadora meramente consultivos. Porém, com a extinção da Junta, em 1850, a Sociedade assumiu essa função oficialmente. Ainda assim, ela “evitava se envolver em disputas partidárias”, pois acreditava justamente no poder transformador da ciência, do conhecimento aplicado, nas transformações operadas a partir da esfera econômica que fossem introduzindo os ensinamentos da economia política.

Como a maioria das reformas discutidas e propostas pelos membros mais destacados da Auxiliadora estavam vinculadas a preocupações econômicas - à dinamização do progresso material -, as teorias da economia política clássica tiveram grande influência em alguns reformadores dessa entidade.

Desta forma, uma das nossas preocupações nesse trabalho é analisar como as ideias do liberalismo relacionadas com a economia política foram absorvidas, interpretadas e adaptadas à

realidade do país na época por esses grupos da Auxiliadora. Sendo que a nossa hipótese principal é de que a noção de liberalismo que prevaleceu na Auxiliadora – observada nas suas ideias reformistas mais avançadas⁴ – estava ligada a uma vertente do liberalismo de autores da economia política francesa do século XIX, que tinham em Jean-Baptiste Say sua principal influência.⁵

O liberalismo desses autores, com sua ênfase no papel dos indivíduos no mercado, está muito próximo da interpretação e da análise que faz Pierre Rosanvallon sobre o liberalismo econômico e a história da ideia de mercado. De acordo com os princípios liberais originados na economia política clássica e em Adam Smith, é no mercado que as sociedades se estruturam, pois a divisão do trabalho e a tendência natural dos homens para a troca é que irão servir de base principal para o vínculo social. Portanto, é o mercado que serve de base estrutural para os vínculos sociais.

Preocupados como estavam os sócios da Sociedade Auxiliadora com a construção da nação a partir de uma perspectiva econômica, veremos como em algumas das suas ideias, escritos, e em várias propostas, podemos identificar essa noção do mercado como sendo o ponto forte de apoio e organização da sociedade. Desta forma, os conceitos de nação que mais se relacionam com as preocupações desse trabalho são aqueles formulados e desenvolvidos por Eric Hobsbawn e Ernest Gellner, aqueles aspectos da ligação do nacionalismo com o desenvolvimento econômico e industrial.⁶ Mesmo considerando as limitações que a estrutura agrária e escravista colocava às propostas de reforma, o ideal que orientava essas propostas tinha no horizonte essa ideia de nação que se constrói pelo progresso material, pelos vínculos que ocorrem no mercado.

⁴ Constatamos nessa pesquisa que se havia uma agenda de preocupações e temas comuns na Auxiliadora, as propostas de implementação variaram de acordo com a inserção e a ocupação dos seus membros na sociedade.

⁵ Pierre ROSANVALLON. *O Liberalismo Econômico: História da Idéia de Mercado*. Tradução Antonio Penalves Rocha. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

⁶ Ernest GELLNER, ao associar - na sociedade que se desenvolve que se industrializa - o conhecimento, o crescimento econômico e o nacionalismo, afirma: “O que nos preocupa aqui é a perspectiva de uma sociedade que se tornou dependente tanto do crescimento econômico como do conhecimento (estando os dois inter-relacionados), pois nos interessam as consequências de uma sociedade em constante crescimento, em constante progresso (...). O nacionalismo está enraizado num *determinado tipo* de divisão do trabalho, complexo persistente e cumulativamente em mudança. *Nações e Nacionalismo*: trajetões. Lisboa: Gradiva Publicações, 1993. p 44. E Eric J. Hobsbawn, ao apontar como o liberalismo associa sua ideia de nação a de um desenvolvimento geral da história, afirma: “Do ponto de vista do liberalismo a causa da “nação” estava no fato de esta representar um estágio no desenvolvimento histórico da sociedade humana; e a questão do estabelecimento de um Estado-Nação específico dependia de este mostrar-se adequado ao progresso ou à evolução histórica avançada (...). *Nações e Nacionalismo desde 1870*: Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (p. 52-53).

Em relação às dificuldades que as limitações estruturais da ordem escravista colocavam para a formação de uma sociedade de mercado, apontamos as observações feitas por José Ricardo Barbosa Gonçalves: “A subordinação da ação humana à teia da relação social, vinculada ao mercado induz os homens a agirem orientados pela racionalidade dos interesses econômicos”. Consequentemente, “projeta-se uma nova modalidade de força de trabalho, que deixava paulatinamente a marca do ferrete da coerção extraeconômica, ou seja, política, para trazer à tona o traço das ações e relações sociais cimentadas, única e exclusivamente, em atos brotados no mercado”. Portanto, “a fidelidade ao poder pessoal e ao arbítrio da violência privada” deveriam ser “substituídos pela lógica do cálculo, da liberdade jurídica e da compensação de interesses racionais”.⁷

Com efeito, nesse aspecto, a escravidão era o maior problema a ser equacionado pelas reformas. Quando, em meados dos anos 1840, a pressão inglesa pelo fim do tráfico de escravos foi aumentando e resultando no Bill Aberdeem, em 1845, multiplicaram-se no *Auxiliador* os escritos que viam a oportunidade de apresentar suas propostas de substituição do trabalho escravo.

Um aspecto importante sobre a composição sócio-ocupacional dos membros mais atuantes da Auxiliadora foi a sua alteração durante a década de 1850, principalmente à medida que nos aproximamos de 1860, e a partir daí reforçada.⁸ Apesar de constar nas suas listas de sócios muitos membros da elite política com formação em cursos de Direito, verificamos que os sócios mais atuantes - os que mais participavam das sessões especializadas em dar pareceres e no escritos mais frequentes veiculados pelo *Auxiliador* - eram aqueles que tinham um perfil de formação e ocupação mais próximo de atividades ligadas ao ensino e atividades científicas, com formação em ciências naturais, física, matemática e engenheiros.

Verificamos que não só a participação desses sócios como também a composição geral da Sociedade torna-se mais diversificada: no geral passa a ser formada por pessoas da classe média

⁷ José Ricardo Barbosa GONÇALVES. *Utopia da Ordem Social: o positivismo na crise da ordem imperial brasileira, 1862-1898*. Tese de doutorado em História Econômica apresentada na Universidade de São Paulo, 1989, p. 8.

⁸ Apesar de ser uma época onde a Sociedade teve sua importância aumentada em termos oficiais - com a extinção da Junta de Comércio, em 1850, a Auxiliadora assume plenamente a função de dar pareceres sobre concessões de privilégios e patentes, e em 1860, com a criação do Ministério da Agricultura, ela é incorporada a esse ministério - diminui a participação nos seus quadros, principalmente os que atuavam nas suas sessões especializadas, os sócios mais ligados à política.

urbana do Rio de Janeiro, particularmente por profissionais com formação nos principais cursos superiores que existiam na época, com destaque para engenheiros e médicos. Muitos deles eram também funcionários públicos, empregados na secretária do tesouro, na alfândega, etc. da capital. Quanto ao período em que a Auxiliadora teve mais sócios foi aquele compreendido entre os anos de 1866 e 1877, ultrapassando 1300, contando entre os efetivos, correspondentes e honorários.⁹

É no período que vai da segunda metade da década de 1860 ao fim do Gabinete de Rio Branco, em 1877, que constatamos que a importância da Sociedade Auxiliadora se torna evidente. Nesse período, a questão da substituição do trabalho escravo é novamente abordada, agora diretamente pelo Imperador, que procura encaminhá-la da mesma forma como comumente aparecia na Auxiliadora, ou seja, com base no gradualismo.

Durante esse período, em algumas sessões entre os anos de 1866 a 1870, o imperador esteve presente na Auxiliadora. E foi justamente quando Rio Branco era presidente da Auxiliadora que ele foi chamado a constituir o ministério que iria conseguir a aprovação da Lei do Ventre Livre.

Também nessa época estavam juntos na seção de máquinas e aparelhos os engenheiros André Rebouças e Henrique Eduardo Hargreaves, com atuação significativa e sempre presentes nas reuniões emitindo pareceres técnicos. Outro sócio bastante atuante nas seções especializadas da Auxiliadora era o engenheiro mecânico americano Guilherme Van Vlech Lidgerwood que viera para o Brasil na década de 1850.¹⁰ Lidgerwood foi um sócio bastante atuante nos anos de 1860 e 1870. Não coincidentemente, o engenheiro americano veio para o Brasil na década de 1850, pois a partir do fim do tráfico de escravos, o *Auxiliador* manifestava nas suas páginas a esperança de que o dinheiro outrora mobilizado para aquele comércio “infame” pudesse ser

⁹ Edgar CARONE. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional, 1827-1977*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978, p. 267.

¹⁰ Lidgerwood aparece, em 1863, como membro da sessão de Máquinas e Equipamentos. Já em 1865, como membro da seção de Comércio e Meios de Transportes, oferecia à Auxiliadora 13 barricas com sementes de algodão vindas dos Estados Unidos. Em sessão de junho de 1865, relataria em correspondência a experiência com arados em São Paulo e pediria que se estabelecesse uma linha de vapor entre o Brasil e os Estados Unidos e que o governo oferecesse subsídios nesse sentido. Mais tarde, em outra sessão com a presença do Imperador, repetiria esse pedido. *Auxiliador*, agosto, setembro de 1865, p. 289 e p. 330.

desviado para a modernização e o desenvolvimento da economia. Opinião, aliás, bem conhecida e manifestada por Irineu Evangelista.¹¹

A importância das ferrovias para a reprodução do capital cafeeiro, a introdução de máquinas agrícolas e a introdução do trabalho “livre” foram observadas e destacadas por Wilson Cano e outros autores. A substituição do trabalho escravo, a importância das vias de comunicação e a introdução de máquinas nas atividades produtivas foram temas sempre presentes nas preocupações da Sociedade Auxiliadora.¹²

Com relação a André Rebouças, mais uma vez justificamos sua escolha como membro representativo das ideias reformistas socioeconômicas, pois, como constatamos, ele foi o que mais desenvolveu o pensamento reformista na mesma linha daqueles sócios da Auxiliadora que tinham posições mais avançadas de reformas sociais e econômicas. Com sua ênfase na “democracia rural” e na difusão da pequena propriedade, Rebouças foi extremamente ativo e atuante como membro das seções consultivas da Auxiliadora.

Certas questões e preocupações da Auxiliadora – que vinham sendo colocadas muito antes de Rebouças tornar-se um de seus membros - foram sintetizadas no projeto reformista de André Rebouças e que é descrito na sua obra *Agricultura Nacional*.¹³ O problema da concentração da propriedade da terra e suas implicações, dificultando a imigração e a relação desta com a pequena propriedade, sendo que esta unidade produtiva era considerada por Rebouças como aquela capaz de realizar o interesse individual e o coletivo conjuntamente - este

¹¹ Cabem aqui algumas observações acerca da atuação do Estado monárquico a partir do fim do tráfico, segundo interpretação de Luiz Felipe Alencastro. Para Luiz Felipe Alencastro, o Estado monárquico teve duas funções político-econômicas principais - segundo a baliza cronológica em que se apóia seu conceito de ‘matriz econômica colonial’: até o fim do tráfico, o Estado cumpria uma função de anteparo às pressões inglesas pelo fim desse comércio, ou seja, de manutenção da “matriz” - o período de descentralização regencial teria sido uma forma de responder às pressões pela dispersão das responsabilidades sobre a repressão ao tráfico. A partir de 1850, o Estado iria assumir uma função relacionada à melhoria das condições de infraestrutura da economia agrária, por exemplo, através das concessões de garantia de juros para a construção de ferrovias, etc. Nesse sentido, os vários artigos publicados no Auxiliador em 1852 mostram a proximidade e a identidade de algumas propostas reformistas da Auxiliadora e do governo. Luiz Felipe de ALENCASTRO. *Le Commerce de Vivants: Traite d’Esclaves et “Pax Lusitana” dans L’Atlantique Sud*. Thèse de Doctorat de L’Université de Paris X, 1985-1986, Chapitre IX, mimeo.

¹² Wilson CANO. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas, SP: Unicamp/IE, 1998. Emilia Viotti da Costa destaca a importância da adoção de máquinas de beneficiamento como parte fundamental do processo de modernização da economia cafeeira. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora da UNESP. Para Iraci Galvão SALLES (*Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o partido republicano paulista e a política de mão-de-obra*. São Paulo: Editora Hucitec, 1986, p. 36-37), a diversificação de investimentos foi fruto do desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira no último quartel do século XIX.

¹³ André REBOUÇAS. *Agricultura Nacional: Estudos Econômicos*. Propaganda Abolicionista e Democrática (Setembro de 1874 a Setembro de 1883) Estudo introdutório de Joselice Jucá. 2ª Ed fac-similar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco - Editora Massangana, 1988.

é um ponto em comum. Encontramos em nossa pesquisa, artigos e análises do problema da imigração, publicados no *Auxiliador* na década de 1850, com esse mesmo ponto de vista. Também a ideia dos engenhos centrais como unidade econômico-social reformadora e modernizadora, a principal para André Rebouças, tem sua contrapartida na *Auxiliadora*: vários são os artigos publicados no periódico dando conta da experiência com engenhos em Cuba, Martinica, etc, além do envolvimento direto de um sócio da *Auxiliadora* de Macaé no estabelecimento de um engenho desse tipo - sua inauguração foi considerada nas páginas do *Auxiliador* como um acontecimento marcante na marcha pelo progresso.

Considerando que a economia política era o principal embasamento teórico destacamos nesse trabalho algumas obras utilizadas pelos reformistas da *Auxiliadora*, como os escritos do economista francês, político, publicista e também professor de economia política no Collège de France, Michel Chevalier. Este autor foi amplamente citado por André Rebouças na *Agricultura Nacional* e, como pudemos constatar em nossa pesquisa, também foi um dos mais citados no *Auxiliador*. Ao longo de 1850 e 1851, o *Auxiliador* publicou partes da sua principal obra, *Cartas da América*, na qual relatava, assim como fez Tocqueville, vários aspectos da sociedade americana, porém com ênfase maior na economia. Conforme afirmamos, as referências a autores franceses de economia política foram as mais frequentes e em maior número nas páginas do *Auxiliador*. Esses autores eram economistas políticos liberais franceses como Jean-Baptiste Say, Louis Say, irmão de Jean-Baptiste Say, Frédéric Bastiat, Hyppolyte-Philibert Passy, Michel Chevalier, Wolowski, Moreau de Jonnes etc. Com exceção de Jean-Baptiste, que pertenceu à geração anterior e foi a maior influência em todos eles, todos os outros formavam um grupo que participava da Société de Économie Politique¹⁴ e colaborava no Journal des Économistes. “Esta coleção foi fundada por M.Guillaumin com o concurso de vários homens eminentes, e aparece depois de 15 de dezembro de 1841”.

Segundo Joseph Garnier - um dos membros desse grupo, economista lido e estudado por Rebouças -, “eles [o grupo] faziam guerra contra a ignorância, aos monopólios, à regulamentação, à proteção aduaneira, à centralização exagerada, à burocracia, ao espírito

¹⁴ De acordo com Joseph Garnier: “A sociedade livre de economia política de Paris teve na sua fundação e ainda tem hoje por objeto agrupar os amigos da ciência e garantir seus interesses e seus progressos. As questões de liberdade comercial, de finanças públicas, de regulamentação e do socialismo têm também sempre atraído sua atenção.” (Dictionnaire de l'Économie politique. Publié sous la direction de MM. Ch. COQUELIN et GUILLAUMIN. Paris: Librairie de Guillaumin et C^a, 1852. pp 670, 671).

guerreiro, aos sistemas artificiais, às leis pouco inteligentes, aos privilégios e aos abusos; (...).”¹⁵ O grupo foi também autor da obra coletiva *Dictionnaire de l'Économie Politique*. Uma das maiores preocupações desse grupo era a difusão dos conhecimentos da ciência econômica e muitos dos seus integrantes eram publicistas, professores ou seguiam carreira na administração e na política. Assim, sua atuação se caracterizava mais pela divulgação da economia e com preocupações práticas como as tarifas aduaneiras, a melhoria dos meios de comunicação através das ferrovias para integrar ou incrementar os mercados, o ensino técnico, etc.

Considerando nossos objetivos e proposições gerais, organizamos este trabalho da seguinte maneira: no **capítulo 1**, apresentamos, com base na análise bibliográfica, uma caracterização da Sociedade Auxiliadora, tomando como ponto de partida a composição dos seus membros; em seguida, destacamos a sua forma de organização e funcionamento, tendo como referência as preocupações reformistas que a acompanharam desde os seus primeiros anos. Também abordamos a questão da substituição do trabalho escravo que - com a possibilidade do fim do tráfico, em razão do Bill Aberdeen (1845) - repercutiu nos escritos publicados no *Auxiliador*. Nesse sentido, apresentamos as propostas de alguns dos seus membros para equacionar esse problema, especialmente as ideias de Frederico Burlamaque, uma vez que ele representa um perfil de sócio da Auxiliadora que destacamos nessa pesquisa.

No **capítulo 2**, abordamos as propostas de reformas da Auxiliadora nas décadas de 1850¹⁶ e 1860¹⁷, destacando: o entusiasmo desta entidade com as experiências de imigração e

¹⁵ Dictionnaire de l'Économie Politique Publie sous la direction de MM. Ch. COQUELIN et GUILLAUMIN. Paris: Librairie de Guillaumin et C^e, 1852. Tome Second pp 6-7. Sobre a atuação dessa escola ou grupo, Joseph SCHUMPETER faz os seguintes comentários: “Primeiramente, no que se refere à Economia não-socialista, este grupo não enfrentaria uma oposição significativa até o período seguinte. Durante o período em exame (1790-1870), e um pouco depois, dominou de forma completa, controlando em particular os periódicos e instituições profissionais e, também, a Société d'Économie Politique, fundada, como o Journal des Economistes, em 1842. Em segundo lugar, a escola e todos os seus membros - em parte como já foi mencionado, devido a presença, até 1848, de uma ameaça socialista à sociedade burguesa - eram fortemente liberais no sentido do laissez-faire e anti-étatistes. Em terceiro lugar, a escola tinha muitos membros de admirável caráter, inteligência profunda e grande experiência em assuntos práticos. Em quarto lugar, porém, devido em parte ao sentido prático de suas inteligências e sua concentração muito restrita à economia política, eles não tinham interesse nos problemas puramente científicos e, em consequência eram quase inteiramente estéreis em relação às obras analíticas”. História da Análise Econômica. Editora: Fundo de Cultura S.A.; Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil-USAID. Rio de Janeiro, 1964, pp. 146-47.

¹⁶ O início dos anos de 1850 foi um momento de extrema importância para a Sociedade Auxiliadora. O fim do tráfico de escravos era visto com otimismo, como uma primeira e importante etapa na sua agenda reformista.

¹⁷ Esses foram os anos em que a entidade passou a ter grande importância no desempenho das funções mais gerais de desenvolvimento econômico e também naquelas relacionadas às suas atribuições oficiais de órgão consultivo do Governo. Como membro da Auxiliadora, André Rebouças vai ter papel ativo, já que foi membro de comissões que analisavam pedidos de

colonização, as referências aos escritos dos economistas políticos franceses, notadamente Michel Chevalier, as composições dos sócios e as seções especializadas da Sociedade - responsáveis por pareceres técnicos -, além da importância da participação dos engenheiros nesses pareceres. Importante para nossa análise é o debate sobre a crise na “indústria chapeleira” que, em 1877, ocorreu na Auxiliadora. As discussões foram centralizadas na questão da tarifa aduaneira, o que levou a uma divisão na Auxiliadora entre os que defendiam o liberalismo comercial e os que eram a favor do protecionismo alfandegário. As discussões abordaram também a sugestão de propostas e medidas que favorecessem o progresso econômico, com Rebouças sendo um dos protagonistas principais da discussão.

No **capítulo 3**, fazemos a apresentação dos projetos reformistas de André Rebouças, iniciando com uma breve referência a alguns trabalhos que analisaram seu reformismo e evidenciaram a influência da economia. Também apresentamos alguns economistas que influenciaram Rebouças e a Auxiliadora, como Chevalier e Bastiat. Em seguida, mostramos como as ideias de Rebouças, expressas nas suas principais obras, *Agricultura Nacional* e *Garantia de Juros*, sofreram influência desses autores da economia política francesa.

Nas **considerações finais**, retomamos alguns pressupostos que foram tomados como ponto de partida desta pesquisa e avançamos em direção a algumas conclusões.

concessão de privilégios e de incentivos do governo a particulares. Essa década representou também uma tendência no aumento dos profissionais ligados à engenharia nessas comissões.

CAPÍTULO 1: A SOCIEDADE AUXILIADORA E SUA AGENDA

Não faremos aqui uma revisão exaustiva de todas as menções bibliográficas sobre a Sociedade Auxiliadora. Interessa-nos mais aqueles trabalhos que fizeram algum estudo que nos forneceu informações importantes em alguns aspectos de nosso interesse, como sua caracterização e seus objetivos principais, sua forma de atuação e composição dos seus membros. Nesse sentido, vamos referenciar principalmente os trabalhos que tomaram a Auxiliadora como objeto principal de estudo, ou que trazem algum tipo de informação que julgamos relevante para nossa pesquisa

Em seu trabalho sobre a Sociedade Auxiliadora, José Luiz Werneck da Silva reconstitui a trajetória histórica da dessa instituição através das mudanças em seus estatutos. Ele procura também traçar o perfil dos seus membros apontando sua participação nos diversos gabinetes ministeriais do Brasil Império. De acordo com ele, a Auxiliadora era formada por “sumidades intelectuais” e constituía-se num “reduto da intelligentsia do Império” com “autonomia relativa no campo da cultura”. Assim ela “ajudou a manter o mito da monarquia soberana e protetora” através da “produção de bens simbólicos pela ilustração” que conferiam “legitimação ao poder pessoal (moderado) dos Bragança.”

Para analisar a função desses intelectuais, José Luiz Werneck utiliza os conceitos de Gramsci e procura demonstrar como a atuação deles agiria no sentido da legitimação do poder Imperial. A caracterização do papel da entidade às vezes assume, neste autor, forma contraditória, pois, para ele, os intelectuais da Auxiliadora não eram “certamente um grupo de pressão ou um grupo de interesses organizados, mas ela podia ser - e muitas vezes foi - instrumento de pressão de grupos organizados, como aqueles que se representavam no bloco do poder, definido em meados do século XIX e modificado no decorrer das suas três últimas décadas.” Desta forma, conclui Werneck da Silva, “a sociedade Auxiliadora foi uma instituição colocada no limiar do campo político, enquanto esteve cooptada pelo Estado Imperial.”¹⁸

¹⁸ José Luiz Werneck da SILVA. Isto é o que me parece. A sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira. A conjuntura de 1871 até 1877. Dissertação de mestrado, Niterói: UFF, 1979, V. 1, p. 203.

Para Werneck, a Auxiliadora era um “organismo intermediário situado na confluência da sociedade civil e da sociedade política, com características semigovernamentais, semi-oficiais e semipúblicas.” Além da evidente dificuldade em caracterizar, no Brasil do século XIX, os limites entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, não nos parece satisfatória a solução aventada por Werneck (a multiplicação das características “semi”) para contornar uma característica bifronte que parece ser inerente à Instituição. Entretanto, voltaremos ao trabalho de Werneck quando tratarmos de um período importante na atuação da entidade, e no qual concordamos com ele de forma geral, a década de 1870.

Maria Antonnieta P. Leopoldi afirma que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi “durante boa parte de sua existência, uma entidade com um caráter acadêmico consultivo.” Para esta autora, “seu caráter de sociedade científica, combinado ao de órgão consultivo do governo, não escondia o fato de que a Auxiliadora era também (...) um instrumento de pressão de grupos organizados.” Esses grupos, que se manifestariam nos debates de questões importantes do momento através da revista *Auxiliador*, seriam formados pelos fazendeiros de café e de cana do Sudeste, pelos comissários de café, pelos exportadores e pelos industriais.¹⁹

Também não partilhamos da idéia de que a Auxiliadora tenha o caráter de um grupo de interesse privado, do tipo dos grupos industriais ou das associações comerciais, ou de que ela poderia ser classificada apenas como “uma entidade de caráter acadêmico consultivo”. De qualquer forma, com relação aos membros da instituição, vemos que Werneck coloca a ênfase nos quadros com envolvimento direto na política. E Leopoldi busca ver relações com grupos de interesses econômicos.

Considerando os objetivos desse trabalho, destacamos aqui a obra de Edmundo Campos Coelho, *As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*, pois, além dos engenheiros, a Auxiliadora tinha como sócios, em sua maioria, profissionais ligados à classe média urbana do Rio de Janeiro, composta também funcionários públicos. Coelho centra sua análise nas entidades profissionais de cada uma dessas profissões, por isso fizemos um cruzamento dos profissionais que pertenciam a essas organizações

¹⁹ Maria Antonnieta Parahyba LEOPOLDI. *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, pp. 62-64.

profissionais e que também eram sócios da Auxiliadora. Na Academia Imperial de Medicina estavam o Dr. José da Cruz Jobim Francisco Xavier Sigaud, um de seus fundadores e o Dr. Haddock Lobo, dentre os citados por Edmundo e que pertenciam a Auxiliadora.²⁰

Com relação aos engenheiros, cabem algumas observações de Coelho sobre as características da profissão no Império. Segundo este autor, os engenheiros só começaram a aparecer na Corte “com a construção das primeiras estradas de ferro na segunda metade do século e só adquirem alguma visibilidade social após a criação da Escola Polytécnica, em 1874”. Por sinal, criada por Rio Branco a partir do desmembramento da Escola Central que formava engenheiros e militares.

Edmundo Coelho assinala o papel de outras associações criadas por médicos, engenheiros e advogados para “intercâmbio de experiências e para estudo de matérias de suas especialidades”, como a Academia Imperial de Medicina e o Instituto Polytécnico do Brasil, etc – que depois se tornaram a Sociedade de Medicina e o Clube de Engenharia. O modelo dessas associações era, segundo Coelho, a Academie des Sciences parisiense (tinham seções especializadas e, nelas, lia-se memórias). Além dessas associações, afirma Coelho, havia várias outras de caráter literário e cultural como Instituto Histórico e Geográfico, o Instituto dos Bachareis, a Sociedade de Geografia, etc. Outra associação importante, frequentada principalmente por engenheiros, era a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Dos membros da Auxiliadora que tinham ligações ou tinham se formado na Escola Central mencionamos os seguintes: Manoel Felizardo de Souza e Mello, antigo lente da Academia Militar, ex-ministro da Marinha e da Guerra, senador do Império; Pedro de Alcantâra Bellegarde, lente e ex-diretor da Escola Central, ex-ministro da Guerra e de Viação e Obras públicas; Guilherme de Schuch de Capanema, tenente coronel; Antonio Gomes de Mattos, projetista e construtor de caldeiras e máquinas a vapor, também do Arsenal. Ainda com relação à profissão de engenheiro, Coelho observa que era uma profissão assalariada, “na medida em que a Polytécnica formava seus engenheiros civis, a burocracia imperial os absorvia” e, em geral, eram encaminhados para o setor ferroviário. Por essa razão, as primeiras leis sobre o exercício da

²⁰ Edmundo Campos COELHO. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 1999. Ressaltamos aqui o viés sociológico deste trabalho, e que fazemos algumas restrições às suas análises, mas nos foi proveitoso como fonte e cruzamento de informações.

profissão regulavam o emprego dos engenheiros no serviço público. O autor ainda aponta que, “em 1862, é criado um Corpo de Engenheiros Civis dentro da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas”. Vale lembrar que a Auxiliadora foi integrada em 1860 ao Ministério da Agricultura.

Dentre os engenheiros integrantes do Instituto Polytécnico Brasileiro citados por Coelho, André Rebouças, Giacomo Raja Gabaglia, Pereira Passos, Paula Freitas, Capanema e Mauá eram também sócios da Auxiliadora. Com relação a essa associação, Coelho afirma que era “dedicada aos estudos de temas técnicos científicos”, não era representante de interesses. De acordo com seu estatuto, seu propósito era difundir “conhecimentos teóricos e práticos dos diferentes ramos da engenharia”. Constata-se assim, que nesse seu propósito de difusão de conhecimentos científicos, o Instituto se assemelhava à Auxiliadora - uma vez que também no seu início essa era uma das suas preocupações.

Nesse Instituto, em 1867, André Rebouças apresenta uma memória sobre a resistência do cimento Portland - resultado da sua experiência em obras no cais da Alfândega. Em outra sessão, Capanema apresenta trabalho sobre a resistência em diferentes tipos de cabos telegráficos. Por esse tipo de atividade, Coelho vê nessas associações uma proximidade com as Academias de Ciências. A respeito dessa observação, vale lembrar que esse é o período de consolidação das ciências, e essas questões eram de ordem eminentemente prática, ou seja, de aplicação desses conhecimentos e não apenas de discussão das descobertas da ciência e de suas possíveis aplicações.²¹

A transformação no perfil dos sócios mais atuantes da Sociedade Auxiliadora vai se tornar, a partir de 1880, mais especializada, mais relacionada aos engenheiros. Estes, que já vinham tendo uma atuação importante nos pareceres e consultas, vão passar a assumir as funções importantes nessa entidade.

Em seu estudo sobre a “Engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX”, Maria Inés Turazzi menciona a relação da Sociedade Auxiliadora com os engenheiros. Para esta autora, entre os indivíduos mais fortemente contagiados pelos ideais de

²¹ Edmundo Campos COELHO. *Op. cit.*, p. 205.

progresso - que de uma forma ou de outra iria repercutir em suas ações - figuravam engenheiros, militares, médicos, industriais e intelectuais em geral. Focando sua análise no Clube de Engenharia e seus membros, mas vendo também a relação entre essa e outras categorias profissionais, Turazzi observa que as associações de classe reuniam membros que tinham frequentado a Escola Central, a Escola Militar, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (criada em 1874, a partir da Escola Central), a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II, o Liceu de Artes e Ofícios. Essas elites teriam como fonte de inspiração teórica “o positivismo, a economia política clássica, o evolucionismo, o naturalismo, o darwinismo social, enfim todo um cientificismo”, que teve influência marcante durante a segunda metade do século XIX até o meio do século XX.

Cabe frisar que o Clube de Engenharia, criado no Rio de Janeiro em 1880, viria a ter uma posição de destaque na sociedade brasileira, elaborando pareceres e consultas técnicas, o que, de certa forma, o aproximava de uma das principais funções da Sociedade Auxiliadora, dar pareceres técnicos mediante consultas do governo.

A transformação da Sociedade Auxiliadora, através da composição no quadro dos seus membros, a predominância entre seus sócios de professores de escolas e academias do ensino superior e engenheiros, membros de associações profissionais - o que também foi constatado em nossa pesquisa - pode ser inferida dessa constatação de Turazzi: “Diversos nomes que transitavam pelas academias de ensino superior e associações profissionais eram também figuras de destaque na direção de empresas ou de entidades de classe ligadas à indústria”. Como figura de destaque deste grupo, Turazzi exemplifica o presidente da Sociedade Auxiliadora, de 1880 a 1894, Nicolau Joaquim Moreira. Apesar de ser médico, ele se enquadra no perfil de um tipo também presente na Auxiliadora, o dos profissionais liberais da classe média urbana do Rio de Janeiro - muitos deles eram professores, como já afirmamos.

Mas o destaque maior é em relação aos engenheiros, vejamos com Turazzi: “Também ligados à diretoria da SAIN (Auxiliadora) e do CIB (Centro Industrial do Brasil) destacam-se engenheiros como Vieira Souto e Aarão Reis, ambos eram professores de economia política na Escola Politécnica do Rio de Janeiro”. Após mencionar vários nomes como Gabriel Osório de Almeida, diretor da Escola Politécnica, Serzedello Corrêa, engenheiro militar, Francisco Oliveira

Pereira Passos, engenheiro, Turazzi conclui: "Todos estes nomes, ligados à diretoria da Sociedade Auxiliadora, e posteriormente à do CIB, pertenceram também ao clube de engenharia".²²

O trabalho mais recente sobre a Sociedade Auxiliadora é o de Patrícia Regina Corrêa Barreto, pesquisa feita na área de História da Ciência. Na sua tese de doutorado, a autora procurou "demonstrar como a Sociedade tornou-se um espaço de institucionalização da Ciência no Brasil, durante o Império", desempenhando a "função de trazer para o país os avanços europeus em todos os setores da produção de riquezas", e pela promoção, "adaptação e a criação de técnicas e tecnologias condizentes à realidade nacional, inserindo os seus membros no contexto científico do mundo ocidental". Patrícia Barreto afirma que pretendeu realizar "estudos históricos sobre a importância da Ciência, disseminada a partir desta instituição, como uma agente de transformação da realidade econômica do Brasil".²³

Ela procurou demonstrar a importância da Auxiliadora na "implementação das Ciências Naturais e de uma tradição científica", bem como "o seu papel de agenciadora e divulgadora dos conhecimentos científicos, nacionais e estrangeiros". Sendo que, na busca deste fim, nota a autora, a Sociedade propunha "afastar-se do predomínio das questões políticas".

A pesquisa procura refletir "sobre os caminhos através dos quais foi possível a articulação do conhecimento científico ao projeto sociopolítico de modernidade no período posterior à Independência do Brasil".

O maior objetivo da tese "é tornar conhecida a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, uma instituição cuja existência atravessou o Primeiro Reinado, a Regência, o Segundo Reinado e parte da República", e que, segundo a autora "passa incógnita pela maioria das análises históricas dos problemas políticos, econômicos ou sociais referentes a estes períodos".

Como a pesquisa é em história da ciência, a Auxiliadora é vista dentro do "processo de institucionalização da Ciência no Brasil" e, nesse sentido, Patrícia Barreto busca "apreender e

²² Maria Inês TURAZZI. *A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem: A engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX*. Rio de Janeiro: COPPE, São Paulo: Marco Zero, 1989, pp. 39, 42 e 44.

²³ Patrícia Regina Corrêa Barreto. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: o templo carioca de Pala Atena*. Tese de Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia apresentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

pesquisar a evolução da Ciência, dentro de um contexto histórico”. Por isso, procura demonstrar como “a Auxiliadora fomentou uma comunidade de cientistas brasileiros, e pretende apontar para a existência de uma prática científica no Brasil”.

Patrícia aponta a inspiração francesa na criação da Auxiliadora, a “Société D’Encouragement à L’industrie Nationale, fundada em 1801 pelos cientistas Chaptal e Thénard”, e destaca que após a aprovação da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, que acabava com o tráfico de escravos, “a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional passou a objetivar a melhoria do processo produtivo de uma maneira geral, introduzindo inovações técnicas que promoviam tanto a produção agrícola quanto a industrial”.

Também enfatiza a “posição marcadamente antiescravista” da Auxiliadora e que “sua linha de ação pautou-se, nesta conjuntura, pela busca de meios que levassem à eliminação da escravidão, sugerindo medidas como a liberdade dos filhos de escravos e o direito à alforria”. Além de “incentivar a adoção do trabalho livre, sugerindo ao governo imperial a implementação de uma política de colonização, que consistia na distribuição de pequenos lotes de terras devolutas para trabalhadores nacionais ou estrangeiros”, bem como a adoção “do sistema de parceria, em grandes propriedades, e da imigração chinesa”.

Ressalta sua importância por ter sido uma instituição que existiu por mais de 75 anos, “atravessando praticamente toda a fase monárquica e os primeiros quinze anos da fase republicana, publicando, durante quase sessenta anos, o primeiro periódico brasileiro especializado em assuntos econômicos gerais e um dos poucos jornais lidos em todo o país”. Lembrando ainda que “nenhuma corporação imperial teve o número de sócios alcançado pela Sociedade Auxiliadora, particularmente, nos anos setenta do século passado, sócios estes representando praticamente todos os segmentos da classe dominante”.

Procuramos salientar nessa revisão bibliográfica informações relacionadas aos dados que obtivemos em nossa pesquisa empírica, em fontes primárias e secundárias, a respeito da composição do quadro social da Auxiliadora. Na pesquisa feita em dicionários bibliográficos, nas listas de sócios da Auxiliadora, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico e, principalmente, na análise das atas de reuniões da Sociedade Auxiliadora, pudemos constatar essas transformações na composição dos membros, principalmente aqueles mais atuantes. E,

como vimos do exposto acima, o cruzamento de informações veio confirmar o que a pesquisa havia constatado.

A entidade teve, no geral, em razão das suas preocupações, uma participação mais ligada a aspectos técnicos e econômicos, e é nesse sentido que vai se modificando a composição dos seus membros e da sua participação na administração.

A Sociedade Auxiliadora nos seus primeiros anos (1827-1850)

Nessa seção, faremos uma exposição dos anos iniciais da Auxiliadora, destacando como ela estava organizada e sua forma de funcionamento, bem como suas propostas modernizadoras reformistas, considerando que o seu objetivo maior era a racionalização do processo produtivo pela aplicação do conhecimento técnico e científico. Inicialmente, sua ênfase era na introdução de máquinas e equipamentos nas principais atividades econômicas do país, tendo em vista que esse era um dos caminhos indicados pela Sociedade Auxiliadora para aumentar a riqueza nacional. Além disso, expomos algumas propostas dessa instituição relativas à colonização, educação e valorização do trabalho. Esses mesmos temas aparecerão frequentemente nos escritos da Auxiliadora nos anos posteriores a esse período inicial (que tomamos de 1827 até 1850).

Como observado acima, a Sociedade Auxiliadora teve, desde seu início, a preocupação de divulgar e de propagar o uso de máquinas na produção, ou seja, a aplicação de conhecimentos científicos e técnicos na atividade produtiva. Nos seus primeiros estatutos ela já manifestava esse objetivo.

Estatutos de 1824

Os estatutos foram apresentados ao Imperador por Ignácio Álvares Pinto de Almeida para que, pela sua aprovação, fosse estabelecido na Cidade do Rio de Janeiro, em benefício da indústria nacional, um depósito e um conservatório de máquinas e modelos, dirigido por uma sociedade na conformidade dos mesmos estatutos. A sociedade seria denominada como Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e seria composta por sócios efetivos,

correspondentes e honorários. A sociedade seria dirigida pelos seguintes funcionários: um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e dois adjuntos. Os funcionários não receberiam ordenados e o presidente seria designado pelo imperador e serviria pelo tempo que “fosse do imperial agrado”. O vice-presidente seria eleito pela pluralidade de votos.²⁴

O secretário, o tesoureiro e os dois funcionários adjuntos permaneceriam três anos em suas funções, sendo escolhidos pelos sócios efetivos - e entre eles - por meio de eleição. Os sócios efetivos, além dos funcionários acima citados, seriam todas aquelas pessoas que “se fizerem dignas pelo testemunho ou apresentação de algum invento novo, modelo, máquina ou memória de conhecida utilidade a benefício da indústria oferecido gratuitamente a esta sociedade”, e que ela “julgasse digno de ser admitido como sócio”. Também poderia se admitida como sócio qualquer pessoa que “fizesse donativo no valor de duzentos mil réis, e daí para cima, a benefício da sociedade”. Os sócios efetivos seriam admitidos pela sua contribuição aos trabalhos da Sociedade Auxiliadora e por votação na assembleia ordinária ou extraordinária. Seriam consideradas sócias honorárias todas as pessoas que “tiverem contribuído ou houverem de contribuir para o estabelecimento e conservação desta sociedade, compreendidas as pessoas que residam fora do Rio de Janeiro”.

A sociedade seria sustentada por subscrições anuais em seu favor. Ela faria “publicar por meio de jornais, ou da Gazeta, os nomes das pessoas que subscreverem a benefício desta sociedade, assim também as máquinas e modelos” que fossem adquiridas.

Sobre as obrigações e funções da Sociedade, os estatutos afirmavam que era sua obrigação e dever a “aquisição, arrecadação, e conservação de máquinas e modelos e inventos..., e de quanto por este meio possa concorrer, para aumento e prosperidade da indústria nacional” do Império, “devendo, porém, mandar vir com preferência aquelas máquinas, ou modelos, que forem mais necessárias, e úteis à Agricultura, Fábricas, e Artes, como as bases mais sólidas, importantes da prosperidade de um país”.

A Sociedade deveria, de acordo com os estatutos, prestar “todo o favor possível a particulares que quiserem mandar vir de países estrangeiros máquinas, ou modelos para seu uso,

²⁴ *Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1824.

facilitando os meios que estiverem ao seu alcance”. Para a propagação do uso de máquinas no país, a Sociedade manifestava a intenção de estabelecer uma pequena oficina, onde seriam admitidos os “mestres hábeis para fabricarem máquinas que forem encomendadas e peças sobressalentes para a venda.”²⁵

Os estatutos também estipulavam que a Sociedade procurasse adquirir as “melhores obras em Mecânica, e em Agricultura, e desse, por meio de periódicos, Noções Elementares de Economia Rural”, e mesmo “compor um curso, que ensinasse com clareza os princípios e práticas agrônômicas”. Ainda de acordo com o parágrafo 8 do capítulo 6 dos estatutos, era prevista a possibilidade da entidade fazer propostas de “programas a benefício da indústria com prêmios para os introdutores e criadores de máquinas ou modelos que animem e faça prosperar a indústria nacional”. Os programas e seus prêmios deveriam ser “examinados e aprovados pela pluralidade de votos e depois impressos, e publicados em sessões públicas”.

Com relação às sessões ordinárias, elas seriam feitas de três em três meses. Nestas sessões poderiam comparecer, querendo, os sócios efetivos, e nela se trataria dos seguintes objetos:

Das máquinas ou modelos que se deveriam mandar vir de fora; dos meios de animar, e fazer prosperar a indústria nacional; da decisão daqueles negócios, que a Sociedade propuser para se decidirem por maioria dos votos; e finalmente dos programas, que se devem propor a benefício da indústria, e dos seus prêmios.²⁶

Os estatutos, apesar de já formulados, teriam que esperar algum tempo para efetivamente orientarem os trabalhos da entidade.

1ª Sessão da Sociedade Auxiliadora.

Desta forma, só em 1827 é que foi escolhida e empossada a primeira diretoria da Sociedade Auxiliadora. E foi justamente nessa sessão de inauguração dos trabalhos da Sociedade que Inácio Álvares Pinto de Almeida, seu idealizador, reafirma sua crença na indústria como o

²⁵ *Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1824, p. 8, 9.

²⁶ *Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1824, pp. 9, 10, 11.

principal “móvel da riqueza e prosperidade” de uma “nação culta”. Inácio Álvarez afirmava estar convencido de que

nenhum país floresce, e se felicita sem indústria, por ser ela o móvel principal da prosperidade, e da riqueza, tanto pública, como particular de uma nação culta, e realmente independente; convencido igualmente que de que os Maquinismos são os poderosos auxiliares da indústria, cujos benéficos resultados se derramam sobre as classes da sociedade... eu trabalho desde 1820 para que se crie entre nós essa Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, cujo o fim principal é auxiliar a indústria, mormente pelo que respeita a aquisição de Maquinismos, que, expostos às vistas do Público, façam-se conhecidos, possam ser copiados, e desafiem o interesse dos nossos Agricultores, e dos nossos Artistas: para que por meio deles consigam minorar os trabalhos da mão-de-obra, obtendo ao mesmo tempo com mais facilidade, perfeição, e com menos despesas maior soma de produtos.²⁷

Nesse raciocínio é evidente a utilização de argumentos econômicos uma vez que o emprego de maquinismos pouparia mão-de-obra, despesas, e aumentaria o produto. Em seguida, Inácio Álvarez explicita como ele interpretava o conceito de indústria e faz referência à opinião dos “economistas modernos” sobre a utilidade dos maquinismos:

A indústria considerada, ou como simples trabalhos manuais, ou como invenção do espírito em maquinismos úteis, é um tesouro precioso de inumeráveis benefícios, porque aplicada à cultura da Terra, às Manufaturas, às artes, e ao Comércio, anima, e fertiliza tudo e, por conseguinte, espalha a abundância e a vida (...). Todos os economistas modernos (Say, Malthus, Storch e Schalmz) estão de acordo sobre a utilidade que os maquinismos prestam à indústria.²⁸

Os maquinismos, de acordo com Álvarez, poderiam oferecer a um “não pequeno número de brasileiros livres, que vivem em inação”, ou que trabalhavam como escravos, ou ao lado destes, “recursos fáceis para procurarem sua subsistência”, e habilitaria, continua Álvarez,

o Brasil por mais este meio atalhar a peste moral da escravidão que a ignorância tem fomentado contra seus verdadeiros interesses, e a suprir braços forçados, que como únicas Máquinas (com bem poucas exceções) se empregam entre nós para tudo, trabalham sempre em sentido contrário aos interesses do Proprietário, prestam serviços precários, custam já grandes somas, que aumentando de dia em dia as que o Brasil tem perdido depois que, para a desgraça e ruína sua faz tráfico da espécie humana, tornam por esses motivos mais caros os produtos deste país,

²⁷ Inácio Álvarez de Almeida PINTO. “Discurso que recitou no faustíssimo dia em que foi instalada a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional”. Rio de Janeiro, Tipografia Imperial e Nacional, 1828, p. 3.

²⁸ Inácio Álvarez de Almeida PINTO. *Idem*, p. 8-12.

tanto para seu próprio consumo, como para obterem boa vendagem nos mercados de outras nações.²⁹

No trecho acima, de conclusão do discurso de Álvarez, constata-se a reafirmação dos argumentos econômicos contra a escravidão, pois a utilização do trabalho escravo implicava em altos custos e serviços precários. Daí que fosse contrária aos verdadeiros interesses econômicos dos proprietários, isto é, menores custos, bons serviços e produtos mais baratos.

No ano seguinte a essa sessão de inauguração da Sociedade Auxiliadora, 1828, ela contava apenas com 49 sócios. Entretanto, foi o sócio efetivo Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt que apresentaria, em 21 de julho de 1828, um anteprojeto de lei regulando o preceito da Carta de 1824 sobre a proteção dos direitos do inventor ou descobridor. Esse anteprojeto, depois de receber várias emendas foi convertido em lei em 28 de agosto de 1830 e concedia privilégio a quem descobrisse, inventasse ou melhorasse uma indústria útil e um prêmio a quem introduzisse uma indústria estrangeira, e regulava também essa concessão. Essa lei seria revogada somente em 1884.

Sobre a composição da Auxiliadora nos seus primeiros anos, Raimundo José da Cunha Matos, primeiro secretário do conselho administrativo da entidade em 1831, apresentava relatório no qual destacava que os membros eram compostos por: “Conselheiros de Estado, Ministros e Secretários de Estado, Senadores, Deputados, Titulares, Eclesiásticos, Ministros e Empregados de Tribunais, Médicos, Advogados, Negociantes, Capitalistas, Lavradores ou Agricultores, Proprietários, Artífices e Gerais”.³⁰

Estatutos de 1831

Em 1831, os estatutos seriam reformados, e de acordo com eles os sócios efetivos deveriam contribuir com sua experiência e conhecimento para os trabalhos da Sociedade, como, aliás, já estava previsto nos seus primeiros estatutos, ou seja, divulgar, estimular e promover com

²⁹ Idem, 13-16.

³⁰ Relatório recitado em sessão pública da Assembleia Geral da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro em o dia seis de agosto de 1837 pelo seu primeiro secretário Raimundo José da Cunha Matos e mandado imprimir por conta da mesma Sociedade. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1837, p. 2.

todos os seus recursos disponíveis a utilização de maquinismos na produção agrícola e industrial. Além disso, os sócios deveriam contribuir com uma joia de 12 mil réis e uma mensalidade de um mil réis. Os recursos da Auxiliadora seriam aplicados na aquisição de “máquinas ou modelos próprios à indústria da nação, na construção deles no próprio país, para o que seriam estabelecidas oficinas”. Essas oficinas - como vimos - já estavam previstas nos primeiros estatutos de 1824. Em 1833, a Sociedade já contava com noventa máquinas em exposição, de “descascar café, de lavar o ouro, de descaroçar o algodão, de cortar capim, de tornear os metais e de fazer cordas”, etc.

Além de empregar os recursos na aquisição e fabrico de máquinas, eles poderiam ser utilizados também na “concessão de prêmios previstos em programas e que estimulassem o agricultor, o artista e o fabricante industriais”. Ainda atendendo aos seus objetivos de divulgação da ciência e conhecimentos aplicados à produção, os recursos poderiam ser empregados na edição de publicações avulsas referentes às artes e ciências industriais, bem como na compra e redação de jornais, memórias, obras ou escritos interessantes à indústria. Nesse sentido, em 1833, a Auxiliadora assinava e o *Auxiliador* traduzia alguns artigos de publicações estrangeiras como o *American Farmer*, dos Estados Unidos, *Agriculture and Arts Semanal*, da Inglaterra e o *Journal des Connaissances Utiles*, da Bélgica.³¹

O Auxiliador da Indústria Nacional

Considerando que a principal preocupação da Sociedade Auxiliadora era a divulgação e promoção da utilização de maquinismos e técnicas científicas nas atividades produtivas, em 1833 ela começa a publicar o seu periódico mensal *O Auxiliador da Indústria Nacional*, sob a responsabilidade da comissão de Redação de Jornais, de Programas e de Revisão de Memórias. Essa comissão e as outras criadas pelo novo estatuto (Fundos, Análises e Processos Químicos, Economia Doméstica e Rural, Agricultura e Artes, Fábricas e Comércio) formavam, juntamente com a diretoria, o Conselho Administrativo da Sociedade.

³¹ “Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional”, aprovados pela Regência em nome do Imperador. Rio de Janeiro, Tipografia Austral, 1831.

Na introdução do primeiro número do periódico são expostos os motivos gerais que levaram à criação da Sociedade Auxiliadora e que estão relacionados à superação da ignorância e às realizações do verdadeiro conhecimento, o conhecimento científico:

As vantagens dos progressos das luzes são incontáveis: as ciências físicas não existem realmente senão depois que seguem uma marcha certa e útil, (...) e já a Botânica e a Zoologia se unirão para acelerarem os progressos da Agricultura. Esta oferece-nos infinitos tesouros, mórmente em hum país onde luz das ciências não tem penetrado os campos assombrados pela espessa escuridão de brutais Africanos; e ela promete facilitar o acréscimo da nossa população aumentando a publica prosperidade (...). É para concorrer a estes progressos, e para aparecer a realização de bens, que só a propagação das luzes pode produzir no Brasil, que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional aqui estabelecida aqui empreende esta publicação periódica (...). Possa a sua empresa ser bem colhida dos Brasileiros interessados na prosperidade do Império (...).³²

O periódico teve longa duração, sendo editado até 1892. Em 1896, houve uma tentativa de retomar sua publicação, mas ela se restringiu a alguns números. A estrutura editorial do periódico era semelhante à da própria entidade, ou seja, os assuntos tratados pelas comissões ou seções que existiam na Sociedade orientavam a organização e a distribuição dos temas das memórias, notícias, tabelas e artigos de autores nacionais e estrangeiros que eram publicados no periódico. Posteriormente, seria acrescentada uma parte oficial com atas das reuniões do Conselho Administrativo e da Assembleia Geral, bem como os relatórios e pareceres das seções especializadas da Sociedade.³³

Durante o relatório dos trabalhos da Sociedade Auxiliadora, no ano de 1834, foi lida uma Memória do secretário da Sociedade, “sobre a necessidade que há de se abrirem estradas públicas no Brasil, provando que a riqueza é uma consequência do trabalho e das vendas”. E, no final, foi lida outra, do sócio Major Carlos Augusto Taunay, “relativa a evidente necessidade que há no Império de um regulamento que facilite a entrada de colonos no mesmo Império”.³⁴ Era a

³² *Auxiliador*, ano 1, nº 1, Janeiro, 1833, pp. 9-10. A lei que proibia o tráfico entrara em vigor em novembro de 1831.

³³ Edgar CARONE. “O Centro Industrial do Rio de Janeiro e a sua importante participação na economia nacional (1827-1977)”. Rio de Janeiro: Centro Industrial do Rio de Janeiro; Cátedra, 1978. P 20-23. Nelson WERNECK SODRÉ. “Historia da Imprensa no Brasil”. Rio de Janeiro: Graal, 1977. P 147. José Luiz Werneck da SILVA. “Isto é o que me parece”. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1824-1904) na formação social brasileira. A conjuntura de 1871 até 1877. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal Fluminense, Niteroi em 1979, pp. 77, 78, 79.

³⁴ *Auxiliador*, nº 8, 1834. Carlos Augusto Taunay foi major do exército francês, conservou esse posto por ocasião da Independência, reformando-se mais tarde. Carlos Augusto Taunay escreveu vários artigos no jornal Reverbero Constitucional, que era redigido “por dois dos mais destacados patriotas e batalhadores” pela causa da “emancipação política do Brasil, o padre Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo”. Sacramento BLAKE. *Op. cit.*, 2º vol. pag. 55. O dicionário Blake faz

primeira vez que a questão da colonização aparecia nas páginas do *Auxiliador*, portanto, já no segundo ano de circulação do periódico.

As máquinas e modelos que a Sociedade Auxiliadora tinha em exposição em sua sede, ou que emprestava aos interessados em introduzir novos procedimentos na produção, poderiam ter aplicação na realidade econômica da época, mas isto requeria tanto o interesse em experimentar como a disposição para realizar as adaptações quando as circunstâncias assim demandassem. Interesse, disposição e, obviamente, capacidade para experimentar e realizar inovações no processo de trabalho eram qualidades inerentes dos “homens industriais”. Por isso mesmo, no momento da criação da Sociedade Auxiliadora, os discursos dos fundadores já abordavam a questão da mão de obra no país.

Para a Auxiliadora, a valorização do conhecimento e da inteligência no processo de trabalho implicava necessariamente na questão da mão de obra; ou seja, o problema da substituição da mão de obra escrava. Seguindo este raciocínio é que surge pela primeira vez na Sociedade uma proposta relacionada à colonização. Na sessão da Assembléia Geral de 15 de novembro de 1835 era apresentado, para a discussão, o parecer de uma comissão que havia sido designada para examinar uma proposta do sócio efetivo Conde de Gestas. Em termos gerais, a proposta dele era que “*a Sociedade Auxiliadora preste eficaz proteção aos colonos, que dos portos estrangeiros se dirigirem ao Brasil*”. A comissão reconhecia a

grande vantagem que deve resultar a nossa agricultura e indústria, se a introdução de colonos livres tiver uma direção e apoio no Brasil, e que anime a emigração da Europa (...) que se deve formar no seio da mesma Sociedade (Auxiliadora) uma associação com o título de **Auxiliadora da emigração de colonos livres** (...). Que esta organização se organize de tal sorte que sirva não só para dar proteção e direção aos colonos que forem chegando, como também a fazer vir da Europa novos colonos, e dos países que julgar mais apropriados.³⁵

Tanto a proposta como o parecer foram aprovados pela Assembléia Geral e, “para levar a efeito o projeto”, seria nomeada uma comissão encarregada de procurar assinaturas de pessoas “que queiram entrar para membros da nova Sociedade”.

referência a essa memória de Taunay sobre colonização: “Algumas considerações sobre a colonização oferecidas à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Rio de Janeiro, 1834, 40 pags.

³⁵ *Auxiliador*. Anno III. N. 12. Dezembro de 1835, pp. 361-362.

No encaminhamento da questão da substituição do trabalho escravo vai aparecer nessa época (1835-1837) matérias no *Auxiliador* abordando o tema da educação como forma de preparar a mão de obra nacional para assimilar os “conhecimentos úteis” que a ciência então oferecia para o progresso das sociedades. Entre as matérias contidas no quinto ano do periódico estavam: “*Parecer da comissão sobre o estabelecimento da Escola Normal de Agricultura*”, “*Escola de Agricultura para Meninos*” e “*Escolas de Agricultura*”. De acordo com o relatório de 1837, a Sociedade “estava empregando as mais assíduas diligências para conseguir o estabelecimento de uma escola normal teórica e prática em terras da lagoa Rodrigo de Freitas”.³⁶

Em 1835, João Diogo Sturz, sócio efetivo da entidade, retomava a questão da importância das máquinas na produção e publicava sua “Memória sobre os efeitos das máquinas e suas vantagens na riqueza pública e necessidade de sua introdução no Brasil...”, oferecendo-a à Sociedade Auxiliadora. Nela, ele enfatiza a importância do emprego das máquinas na atividade produtiva.³⁷

Na Memória, Sturz ressalta a importância das máquinas na melhoria do trabalho produtivo:

A vantagem que tem as máquinas sobre o trabalho manual é geralmente o de aumentar ou melhorar o produto de qualquer operação; e satisfazerem a este fim habilitando-nos a aplicar uma força comum derivada dos agentes naturais com precisão e eficácia.³⁸

A Inglaterra é então tomada como exemplo de país onde a utilização das máquinas e a disseminação do conhecimento das “Ciências e das Artes” acarretaram a sua “grandeza e riqueza”:

³⁶ Esse mesmo relatório trazia a informação de que a Sociedade já contava com 217 sócios efetivos e poderia ser considerada “uma das mais respeitáveis associações científicas do Império Brasileiro”. O balanço final do ano de 1837 da Sociedade Auxiliadora era positivo: havia “seiscentos mil réis na Caixa Econômica” e sua “pequena Biblioteca crescia”, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império arcava com o custo da mão de obra da Tipografia Nacional, na Impressão dos 500 exemplares mensais do *Auxiliador* era mantido o intercâmbio com diversas associações estrangeiras, entre elas a Real Academia de Ciências do Reino de Nápoles e a Sociedade Politécnica de Paris. O conservatório Mecânico da Sociedade tinha em exposição várias “máquinas e modelos” e, para os interessados, o Conde de Gestas ensinava “o uso de Máquinas aratórias, de moagens e de tecidos entre outras.” *Relatório da Sociedade Auxiliadora recitado em sessão pública da Assembléia Geral em o dia seis de agosto de 1837 pelo seu primeiro secretário Raimundo José da Cunha Matos e mandado imprimir por conta da mesma sociedade*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1837.

³⁷ João Diogo STURZ. ‘Efeitos das máquinas e suas vantagens na riqueza pública e necessidade de sua introdução no Brasil, e da exceção de direitos que se lhes deva dar, bem como ao combustível para elas necessário, oferecido à Sociedade Auxiliadora da Agricultura e Indústria do Rio de Janeiro e Bahia. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1835.

³⁸ Idem; *Ibidem*, p. 5.

O país mais adiantado na aplicação destas forças inanimadas é a Inglaterra, onde ela se tem computado com a de vinte milhões de homens; e é a isto que principalmente se deve este país sua superioridade em tudo, sua grandeza e riqueza; porque além do trabalho de sua industriosa população dirigida pelas Ciências e Artes vulgarizadas entre ela, acode à sua produção a referida força.³⁹

E, mesmo em “países velhos”, isto é, com população numerosa e com falta de terras disponíveis para a agricultura, onde o uso de máquinas poderia ocasionar “prejuízos individuais” como o desemprego. “Nem por isso”, continua Sturz,

deixam os Economistas Políticos, atendendo à Sociedade em geral e olhando para os resultados gerais, de ser em favor de todos os meios que produzem com menor custo e, por conseguinte, em favor de máquinas, não obstante o prejuízo individual que por algum tempo eles causam a algumas classes, sendo nisso justificados pelo princípio de que o bem particular deve ceder ao bem geral.⁴⁰

No caso do Brasil, onde havia abundância de terras disponíveis, Sturz avaliava que para se tornar um país rico, ele não precisava mais “do que de trabalho, inteligência e ciência, para que maior e mais lucrativo seja o seu trabalho”.

Estrutura Administrativa e Funções da Sociedade Auxiliadora

A estrutura administrativa da Sociedade Auxiliadora, no que se refere aos seus cargos mais altos de direção, vai sofrer pouca alteração ao longo do tempo. Assim sendo, em 1838, com exceção da inclusão do cargo de “Presidente Honorário”, os outros cargos e funções permaneciam os mesmos já referidos. Também, com relação às matérias e aos assuntos tratados nestes primeiros anos da revista, não se verifica modificações importantes, ou seja, em 1834 a maioria dos artigos apresenta aquelas características de conteúdo. Entretanto, neste 2º ano da revista, é publicado o parecer de uma comissão da Sociedade a respeito de uma máquina: “Parecer dos membros das Comissões mandadas pela Sociedade para o exame da machina inventada pelo dito Scheult”. Além deste parecer, havia outro do “Exc. Sr. José Clemente Pereira, sobre o mesmo objecto”. Esta função, dar pareceres (consultivos) sobre invenção de máquinas, novas técnicas e métodos de produção - em geral agrícolas - legitimar patentes,

³⁹ Idem, p. 5.

⁴⁰ João Diogo STURZ. *Op. cit.*, p. 6.

isenção de direitos para importação de matérias-primas, etc, será cada vez mais importante na Sociedade Auxiliadora.

Relatório de 1835

No seu terceiro ano de edição, em 1835, o *Auxiliador da Indústria Nacional* publicava um relatório “dos trabalhos e progressos da Sociedade, lido pelo 1º Secretário”, José Silvestre Rebello, na sessão de 12 de julho do mesmo ano. Nele se informava que a Sociedade havia recebido contribuições dos seus sócios efetivos, e de joias de entradas dos novos sócios no valor de 832\$172, e que parte desta quantia era do balanço do ano anterior. Tendo sido gasto 632\$950, havia, “por tanto em cofre 220\$222 réis sujeito a pagar o custo de várias Maquinas e Modelos, que estão a caminho, de Paris para esta corte, e se esperam todos os dias”. Na edição do *Auxiliador* eram gastos 400\$000 réis, e o preço das assinaturas poderia ser reduzido “logo que se tenha 60 assinantes”. Além das assinaturas, eram vendidos números avulsos, mas ao que tudo indica os balanços posteriores, nesta fase inicial, as vendas da revista eram em sua maior parte para assinantes. Contudo, não era com esse dinheiro que a Sociedade custeava suas despesas, pois dizia o relatório que a “Sociedade tem em Baltimore huma saca de café para com seu valor se pagarem os Números do Agricultor Americano, e do Agricultor do Sul do ano p.t.p, Periódicos de que a Sociedade possui coleções completas”. A Sociedade relatava ainda, entre outras coisas, o recebimento de “amostras de Linhos em diferentes feveras” de Pernambuco “entregues pelo seu Sócio Efectivo o Exc. Sr. Conselheiro Pedro de Araújo Lima”, “um volume manuscrito sobre as Riquezas Naturais do Brasil” do “Sr Frederico Leopoldo Cezar Burlamaque” e “uma amostra de Chá, elaborado em S. Paulo pelo Ilmo. Senador o Sr. Padre Diogo Antonio Feijó. Também o encarregado dos negócios do Império nos países Baixos, e sócio efetivo da Auxiliadora, “o Sr José Marques Lisboa, presenteou a Sociedade com a coleção ate março deste ano do Jornal dos Conhecimentos Úteis da Bélgica, donde hão de se extrair para o *Auxiliador* os Artigos mais convenientes à nossa Indústria, dos quais abunda esse interessante Jornal Belga”.

A criação do IHGB

Uma das iniciativas mais importantes da Sociedade Auxiliadora no sentido de criar outras Sociedades ou Institutos foi a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Assim, propuseram a criação desse Instituto Raimundo José da Cunha Matos e Januário da Cunha Matos, e na sessão do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora, em 18 de agosto de 1838, era aprovada a proposta da sua criação. De acordo com a proposta, a Sociedade Auxiliadora oferecia as seguintes bases, entre outras, para a instalação do Instituto Histórico:

1ª - Fundar-se-á, sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, um Instituto Histórico que especialmente se ocupe da História e Geografia do Brasil

2ª - os seus membros trabalharão na mesma casa em que ora trabalham os da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

3ª - O fim deste Instituto será, além dos que forem marcados pelos seus regulamentos, coligir e metodizar os Documentos Históricos e Geográficos interessantes à História do Brasil.

(...)

9ª - O Instituto abrirá correspondência com o Instituto Histórico de Paris, ao qual remeterá todos os documentos de sua instalação, e assim também com outros da mesma natureza em Nações Estrangeiras e procurará ramificar-se nas Províncias do Império para melhor coligir os documentos necessários à História e Geografia do Império do Brasil.⁴¹

Essa proposta seria aprovada pela Assembleia Geral da Sociedade Auxiliadora na sessão de 19 de outubro de 1838.

Economia Política

A importância da economia política nos escritos publicados no *Auxiliador* é evidenciada pelo artigo de outubro de 1839, que trazia os “preceitos gerais de Economia Política”, de Jean-Baptiste Say, um pequeno texto com afirmações gerais a respeito do assunto, tais como:

A instrução é o que nos falta, e principalmente a instrução sobre a arte de viver em sociedade.

Vale mais fundar boas escolas, e quintas para experiência da agricultura, do que edificar suntuosas prisões.

Uma vez ilustrada a opinião pública o governo é obrigado a respeitá-la.

Não há povo ignorante que seja rico.

Sem associação não há divisão do trabalho nem tão pouco se desenvolvem os conhecimentos.

⁴¹ Ata da sessão do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (nº 135), em 18 de agosto de 1838. Separata da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Vol. 25, Abril/Junho, 1969.

Direito de propriedade é inerente a natureza do homem; e só da possibilidade de possuir pode vir o desejo de adquirir.⁴²

E, no último tópico desses “preceitos gerais”, a questão do “povo e o trabalho”:

Ainda que o amor do trabalho se recomende por si mesmo, e pelas inapreciáveis vantagens que dele resultam aos indivíduos e à sociedade, não será com tudo supérfluo, nem inútil, que as leis e os legisladores empreguem o seu zelo e autoridade em inspirá-lo e persuadi-lo aos povos, já prometendo e distribuindo com descrição adequados prêmios e recompensas às pessoas industriosas e laboriosas, já castigando com justa severidade a inerte ociosidade dos preguiçosos.⁴³

Os dois temas, trabalho e educação, já em janeiro do ano seguinte, 1840, estarão de volta no *Auxiliador*. Com o título inspirador de “amor ao trabalho”, o texto ressalta a importância de se motivar desde a infância a “classe popular ao trabalho”. Assim é explicado:

Um dos maiores e mais importantes benefícios que se podem fazer aos homens, e em especial à classe popular, é inspirar-lhe o amor ao trabalho; mostrar-lhe as vantagens, os seus felizes resultados; fazer entrar este assunto, como parte essencial, no plano de instrução das primeiras escolas.⁴⁴

“Nas ideias sobre a criação de uma Escola Normal” procura-se mostrar como deve se organizar uma instituição de ensino de forma a colaborar com o desenvolvimento do país.

A racionalização do processo produtivo pela aplicação do conhecimento técnico e científico, bem como a introdução de máquinas e equipamentos nas principais atividades econômicas do país era o caminho para aumentar a riqueza nacional.

Relatório de 1839

No Relatório de 1839, o secretário interino Antonio Rebello informava que o estado financeiro da Auxiliadora era bom, apesar dos atrasos na arrecadação. As mensalidades pagas pelos sócios eram ainda a principal fonte de receita, e no ano social de 1838-1839 chegara a

⁴² *Auxiliador*, nº 8, outubro de 1839, p. 433-440.

⁴³ *Auxiliador*, nº 8, outubro de 1839, p. 433-440.

⁴⁴ *Auxiliador*, nº 1, Janeiro de 1840, p. 78.

2.862 réis. As despesas foram de 1.711 réis, o que dava um saldo de 1.150 réis, que em sua maior parte estava depositado na Caixa Econômica.

Colônia Industrial e Agrícola

Em 1840, foi apresentada e aprovada em sessão da Sociedade Auxiliadora uma proposta, do sócio Sr Theodoro Taunay, para que ela tomasse parte, como acionista, em uma associação cuja finalidade era “o estabelecimento de uma colônia industrial e agrícola na Província de S. Paulo”. Theodoro Maria Taunay era filho de Nicolau Taunay e irmão de Carlos Augusto Taunay.⁴⁵

A colônia, proposta por Taunay, seria estabelecida nas terras do então “Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, o Exm.º Sr Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, pela “sociedade em commandita” criada para este fim pelo mesmo ministro Antonio Carlos e pelo seu sócio Pedro Luiz Camillo Trinocq de Bruyère. De acordo com as condições firmadas, as ações seriam “negociáveis e transmissíveis com a simples formalidade de endosso” e, com relação aos lucros, “a terça parte dos benefícios gerais realizados pela colônia” seria “dividida entre os acionistas, e o resto” ficaria com os colonos. O entusiasmo com que a Auxiliadora saudou a criação desta sociedade é expresso no “prospecto” que ela fez a respeito da colônia:

Nunca o espírito de associação se patenteou mais fortemente do que hoje: nunca teve tamanho desenvolvimento. Os povos industriais da Europa achavam-se mais que os outros impelidos para esta nova tendência; tem compreendido que o desenvolvimento da indústria não deve nem pode aumentar-se senão com a concentração de forças e dos capitais, e as associações tem dobrado, triplicado, e quadruplicado as fortunas.⁴⁶

A afirmação da importância do espírito de associação e da concentração de capitais para o desenvolvimento da indústria, ou seja, da economia de uma forma geral, é uma questão que vai estar presente na Auxiliadora, principalmente pela subscrição de ações de empresas ou associações que ela apoiava.

⁴⁵ Theodoro Taunay nasceu em Paris em 1797 e faleceu no Rio de Janeiro em 1880. Morou sempre no Rio de Janeiro “onde foi Cônsul da França e Secretário da Legação”. Segundo Afonso de E. Taunay, Theodoro Taunay “foi um dos primeiros abolicionistas, fazendo contínuas profissões de fé antiescravistas nas sessões da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da qual era membro fundador”. Afonso de E. TAUNAY. *A missão artística de 1816*. Rio de Janeiro: Publicações da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1956.

⁴⁶ *Auxiliador*, nº 10, outubro de 1840, p. 354.

Na mesma linha - de afirmação dos elementos positivos que a associação, colônia agrícola e industrial recém fundada iria estimular - continuava o “prospecto”, agora com a menção a outro assunto importante para a Auxiliadora, a valorização do trabalho e sua motivação. Vejamos:

Se a acumulação dos capitais tem produzido enormes vantagens, quantas não produziriam a associação de operários que participariam dos lucros, nas empresas em que estivessem trabalhando! Seria o trabalho interessado em aumentar a produção, e o talento em aperfeiçoá-la (...), o operário trabalharia com mais ardor e cuidado na obra que tivesse que perfazer.⁴⁷

Como vimos, a participação nos lucros da associação pelos colonos seria de dois terços dos “benefícios gerais”. Entretanto, a avaliação das experiências deste tipo de sociedade de colonização até então não era muito animadora:

Outros proprietários mais prudentes promoveram o estabelecimento das famílias agrícolas, mediante uma renda anual; mas, ainda que reunidas em grupos, em aldeias, as famílias ficam isoladas em seus interesses particulares, e as forças estão disseminadas. A primeira consequência deste sistema é a miséria e o tédio, a origem de todos os vícios, de todos os sofrimentos; além de que, os consideráveis trabalhos que pedem o estabelecimento de uma colônia não puderam ser executados com aquela concórdia e harmonia tão necessárias para a pronta e perfeita execução.⁴⁸

Todavia, a sociedade que acabava de ser estabelecida não tinha que recear “algum dos inconvenientes” assinalados. Os colonos seriam “livres e proprietários dos seus lucros, sempre proporcionados ao seu trabalho”. A colônia ofereceria “as maiores probabilidades de bom êxito”, uma vez que seria “estabelecida a pouca distância de Santos, em um terreno mui fértil, cuja posição favorece a cultura dos produtos do país e dos do meio-dia da Europa”. Os colonos que formariam o núcleo do estabelecimento seriam “escolhidos entre famílias honradas e laboriosas”. E a maior parte dos capitais das subscrições serviria “à aquisição de instrumentos agrários e de fábrica, às despesas de passagens dos colonos, etc”.⁴⁹

Durante o período regencial, tanto a questão da imigração como a do desenvolvimento nacional ficaram sob a responsabilidade do ministério do Império. No terceiro gabinete deste período, o de 13 de setembro de 1832, era ministro do Império Nicolau de Campos Vergueiro,

⁴⁷ *Idem.*

⁴⁸ *Auxiliador*, n° 10, outubro de 1840, p. 354.

⁴⁹ *Idem*, p. 356-357.

que mais tarde faria experiências com imigrantes portugueses e alemães em suas fazendas. Vergueiro era membro da Auxiliadora e suas experiências com a colonização foram relatadas extensamente em vários artigos do *Auxiliador* no começo dos anos de 1850.⁵⁰

Refletindo de forma direta a realidade econômica do país, e de certa forma essas “lições de progresso material”, a Auxiliadora, em suas atividades consultivas, cuidava tanto da promoção da agricultura, através do incentivo à diversificação dos seus produtos como da manufatura de tecidos, fornecendo subsídios ao governo no julgamento dessas iniciativas.

A preocupação com a indústria manufatureira também aparecia em algumas matérias publicadas no ano de 1841, onde quase sempre se buscava o exemplo dos países mais adiantados neste ramo da indústria, como nos artigos “Fábricas de algodão em Inglaterra” e “Fábricas de algodão em França”.

Se a realidade econômica dos anos 40, com o aumento das exportações do café e o desenvolvimento de algumas atividades manufatureiras na região sudeste, sobretudo no Rio de Janeiro, foi refletida nas atividades e em artigos do *Auxiliador*, então o próprio conceito de indústria tinha um sentido amplo, devendo agora, também, incorporar essas transformações. Com efeito, em 1846, o Dr Emilio Joaquim da Silva Maia⁵¹, expressava o entendimento que o *Auxiliador* tinha a respeito da definição do termo indústria:

A indústria, mãe de todas as ciências e artes, e causa primária da opulência e grandeza das nações, em geral se reduz à ação das forças físicas e morais do homem aplicadas à produção. Quando se tem por objeto o maior desenvolvimento das forças naturais, ou a colheita dos produtos, que o criador espontaneamente nos apresenta, dá-se-lhe o nome de **agrícola**; quando tem por fim dar novas formas às produções da natureza, submetendo-as a complicados processos, para que estas nos sejam mais úteis, chama-se **manufatureira**; e se um valor qualquer procura dar aos produtos tanto naturais como artefatos, e os leva aos mercados para serem consumidos denomina-se **comercial**. Tais são os três ramos da indústria, em que os autores dividem a indústria, cada um dos quais ainda compreende outros muitos.⁵²

Pelo exposto acima, vemos que o conceito de indústria, uma vez que incorpora essas definições dos principais setores da atividade produtiva, não descarta, todavia, aquele seu sentido

⁵⁰ Como entidade ligada à administração, a Sociedade Auxiliadora era órgão consultivo e emitia pareceres na concessão de patentes e privilégios relativos à introdução de novas indústrias e invenções e introduções de máquinas, etc..

⁵¹ O Dr Emilio Joaquim da Silva Maia, baiano, era cavaleiro das ordens da Conceição e Christo, doutor em Medicina pela escola de Paris, Bacharel formado em filosofia natural pela Universidade de Coimbra, correspondente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa e da Sociedade de História Natural de Paris. Foi também professor de zoologia, botânica, mineralogia e geologia no Colégio Pedro II. *Auxiliador*, nº 1, junho de 1848.

⁵² *Auxiliador*, nº 1, junho de 1846, p. 3.

amplo que, como diz o texto, é “a ação das forças físicas e morais”. E é em razão desta última definição que podemos entender a questão da valorização do trabalho pelos membros da Auxiliadora, pelos menos no que refere aos princípios teóricos, uma vez que o trabalho não é só a aplicação de força física à produção, mas também da “força moral”.⁵³

A preocupação com o desenvolvimento econômico do país e a influência dos exemplos externos, dos países da Europa, sobretudo Inglaterra e França, motivavam também a divulgação de informações que de alguma maneira contribuíam para o melhor entendimento e acompanhamento do processo produtivo em todas as suas etapas. Desta forma, a partir de 1843, começam a aparecer no periódico artigos trazendo informações estatísticas. Sob o título de “Fundos Públicos”, o Auxiliador de novembro trazia uma matéria em que, além de discutir os conceitos de dívida interna e externa, consolidada e corrente, apresentava duas tabelas: uma com a dívida externa de diversos países Europeus e outra relacionando países da América Latina.⁵⁴ Verifica-se, a partir de então, que a divulgação de dados estatísticos no periódico vai se tornando mais frequente.

Se, em meados dos anos 40, a estatística era uma novidade na publicação, não o era o tema da valorização do trabalho, o qual era abordado de forma bem direta sob o sugestivo título “Amor ao Trabalho”. Aqui se mencionava não somente a sua capacidade de criar riquezas materiais, mas também o seu poder de transformação do comportamento do homem e, em consequência, da sua vida em sociedade. Assim dizia o argumento:

O trabalho não deslustra, antes enobrece e exalta a dignidade do homem. Pelo trabalho consegue o homem subjugar a natureza, e fazer-se senhor dela; conquista as suas riquezas e o seu poder; transforma de mil modos os seus produtos, e os multiplica; (...).

O trabalho fixa, e ao mesmo tempo entretem a inquieta atividade do homem, regulando-a e desviando-a de perigosos extravios e excessos; cativa-lhes os sentidos, e os submete a um regime salutar (...).

O trabalho é uma escola de sobriedade, de temperança, de virtude, e livra o homem dos funestos perigos da ociosidade. (...).

⁵³ Sobre o conceito de indústria para a Auxiliadora, Valter Pires PEREIRA (A ideia de progresso na formação social brasileira: das Academias literárias à Sociedade Auxiliadora Nacional. Tese de doutorado apresentada no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999) entende que já no discurso de instalação da “agremiação” era manifestado o objetivo “da conquista do bem-estar geral, como era próprio da ideologia liberal, à época”. Para Pereira, “segundo o espírito do que temos estudado nesse trabalho, esta era a mais clara manifestação de compromisso com o progresso, implícito mesmo no sentido da palavra *indústria*, por seu sentido de industrioso, empreendedor em todos os ramos de atividade. Nesse sentido, parece-nos que o espírito da agremiação ficaria bem mais nítido se substituíssemos a palavra *indústria* por *Progresso*” (p. 221-222).

⁵⁴ *Auxiliador*, nº 1, nº 11, novembro de 1843.

Hum dos maiores e mais importantes benefícios, que se podem fazer aos homens, e em especial á classe popular, é lhe inspirar-lhe o amor ao trabalho; mostrar-lhe a sua utilidade, as suas inapreciáveis vantagens, os seus felizes resultados, fazer entrar este assunto como parte essencial, no plano de instrução das primeiras escolas.⁵⁵

Ao mesmo tempo em que os membros da Auxiliadora procuravam difundir a ideia de valorização do trabalho através do periódico, eles pensavam nos meios de implementação dessa ideia junto à população. Obviamente, o meio mais apropriado, segundo o próprio artigo, era através da educação. Como já vimos, a Auxiliadora tinha alguns projetos de criação e estabelecimento de escolas profissionais agrícolas e industriais. Desta forma, o equacionamento do problema do desenvolvimento econômico colocava a questão da qualificação da mão de obra tanto tecnicamente quanto “moralmente”. A educação, de forma geral, deveria então ser estimulada. Assim, em maio de 1843, o periódico trazia uma matéria cuja classificação geral do assunto, “Economia Social”, resumia bem essas preocupações e falava sobre os “obstáculos que se opõem ao aperfeiçoamento da indústria”. Vejamos então os obstáculos e como superá-los:

Às classes elevadas e medias não faltam em parte alguma eficazes meios de instrução adequados á sua situação e aos cargos que tem e exercer na sociedade. Tudo porém escasseia nas classes inferiores, até a instrução para fazer uso da inteligência das artes que praticam (...).

A instrução primaria é o primeiro passo que se dá na estrada do progresso intelectual, e por ventura o mais importante no cumprimento daqueles deveres [morais e políticos que a sociedade tem para com seus membros].

O que mais do que tudo desejamos é que se organize a educação primaria e que amplamente se derrame. Seria o primeiro passo que se daria para semelhar a educação do povo á que comumente tem as pessoas abastadas.

Ensinai-lhes o modo de ser felizes; procurando-lhes ocasiões em que possam desenvolver a razão com que Deus os dotou. É assim que as classes inferiores caminharão paralelamente, e sem se trilharem com as classes mais elevadas da sociedade; e é este o único modo de fazer pouco a pouco desaparecer as diferenças morais que os indispõe mutuamente.⁵⁶

Seguindo o seu raciocínio, o autor do texto - que não é mencionado - apresenta um plano de sistema educacional que, começando pela educação primária, passaria por colégios preparatórios que ensinassem “línguas, aritmética, geografia e desenho”, chegaria até as “escolas práticas, também com colégios”. Estas últimas formariam uma “terceira ordem de ensino, devendo cada uma delas ter por objeto uma só arte ou profissão”, onde seriam instituídas

⁵⁵ *Auxiliador*, n° 9, setembro de 1843, p. 282.

⁵⁶ *Auxiliador*, n° 5, maio de 1843, pp. 138-140.

“oficinas praticas de agricultura, horticultura, carpintaria, marcenaria de ferreiro, relojoaria, tinturaria, etc”. Concluindo, afirmava que:

A adoção deste sistema colocaria a indústria de qualquer nação a par da indústria Inglesa, que é a que mais adiantada se conhece, e ao mesmo tempo destruiria a ignorância das classes laboriosas, que muito concorre para a imperfeição que geralmente se nota nos artefatos.⁵⁷

Fazer chegar a instrução para as “classes inferiores”, para o povo, como parte do processo de progresso material e moral da sociedade, portanto, de transformação do país de acordo com um modelo de civilização, a Inglaterra, era a tarefa das “classes elevadas” e abastadas através de seus membros e representantes no governo. E aos homens letrados da Auxiliadora, também membros do governo cabiam a tarefa de difundir essa ideia e convencê-los de sua necessidade.⁵⁸

Estatutos de 1848

Os estatutos da Sociedade Auxiliadora seriam reformados novamente em 1848. De acordo com eles, os funcionários que conduziriam “os negócios da Sociedade no Conselho Administrativo seriam aumentados para trinta” e os cargos e as funções seriam distribuídos da seguinte forma: um presidente, um vice-presidente, um secretário perpétuo, um secretário adjunto, um tesoureiro, um arquivista-bibliotecário, nove conselheiros e os quinze componentes das cinco comissões permanentes.⁵⁹

A partir dessa reforma nos Estatutos, os sócios efetivos pagariam uma joia de doze mil réis pelo diploma sendo que as mensalidades foram abaixadas para quinhentos réis. Anteriormente, essas mensalidades, que eram cobradas semestralmente, tinham o valor de um mil réis. As comissões ou sessões especializadas e responsáveis pelos pareceres consultivos

⁵⁷ *Auxiliador*, nº 5, maio de 1843, p. 141.

⁵⁸ Mais tarde, no começo da década de 1870, a Sociedade Auxiliadora iria abrir e manter duas escolas: uma de alfabetização para adultos e outra de ensino prático. Mas, além da questão mesma da educação, o que nos chama atenção nesse escrito anônimo, que deve representar a opinião dos redatores e dos dirigentes da Sociedade, é o tipo de discurso e, mais do que isso, da própria prática modernizante da elite intelectual e política da época.

⁵⁹ Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro. Tipografia Brasiliense, 1848.

seriam de Indústria Agrícola e Colonização, de Indústria Comercial e Navegação, de Indústria Manufatureira e Artística, de Análises e Ensaio Químicos e de Redação. A sociedade continuava a corresponder-se com outras sociedades dentro e fora do país.

Com relação à parte financeira da Sociedade, ela recebia do governo Imperial uma subvenção e, mesmo com as vendas avulsas do *Auxiliador* e os recursos advindos das assinaturas do periódico, parte considerável deles era gasta na sua impressão e pouco sobrava para outras despesas, como a compra de máquinas e modelos. Daí que a Auxiliadora utilizasse os dividendos de ações que ela possuía como da Estrada de Ferro Dom Pedro II e da Associação Central de Colonização, assim como dos juros de apólices da dívida pública.

A questão do fim do tráfico e as propostas de substituição do trabalho escravo.

A estrutura da economia exportadora escravista tinha como uma de suas peças fundamentais o tráfico de escravos. Na expressão de Luiz Felipe Alencastro, essa “matriz econômica colonial”, longe de ser superada, é até mesmo reforçada com a expansão do café após a Independência. Nesse sistema econômico, que unia fortes interesses na manutenção do tráfico de escravos e da escravidão, o espaço para a difusão de ideias de progresso econômico, por meio da racionalização da produção e valorização do trabalho livre, obviamente estaria muito limitado - no sentido da aceitação e implementação dessas ideias. Entretanto, quando o tráfico, um dos alicerces principais desse sistema econômico, é colocado sobre forte pressão - e até seu rompimento, ou seja, sua extinção - surge aí a oportunidade para a Sociedade Auxiliadora veicular e propor suas ideias com mais veemência, incentivar e tentar promover seus programas reformistas e projetos “civilizatórios”.

Com efeito, durante o período de 1840 a 1850, o aumento das pressões inglesas sobre o tráfico de escravos repercute na Auxiliadora com a publicação, no *Auxiliador*, de uma série de escritos discutindo a substituição do trabalho escravopelo trabalho “livre”, e como essa medida poderia contribuir para o progresso econômico do país e para sua caminhada em direção à “civilização”.

É, portanto, justamente a partir deste período, 1845, quando a pressão inglesa pelo fim do tráfico se faz sentir mais intensa, com a aprovação em maio do Bill Aberdeen, que verificamos nitidamente o reflexo desse contexto nas páginas da revista *Auxiliador da Indústria Nacional*. Se o assunto da substituição do trabalho escravo e da colonização já era um tema que vinha sendo tratado, a partir daí ele vai aparecer frequentemente. De 1845 até meados dos anos de 1850, essa questão vai ser abordada em quase todas as edições da revista publicadas no período. A seguir, procuramos sintetizar algumas opiniões que apareceram no periódico, destacando o escrito e a argumentação de Burlamaque que utiliza mais amplamente as referências à Charles Comte, à Adam Smith e à economia política. Vejamos como a questão foi tratada por alguns escritos no periódico.

Colonização

Em janeiro de 1845, o *Auxiliador* publicava uma longa matéria com o título de Colonização.⁶⁰ Agora, não se tratava apenas de destacar alguns esforços e iniciativas de criação e estabelecimento de colônias no país, como fora até então, tampouco a veiculação de artigos traduzidos das revistas estrangeiras em que afirmava a superioridade do trabalho “livre” sobre aquele realizado sob coação, mas sim a discussão dos obstáculos à realização dos esforços de colonização.

Neste artigo, o autor identifica as principais causas da pouca atração que o país exercia sobre os imigrantes europeus: a concorrência com o trabalho do escravo, a baixa remuneração, o sistema de doação de terras e, como consequência desta situação, a falta de perspectiva para o imigrante de um dia vir a se tornar proprietário. Ao argumentar em favor da colonização, o escritor procura destacar a importância, da perspectiva do imigrante, do estímulo à imigração, em contraste com o projeto da lei de terras de 1843 do governo, que buscava combinar o trabalho livre com a perspectiva da propriedade, fazendo com que o trabalhador se fixasse temporariamente sob o controle do proprietário.⁶¹

⁶⁰ *Auxiliador*, nº 1, janeiro de 1845, p. 20. O autor não é identificado.

⁶¹ De acordo com Lígia Osório SILVA (*Terras Devolutas e Latifúndio. Efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, pp. 98, 105), “o projeto (lei de terras de 1843) conservou a proposta do Conselho de Estado. De que os trabalhadores que viessem com a passagem paga pelo governo fossem proibidos de comprar, arrendar, etc. terras antes de três anos de permanência no país, a menos que indenizassem as despesas feitas com seu traslado”. Lígia Osório menciona a memória de Carlos Augusto

Segundo o autor do artigo, a substituição dos escravos no meio urbano seria encaminhada por medidas do governo para “empregar somente braços livres nos seus arsenais, alfandegas, empresas e obras, sujeitando-se à mesma condição as administrações provinciais, e companhias dependentes do beneplácito e favores do governo”. Mas, a questão mais difícil era a da promoção da colonização agrícola.

Nesse caso, já aparece uma importante restrição: “a impossibilidade de fazer concorrer misturadamente aos mesmos serviços os colonos livres e escravos africanos, e, sobretudo, em escala grande”, pois, “o despreço do trabalho, a perdição de ambas as classes e a revolta surgirão deste contacto”. Seria então “indispensável” que o trabalho livre operasse separadamente. Assim, o autor propunha a criação de colônias só com imigrantes. No entanto, a criação dessas colônias colocava o problema do lugar onde elas seriam estabelecidas, que regiões do país ofereceriam as condições adequadas para a implantação de colônias que não fossem “contaminadas pela escravidão”; pois se houvesse condições similares às que os ingleses estavam enfrentando com sucesso “nas províncias septentrionaes da America” e no continente Austral, onde o “systema mais perfeito, o de Gibbon Wakefield”, dava resultados satisfatórios, aqui também poderia-se aplicá-lo.

Apesar de não possuir essas mesmas condições, o Brasil poderia criá-las “artificialmente”, e para tanto era necessário utilizar terras devolutas. Entretanto, surgia aqui uma “dificuldade terrível”. Onde existiriam tais “terrenos devolutos”? Após analisar essa questão, o artigo apontava que somente em quatro províncias é que havia terrenos disponíveis para a colonização nesses moldes: “em Santa Catarina, na imensa zona que corre entre a beira-mar dos Campos dos Goythacazes e a Bahia, até os confins de Minas Novas, no Pará e Rio Negro, e em Mato Grosso

A conclusão, de todas as considerações feitas no artigo, era que o governo não poderia destinar para a colonização senão as “vastidões desertas nas quatro províncias já apontadas”.

Taunay, de 1834, sobre colonização (como dissemos no 1º capítulo, essa memória foi lida em sessão da Auxiliadora) que procurava atender o interesse dos proprietários nesse assunto recomendando “que se trouxesse ‘mão de obra nua’, isto é, sem nenhum recurso que não o seu trabalho e, sobretudo, que não se cedesse terras gratuitamente em hipótese alguma”.

Trabalhador brasileiro

Em dezembro de 1846, o periódico publicou uma matéria de Theodoro Taunay em cujo título havia a seguinte pergunta: “Quais são os meios mais adequados de substituir no Brasil os braços escravos pelos livres?”. Em sua resposta, Taunay afirma que essa questão da substituição do trabalho escravo era de “maior interesse” não só para o Brasil, como para o mundo, “pois a civilização moderna promove com incansável zelo a extinção gradual da escravidão”. Taunay considerava que a “nação brasileira” já possuía uma população numerosa e forte; e tinha “recursos de população livre e industriosa suficiente para abastecer a si mesma do que pede o seu bem-estar”.⁶² Ele também verificava que o “corpo social” existia “forte e são”, e o que lhe faltava era “desembaraçá-lo das peças dos impedimentos morais que obstam a seu jogo livre no todo, e remover dele, se for possível ou em fim minorar, de um lado a opressão aristocrática, do outro a inércia pebleia.

Em sua conclusão, Taunay argumentava: “É inteligência no trabalho que pede antes de tudo o paiz; e o que mais conta lhe faz, é a direção ilustrada, o pensamento, a observação.”

Para viabilizar a aplicação da “inteligência ao processo de trabalho”, caberia então ao governo fundar instituições de ensino profissional de artes mecânicas. De acordo com T. Taunay, a Assembleia Geral na Corte acabara de votar “quase por aclamação a formação de um estabelecimento normal de indústria, o qual tinha a finalidade “oferecer à produção no Império um centro de ensino científico que a possa guiar de noções teóricas que a regulem”; essa iniciativa conferia “grande honra aos legisladores brasileiros” e mostrava “a estimação em que a nação inteira já tem o trabalho inteligente, isto é, livre”.⁶³

O Bom tratamento dos escravos

Uma exceção nos escritos publicados foi o de Francisco Peixoto Lacerda Werneck, Barão do Paty de Alferes, que era um dos maiores representantes da principal base de sustentação econômica do país na época, a cafeicultura fluminense. Lacerda Werneck era também membro da Sociedade Auxiliadora, mas não se inscreve no perfil social e profissional da maioria dos membros atuantes na Auxiliadora. Em junho de 1847, começa a ser publicada no *Auxiliador* sua

⁶² *Auxiliador*, n°7, dezembro de 1846, p. 258.

⁶³ *Idem*, p. 263.

“Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro, sua administração, e épocas que se devem fazer as plantações, suas colheitas, etc, etc”.⁶⁴

Depois de dizer que oferecia seu trabalho, Memória sobre a fundação de uma fazenda..., à Sociedade Auxiliadora, Werneck explicava que o mesmo, “trata de objetos, cujos melhoramentos são muitos para desejar, a fim de que os proprietários tirem o melhor proveito possível”.⁶⁵ Continuava constatando que “a agricultura é na atualidade, a fonte principal de nossa riqueza, mas cumpre confessar, as nossas fazendas acham-se pela maior parte ainda mal montadas”. Werneck expressava assim uma das preocupações e objetivos maiores da Sociedade Auxiliadora, que era, como sabemos, a melhoria dos processos produtivos de forma geral, aí abrangendo tanto a aplicação dos conhecimentos científicos à produção, como também a parte relativa à administração, que é o que ele trata em sua Memória.

Em seguida, Werneck procura mostrar como a compra de escravos era um risco econômico, uma vez que a insegurança do investimento em escravos tinha um fundamento óbvio na possibilidade sempre presente da morte do escravo. Este fato, aliado com o do financiamento por parte de terceiros para a compra de escravos, geralmente os comissários, mostra o grau de dependência dos senhores de escravos em relação ao capital mercantil e ao tráfico de escravos, principal elemento de reposição das “peças” gastas e “perdas” pelo sistema econômico.

Para Werneck, a saída era diminuir a dependência do sistema econômico [mercantil escravista] que perpetuava a escravidão, e que estava ameaçado, através da melhoria das condições de vida do escravo, o que traria, provavelmente, maior longevidade e reprodução dos mesmos, contribuindo assim para manter a escravidão, pelo menos durante um tempo necessário à transição.

⁶⁴ Auxiliador, julho de 1847, pp. 56-57.

⁶⁵ Segundo Stanley Stein (Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990), “quando o Barão do Paty morreu, em 1861, deixou uma das maiores fortunas em terras acumuladas até essa época no município de Vassouras (...)”. Nota 46, p. 46. De acordo com Rafael de Bivar MARQUESE (*Administração e Escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1999, p.183): Redigida em 1846 para servir ao filho do autor - jovem recém egresso da Europa e inteiramente neófito nos segredos da cafeicultura fluminense - como manual de administração de uma fazenda cafeeira, a Memória de Werneck receberia no mesmo ano de sua publicação pelo Auxiliador uma edição autônoma na forma de livro que seria reeditado - com acréscimos - por mais duas vezes na segunda metade do século XIX”.

A posição de Werneck reflete, obviamente, sua posição socioeconômica de fazendeiro. Entretanto, ela reflete o grande dilema que envolvia essa questão para os reformistas da Auxiliadora, pois se a escravidão era o grande obstáculo ao progresso e à civilização, “não se podia acabar com ela imediatamente”.

Com efeito, os ensinamentos de Lacerda Werneck relativos à administração dos escravos visavam, justamente, incentivar o “bom” tratamento dos escravos, não só para preservá-los em boas condições de saúde, como também para ensinar-lhes os “bons costumes” e a “moralidade”. Nesse sentido, o “bom tratamento dos escravos” serviria também para estimular o comportamento adequado dos mesmos às determinações do senhor. Ou seja, o paternalismo funcionaria tanto como elemento de preservação como de controle dos escravos.

Assim, Werneck via a necessidade de se reduzir a mortalidade dos escravos, de melhorar as condições de vida dos mesmos e, desta forma, enfrentar as dificuldades que a administração de uma fazenda de escravos sempre colocara - mortalidade, perda do capital e o endividamento dos fazendeiros - bem como aquelas que se avizinhavam com a ameaça do fim do tráfico.

Mas, a posição de Werneck contrastava com a maioria daquelas expressas nos escritos do *Auxiliador*. Se, na Auxiliadora, as sugestões de enfrentamento da questão da substituição do trabalho escravo pelo livre sempre passavam pelo gradualismo, a de Werneck esticava o argumento do gradualismo ao máximo, numa continuidade a perder de vista.

Economia política e o aperfeiçoamento dos métodos de produção.

Em abril de 1848, Theodoro Taunay publicava artigo no qual fazia algumas “Reflexões sobre a escravatura e colonização”. Começava, de forma contundente, afirmando que “o Brasil, com efeito, deve aprontar-se para, desde já, uma mudança na organização do trabalho”. Nesse sentido, chamava a atenção para a necessidade de se estabelecer “ensinos industriais, oficinas normais e cursos elementares de artes e fábricas”, para os agricultores, os artistas, “para todos enfim, tanto nas cidades como nos campos”. Pois, segundo os ensinamentos da economia política, as bases do progresso material estavam na aplicação da inteligência e do conhecimento à produção. Nas palavras de Taunay, “um arado pode suprir a falta de trinta homens, em processo hábil decupla o rendimento ou o tira do nada, podem os nossos lavradores perder

cinquenta operários; se aperfeiçoarem os métodos a sua produção há de aumentar, até com a diminuição de força numérica".⁶⁶

A propriedade como recompensa pelo trabalho

Pedro de Alcântara Lisboa, demonstrando também a influência da economia política, envia de Paris uma matéria, publicada em janeiro de 1849, que tinha como título *Reflexões sobre o direito de propriedade*. Pedro de Alcântara Lisboa, sócio efetivo da Auxiliadora, tinha o perfil dos sócios destacados nesse trabalho. Ele era natural do Rio de Janeiro, bacharel em letras pelo colégio Pedro II, engenheiro químico pela Escola Central de Paris, foi professor de matemática da escola normal da província do Rio de Janeiro. Além da Sociedade Auxiliadora, foi membro da Sociedade Animadora da Instrução de Paris e de outras associações similares. Estava em Paris na qualidade de adido de primeira classe na legação imperial de Paris, tendo lá frequentado a escola de Artes e Manufaturas.⁶⁷

Pedro de Alcântara começava a matéria afirmando que o direito de propriedade era “observado em todas as nações do mundo, consagrado em todas as épocas, estabelecido entre as nações que se levantam do berço, como as que prezam de uma avançada civilização” e que este “direito instintivo” é a “recompensa do trabalho” e nobre incentivo do progresso. De acordo com ele, “o que a história mostra é que esse direito se firma e se desenvolve tanto mais, quanto mais se civilizam as nações”. Comparando o direito de propriedade com a escravidão, Pedro de Alcântara afirmava que enquanto o primeiro avançava com a civilização, o contrário se dava com a escravidão: ela “cessa, quando a civilização avança”. Em seguida, ele explicava que isso acontecia pelo fato do direito à propriedade ser uma “necessidade verdadeira”, ao passo que em relação à escravidão não havia “nenhuma necessidade” que homens, “abusando da fraqueza e ignorância de outros feitos à sua imagem”, extinguissem “todo o sentimento de dignidade destes, destruindo a liberdade que forma e desenvolve a inteligência.” Apesar da escravidão ser uma “instituição iníqua”, Pedro de Alcântara considerava que sua abolição imediata “seria uma calamidade geral, longe de ser útil à sociedade” e que caberia aos povos que quisessem “chegar à

⁶⁶ *Auxiliador*, nº 11, abril de 1848, pp. 441-447.

⁶⁷ Anteriormente, Pedro Alcântara havia mandado de Paris as lições de Mr Blanqui sobre a economia industrial (Sacramento BLAKE. Op. cit., 7º volume, p. 11). *Auxiliador*, nº 4, setembro de 1846, p. 155.

um grau avançado de civilização, preparar progressivamente as cousas para generalizar a liberdade, e esta preparação” seria “tanto mais profícua, quanto menor” fosse a “introdução de escravos”. A abolição do tráfico, um “sistema perseverante de colonização” e o estabelecimento da indústria manufatureira seriam, para o autor das “Reflexões”, os meios que “contribuiriam eficazmente para se acabar com a escravidão”.

Ainda discorrendo sobre a distinção entre “necessidades reais, verdadeiras, naturais e as falsas”, Pedro de Alcântara enfatizava que a propriedade - agora no sentido de faculdade, virtude, características - das primeiras crescia com a civilização, enquanto que aquelas unicamente “baseadas sobre a tirania” decresciam e cessavam. Já a propriedade que uma pessoa tem, continuava o autor, sobre as suas faculdades é incontestável. “Esta propriedade impartilhável é a origem de todas as outras, pois é por seu trabalho, por sua inteligência, pelo uso de suas faculdades desiguais entre os homens” que ele se vê possuidor de tudo quanto lhe é necessário e útil à sua conservação. Sendo assim, concluía, “o trabalho e a inteligência, isto é a indústria traz e desenvolve a civilização”.

Com efeito, a noção de civilização que está em questão aqui é a da civilização material, aquela que produz mais e diferentes produtos (como assinalava Pedro de Alcântara Lisboa): os mais simples, porém com maior perfeição e os mais sofisticados que, na medida do seu refinamento, exigem um grau cada vez maior de habilidades e conhecimentos técnicos da parte dos seus produtores. Por isso, a produção material deveria ser aperfeiçoada, como queria a Auxiliadora, pois ela traria a riqueza e, com ela, a “civilização”.⁶⁸

Pedro de Alcântara Lisboa terminava a matéria expressando como o grau de civilização de um país e de um povo estava associado à sua riqueza material, e esta por sua vez, era fruto do trabalho e do direito à propriedade.

Frederico Burlamaque e a economia política de Charles Comte e Adam Smith

A matéria mais longa e de maior abrangência nesse período, abordando as questões apontadas acima e a própria escravidão como uma instituição, começava a ser publicada na revista em setembro de 1847 e continuava nas edições seguintes até janeiro de 1848. Tratava-se

⁶⁸ Auxiliador, nº 8, janeiro de 1849, pp. 220, 222-229.

das “*Reflexões sobre a escravatura e colonização no Brasil*” pelo Sr. Frederico Leopoldo Cezar Burlamaque, que na verdade era uma versão resumida da sua “*Memoria analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão domestica*”.

Frederico Leopoldo César Burlamaque, filho do coronel Carlos Cezar Burlamaque e de Dona Dorothéa da Silveira Redegache, “nasceu em Oeiras, província, hoje estado do Piauí, a 16 de dezembro de 1803 e faleceu no Rio de Janeiro a 13 de janeiro de 1866. Doutor em ciências matemáticas e naturais pela antiga escola militar, tendo sido depois lente da mesma escola, onde se jubilou; assentou praça no corpo de engenharia, onde subiu sucessivamente todos os postos até ao de brigadeiro, em que foi reformado; exerceu diversas comissões e cargos, sendo os últimos o de diretor do Museu Nacional, e de secretário do Instituto Fluminense de Agricultura”.⁶⁹ Burlamaque foi um dos membros mais ativos da Sociedade Auxiliadora, senão o que mais se dedicou a divulgação de conhecimentos científicos no *Auxiliador*.

Podemos considerar Burlamaque como um dos mais importantes e mais fiéis representantes das preocupações e objetivos da Sociedade Auxiliadora no que diz respeito à divulgação de conhecimentos científicos, a melhoria e o incentivo à diversificação das atividades produtivas. Empenhado como estava com a causa do progresso material e a “difusão das luzes” que conduzissem o país rumo às “nações civilizadas”, a publicação pelo *Auxiliador*, em 1847, de sua Memória, em que condena a escravidão de forma contundente, marca a posição da “elite ilustrada” da Auxiliadora - mais influenciada e convicta acerca da ideia de progresso, elaborada pelas teorias da “Ilustração” e da economia política clássica.

Emília Viotti, em sua obra *Da senzala à Colonia*, ao tratar das ideias antiescravistas, dá grande destaque à *Mémoria* de Burlamaque, que fora escrita em 1837, “divulgando as ideias de Charles Comte”. De acordo com Viotti, Burlamaque, “convencido de que o Brasil não poderia prosperar apoiando-se no trabalho servil” e que mesmo suas “instituições e talvez sua existência como nação estavam a cada passo ameaçadas”, resolveu escrever uma *Mémoria*, que não somente condenasse o tráfico, mas considerasse “principalmente os males permanentes e duradouros da escravidão doméstica”. Burlamaque, segundo Viotti, acreditava que, “por meio de escritas cheias de lógica”, conseguiria persuadir os proprietários da “nenhuma utilidade dos

⁶⁹ Sacramento BLAKE, *Op cit.*, pp. 160-163.

escravos”. A escravidão traria como resultado “o aviltamento das pessoas e das profissões, na divisão da população entre opressores e oprimidos (...)” e colocaria uma “barreira insuperável ao progresso de toda ordem”.⁷⁰

Para Emília Viotti, “o trabalho de Burlamaque, sem dúvida o mais completo escrito nesse período, resumia a principal argumentação empregada contra o sistema escravista e a favor da cessação do tráfico que apareceu na primeira metade do século”. Mais tarde, “os argumentos que os abolicionistas utilizarão em plena campanha”, nos “clubes e sociedades pró-emancipação, a partir da década de 1870, já estavam contidos em 1823, no pensamento de José Bonifácio ou de Burlamaque, em 1837”. Viotti aponta também que, “em Nabuco, encontramos retomados os argumentos de José Bonifácio e Burlamaque”. De acordo com esses argumentos, “a escravidão aparecia como a prejudicar o desenvolvimento industrial, impedindo a mecanização, desviando capitais de seu curso natural, conduzindo à bancarrota, produzindo uma aparência ilusória de ordem, bem-estar e riqueza (...)”.⁷¹

Para escrever essa Memória, Burlamaque nos informa que “foi obrigado a consultar muitos tratados”, mas nenhuma dessas obras pareceu-lhe “mais forte mais bem escrita que o *Tratado de legislação* de Charles Comte”. Julgava esse trabalho tão importante que pedia à Sociedade Defensora que “se mandasse traduzir e vulgarizar o 4º volume” desse *Tratado*.

Sobre Charles Comte é importante destacar que ele pertenceu ao grupo que ficou conhecido como a escola de Paris, sendo considerado como um dos precursores dos economistas políticos franceses, referenciados nesta pesquisa. Um dos trabalhos coletivos mais importantes desta “escola” foi o *Dictionnaire de L'Économie Politique*. Vejamos então como o *Dictionnaire* sintetiza as ideias e a atuação de Comte. O verbete foi escrito por G. de Molinari.⁷²

De acordo com o *Dictionnaire*, Charles Comte foi secretário perpétuo da Academia de Ciências Morais e Políticas, deputado de Sarthe, tendo nascido em 25 de agosto de 1782, em

⁷⁰ Emília Viotti da COSTA. *Da Senzala à Colonia*. 4ª edição. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, pp. 399-401. A Memória de Burlamaque se intitulava *Memoria analítica acerca do comercio de escravos e acerca dos males da escravidão domestica*, e fora escrita para participar de um concurso instituído pela Sociedade defensora da independência nacional para “trabalhos que mostrassem a odiosidade do comercio de escravos”.

⁷¹ Idem, pp. 407, 409, 425.

⁷² *Dictionnaire de l'Économie Politique*. Contenant l'exposition des principes de la Science. L'opinion des écrivains qui ont le plus contribué à sa fondation et à ses progrès. La bibliographie générale de l'économie politique par noms d'auteurs (...). Publie sous la direction de MM. Ch. COQUELIN et GUILLAUMIN. Paris: Librairie de Guillaumin et C^a, 1852, pp. 446,447.

Sainte-Eminie. Ele começou sua carreira de publicista com a publicação do *Censeur*, em 12 de junho de 1814. Ele funda este jornal para resistir à reação que marca o retorno dos Bourbons, e que termina por provocar a perda do governo da restauração. Depois da publicação do segundo caderno do *Censeur*, ele leva como colaborador um dos seus companheiros da escola de direito, M. Charles Dunoyer. Esses dois escritores são animados de um mesmo amor pelas liberdades constitucionais.

Na segunda série do *Censeur*, que passa a se chamar *Censeur Européen*, a maior parte das grandes reformas, que são a preocupação e a necessidade do nosso tempo, foram expostas e discutidas com uma destacada superioridade de opinião. A redução do exército, a simplificação das atribuições do governo, a liberdade do trabalho e do comércio encontraram nos redatores do *Censeur Européen* defensores enérgicos e convictos. Infelizmente, as perseguições obrigaram MM. Comte e Dunoyer a renunciarem às suas obras de propaganda liberal. Condenado a dois meses de prisão e à 2.000 fr. de multa por ter publicado uma subscrição de defesa, M. Comte, não achando sua condenação fundamentada, se exila na Suíça. Posteriormente, Charles Comte se retira para a Inglaterra onde ele se liga estreitamente a Bentham. Após o tempo exigido para a prescrição da sua pena, ele volta para a França, onde ele termina seu *Traité de législation*, verdadeiro monumento científico, pelo qual a Academie française o premia, em 1828, com o grande prêmio Montyon. Nesta bela obra, Charles Comte procurou expor as leis naturais que presidem o desenvolvimento da sociedade, como as causas que podem ser obstáculos ao seu progresso. Seu objetivo era aplicar nas ciências morais os mesmos procedimentos que tinham permitido as ciências físicas realizarem seus progressos tão rápidos. Ele rejeitava impiedosamente as hipóteses e os sistemas preconcebidos para se ater à observação dos fatos.⁷³

Sobre o *Tratado* de Comte, o *Dictionnaire* faz a seguinte observação: “O *Traité de Législation* de M. Comte é um verdadeiro tratado de economia social, cujo 4º volume, inteiramente consagrado à questão da escravidão, passa com razão como o mais importante da obra”. Todas as partes desta questão são aprofundadas com uma “grande independência de julgamento e uma rica profusão de fatos”.⁷⁴

Retomando Burlamaque e sua utilização do *Tratado* de Comte: para ele, o uso continuado do arbítrio e da prepotência “desnaturava” o caráter nacional e o fazia inclinar ao despotismo e à aristocracia. Não poderia haver prosperidade “se a existência da escravidão” se opunha “ao desenvolvimento de todas as faculdades”. Diante desse quadro perguntava: Como haverá civilização, isto é *Ilustração*, como haverá liberdade, “isto é *ordem*, se a indústria não pode

⁷³ Idem. Ainda segundo o *Dictionnaire*, Frédéric Bastiat, que por longo tempo foi alimentado pelo estudo do *Traité de législation*, apreciava tanto este belo livro: “Eu não conheço, dizia ele, nenhum livro que faça pensar mais, que lança sobre o homem e a sociedade as ideias mais novas e mais fecundas, que produz no mesmo grau o sentimento de evidência. Idem, pp. 446-447.

⁷⁴ Idem, pag. 447.

existir, se as classes livres estão condenadas à estupidez? Como haverão costumes e religião, os mais firmes esteios da liberdade e da civilização, se tudo concorre para a corrupção e a desmoralização da população?”

Já no início, fazendo a relação entre “civilização” e progresso material, sendo este por sua vez fruto do trabalho produtivo que controla e transforma a natureza, Burlamaque afirma que: “Todas as riquezas que possuem as nações provêm do trabalho humano combinado com as forças da natureza”. Sendo assim, é necessário que o homem saiba como dirigir as suas próprias forças e as forças da natureza para realizar a produção e a riqueza material, e através desta chegar à “civilização”. A seguir, ele enumera “três maneiras que o homem concorre para a produção das riquezas”:

1 - Pelo desenvolvimento da sua inteligência, que lhe faz tirar o maior partido possível da natureza; 2 - Pela habilidade que consegue obter por seus aturados trabalhos, para bem executar as operações que a sua inteligência concebeu; 3 - Finalmente, pelos hábitos morais e físicos que adquire, e que lhe dão os meios de conservar, fazer crescer, ou dispor das coisas do modo mais vantajoso.⁷⁵

Para analisar o desenvolvimento econômico do país, relacionando o seu atraso à escravidão, Burlamaque lança mão, mais uma vez, da comparação entre os estados do Sul e do Norte dos Estados Unidos - procedimento, na verdade, utilizado por Charles Comte para criticar a escravidão, e citado e reproduzido textualmente por Burlamaque. De acordo com o “judicioso” C. Comte, nos estados em que a escravidão se achava estabelecida existiam poucas riquezas e praticamente nenhum ramo de indústria podia ali desenvolver-se. “Este fenômeno é tanto mais notável, pois que todas as artes fazem progressos rápidos nos Estados em que os trabalhos são exercidos por homens livres”.

Tanto nos estados do sul da América do Norte como no Brasil, compara agora Burlamaque, a agricultura é “quase a única arte exercida” e, no entanto, “as operações deste ramo de indústria são tão simples e tão pouco numerosas”, uma vez que a inteligência, e o nenhum interesse dos escravos, assim o exigem. Só se conhece a charrua e o arado de nome, “tudo é feito à força de braços”. Como exemplo da ignorância do trabalho agrícola ele observa:

A maior parte das arvores frutíferas só conhecidas pelos nomes em certas partes do país. Para fazer executar as operações as mais grosseiras da agricultura (como

⁷⁵ *Auxiliador*, n° 6, novembro de 1847, p. 269.

bem observa o publicista C. Comte - que acima citamos) alguns açoites bastam; mas elles são insuficientes, para formarem a inteligência e atividade necessária a um jardineiro.⁷⁶

Um dos temores, não o mais grave, que o fim escravidão provocava era o de que os libertos se recusassem a trabalhar, ou que trabalhassem “à maneira dos selvagens”, isto é, quando a fome os obrigasse. Para Burlamaque, o perigo menos grave é o que mais se deveria temer, pois os efeitos da escravidão “não poderiam cessar repentinamente”. E, o mais infalível efeito da escravidão “é o aviltamento de toda a espécie de trabalho; se ser livre é ser ocioso”, dizia ele, “claro fica que os libertos julgarão da mesma maneira e procurarão imitar a seus antigos senhores”. Por outro lado, tal situação não duraria muito tempo, já que, refletia Burlamaque, “em geral o homem a quem faz mover a esperança de recompensas, obra com mais inteligência e energia” do que aquele movido pelo temor dos castigos.

Quanto ao temor de que a libertação dos escravos ocasionasse uma situação de desordem social - os senhores, tendo sempre regulado os movimentos e punido as faltas dos seus escravos conforme seus caprichos, “imaginam que tudo vai cair na desordem e confusão, se lhe arrancarem o açoite” -, Burlamaque, procurando demonstrar o seu fraco fundamento, se analisado em termos de princípio de política social, citava C. Comte, para o qual:

O que é libertar um escravo? É simplesmente subtraí-lo às violências e aos caprichos de um ou muitos indivíduos, para submetê-lo à ação regular da autoridade publica; é em outros termos, impedir um indivíduo que se chama *senhor* de entregar-se impunemente para outros a quem chamam *escravos*, às extorsões, violências e impunidade e crueldades. Libertar homens não é abrir a porta à revolta e à desordem, ao contrário, é reprimi-las; porque a desordem e a confusão existe em todo lugar onde a violência, a crueldade e o deboche não tem freios (...). A ordem reina, pelo contrário, em toda parte onde ninguém pode impunemente entregar-se às injurias e às violências, onde ninguém pode faltar aos seus deveres sem expôr-se às punições, onde cada um pode preencher os seus deveres sem sofrer uma pena: a liberdade é a ordem.⁷⁷

Além do mais, em relação a esses receios, tinha-se que levar em conta que “todos” concordavam com o princípio de que a abolição deveria ser “gradual e lenta”, do contrário “o país se arruinaria, sem que os próprios libertos ganhassem muito”. Com efeito, completava Burlamaque, “para emancipar os escravos sem seu prejuizo e da sociedade”, cumpria

⁷⁶ *Auxiliador*, n° 6, novembro de 1847, p. 274.

⁷⁷ *Idem*, p. 318 (C. Comte. *Tratado de legislação* 4° vol. in Burlamaque. *Op cit*, p. 318).

primeiramente “fazê-los dignos da liberdade, convertendo-os gradualmente de simples maquinas em homens ativos e ilustrados”.

Em determinado momento da sua exposição, Burlamaque expressava com toda clareza e objetividade o significado atribuído por ele ao termo “civilização”. Nós o consideramos, por isso, o membro da Auxiliadora que melhor manifestou a ideia de civilização associada ao progresso material. A influência da economia política de Adam Smith é manifestada, e adaptada à situação brasileira, aqui com todas as letras por Burlamaque:

O primeiro passo que dá um povo, que começa a passar da barbaridade para certo estado de civilização, é cultivar a terra; o segundo é inventar os meios (e estes já exigem uma razão mais apurada) de subtrair-se aos incômodos do clima, vestindo-se e construindo habitações abrigadas: assim, à medida que vai dando novos passos na carreira da civilização, apura as artes, que já conhece, ou imita as que se usam em países mais adiantados; e disto nascem as artes de gosto ou de luxo, que são o efeito da imitação sugerida pelas invenções úteis das outras nações, que tem feito mais progressos na civilização.

A agricultura é considerada por um engenhoso escritor (Poyvre, viagens de um Filósofo) como a regra que deve servir para bem julgar da civilização de um povo; mas esta regra só pode a respeito de um estado grosseiro da civilização, e não se a aplicarmos ao que hoje se entende por civilização, isto é, *o exercício de todas as artes, todas as ciências, em uma palavra, a indústria em todo o gênero*. Então esta regra se deve mudar nesta outra: para conhecer o estado de civilização de um povo, é necessário indagar *se ele possui indústria fabril*, porque ela esta intimamente ligada ao *conhecimento e efetivo exercício de todas as artes*, entrando nestas a agricultura, porque sem ela o país não pode produzir as substâncias primas, nem tão pouco poderão haver objetos de mutua permutação.⁷⁸ (grifos meus).

Vemos nessa citação dois exemplos de como Burlamaque adaptava as ideias de Adam Smith ao país: no primeiro, afirmava que o processo de desenvolvimento do país implicava também “a imitação das artes úteis” dos países adiantados; no segundo, depois de reconhecer a importância da indústria fabril, enfatizava o papel importante da agricultura na produção de artigos importantes de consumo e de troca.

No entanto, Burlamaque reconhecia que o caminho do progresso material implicava a superação dessas limitações, ou seja, o desenvolvimento conjunto de todos os setores da economia, pois, como ensinava Adam Smith, era a divisão do trabalho que tornava possível o aprimoramento das técnicas produtivas e o aperfeiçoamento das profissões “industriais” (produtivas). Dizia ele, fazendo referência explícita a Adam Smith:

⁷⁸ *Auxiliador*, n° 9, fevereiro de 1848, pp. 405-406.

Duas das causas dos progressos materiais que em nossos tempos tem feito as artes e as ciências são a divisão das ocupações, e o uso das maquinas: ora a escravidão doméstica é um obstáculo invencível a esta divisão e a este uso. Tais progressos têm feito em nossos dias as artes, e as ocupações que elas exigem tem sido de tal sorte divididas, que o individuo cujas necessidades fossem as mais limitadas, não pode esperar satisfazê-las sem o concurso de muitos centenares de pessoas. Adam Smith observa que a fabricação de um só alfinete exige a cooperação imediata de dezoito ou vinte indivíduos; se se acrescentar a este número os indivíduos que fabricaram os instrumentos e as maquinas necessárias aos obreiros, os que tiraram o metal da mina e lhe deram diversas preparações convenientes, achar-se-a em resultado um número imenso de braços. Este número será ainda maior, se calcular a quantidade de mãos que concorrem para a produção do tecido o mais comum, desde aquele que fornece a matéria-prima até ao que vende a mercadoria ao consumidor: ora, entre esta multidão de operações, há somente um limitadíssimo número que possa ser executado por escravos.⁷⁹

Assim, Burlamaque terminava sua “Memória” demonstrando a incompatibilidade do trabalho escravo com a divisão do trabalho e conseqüentemente com o progresso material. Sendo a busca do desenvolvimento econômico a característica fundamental para a definição do que se entendia por mundo “civilizado”, as medidas que, de alguma forma, colocassem o país nessa direção - como o fim do tráfico, e outras que preparassem o país para o fim da escravidão - tinham uma importância e um significado vital para a formação da nação. Para o Brasil, seria mais um passo para a “civilização”.

Se perspectiva do fim tráfico provocou essa série de manifestações em defesa da substituição do trabalho escravo pelo livre, tendo, como vimos, como base principal de argumentação a economia política, vejamos a seguir como repercutiu o término mesmo do tráfico de escravos nas propostas reformistas que apareciam na Auxiliadora a partir de 1850 e a influência da economia política nessas propostas.

⁷⁹ *Auxiliador*, nº 10, março de 1848, p. 415.

CAPÍTULO 2: A SOCIEDADE AUXILIADORA NOS ANOS 1850, 1860-70

As transformações estruturais a partir de 1850.

Com as iniciativas adotadas de repressão ao tráfico de escravos em 1850 - que incluíam medidas efetivas não apenas numa legislação mais eficiente, mas ações concretas como, por exemplo, a expulsão dos traficantes -, verifica-se a destruição de um dos elementos principais da estrutura econômica do escravismo no país legado pelo sistema colonial. Tem início neste momento, segundo Caio Prado Junior, o “processo de decomposição” do sistema econômico colonial que, apesar de conseguir “adaptar-se momentaneamente através de ajustamentos e compromissos”, estava “comprometido e condenado a desaparecer”. Nesse sentido, para Caio Prado, a “abolição do tráfico africano introduz na evolução econômica do Brasil um elemento fundamental de dissociação”. Com efeito, pela primeira vez, “o país conhecerá um destes períodos financeiros áureos de grandes movimentos de negócios. Novas iniciativas em empresas comerciais, financeiras e industriais se sucedem ininterruptamente; todos os índices de atividade sobem de um salto”.⁸⁰

A desarticulação de uma das bases principais do sistema econômico escravista, montado anteriormente à independência do país, tem como efeito a liberação de “vultosas somas de capitais” que vão se dirigir a outras atividades econômicas. E, embora, de acordo com Caio Prado, boa parte desse dinheiro fosse empregada em empreendimentos especulativos, houve um “progresso efetivo”. Descrevendo esse processo, afirma Caio Prado:

O país entra bruscamente num período de franca prosperidade e larga ativação de sua vida econômica. No decênio posterior a 1850 observam-se índices dos mais sintomáticos: fundam-se no curso dele 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás e, finalmente, 8 de estradas de ferro. Boa parte destes empreendimentos e outros semelhantes que aparecem na mesma época não representa mais que especulação estimulada pela súbita libertação dos capitais dantes invertidos no tráfico africano... Há contudo um fundo mais sólido e um progresso efetivo. O Brasil inaugurava-se num novo

⁸⁰ Caio PRADO JUNIOR. *História Econômica do Brasil*. 39ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992, pp. 152, 153.

plano que desconhecia no passado e nascia para a vida moderna de atividades financeiras. Um incipiente capitalismo dava aqui seus primeiros passos.⁸¹

Há que se considerar também que o desenvolvimento da economia cafeeira seria também um elemento importante no “reajustamento da vida econômica”. As crescentes exportações de café irão contribuir positivamente nos saldos da balança comercial do país. De acordo com Prado Junior, “a partir de 1860, o comércio exterior começa a se saldar invariavelmente com *superávits* crescentes”, o que permitiria, entre outras coisas, “o aparelhamento técnico do país”, dependente que era do estrangeiro. O autor se refere aqui aos investimentos em “estradas de ferro e outros meios de comunicação e transportes, a mecanização das indústrias rurais, instalação de algumas primeiras manufaturas etc.” Para Prado Junior, o Brasil, nesta época, “tomará pela primeira vez conhecimento do que fosse progresso moderno e uma certa riqueza e bem-estar material”.⁸²

As consequências econômicas da lei do tráfico e sua repercussão na política.

Francisco Iglésias também aponta como as consequências da lei do tráfico tiveram grande efeito positivo para a economia do país. O capital, como observado acima, escasso na época, imobilizado para o tráfico de escravos pode então dirigir-se para empreendimentos úteis como fábricas, estradas de ferro, bancos, companhias de todo tipo. Como nota Iglésias, o empresário que soube aproveitar essa situação, que já se apresentava favorável com a tarifa Alves Branco - de caráter mais fiscal que protecionista, mas de qualquer forma protecionista - foi Irineu Evangelista de Sousa, sócio da Auxiliadora. Foram vários os fatores que favoreceram o “surto de iniciativas da década de 1850: a medida protetora da produção nacional que era a tarifa de 1844; o fim das revoltas armadas; as leis centralizadoras que possibilitaram êxito ao poder central na política”; o café que era uma riqueza em ascensão e gerava capitais. Havia um clima então para a “harmonização de interesses” que se estendeu aos partidos políticos, a chamada

⁸¹ Caio PRADO JUNIOR. *Op. cit.*, p. 192.

⁸² Em relação às transformações econômicas, como parâmetro comparativo à alteração da composição do quadro social da Auxiliadora, Eulália Maria Lahmeyer Lobo, em obra sobre a história do Rio de Janeiro, chama a atenção para as transformações do “capital comercial ao capital financeiro e industrial na cidade do Rio de Janeiro”. Segundo Lobo, por ocasião da primeira Exposição no Rio de Janeiro, fez-se um inquérito sobre a produção onde foram obtidas informações sobre o número de fábricas, oficinas e oficiais ou artesãos. Tendo como principal fonte o Almanack Laemmert, Eulália Lobo afirma que em 1845 “havia 501 oficinas e oficiais, 665 em 1852 e em 1857, 1228”. No período, o número do crescimento de fábricas foi menor, passou de 267 a 311. Ainda de acordo com Eulália Lobo, em 1857, o número total de fábricas no Rio de Janeiro representava 56% do total de fábricas no Brasil. Eulália LAHMEYER LOBO. História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital econômico e financeiro). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais, 1978, p. 186. Essa Primeira Exposição do Rio de Janeiro foi organizada pela SAIN.

“conciliação”. Nesse clima, chegou-se a organizar exposições industriais em 1861 e 1866, de cujas iniciativas e participação tomava parte a Sociedade Auxiliadora.⁸³

As tendências são todas para os progressos materiais do país. Numerosos privilégios se têm solicitado e todos os dias vão sendo concedidos; e bem que nem todos vinguem e nem esteja fora de toda a contestação a conveniência de alguns, revelam uma tendência que convém animar. As notícias de triunfo que a indústria por toda a parte consegue são hoje (quem há bem pouco tempo diria!) as novidades que mais agradam e preocupam a população da Corte.

A respeito do que foi dito acima cabe observar que a Sociedade Auxiliadora, a partir de 1850, com a extinção da Junta do Comércio, passou a ser o único órgão consultivo do governo para concessão de privilégios aos introdutores de novas máquinas, equipamentos, métodos de produção, indústrias, etc. - anteriormente ela dividia essa tarefa com a Junta e tinha um caráter mais auxiliar. De qualquer forma, fica claro que atividade de dar pareceres da Auxiliadora estava diretamente relacionada com iniciativas de modernização das atividades produtivas tais como eram percebidas na época.

Voltando à atmosfera de otimismo em relação ao progresso, Iglésias constatou que essa sensação era dominante e observada nos “rápidos depoimentos da Coroa, de ministros e da imprensa”. Era a “crença no futuro do país, na sua transformação baseada no desenvolvimento material que superava a ordem arcaica e estagnante. As iniciativas econômicas e financeiras, com o gosto pelas novidades da técnica, com as estradas de ferro e caminhos em geral, fábricas de todo tipo, telégrafo, bancos, tudo parecia anunciar uma nova realidade”. Mas, essas grandes expectativas seriam “em parte frustradas”, a modernização ainda teria que aguardar, pois fora subestimada a força da ordem vigente e superestimado o impacto do fim do tráfico de escravos. De qualquer forma, para Iglésias, a década de cinquenta ficaria “como símbolo do anseio renovador: é ponto de referência na história da construção de um Brasil mais rico e afirmativo”.⁸⁴

Na política era a época da “conciliação”, ideia que já vinha amadurecendo desde a década de quarenta, “desde a configuração dos partidos na regência”, diz Iglésias, “quando liberais e

⁸³ Francisco IGLÉSIAS. “Vida Política”. In Sérgio Buarque de HOLANDA (Direção). O Brasil Monárquico. 3º vol. “Reações e Transações”. 5ª ed. São Paulo: Difel, 1985, pp. 9-112

⁸⁴ Idem, p. 38.

conservadores se definem e que as lutas entre eles se cansam”. A ideia também correspondia à “necessidade social de se pôr termo às vinditas entre as facções locais que na Bahia e no Nordeste assumiam a forma de devastadoras lutas de família. Para os meios palacianos, ela oferecia “o prospecto de uma fixação de sua posição interpartidária reunindo em seu proveito, num esquema monopartidário, as duas correntes adversas.”⁸⁵

A política da conciliação foi favorecida também pelos fatores econômicos mencionados, como a ascensão do café e as medidas visando a extinção do tráfico de escravos. Diversos empreendimentos - como estradas de ferro, bancos, fábricas, etc. - se beneficiaram da liberação dos capitais que eram imobilizados até então no tráfico de escravos. Desta forma, o interesse nessas melhorias materiais e o empenho do governo nesse sentido acabavam por contribuir para a formação de certo consenso em torno delas, o que favorecia a política de conciliação. Como vimos, as expectativas de melhorias materiais eram grandes, mas a realização delas seria de forma muito mais lenta do que esperavam os mais otimistas.

Auxiliadora, o fim do tráfico e o entusiasmo reformista.

O início dos anos de 1850 foi um momento de extrema importância para a Sociedade Auxiliadora. O fim do tráfico de escravos era percebido com grande otimismo, como uma primeira e importante etapa na sua agenda reformista, pois os capitais disponibilizados pelo comércio de escravos poderiam se dirigir a empreendimentos produtivos que, fundamentados na economia política, aplicassem técnicas científicas mais eficientes e promovessem o progresso do país. Esse entusiasmo se refletiu numa série de artigos, do início até meados dos anos de 1850, descrevendo as experiências de Vergueiro com seu sistema de parceria, bem como a referência e a publicação de artigos dos economistas políticos franceses ressaltados nesta pesquisa.

Como vimos, a Auxiliadora vinha, praticamente desde o seu início, propondo medidas de extinção gradual da escravidão e de incentivo à imigração como forma de reformar a sociedade

⁸⁵ Francisco IGLÉSIAS. Op. cit., pp. 38-39. Na definição de Honório Hermeto Carneiro Leão a “Conciliação” definia-se pelo programa político do gabinete sob sua liderança que assumiu o governo em 6 de setembro de 1853, o qual não objetivava unir os partidos, nem dar-lhes unidade de pensamento. A Conciliação buscava “o arrefecimento das paixões partidárias e o conagraamento de homens públicos em torno de ideais comuns imprimindo à política ‘um caráter de moderação que é consentâneo com as opiniões conservadoras’”. No entanto, os conservadores ortodoxos criticavam-na de promover um amálgama indigesto de homens que conservam princípios opostos e de ser uma concepção da Coroa interessada em baralhar, confundir e anular os antigos partidos. Ronaldo do VAINFAS (organizador). “Dicionário do Brasil Imperial” (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 154-156.

trazendo colonos morigerados que, tendo interesse em melhorar suas condições de vida, contribuiriam para interesse mais amplo do progresso material do país, ou seja, a comunhão dos interesses individuais e coletivos numa sociedade de produtores independentes. O exemplo dos Estados Unidos é mencionado repetidamente em vários artigos. Como partes das propostas reformistas, nesse período, são tratados os seguintes temas em diversos escritos do Auxiliador: substituição do trabalho escravo, imigração, colonização (experiências com as colônias de parceria), ensino profissional (escolas agrícolas), vias de comunicação (estradas de ferro), crédito (garantia de juros), relatórios de exposições (Exposição universal da indústria em Londres), criação de uma Sociedade de Estatística, etc.

Também correlato ao problema da imigração, aparece a questão da estrutura fundiária, a crítica à grande propriedade, como entrave não só à imigração como para a formação de colonos pequenos proprietários interessados no progresso material. Nessa e em outras questões constata-se uma visão reformista com propostas de reformismo social e econômico. Fazemos a seguir um apanhado de artigos procurando situar e enfatizar a linha de pensamento reformista da Auxiliadora nesse período. Destacamos os artigos de Michel Chevalier - professor de economia política do College de France - suas “Cartas sobre a América”, pois, conforme temos apontado, a influência da economia política vinha, principalmente, por intermédio de autores franceses.

Foi também nos anos de 1850 que a Auxiliadora foi assumindo um caráter oficial como órgão consultivo do governo. Os seus estatutos de 1857 afirmavam explicitamente que uma das funções da Sociedade era “auxiliar” o governo através de consultas sobre questões concernentes ao melhoramento e prosperidade dos diversos ramos da indústria no país.⁸⁶ Esta função oficial foi sendo assumida em razão da extinção da Junta do Comércio, em 25 de junho de 1850, quando entrou em vigor o Código Comercial do Império.

Como já apontado, uma das maiores mudanças, quando os estatutos da Auxiliadora sofriam modificações, eram aquelas relacionadas às comissões especializadas encarregadas de emissão de pareceres sobre a concessão de privilégios, incentivos, etc. Isto porque essas comissões refletiam, de certa forma, uma maior especialização dos ramos da produção à medida que a sociedade se desenvolvia. No começo da década de 1850, as comissões permanentes da

⁸⁶ Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Tipografia N. L. Vianna e Filhos, 1857.

sociedade e alguns dos seus respectivos presidentes eram: Comissão de indústria agrícola e colonização - Francisco Freire Alemão - Visconde de Baependy; Comissão de Indústria Comercial e Navegação (essa comissão revelava uma preocupação com as vias de comunicação); Comissão de Indústria Manufatureira e Artística (demonstrando uma definição mais específica do termo indústria) - Pedro de Alcantara Lisboa; Comissão de Análise e Ensaio Químicos - Guilherme Schuch de Capanema; Comissão de Redação - Candido Azeredo Coutinho. Pedro de Alcântara Lisboa, como vimos, teve também papel destacado na Auxiliadora como correspondente e na publicação de artigos.

Os artigos que expomos a seguir refletem as posições daqueles membros reformistas, principalmente nas questões relacionadas à colonização, pequena propriedade, imigração, etc. Os artigos de Chevalier sobre a liberdade nos Estados Unidos estão associados a essas questões na medida em que destacam a liberdade dos indivíduos industriais para buscarem sua prosperidade material. Também apresentamos alguns relatórios dos trabalhos da Auxiliadora sobre o perfil dos sócios admitidos nessa época, e que revelam uma tendência de abrigar diferentes profissionais das camadas urbanas, apesar do apelo da Sociedade para que os proprietários rurais se juntassem à entidade, acreditando que eles estavam conscientes da necessidade de melhorar dos seus processos produtivos. Esses artigos em geral destacam a importância das questões materiais para o progresso do país. Expomos algumas iniciativas da Auxiliadora no sentido de tentar criar uma escola normal agrícola e uma sociedade de estatística.

As grandes propriedades e a dificuldade que elas colocam à moralização dos costumes pelo trabalho.

Em janeiro de 1851 é publicada a “Memória” do Sr. José Antonio do Valle Caldre. O autor começa criticando as grandes propriedades que foram adquiridas por meio de doações (sesmarias) - onde geralmente os beneficiários eram soldados, aventureiros, famílias privilegiadas que subdividiam a propriedade aos seus subordinados, portanto fonte de poder pessoal e político - “filhas do vício e completa aberração administrativa”. Para o autor, tal situação “só caberia num país conquistado, sem governo”. Em sua opinião, “constituímos uma nação, estabelecemos um governo regular, e ainda mais liberal, e esse vício continuou profundamente arraigado na economia do estado”. Assim não deveria ser, “bani-lo fora o restrito

cuidado de qualquer governo que no país se estabelecesse, se visasse os negócios públicos; agora é mister estudar os meios de harmonizar”, se fosse possível com as necessidades da pátria e tornar tal vício “vexatório à causa pública”. Como solução, Caldre apresenta “um remédio prudente”: tornar os grandes proprietários “um bem para o país, sem a mais leve subversão”.⁸⁷

A solução que o Sr. Caldre propõe seria estabelecer pequenas propriedades como forma de “remediar este mal”. Em sua opinião, os grandes proprietários poderiam transformar as suas terras em colônias, admitindo alemães agricultores como trabalhadores livres, “a quem poderão, no fim de certo tempo “ir vendendo pequenas datas de terra situadas nas extremidades das suas fazendas”.

Caldre via no sistema de parceria uma forma de realizar o objetivo da colonização que ele propunha. “Os proprietários devem trazer os colonos não como proletários, para substituir o trabalho escravo”, mas deveriam estabelecer o sistema de parceria “pois tornar um proletário europeu num proletário americano é criar uma população imprópria para um país que aspira a conter um grande povo”.

Sabendo do poder e do prestígio que a grande propriedade conferia aos seus possuidores, o autor tenta incorporá-la em seu argumento, ao mesmo tempo em que a combate. Nesse sentido, a introdução de colonos e de alguns brasileiros moralizados saídos de fazendas modelos, seria um grande ganho para a propriedade e um meio de elevar o prestígio dos grandes proprietários que a promovessem. Afirmava o Sr. Caldre que “não amava o prestígio de nomes, de classes e menos de famílias porque sabemos quanto vai aí de opressão para o povo e de desigualdade para os diversos membros de uma mesma sociedade”. Mas assim mesmo, assinalava que “não ousamos dissimular quanto prestígio ganhariam os grandes proprietários que, como indicamos, quisessem admitir colonos em suas fazendas”. Lembrava que a Assembleia Geral havia decretado a nacionalização dos colonos de São Leopoldo e São Pedro de Alcântara, e parecia disposta a estender essa medida a todos os colonos que estiverem dispostos a virem para o Brasil, depois de 2 anos de estada. A passar essa ideia, depois de 2 anos os colonos gozariam de foros de cidadãos brasileiros, seriam “votantes e talvez eleitores”. Caldre perguntava, então: “em quem

⁸⁷ *Auxiliador*, 8 de janeiro de 1851, pp. 282-289.

eles votarão? Não ficam ao dispor dos grandes proprietários os votos dos seus protegidos, desses cidadãos livres, que de bom grado e gratidão lhe cederão? E não é isso a aumentar consideravelmente o prestígio desses ricos proprietários, desses potentados grandes proprietários?”.

Em seguida, apela para a racionalidade econômica:

Dispondo os grandes proprietários de terras em abundância, podem vender seus escravos, admitirem trabalhadores livres (os das fazendas modelos) estabelecerem fazendas escolas, com a introdução de máquinas que multipliquem as forças humanas na agricultura e com a anexação de fabricas (preparo de matérias-primas) e oficinas a fim de facilitar sua extração nos mercados a que forem levadas.⁸⁸

Vemos, neste trecho, um dos principais dilemas para os reformadores da Auxiliadora mais comprometidos com as reformas econômicas e sociais, pois o autor tenta convencer os grandes proprietários através de argumentos racionais associados à produção. Por outro lado, faz apelo às práticas que ele mesmo condenava, o aumento do prestígio (do poder político) pelo reconhecimento dos colonos. Na verdade, tenta-se conciliar os interesses e acredita no poder de convencimento da racionalidade econômica.⁸⁹

O autor continua associando escravidão à rotina e ao não aperfeiçoamento da produção. E aconselha aos proprietários que “dêem aos trabalhadores mais assíduos e inteligentes pequenas porções de terras” sobre os jornais vencidos ou prestações anuais. “Deve-se escolher os terrenos nos limites das grandes propriedades, pois é hoje reconhecido que terras cercadas de pequenas propriedades têm sempre um valor crescente em razão das melhorias”.

Também aconselha a aquisição de máquinas: os grandes proprietários dispondo de capitais poderiam introduzir máquinas para “manufaturar os gêneros do país, criar aldeias de gente livre e industriá-la” (Fazendas modelos são ensaios de organização econômica e social que

⁸⁸ *Auxiliador*, 8 de janeiro de 1851, p. 282.

⁸⁹ Destaque-se a percepção do autor da *Memória* do problema principal do país para introduzir as reformas econômicas com base na pequena propriedade e ao mesmo tempo aponta o poder opressor dos grandes proprietários, sendo quase uma denúncia a esse poder das oligarquias. A esse respeito lembramos a referência que Wanderley Guilherme dos Santos faz a Oliveira Vianna: “Em 1920, Oliveira Vianna expressou pela primeira vez, tão clara e completamente quanto possível, o dilema do Liberalismo no Brasil. Não existe um sistema político liberal sem uma sociedade liberal. O Brasil não possui uma sociedade liberal, mas, ao contrário, parental, clânica e autoritária”. Continua Wanderley citando Vianna, “As fazendas eram praticamente autárquicas (...). A população rural não-escrava não tinha alternativa ao trabalho oferecido nos latifúndios. Os trabalhadores rurais “livres” dependiam totalmente do proprietário de terras, que se tornava seu senhor em qualquer questão social, econômica e política”. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, pp. 93, 105.

poderiam criar população afeita ao trabalho e à ordem social) e “torná-la enfim posseira de pequenos terrenos proporcional a família. Dessa forma, introduz-se no país máquinas e manufaturas e utilizam-se centenas de braços livres que por falta de emprego se entregariam ao ócio tornando-se afinal proprietários”.

E mais uma vez, apelando à consciência dos grandes proprietários, lembra os males da concentração de riquezas no campo, e como superá-los: “Quer formando colônias de alemães, quer de nacionais e quer introduzindo máquinas e novas indústrias no país os grandes proprietários podem tornar-se úteis à nossa pátria, e compensar, em parte, os males que nos fazem obstando a distribuição de riquezas”.

Julgava o Sr. Caldre “ser evidente que o sistema de pequenas propriedades é o que deve ser seguido na administração econômica do Império” e termina citando Hypolito de Passy:

Nunca se repetiria demais que é na independência do trabalho, na segurança, na livre repartição da propriedade que residem as condições eternas e verdadeiras do desenvolvimento das riquezas privadas e públicas. É preciso que estas condições subsistam em toda a sua plenitude para que a perfectibilidade sumária produza seus frutos e assegure às populações um bem-estar constantemente crescente⁹⁰.

Segue então propondo medidas a serem tomadas pelo legislativo como a concessão aos grandes proprietários de prêmios pela criação de fazendas modelos ou fazendas escolas, mas excluindo os escravos nessas iniciativas e prêmios - concorrência em exposições - aos pequenos proprietários pelos “produtos agriculturados”. Também propõe condecorações especiais para “galardoar todos os indivíduos que relevantes serviços prestassem ao estabelecimento das fazendas modelos e ao progresso dessa importante alavanca da produção de riquezas”, o que seria também um estímulo poderoso para promover o “amor pelas instituições monárquicas e liberais”, uma garantia para “os serviços prestados e incentivos para que outros seguissem o exemplo”. Sugere a venda de terrenos pequenos, a preço ou em condições pouco “onerosas aos indivíduos, que entre seus trabalhadores apresentassem mais inteligência, mais moralidade e

⁹⁰ Hippolyte-Philibert Passy, político e economista francês, foi do partido liberal e opositor do governo da Restauração. Após a Revolução de Julho seria nomeado, em razão dos seus conhecimentos em economia política e finanças, relator dos orçamentos de 1831 e 1835, e ministro das finanças no Gabinete presidido pelo duque de Basano. Ele sucedeu a Tayllerand como membro da *L'Academie des Sciences Morales et Politiques*, em 1838. Economista distinguido, ele publicou um grande número de artigos no *Le Journal des Economistes* e na *Revue de Legislation: des l'aristocratie dans ses rapports avec les progrès de la civilization* (Paris - 1828, in-8°); *Des systemes des Culture et leur influence sur l'economie sociale* (Paris - 1846, in-8°). Grand Dictionnaire Universel du XIX siecle par Pierre Larousse. Tome douzieme. Paris: Classique Larousse et Boyer, 1874, p. 374.

mais amor ao trabalho”. Aponta a necessidade de criar-se um ministério da agricultura (o que ocorreria em 1861), colonização e extinção da escravatura.

Após sugerir a “criação de privilégios” aos fazendeiros que fizessem “tais empreendimentos”, o Sr. Caldre faz a ressalva de que “se fôramos economistas combateríamos sempre a ideia dos privilégios”, que deveriam ser concedidos “com muitas condições e por curto espaço de tempo”, e assim mesmo como “meio de proteger a indústria nascente”.

O membro efetivo José Antonio do Valle Caldre e Fião, anteriormente escrevera sobre “*A substituição dos braços escravos pelos livres*”.⁹¹ José Antonio do Valle Caldre e Fião nasceu na província do Rio Grande do Sul e faleceu em Porto Alegre, em 1876. Era doutor em medicina pela faculdade do Rio de Janeiro, foi sócio e presidente do Parthenon literário e de outras “associações literárias da corte”, como o Gymnasio brasileiro e a Sociedade Amante da Instrução. Foi deputado à Assembléia de sua província em várias legislaturas. No artigo sobre a substituição dos braços escravos pelos livres atacou frontalmente a escravidão: “com a escravatura depravamo-nos, tornamo-nos ineptos ao progresso das letras, das ciências e da indústria”. Era preciso substituir os braços escravos pelos livres, e o melhor meio era a colonização.

Liberdade para os indivíduos industriais buscarem sua prosperidade material

Ao longo de 1851 era publicada no *Auxiliador* uma série de artigos de Michel Chevalier extraídos da sua obra mais conhecida, *Lettres sur Amerique*. Esses artigos - como veremos a seguir - tratam da liberdade nos Estados Unidos, enfatizando seu sentido à liberdade dos indivíduos perseguirem seus interesses materiais através do trabalho.⁹²

A liberdade de que se ocupa Chevalier é a liberdade civil, ele não vai tratar da liberdade política, pois esta é entendida como o direito que o americano “tem de influir no governo de sua

⁹¹ *Auxiliador*, n° 7, dezembro de 1849.

⁹² O interesse pelo exemplo americano na *Auxiliadora* já vinha se manifestando com a publicação em 1849 dos “extratos da grande obra *England and America*” que foram traduzidos “por ordem do Exm. Sr. Conselheiro Antonio Limpo d’Abreu”, ex-ministro dos negócios estrangeiros e sócio efetivo da Sociedade *Auxiliadora*. Este artigo relatava como os Estados Unidos vinham obtendo êxito com sua política de imigração, e mostrava como uma das principais causas dos resultados positivos na atração de imigrantes europeus, a perspectiva que eles tinham de adquirir terras devolutas e os lucros provenientes da sua exploração (*Auxiliador*, n° 8, janeiro de 1849, pp. 222-227).

pátria, de seu condado, de seu município”. E esta liberdade já havia sido tratada com “tão grande superioridade por M. de Tocqueville que seria temerário arriscá-lo”. Desta forma, Chevalier passa a mencionar como a liberdade individual era garantida pelo *Habeas-corpus*: “o americano não pode ser preso sem grandes motivos”. A liberdade domiciliar também é tão protegida quanto a liberdade individual. Chevalier compara esta situação com a da França, “onde o fisco entre nós tem dado um golpe mortal na liberdade domiciliar”. Mas o ponto fundamental da análise de Chevalier é sua investigação da liberdade que os americanos têm para o exercício de suas “faculdades em sua própria vantagem”. A liberdade que tem esse indivíduo industrioso para, “mediante seu trabalho e seu esforço, acumular um patrimônio, uma fortuna”. Por isso, faz uma descrição de como o americano tinha liberdade, desde a sua adolescência, para seguir suas empresas de forma a atingir “honrosamente”, através do trabalho, a melhoria da sua condição de vida.

Nessa longa série de artigos sobre a liberdade nos Estados Unidos, publicadas no *Auxiliador*, podemos constatar que a liberdade ali tratada é a liberdade para o trabalho, a liberdade que o indivíduo deve ter para procurar a sua prosperidade material, uma vez que esta é, para a economia política, a principal fonte de riqueza dos países. Nesse sentido, parece-nos que uma das intenções na divulgação dessas ideias de Chevalier é a de procurar valorizar o trabalho e os “interesses materiais a ele associado”, tarefa difícil numa sociedade escravista como a do Brasil da época, mas que os reformadores da *Auxiliadora*, com sua crença no poder das verdades científicas, acreditavam que seria gradativamente aceita, à medida que as mentes mais capazes - as pessoas educadas - fossem cedendo “às evidências” da razão e da ciência.

No artigo que tem por tema “A liberdade em suas relações com o recrutamento militar”, Chevalier quer propor que se tome o exemplo dos Estados Unidos em relação às leis do recrutamento, que ele seja voluntário, que os indivíduos tenham a liberdade para desenvolverem a sua “energia industrial”, ao invés de passarem anos no exército”. Ele afirma não ser daqueles que pensam que as nações europeias deveriam suprimir seus exércitos. Admite que essas nações precisam de fortes exércitos, cita M.Cousin que define que “a civilização é um composto de Luzes e de força”. Mas, a força que deve acompanhar as Luzes não é somente a força “para que a civilização tenha vigor, mas que ainda subsista, e que tome diferentes formas para a satisfação de

diferentes necessidades. Um povo forte na civilização deve ser forte pelo desenvolvimento de sua energia industrial, forte pela saúde e temperamento robusto de suas populações”. Faz também referência às reflexões de Napoleão sobre a importância dos exércitos. Mas vê como abusivos "os imensos exércitos pelos soberanos da Europa" - "quatrocentos mil homens era muito na França". Se "um exército é necessário, mantenha-o em seus limites". Reconhecer a necessidade do exército é uma coisa, mas nem por isso se deve, escreve Chevalier, “infringir às populações a carga da 'conscrição' (do alistamento), que aparta por sete anos de suas famílias, de suas carreiras, da indústria nacional, a maioria dos moços pobres”. Lembra que, na França do Antigo Regime, o alistamento era voluntário e que a sua obrigatoriedade foi obra de dois governos, o da Convenção e o do Império, e que “ambos precisaram dela para executar seus planos, um propaganda violenta, e outro de domínio universal”. Passado o período revolucionário, é o momento de formar um exército de voluntários, defende o argumento de que um exército de voluntários custaria menos do que um exército de conscriptos.

O alistamento obrigatório significava a privação da liberdade para o indivíduo cuidar dos seus interesses materiais, daí que Chevalier continuasse mostrando as diferenças com os Estados Unidos. Na América, continua, a lei militar diz: “vai mancebo, o desejo que te anima é sagrado. Trabalha, prospera, faz prosperar os teus, todo desarranjo que te impuser será o de três dias... Entretanto eu me encarrego de defender a ti, tua família, tua propriedade sem nunca tentar contra tua liberdade pessoal”. Na América, o exército regular era formado exclusivamente pelo alistamento voluntário. “As vantagens materiais e morais, sociais e políticas da liberdade assim garantida à parte ativa da população, para que ela siga seus trabalhos sem solução de continuidade, tanto quanto é consentâneo com suas forças, são incalculáveis”. Na França, ao contrário, tirava-se o homem do campo ou da cidade, e por sete anos ele era obrigado ao alistamento.

Nessa perspectiva de exaltar as virtudes da liberdade civil devotada à melhoria das condições materiais de vida, Chevalier condena as guerras políticas, que são aquelas que têm “por objeto coisa muito diferente da defesa do território ameaçado ou da honra nacional ofendida”. Aponta que são inúmeros os desastres causados pelas guerras políticas, e cita Washington, que em seus *Adeoses*, manual político para “todos os governos que dão importância

para a liberdade e que amam seu povo", para que "abstenham delas absolutamente". Para Washington, as guerras políticas eram geradoras de ruína. E, é em razão dos americanos terem seguido seus conselhos que "a prosperidade e a liberdade tem tido na América uma marcha tão ascendente". As questões que importam na América são aquelas relacionadas "ao progresso moral, intelectual e material dos povos, e sua liberdade". E, acrescenta Chevalier, "a verdadeira liberdade": aquela oriunda do progresso material.

Continuando a série de artigos do publicista economista Michel Chevalier, "A Liberdade nos Estados Unidos", o tema a seguir era "A liberdade de escolha nas profissões e ofícios"⁹³, e o próximo da série sobre foi sobre "Da liberdade e suas relações com o sistema administrativo".⁹⁴

Nesse último, Chevalier começa fazendo uma descrição do americano que parte para as regiões de terras públicas, as vastas extensões do oeste. É o exemplo americano de colonização do oeste: "Impaciente por adquirir mediante o trabalho um patrimônio naquelas solidões, ele concorre grandemente para o aumento da riqueza da sociedade e da civilização". Esse imigrante não obtém a terra de graça, mas o preço dela não é "exorbitante". As terras federais, antes de serem colocadas à venda, são "divididas sobre planos de cadastro e sobre o solo em quadrados de uma milha (1609 metros) de lado". A excelência desse sistema consistia, explica Chevalier, em que o cultivador que vinha do "litoral do leste sem intrigas, sem proteção, sem nenhum outro apoio, a não ser o amor ao trabalho e algum pouco dinheiro", não dependia para satisfação dos votos de boa vontade de ninguém e não era subordinado "aos difíceis movimentos de nenhuma hierarquia secretarocrática". A posse era seu título perpétuo. Esse sistema simples poderia ser utilizado nas concessões de terras nas possessões africanas da França. Para Chevalier, os longos processos administrativos e burocráticos dificultavam a ação do homem industrial. Observa que "esta reserva extrema da autoridade para com as empresas do cidadão encontra-se em toda parte na sociedade americana quando se trata do trabalho e da produção de riquezas". O cidadão "em tudo que respeita o seu trabalho" era "revestido de uma altíssima liberdade". Nesse artigo, Chevalier faz referência também à obra de Tocqueville, "Democracia na América", enquanto discute os conceitos e significados de liberdade para os americanos.

⁹³ *Auxiliador*, nº 9, Fevereiro de 1851.

⁹⁴ *Auxiliador*, 8 de janeiro de 1851, pp. 306-314.

No artigo de 11 de abril de 1851, Chevalier tratava “Da liberdade das associações Industriais”

“A liberdade de se associar, afirma Chevalier, é um dos atributos essenciais do homem industrial, a mais poderosa alavanca da produção”. Nos Estados Unidos, as associações simples, “análogas às nossas sociedades em nome coletivo ou em participação, para cuja formação várias pessoas se assimilam”, tinham respaldo e facilidade para sua formação na legislação americana. Chevalier aponta os problemas com as companhias incorporadas em sociedades anônimas, pois algumas dessas companhias, assim como os bancos, haviam cometido “graves faltas”, mas na Europa esses problemas haviam sido maiores do que nos Estados Unidos. Na América, “o povo é mais instruído, a raça anglo-saxônica, quando pura, tem muito mais respeito do que a nossa à lei e à ordem estabelecida”. Para Chevalier, os anglo-saxônicos americanos resistiam mais à desordem material. Mas, se essa desordem tivesse lugar na sociedade francesa, “seria imediata e enérgica, as declamações dos demagogos contra os capitalistas e contra as companhias em geral”. Na América não acontecia os mesmos “excessos de que a França tem sido vítima”.⁹⁵

Em artigo de 12 de maio de 1951, a matéria de Chevalier, continuação das *Lettres*, tratava “Das restrições impostas ao exercício da liberdade pelas leis e pelos costumes.” Nele, Chevalier associa a noção de liberdade da América à liberdade econômica do homem industrial: “já mostrei que na América o cidadão goza, em sua pessoa e em seu domicílio, de um muito alto grau de liberdade, e que o homem industrial ali possui, no emprego de suas faculdades e na demanda da riqueza, uma extrema liberdade”. Nesse sentido, não era qualquer liberdade “para seguir seus caprichosos e abandonar-se à sua cupidez e dar largas às suas paixões”, pois as leis de “inspeção combatem os desonestos”. No entanto, “o homem de trabalho, seja o que cultive, seja o que dê uma profissão liberal, possui no exercício de suas faculdades, uma liberdade extremamente extensa”.

A série de artigos sobre “A liberdade nos Estados Unidos” por M. Chevalier - na verdade trechos da sua obra mais famosa, *Lettres sur Amérique* - terminava com “Da liberdade

⁹⁵ Mauá e outros membros da Auxiliadora nessa época, com o fim do tráfico, conclamavam pelo espírito de associação, “reunir capitais e esforços e prol do desenvolvimento”.

considerada debaixo das relações do consumo e do trabalho - contrapeso que ela encontra mais nos costumes do que nas leis”.⁹⁶

A liberdade política para funcionar deveria estar fundada em princípios morais que direcionam a vida dos indivíduos para os hábitos de ordem, de economia e de boa conduta. Nos Estados Unidos, apontava Chevalier, “há um princípio firmemente assentado e principalmente nos Estados que dão direção à União e vem a ser que a República não tem fundamentos sólidos senão na religião, na moral e na simplicidade”. Os princípios morais que deveriam servir “de base para a sociedade e a família” e, conseqüentemente, às instituições livres, através deles é que seria possível “perpetuar por meio de prescrições, os hábitos de ordem, de economia e de boa conduta, que decorrem dos princípios da vida individual”. As instituições livres devem, portanto, ter como importante fundamento os “costumes”, os quais Chevalier entende da mesma forma que Tocqueville, que assim se havia se manifestado: “entendo por costumes o mesmo que entendiam os antigos pela expressão ‘mores’”. Os costumes não seriam, para Chevalier, formados apenas “pelos hábitos do coração”, porém pelas “diferentes opiniões que tem curso entre eles, e ao complexo das ideias que se firmam os hábitos do espírito”.

Mas, só os princípios morais não bastariam para promover os bons costumes. Nos Estados Unidos, apesar da força da religião nos costumes, as leis preventivas também cumpriam sua parte na formação das boas condutas. Chevalier diz que no estado de Massachussets havia uma lei recente que proibia “a venda a retalho da água-ardente, do rum, de todo licor espirituoso, cujo objetivo era extirpar o vicio da embriaguez”. Outra “disposição legislativa importante mencionada por Chevalier era a lei eleitoral. Considerando que voto universal era a lei eleitoral da América, aponta a existência de restrições: “os homens de cor são excluídos desse direito, quase em toda parte”. Em certos Estados, continua, é

preciso achar-se inscrito nas contribuições, mesmo por uma soma determinada - em falta de pagar um imposto - também é preciso ser chefe de família e senhor de casa (provedor da família). Em muitos estados da Nova Inglaterra, o voto é proibido para quem recebe de caridade pública, e no Massachussets esta exclusão compreende milhares de indivíduos. (...) a exclusão é pronunciada em muitos Estados contra as pessoas de má vida e costumes. Ninguém pode votar em Vermont se sua conduta não for pacífica e tranquila.⁹⁷

⁹⁶ *Auxiliador*, nº 13, Junho de 1851, pp. 496-503.

⁹⁷ *Idem*, pp. 502-503.

Desta forma, concluía Chevalier que para todo povo que "intente construir uma República Democrática, isto é, fundar o governo de todos para todos, serve esta grande verdade, que se nele não existe um grande fundo moral, sua tentativa será impotente, e só poderá conduzi-lo à confusão, à desordem, e talvez mesmo a seu aniquilamento."⁹⁸

Ministério do Império e os trabalhos da Auxiliadora

Se a Auxiliadora elogiava atuação do governo no combate ao tráfico, ela também foi objeto de avaliação positiva por parte do governo. A importância da atuação Auxiliadora nesse período foi expressa no relatório que o ministro do Império fez na sessão do legislativo e que foi publicado no *Auxiliador*. O redator responsável pela publicação era Miguel Joaquim Pereira de Sá, doutor em matemática pela Escola Militar, e também sócio da Sociedade Contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Índios.⁹⁹

Já na introdução deste artigo no *Auxiliador* é feita a citação do relatório do ministro do Império pronunciado na sessão do corpo legislativo em que avalia os trabalhos da Auxiliadora:

Porei fim a este artigo [artigo sobre indústria lido pelo ministro na referida sessão] informando que a Sociedade Auxiliadora prossegue seus trabalhos com o mesmo zelo e dedicação; presta ao governo valioso auxílio emitindo prontamente a sua opinião sobre todos os objetos que é por ela consultada; e tem continuado regularmente a publicar o seu periódico mensal que se distribui por todas as municipalidades a fim de vulgarizar as interessantes notícias que contém sobre a agricultura e a indústria.¹⁰⁰

O ministro vai elencando uma série de objetivos da Auxiliadora: vulgarizar os conhecimentos úteis àqueles que não tiveram a uma educação mais elevada; chamar a atenção dos poderes do Estado para questões importantes “da época”, como a colonização, agricultura e gradual extinção da escravatura; promover a perfeição da indústria, animando o espírito de empresa e de descoberta por meio de prêmios e pelo próprio exemplo precedendo a experiência.

O relatório do ministro faz críticas ao “indiferentismo” que tem imperado no país e faz alusão à Exposição Geral de Londres, “grandioso fato de nossos dias, que revela a civilização e altos pensamentos da nação que a empreendeu”, a qual [Exposição] “não podia passar

⁹⁸ *Auxiliador*, nº 13, Junho de 1851, p. 502-503.

⁹⁹ *Auxiliador*, nº 1, julho de 1851. Lembre-se que a Auxiliadora nessa época estava vinculada ao Ministério do Império.

¹⁰⁰ *Idem*, pp. 1-5.

desapercebida à Sociedade Auxiliadora que enviou um membro incumbindo-o de comunicar-lhe os progressos e melhoramentos na agricultura e artes úteis, principalmente os relativos aos produtos similares ao de nossa indústria”. Este fato mostrava o quanto interessava à Sociedade Auxiliadora “dirigir as forças físicas e intelectuais da população a obrar sobre a produção”, que “é a origem primária da opulência e riqueza de uma nação. E apesar das dificuldades e do indiferentismo (que tais publicações provocam em muitos), o ministro elogia a publicação do Auxiliador que completava 20 anos em 1851. Reconhece o grande esforço dado “o estado pouco adiantado das artes úteis, e a torrente política que tem arrastado quase todas as inteligências desviando-as do mais útil dos empregos que poderiam encontrar”. Ou seja, aqueles relacionados à produção e ao desenvolvimento material do país.

O Auxiliador era considerado, pelo ministro, como uma publicação que “com especialidade se ocupa de registrar os poucos fenômenos industriais que se dão no país, e de promover seu desenvolvimento pela publicação das mais interessantes notícias sobre o progresso material da civilização moderna.” Ele busca fazer conhecido o “movimento industrial dos dois mundos de que se tiver notícia, publicar noções de todo gênero, as descobertas e os processos que possam oferecer maior utilidade; transcrever em linguagem apropriada” para ser útil à maior parte da população, noções de física e de matemática, da química, da mecânica e da economia em geral, as quais “possam ter aplicação imediata” a diferentes necessidades dos indivíduos.

Neste número de julho de 1851, aparece também matéria de Burlamaque com o título de “Trabalho Livre”, na qual faz relato da experiência em uma fazenda com colonos açorianos em substituição ao trabalho dos escravos. A vantagem da substituição é demonstrada por meio de cálculos e comparações entre os dois tipos de trabalho relacionando os custos e benefícios, feitos pelo “ilustrado fazendeiro e colhidos por sua própria experiência”. Burlamaque faz ainda menção a outras experiências com colonos no Brasil, incluindo as de Vergueiro com o método de parceria, e nos Estados Unidos, enfatizando o sucesso das iniciativas americanas. No caso dos Estados Unidos, foi feito “o estabelecimento de colônias agrícolas através de um juro

proporcional ao capital por ela empregado e logo, com a afluência dos imigrantes, cessaram os favores e o governo da União começou a vender terras”.¹⁰¹

O trabalho, a permuta e a distribuição de riquezas

Entre os economistas e publicistas lidos e publicados pela *Auxiliadora* estava o Sr. Wolowski.¹⁰² São apresentadas observações do Sr. Wolowski que, segundo informação do artigo, era professor de legislação industrial,

cujos escritos sobre os princípios do free-trade, associações pacíficas, da aliança das alfândegas, são devidamente aquilatados em toda a Europa. O professor faz uma defesa do princípio de liberdade comercial e do trabalho como fonte de riqueza: é preciso defender o trabalho nacional que é a primeira e a mais sagrada riqueza. É a primeira e verdadeira fonte de riqueza. Mas o trabalho para não ser inglório deve ser inteligente e produtivo.¹⁰³

Artigos como esse do Sr. Wolowski eram frequentemente publicados nas páginas do *Auxiliador*, contendo algumas lições de economia política.

Sócios admitidos nos anos 1850-1853

Nesses anos, o perfil da maioria dos sócios da *Auxiliadora* vai cada vez mais se configurando naquele tipo já mencionado como pertencente à classe média urbana do Rio de Janeiro, constituída por profissionais liberais, médicos, engenheiros, advogados, e outras com ensino superior e de funcionários públicos. Esse perfil pode ser constatado nas propostas de admissão dos sócios que ocorreram na Sessão do Conselho de 1º de julho de 1851 e nas quais estavam listados: Sr. Joaquim José Rodrigues, Doutor em medicina de Vitória ES; Dr. Joaquim Bandeira de Gouveia do RJ, procurador geral da fazenda; Luiz Maria Epifânio do RJ, empregado do tesouro; José Maria de Souza Barros do RJ, empregado do Tesouro; Joaquim da Silva Freire RJ, empregado do Tesouro; José Joaquim Machado Junior RJ, empregado do Tesouro; Hermano

¹⁰¹ Idem, pp. 6-14.

¹⁰² *Auxiliador*, nº 11, abril de 1851.

¹⁰³ Wolowski, Louis François - Michel Raymond. Economista e homem político, nascido em Varsóvia em 1810, ele se consagrou ao estudo do direito e da economia política, se naturalizou Frances em 1834 e se “dedicou aos problemas econômicos, industriais e financeiros, cuja solução tem um alto interesse o mundo moderno”. A partir de 1834, funda *La Revue de législation et des jurisprudences*, coletânea consagrada à história e à filosofia do direito. Nomeado, em 1839, professor de legislação industrial do Conservatório de Artes e Ofícios e eleito presidente do seu conselho em 1848. Foi um defensor convicto dos princípios da liberdade do trabalho e das trocas. Consagrou-se à propagação de um ativo sistema de crédito territorial (*Grand Dictionnaire Universel du XIX siècle* par Pierre Larousse. Paris: Classique Larousse et Boyer, 1869).

Eugênio Tavares RJ, empregado do Tesouro; Brás Francisco Torres RJ, empregado do tesouro; José Thomas de Oliveira RJ, empregado do Tesouro; Carlos Pinto Figueiredo RJ, empregado do Tesouro; Dr. Luiz Inácio Nascentes Azambuja, ajudante do Procurador do Tesouro; Sr Manoel Rodrigues, fabricante de chá; Dr Manuel da Cunha Galvão, oficial de engenheiros (junho de 1853); Antonio Gonçalves, professor público (1853); Rui Germack Posselo, chefe da seção da secretaria da presidência do Rio de Janeiro (1853); José Henrique Trindade, contador do Banco do Brasil (1853).

Posição da Sociedade Auxiliadora em 1º de setembro de 1851

Os relatórios da Sociedade Auxiliadora eram feitos com o propósito de reiterar seus objetivos e fazer um balanço dos seus trabalhos. Em setembro de 1851, ela reafirma sua posição a favor dos melhoramentos materiais. Ressalta o espírito de associação como poderosa alavanca do século XIX que pode fecundar diversos ramos da indústria e, com a ajuda do crédito particular, criar profundas raízes, atraindo capitais que “dormitavam ou jaziam em empregos arriscados e pouco decorosos, para dar-lhes nova direção em auxílio de grandes empresas que não poderão deixar de produzir fecundos resultados, quer relativamente à riqueza pública quer ao bem-estar individual. Portanto, cabe aos que ocupam a cúpula do edifício social dar conveniente direção ao espírito público. Mas estes precisam para executar uma grande ideia da judiciosa concorrência da parte do país, principalmente daqueles a quem possa interessar”. Com efeito, vemos aqui a referência ao dinheiro disponibilizado pelo tráfico e a oportunidade que se colocava do seu emprego em investimentos produtivos.

O relatório continua apontando que a Sociedade Auxiliadora “tem procurado popularizar os princípios de maior utilidade, coadjuvar os poderes do Estado na tarefa de desenvolver o engrandecimento do país, promover a prosperidade do país”. Além de incentivar o uso de máquinas, a entidade manifestava também seu interesse em estabelecer um banco agrícola - que praticasse juros menores -, de criar uma escola normal agrícola, promover a “imigração de famílias morigeradas e industriosas, aperfeiçoar as raças animais existentes, remeter sementes de todos os vegetais que tiveram usos úteis nas artes e na alimentação (cereais, amadeiras, etc)” e

em “aumentar sua publicação com artigos úteis, que tenham por fim o adiantamento material e intelectual das classes agrícolas, fabris e mecânicas.”¹⁰⁴

Império do Brasil

Também por essa época é publicada uma série de artigos de Carlos Emilio Adet, sócio efetivo da Auxiliadora, sobre o “Império do Brasil”. Emílio Adet (1818-1867) era francês, naturalizado brasileiro, tendo feito curso de humanidades no Brasil e na França. Dedicou-se às letras, ao jornalismo e ao magistério: foi professor do Ateneu Fluminense (instituído por J.B. Calógeras na Academia Militar), revisor, redator e diretor gerente do *Jornal do Comércio* (de 1851 a 1867) e correspondente na França de alguns órgãos da imprensa do Rio de Janeiro.

Reproduzimos alguns trechos dos seus artigos, uma vez que ele também se encaixa no perfil dos sócios da Auxiliadora: estudou na Academia Militar, era professor, e como homem de imprensa, ligado ao *Jornal do Commercio*. Além de estar em contato com a realidade da França, a qual tinha maior influência intelectual sobre os membros da Auxiliadora. Os artigos revelam principalmente a avaliação de Adet, que tinha acesso a diferentes fontes de informação sobre a situação econômica do Brasil.

Falando sobre os assuntos mais tratados e discutidos na imprensa e jornais, Adet observava que:

Em geral é raro encontrar na imprensa estudos verdadeiramente sérios sobre questões de princípios (...). A imaginação toma na maioria das vezes a maior parte dos estudos sérios. O Brasil engana-se gravemente concedendo à imaginação uma grande influência tão soberana no domínio da política. Duas grandes nações surgiram no novo mundo, o império brasileiro e a república dos Estados Unidos. A confederação americana eleva-se imolando tudo, sem piedade aos interesses materiais de seu comercio e de sua marinha. O novo império do sul pareceria dever engrandecer-se pelos meios que sua irmã mais velha, se em sua população de um espírito ardente, não se notassem tendências muito pronunciadas para teorias e para estudos especulativos.¹⁰⁵

Continuando sua descrição geral do Império do Brasil, chama a atenção para a importância dos interesses materiais e o descaso em que eles se encontravam: “Se a instrução derrama-se no Brasil, se a vida política e intelectual se desenvolve nele incessantemente, os

¹⁰⁴ Auxiliador, outubro de 1851, pp. 141-146. Sessão de 15 de outubro de 1851.

¹⁰⁵ Auxiliador, nº6, dezembro de 1851, p. 152.

interesses materiais sofrem, e devemos dizê-lo, pertence dar-lhes mais lugar na vida brasileira, a alta administração do Império deve consagrar ao futuro toda sua solícitude”. Tendo em vista esta preocupação, Adet apresenta uma tabela das receitas gerais do Império, enumerando os gastos de todos os ministérios que havia na época. Em seguida discorre sobre a dívida pública, mostrando os números da dívida externa, interna, gastos com juros, etc.¹⁰⁶

E analisa: “esta dívida bem que imensa para um país que conta apenas com quarto de século de existência política, e esta quantidade de papel moeda sujeita a flutuações continuadas, não seriam um embaraço para o Brasil”, se o governo tivesse decidido por um sistema de organização em que buscasse aproveitar todas as riquezas de seu território. Mas, infelizmente, “as questões de política geral absorvem em estéreis debates a atenção que reclamam os interesses da agricultura e da indústria brasileira”. Tendo em vista essa situação, era preciso renunciar a “essa multidão de intrigas políticas que impedem de seguir um sistema sábio e determinado, e que fazem mal maior à sua indústria que constitui em nosso século o verdadeiro progresso”. Adet aponta que “todo mundo no país quer exercer uma profissão liberal ou preencher as funções do governo. O solo não só pede braços, mas tem necessidade de cabeças inteligentes para dirigir os melhoramentos que se preparam no futuro”. Menciona que a melhoria nos produtos de exportação (café, açúcar) deve-se ao fato dos jovens proprietários haverem feito na Europa estudos sérios em química e mecânica.

Já a indústria no Brasil, continua Adet, se limita a fabricar objetos de primeira necessidade, “o Brasil tem fundição de cobre, de ferro, fábrica de vidro, fábrica de fiar, mas esses estabelecimentos esperam a aplicação geral do vapor para prosperarem”. Com relação à imigração, Adet era da opinião que se poderiam ganhar riquezas imensas se os capitalistas europeus, aos quais fossem dados lotes de terrenos “introduzissem homens inteligentes em estado de aproveitarem os progressos modernos da mecânica e do vapor”. Em relação à origem do imigrante ideal para o progresso faz as seguintes considerações:

o francês não quer ser dirigido por estrangeiros, só admite chefes compatriotas; o irlandês conserva muito a lembrança de seu desgraçado país; o suíço tem demonstrado que são laboriosos e pertinazes, mas falta a atividade criativa; [e

¹⁰⁶ Auxiliador, nº6, dezembro de 1851, p. 224

conclui que só os alemães tem progredido, citando o exemplo das colônias de Petrópolis e São Leopoldo].¹⁰⁷

Um dos temas mais abordados nesse período foi o das vias de comunicação. Nesse sentido, o artigo “A vantagem das estradas de ferro e sua urgente utilidade para o Brasil” vai tratar das vantagens e das facilidades do transporte e comunicação e, como elas poderiam favorecer o desenvolvimento intelectual no interior do país. Além de possibilitar a imigração, novas indústrias, novos produtos, etc.

Tratando do mesmo assunto, só que agora debatendo com o senador Montezuma, era publicada no mês seguinte outra matéria - de autoria não revelada - com o título “A utilidade das estradas de ferro e sua urgente necessidade no Brasil”.

A matéria - parte de uma série delas com esse título - criticava os argumentos do senador Montezuma que era contra as estradas de ferro, pois achava que a indústria agrícola e a manufatureira não se achavam desenvolvidas o suficiente e que o governo iria gastar muito com a garantia de juros (pelo menos 5%), e que, portanto, deveria, como alguns países da Europa, começar por estradas macadamizadas para com “o posterior desenvolvimento chegar às estradas de ferro”. O autor do artigo - não revelado - diz respeitar a “capacidade e o talento” do estadista e pede desculpas por entrar na análise do argumento de Montezuma. Passa então a discordar do senador, afirmando que os governos europeus “aceitaram a construção de estradas ordinárias em falta de um meio de comunicação mais fácil. Apresenta uma tabela mostrando que os governos da Europa não têm poupado esforços para as estradas de ferro (Inglaterra, França, Irlanda, Bélgica, Holanda, Prússia, Áustria, Hanover, Polônia, Itália, Holstein, Confederação Germânica).

Apresenta uma estatística das estradas transitáveis, começadas e em projetos. E afirma que “os governos não olham sacrifícios, reconheceram a superioridade deste meio” e, apesar de terem várias estradas, “empreenderam grande soma de capital”. Ninguém tinha dúvida da utilidade delas para o desenvolvimento de todas as indústrias. A seguir, perguntava: “Como então um membro tão ilustrado do parlamento proponha a construção de estradas ordinárias?” E

¹⁰⁷ Auxiliador, n° 6, dezembro de 1851, p. 229.

respondia: “estradas de ferro não são um luxo, mas uma necessidade”. Fazia então cálculos dos gastos do governo na construção das estradas de ferro, mostrando os benefícios antes mesmo do término da mesma, “pois ainda que toda a extensão não tenha sido terminada, haveria uma distância qualquer onde já começa o trânsito, e a afluência para aquele lugar traz o desenvolvimento do comércio”. Além de trazer facilidade para a imigração, a redução dos custos do transporte do café, etc.

No artigo seguinte, continuação do anterior, sobre a utilidade das estradas de ferro, o autor faz a defesa da política da garantia de juros de 5%, argumentando ser melhor do que a “proteção direta que pode gerar monopólios” e, além de ser um meio de proteção mais econômico, dá direito ao governo de intervir e fiscalizar se necessário. Também lembra que “todas as obras feitas pelo governo custam o dobro das feitas pelos particulares”. Ao final, apresenta uma estatística da quantidade de produtos e passageiros transportados pelas estradas de ferro.¹⁰⁸

A emancipação gradual e compensada da escravidão.

Seguindo a percepção dos membros da Auxiliadora de que o fim do tráfico era uma etapa importante na abolição gradual da escravidão, algumas matérias publicadas nesse período discutem todo o processo de emancipação gradual. Aqui a linha de raciocínio do autorreflete como o pensamento da economia política que enfatizamos nesta pesquisa estava presente em vários sócios, mesmo naqueles cuja profissão tinha mais relação com o mundo das letras. Sigamos seu raciocínio nesta questão tão cara à Auxiliadora, a da emancipação dos escravos.

O autor do artigo era Reinaldo Carlos Montoro, um sócio correspondente da Auxiliadora. Ele considerava inicialmente que o homem tem, de forma geral, duas ordens de necessidades: “as necessidades morais e as físicas, satisfazê-las é sua intenção em todos os atos da vida, e o interesse particular consiste na posse dos meios de adquirir esta satisfação e deste interesse individual modificado pelos deveres morais origina-se o proveito geral”. Embora o autor fosse ensaísta e crítico literário, a influência da economia política fica bastante clara.

¹⁰⁸ *Auxiliador*, n° 7, Janeiro de 1852; n° 8, fevereiro de 1852, p. 143; n° 9, março de 1852.

Com relação à abolição da escravidão, ele preconizava a abolição gradual, e estabelecia uma escala progressiva de duração da escravidão nas diversas províncias. À medida que os escravos fossem libertos, eles seriam submetidos à proteção do Estado - que fundaria fazendas agrícolas - e receberiam salários por seus serviços. Assim, poderia se formar uma classe livre de trabalhadores agrícolas sem nenhum perigo para o país. Era “necessário ir gradualmente moralizando e lhes fazer adquirir os hábitos honestos do trabalhador morigerado”, o que faria que não se perdesse o “curso de seu trabalho para a produção geral do país”. Essa proposta vinha, segundo seu autor, “do estudo positivo dos verdadeiros interesses do Brasil”. Era preciso aperfeiçoar a sociedade. Era preciso entrar seriamente na vereda do progresso.¹⁰⁹

Montoro tinha “certeza que os braços livres fariam todos os ramos da indústria se desenvolver”, a civilização iria fazer o Império caminhar. As grandes propriedades nocivas à organização constitucional do país desapareceriam, e os “domínios incultos” seriam explorados com “acerto e parcimônia”. Esses resultados influiriam “sobre a felicidade geral, a massa da população que hoje vive em estado de isolamento miserável, sem verdadeiros prazeres morais - fruto do trabalho - sem as menores comodidades domésticas verá melhorar sua condição”. Em seguida compara o Brasil à América e à Europa, apontando que “a falta de ligação entre as províncias, a separação de interesses, não só entre elas, mas mesmo entre as localidades, tornam sua união política precária e fictícia”.

Para sair dessa situação, Montoro diagnosticava que era necessário mudar a “organização civil” da sociedade: “dar incentivo às grandes empresas de utilidade pública, empreender esforços para que a imigração útil afluja, criar novos e diversos ramos de indústria em cada província, abrir as comunicações gerais, organizar sistematicamente e popularmente a instrução pública”; enfim, era necessário “fazer aparecer um verdadeiro espírito nacional formado pelo comércio interno e pela generalidade dos interesses morais.”

Finalmente, o autor também revelava sua esperança nas novas gerações: que “a mocidade, que conhece quais são as verdadeiras necessidades do país”, não desprezasse essas “reflexões em favor da prosperidade no meio da indiferença. Essa mocidade ficará firme na

¹⁰⁹ Auxiliador, n° 7, Janeiro de 1852, p. 254.

resolução de esquecer o campo político pelo estudo dos interesses reais e um dia tornará o Brasil respeitado e opulento”.¹¹⁰

Os fazendeiros e a Sociedade Auxiliadora

Muito embora a maioria das matérias veiculadas no Auxiliador dissesse respeito a questões de técnicas produtivas relacionadas à agricultura, a maioria dos seus membros não era composta por fazendeiros, o que podemos constatar das listas de sócios, e das “Considerações acerca da circular de 15 de outubro de 1850”.

A circular faz menção à resposta ao convite que a Auxiliadora fizera para os fazendeiros tornarem-se sócios da entidade, mas apenas 70 - foram convidados 5 mil fazendeiros do Rio de Janeiro - responderam, mais da “quinta parte tem rejeitado à pretexto da longa idade e da falta de meios. Outros queriam ver os estatutos, talvez imaginassem que a sociedade fosse, nota o autor da matéria, “uma companhia de ações, demonstrando ignorância das coisas do país, pois a sociedade existe há mais de 23 anos e foi sempre dedicada aos interesses agrícolas e fabris”.

A circular que foi enviada aos fazendeiros deixava claro a utilidade da Auxiliadora para seus interesses. Nesse sentido, discorre então sobre o ensino agrícola e sua necessidade. E aponta que “o agricultor brasileiro não conhece o arado, a charrua, vários instrumentos agrários, não sabe aproveitar os estrumes, a fertilização da terra”. Seus métodos precários consistiam “em derrubar árvores, lançar fogo nas florestas, usar grandes superfícies de terrenos para colher o que seria possível numa extensão menor”. Propõe, com a ajuda dos fazendeiros: “formar um conservatório de máquinas, uma escola agrícola, publicar um jornal que seja veículo às ideias de melhoramentos.”

Vias de comunicação

Novamente a questão das vias de comunicação era abordada. Em editorial, a Auxiliadora reafirmava suas propostas e reconhecia que “difícilima” era sua tarefa porque “ainda não está sentida e reconhecida a necessidade de uma reforma agrícola que introduzisse melhoramentos

¹¹⁰ Auxiliador, nº 7, Janeiro de 1852, p. 254-255. Reinaldo Carlos Montoro, nascido em Portugal em 1831, foi poeta, romancista, ensaísta e crítico literário (www.literaturabrasileira.ufc.br/consulta/).

nos processos de produção como o uso de máquinas e implementos agrícolas”. Dificílima também porque “não se chegou a reconhecer e convencer-se de que o primeiro passo para o país prosperar é a facilidade de comunicação, ela é necessária ao engrandecimento da lavoura, à colonização, e para a riqueza e progresso”. Pois era preciso “reconhecer a influência que sobre a civilização exerce o transporte aperfeiçoado”. Ao final, reafirmava que todo aperfeiçoamento do transporte “estimula o consumo e a produção, promovendo o progresso da riqueza e a prosperidade nacional”.¹¹¹

“Sistema de parceria, junho de 1853”

Nesse artigo seu autor - não identificado - defende o sistema de parceria contra aqueles que o criticam e que sustentam ser este o método mais fácil para escravizar os colonos. Observa então que se ocorrem abusos, eles não podem ainda ser generalizados, pois existem proprietários que respeitam. Por outro lado, os opositores argumentam que a expectativa dos colonos é a de adquirir propriedade, e por isso o autor defende a concessão de terrenos. Mas, nem todos os colonos teriam condições “de enfrentar as dificuldades oferecidas aqui para fundar novos estabelecimentos agrícolas”. Era desejo do autor: “que os que aqui venham encontrem uma nova pátria em que possam com dedicação e trabalho esperar futuro próspero e uma posição livre e independente”. Todavia, era preciso considerar as dificuldades “por falta de meios”, pois só o terreno não bastaria e a “expectativa dos imigrantes é de se fixar num lugar que passe a ser sua pátria”. E a pátria, define o autor, “é a sociedade composta de indivíduos e onde se pode esperar um futuro próspero livre e independente”. Toma então o exemplo dos Estados Unidos que, “apesar de não ser somente de êxito, atraiu milhões de estrangeiros, e o que também contribuiu para o seu rápido desenvolvimento é a facilidade de comunicação, milhares de estradas e canais”. Além da “observância da parte de todas as autoridades e das leis do país, que não são letras mortas, todos se curvam com o mesmo respeito”. Fator não menos importante, no caso americano, era o “sentimento liberal que considera o estrangeiro como um amigo que veio oferecer suas indústrias e seus braços”. Em seguida, critica a lei de terras de 1850 que serve “a quem pode comprar terras, que tem recursos, não aos imigrantes que vem construir sua vida, adquirir sua propriedade”. Acrescenta que “o sistema de parceria é o único meio de facilitar o

¹¹¹ Seu autor era B. Goldsmith, natural da Alemanha, professor homeopata (Rio de Janeiro, julho de 1853).

colono tornar-se proprietário independente, o qual pode ver logo o fruto”. E, com relação aos argumentos contrários, escreve que “também não queremos que ele caia na mão de especuladores, que queiram substituir os braços escravos pelos estrangeiros, e não ligam se ele progride ou não”. Portanto, o governo deveria empregar seus meios para que tal situação não ocorresse.¹¹²

Colonização (relato de experiências em algumas colônias)

Na descrição da experiência de colônia de Vergueiro, o artigo enfatiza o aspecto da liberdade de culto religioso. O Senhor “Vergueiro não se importa com a religião, quer gente honesta e trabalhadora”. Também na colônia de Petrópolis “existem colonos dos dois cultos e o governo provincial paga um pastor, e um cura católico para os outros”. Na colônia de Petrópolis “há aulas para meninos e rapazes, o governo paga o professor. Os filhos dos colonos são considerados brasileiros”. Descreve então a rotina dos colonos e seus hábitos de alimentação, trabalho etc, e faz uma lista das profissões: alfaiate, padeiro, carpinteiro, agricultor, moleiro, barbeiro, canteiro, ferrador, tanoeiro, fabricante de carros. E, demonstra que a situação financeira é boa. A partir do êxito dessas experiências, “os proprietários devem se convencer que os colonos, sendo gente inteligente que ama o progresso da indústria, buscam alcançar um bom grau de prosperidade e de bem-estar doméstico”. Vergueiro havia “compreendido as necessidades dos colonos, e as tem provido em tudo - acham tudo que precisam no centro da colônia”. Nesse sentido, concluía que “a boa direção dos trabalhos é essencial, pois reúne os interesses dos colonos e os do proprietário, e a satisfação de ambos os interesses promove o bem comum”.

Ainda com relação à colônia de Vergueiro, é feita uma descrição dos métodos produtivos, partilha dos cafezais entre as famílias, da quantidade produzida por família, etc. “A valorização das terras com 20, 50, 100 famílias” que “com o tempo estarão na circunstância de comprar a terras”. Mesmo que um proprietário vendesse metade das suas terras, “elas já estarão valorizadas

¹¹² Auxiliador, junho de 1853, p. 487-490.

a tal ponto de valer o dobro do que valiam antes. É sabido que a divisão das terras constitui a verdadeira riqueza de um país”.¹¹³

Sobre a experiência de Vergueiro que tanta expectativa positiva gerou na Auxiliadora nesses primeiros anos da década de 1850, particularmente 1851-52, quando foram publicados vários relatos e descrições do sistema de parceria, remetemos a algumas observações de Emilia Viotti e de Sergio Buarque de Holanda sobre o assunto. Pois tanto Viotti como Holanda chamam a atenção para a dificuldade de adaptação dos fazendeiros em relação ao tratamento e ao relacionamento com trabalhadores “livres”, acostumados que estavam com o trabalho escravo. Por outro lado, Sergio Buarque vê aspectos positivos no exemplo que o imigrante dava pela utilização de novas técnicas produtivas.

O sistema de parceria de Vergueiro foi adotado em 1847 e floresceu, segundo Emilia Viotti, após a cessação do tráfico, quando conseguiu introduzir grande número de colonos alemães e suíços nas fazendas do oeste paulista, onde era maior a necessidade de mão de obra. Teve apoio da administração provincial. No entanto, desde o início houve conflitos entre colonos e proprietários. Os colonos sentiam-se explorados “assumiam atitudes reivindicatórias e, muitas vezes, abandonavam as fazendas”. Por sua vez, os proprietários acusavam “os colonos de serem desordeiros e pouco afeitos ao trabalho”. Além disso, os fazendeiros, acostumados a “dominar os escravos, não sabiam como resolver os problemas que surgiam com o trabalho livre”.

Em 1857, ocorre uma revolta de grandes proporções em Ibicaba que levaria ao abandono do sistema de parceria. Esse sistema fora minado pelas próprias condições, sendo que entre elas Viotti destaca as diferenças entre as expectativas do fazendeiro, acostumado à rotina do braço escravo, e a do colono que tinha expectativa de independência econômica.

Dadas as condições gerais de produção, os mais céticos, segundo Viotti, diziam que o trabalho escravo era o mais compatível com a grande lavoura. Sendo essas condições produtivas e econômicas as seguintes: os métodos de produção precários utilizados na época na produção cafeeira; a deficiência nos meios de transportes, que resultava em baixa produtividade e onerava a produção; a coexistência do trabalho escravo com o livre; a dificuldade e às vezes

¹¹³ Auxiliador, julho de 1853, p. 21.

impossibilidade de mecanização; os deficientes processos de beneficiamento utilizados prejudicavam a produtividade; variações nos preços internacionais e nas condições climáticas, etc, fatores estes que influíam ou provocavam baixa produtividade.

Desta forma, para Viotti, a substituição do trabalho escravo seria possível quando se alterasse as condições acima, juntamente com outras transformações econômicas e sociais. Ou seja, mais tarde, a partir de 1870, com a melhoria dos sistemas de transportes e das vias de comunicação, o aperfeiçoamento dos processos de beneficiamento de café e do fabrico do açúcar, o crescimento da população livre e o esboço de uma economia de mercado. Portanto, foram essas transformações que, ao modificarem as condições da economia, aumentavam as possibilidades de adoção do trabalho livre.

Os aperfeiçoamentos introduzidos nos processos de beneficiamento do café e fabrico do açúcar facilitaram e, de certa forma, impulsionaram a transição para o trabalho livre, uma vez que eles acarretaram um aumento da produtividade e criaram novas condições de trabalho. Diz Viotti: “O significado dessas transformações pode ser melhor compreendido quando pensamos que”, por exemplo, “nas máquinas de pilões cada mão-de-pilão realizava em uma hora, tanto quanto um monjolo em cada dia. Burlamaque calculava que seriam necessários noventa homens para realizar o trabalho que ela (máquina) era capaz de realizar em oito horas”.

Quanto ao incentivo à aplicação de novas técnicas na lavoura, Viotti, aponta que “não faltaram aqueles que tentaram divulgar o que de mais moderno havia nesse setor”. Destaca então que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional promoveu “exposições com o objetivo de informar os fazendeiros sobre esses processos adotados em outros países”.¹¹⁴

Para Sérgio Buarque de Holanda, o sistema de parceria foi inicialmente uma tentativa de conciliar os interesses dos fazendeiros (por mão-de-obra), com os dos imigrantes (tornar-se produtor independente após o cumprimento do contrato) e também da formação de pequenos proprietários. As primeiras tentativas foram na fazenda Ibicaba, com a criação da colônia Vergueiro em julho de 1847. “O emprego de imigrantes europeus” - diz Sérgio Buarque - “na grande lavoura, acostumada unicamente com ao braço escravo envolvia verdadeira revolução

¹¹⁴ Emilia Viotti da COSTA. “O escravo na grande lavoura”. In Sérgio Buarque de HOLANDA. O Brasil monárquico. São Paulo: Difel, pp. 150-169.

nos métodos agrários vigentes no país, e mais do que isso nas próprias concepções dominantes no Império acerca do trabalho livre”. O sistema de parceria de Vergueiro iria ser adotado “por quase todos os fazendeiros do oeste paulista”. Na definição de Sérgio Buarque, o sistema de parceria representa um “meio termo entre o regime dos serviços assalariados e o das pequenas propriedades”.¹¹⁵

Outra dificuldade na adoção desse sistema, além da mentalidade dos fazendeiros, foi que as condições agrárias das terras novas faziam com que não fosse necessária a utilização de novas técnicas, mais desenvolvidas para o cultivo, como o arado e o fertilizante. Este fato também é apontado por Viotti, a qual aponta que as inovações foram feitas em outras etapas do processo produtivo. Daí, que a experiência dos imigrantes com as técnicas mais avançadas de cultivo não fariam diferença na grande lavoura. As mudanças mais importantes trazidas pelos imigrantes foram então nas técnicas de transporte, na introdução da cultura hortense, na pequena indústria e na indústria doméstica - legumes, laticínios, mel de abelhas, manteiga ou queijo.

Algumas observações de Sérgio Buarque confirmam como o exemplo do imigrante poderia ajudar a mudar a mentalidade com relação a adoção de novas técnicas de produção. “Só o exemplo”, nota Sérgio Buarque, “das famílias norte-americanas imigradas a partir de 1866 mostrou finalmente como cada instrumento não exige nada mais do que um homem e um animal para as operações a que se destina. O resultado foi que em pouco tempo as fazendas paulistas se encheram de arados, rodos e grades, tornando-se possível de certo modo grande economia de mão de obra”. Vemos então que Sérgio Buarque aponta como a utilização de instrumentos agrícolas possibilitava a economia de mão de obra, embora faça a ressalva que a expansão dos cafezais, por sua vez, agravaria de novo o problema da necessidade de mais mão de obra.

Com relação aos atritos entre os fazendeiros e os colonos nas experiências do sistema de parceria nos anos de 1850, Buarque explica a dificuldade do fazendeiro de superar a relação tradicional a qual estava acostumado. Nesse sentido, “escapava a ele uma noção rigorosamente objetiva de direitos e deveres que implica o regime de trabalho livre, em princípio menos orgânico e psicologicamente menos impregnado de considerações sentimentais do que o da escravidão”.

¹¹⁵ Sérgio Buarque de HOLANDA. “As colônias de parceria”. In SBH HGCB. São Paulo: Editora Difel, p. 246-247, 254.

Voltando às experiências em Ibicaba, a repercussão dos problemas que aí ocorreram resultaram em medidas restritivas dos governos estrangeiros, que dificultaram na época a imigração em número suficiente de alemães e de suíços para atender as necessidades de mão de obra dos fazendeiros paulistas, os quais tiveram que “esperar vinte e cinco anos para resolver o problema”. No entanto, apesar dos problemas, Buarque aponta alguns aspectos positivos dessa experiência em Ibicaba que ajudaram na alteração e melhoria do sistema de contratação de imigrantes, como a adoção do salário fixo, a não dependência da venda no mercado para o pagamento do colono, o estabelecimento de um preço fixo por produção por alqueire, etc. Como também alguns traços do sistema foram incorporados definitivamente aos regimes das fazendas, como a independência do colono (vida doméstica), o não emprego exclusivo nas lavouras de café, dispor dos gêneros que ele produzia etc. Sérgio Buarque observa que essas condições ajudaram na transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Feitas essas observações sobre as dificuldades de adoção do sistema de parceria, que ocasionaram a publicação de vários artigos otimistas no *Auxiliador* na década de 1850, voltemos para a agenda de propostas da Sociedade Auxiliadora.

Escola Normal Agrícola

Na Sessão do Conselho de 15 de setembro de 1853 era apresentada uma proposta para a criação de uma escola normal agrícola. Essa proposta era objeto de reflexão há vários anos na Auxiliadora. Nela, os jovens receberiam ensino teórico e prático, “para que algum dia possam se estabelecer e aproveitar o fruto de seus trabalhos”. Ali se formariam bons agrônomos que serviriam ao país, o que seria um incentivo para “arrancar a lavoura da rotina contrária ao desenvolvimento material e moral do país”. A agricultura estava entregue ao sucesso do acaso, e “somente o trabalho regular e metódico fundado sobre princípios das ciências correspondentes pode alterar esse quadro”.

O relatório do conselho assinalava a dificuldade da Sociedade Auxiliadora para execução desse projeto pela escassez de recursos, e chamava “a atenção do governo para que reconheça a pureza das suas intenções, e que deseje coadjuvã-lo em tudo que tem por fim desenvolver o progresso do país”.

Sociedade de Estatística

A preocupação com levantamentos estatísticos já aparecera anteriormente na *Auxiliadora*. Dessa preocupação surge, na Sessão do Conselho de 16 de julho de 1854, a proposta de criação de uma Sociedade de Estatística. A apresentação dessa proposta começa pela lembrança da importância da fundação do Instituto Histórico e Geográfico, cuja iniciativa de criação foi dos sócios da *Auxiliadora* (pelo menos de sua grande maioria). Destaca então a importância do conhecimento estatístico, pois “se a história registra a existência dos antepassados e a de seus sucessos de diferentes ordens, se a geografia ensina o conhecimento da parte física da terra, a estatística completa o que é adquirido por essas ciências”, fazendo o inventário de tudo que constitui a força de uma nação.

Para ressaltar essa importância é citado o “celebre publicista” Moreau de Jones, que afirmava: “na vida privada, a estatística toma conta do homem desde seu nascimento, considera-o como unidade que então ajunta ao número total dos nascimentos (...). Se possui terras e manufaturas, a estatística mostra a quantidade trabalho de que dispõe e a produção agrícola e industrial, e os demais interesses que acompanharão a fortuna. Se é proletário, a estatística mostra-lhe a proporção entre o consumo e o salário, ensina-o a economizar (...)”. Daí a necessidade para realizar essa tarefa de uma sociedade que se “ocupe de melhorar, colher e metodizar os fatos que devem constituir a estatística geral do Império”. Mas, dada a extensão desse trabalho, é preciso ser “organizada a partir de um centro onde estejam reunidos os elementos necessários a sua existência”. Ou seja, era preciso o apoio do governo nessa empresa.

Desta forma, era proposta a fundação de uma sociedade com o título de Sociedade Estatística do Brasil, “que teria por fim promover e organizar a estatística geral do Império”. A sociedade foi criada, mas sem o devido apoio do governo e na época ela não logrou realizar sua tarefa. No entanto, o periódico “*Auxiliador*” foi num crescendo especializando-se e tornando-se um dos principais divulgadores de informações estatísticas.¹¹⁶

¹¹⁶ *Auxiliador*, agosto de 1854. Moreau de Jones nasceu perto de Rennes, na Bretanha, em 19 de março de 1778. Ao sair do colégio, ele foi um dos voluntários de 1792 nos batalhões D`ille-et-Vilaine, e serviu sucessivamente na artilharia, nos grenadiers-réunis do general Hoche, e no estado-maior como ajudante de campo de vários generais (...). Após esta época, M. Moreau de Jonnès se dedica aos trabalhos científicos e, mais especialmente, à estatística, que ele enriquece com um grande número de obras. Entra em 1817 na administração, em 1834 foi encarregado da direção da *Statistique Générale de la France*, que teve 12 volumes.

Dar prioridade aos interesses materiais

Numa longa introdução ao *Auxiliador* de 1º de julho de 1854, o novo redator do periódico, que era o secretário perpétuo Frederico Burlamaque, chama a atenção para que os esforços de todos se dirijam para os reais interesses da sociedade, os interesses materiais, e ataca a grande importância que é dada no país às questões políticas, partidárias.

As estéreis e mesquinhas lutas dos partidos que tem gasto tantas e tão esperançosas inteligências, tão elevados talentos e nobres caracteres; as revoluções sem um fim e sem uma causa que mais de uma vez assolam nossas províncias, e os amargos desenganos porque havemos passado depois de sedutoras promessas sempre iludidas explicam, se não justificam o descrer em que ia vivendo a nossa terra.¹¹⁷

Era o estado de desânimo que era sentido com relação à falta de iniciativas mais incisivas para implementar as medidas que a *Auxiliadora* vinha defendendo.

Apesar do “estado de abatimento”, havia ainda a esperança de que com a política da “conciliação” pudesse finalmente, dando uma trégua nas disputas políticas partidárias, “recuperar o tempo perdido”:

O pensamento conciliador inaugurando uma política nobre e generosa, tendo unicamente por fim os interesses gerais da sociedade, e não as vantagens deste ou daquele partido, pôde ascender de novo o entusiasmo em todos os corações, e arrancar o país do torpor a que se achava reduzido; e então (...) marchar com passos firmes pela estrada do progresso (...). Tal é nossa esperança.¹¹⁸

Mas, era preciso que cada um realizasse seu dever, “trabalhando, quanto lhe permitirem as forças, para o engrandecimento do país”. Era necessário que todos se dedicassem aos interesses materiais “que tão importante papel representam na organização do mundo moderno”. Pois, são esses os interesses que dirigem e organizam a sociedade.

Aposentou-se no começo de 1852. M. Moreau de Jonnés fez parte de um grande número de sociedades científicas. Dictionnaire de l'Economie Politique. Contenant l'exposition des principes de la Science. L'opinion des écrivains qui ont les plus contribué à sa fondation et à ses progrès. La bibliographie générale de l'économie politique par noms d'auteurs (...) Publié sous la direction de MM. Ch. COQUELIN et GUILLAUMIN. Paris: Librairie de Guillaumin et C^a, 1852.

¹¹⁷ *Auxiliador*, de 1º de julho de 1854, p. 4.

¹¹⁸ *Idem*, p. 5-6.

A vida em sociedade é múltipla, daí nascem diferentes classes de interesses, que querem todos ser atendidos, e devem todos ser satisfeitos, porque sendo justos e legítimos, são solidários entre si e formam um todo harmônico. No entanto, nem todas as necessidades podem ser satisfeitas ao mesmo tempo, por isso é necessário ir atendendo progressivamente todos os interesses, desde que fundado na real necessidade do progresso material dos países.¹¹⁹

Burlamaque proclama então que as sociedades entram numa nova época,

cujos princípios que a dirigem são outros, as idéias que se preocupam são de natureza diversa (...). O século passado destruiu, o nosso organiza; a missão daquele foi lançar por terra todos os obstáculos que se opunham ao desenvolvimento do espírito humano, embaraçavam o progresso da sociedade (...). A tarefa do século era outra, já não se calcula o poder das nações pelo número dos seus soldados, pela organização dos seus exércitos (...) mas sim pela importância dos seus capitais e pela natureza de suas instituições econômicas: e, pode-se dizer que só os povos ricos são poderosos.¹²⁰

Cita o exemplo da vitória da Inglaterra sobre a França como prova de que essa vitória teria sido fruto do fato da Inglaterra “ter sabido acumular capitais de toda a espécie”. Assim sendo, “os interesses materiais são hoje a preocupação constante das nações que observam e compreendem o alcance do que se passa no mundo”.

Mais uma vez coloca em segundo plano as questões políticas frente às questões econômicas. “As questões industriais vão tomando o lugar das questões políticas: as teorias governativas vão sendo substituídas pela fundação e prática de instituições que dêem expansão à atividade do homem”. Nesse sentido, dá alguns exemplos de assuntos econômicos que devem ocupar os estadistas do que os assuntos políticos. “A balança do comércio, princípio verdadeiro ou falso, segundo o sistema econômico que se adota, inquieta mais os Estadistas do que a balança de poderes; o equilíbrio entre a produção e o consumo, entre a população e os meios de subsistência dá mais a pensar do que o equilíbrio entre as nações e, como outrora víamos congressos de diplomatas e estadistas, vemos hoje o congresso de industriais”. Nessa nova época “se há guerras elas são exceções”, e se existiam competições entre as nações elas se davam em outras arenas. “Os torneios industriais, para os quais abriu exemplo a grande Exposição Universal de Londres”, eram vistos por Burlamaque “como um dos fatos contemporâneos mais gigantescos e gloriosos” e dava “prova da veracidade” do que ele vinha argumentando.

¹¹⁹ Auxiliador, de 1º de julho de 1854, p. 6.

¹²⁰ Idem, p. 7-8.

Mas, infelizmente, não era essa a compreensão dos estadistas, eles ainda viam com indiferença os interesses materiais. Para comprovar este fato, cita a constatação de um economista francês que, depois de fazer um “triste quadro da França”, perguntava qual era a razão do seu atraso. Burlamaque reproduz a resposta do economista francês salientando que ela era, “no seu todo, aplicada ao Brasil, e parece que para ele fora escrita”.

A causa, diz ele, é não verem os estadistas onde está a verdade, em procurarem a solução do problema onde ela não pode existir, e não procurarem onde com certeza poderiam encontrar: a causa principal é a exagerada importância que se tem dado aos interesses políticos, e o desprezo ou indiferença com se olha para os interesses materiais: o entusiasmo e o ardor com que se estudam doutrinas políticas abstratas, e o desdém, a vergonhosa ignorância dos princípios econômicos: muita teoria e nem uma prática: tudo para a discussão e nada para a administração. Falar muito, e obrar pouco [ainda é o economista Francês quem fala] é a ciência dos nossos homens, dos que dirigem nossos destinos e, entretanto, deveriam lembrar-se de que o campo das discussões tem limites, e o das grandes empresas é interminável.¹²¹

O exemplo das outras nações mostrava a importância dos interesses materiais e, uma vez que o país conseguiu sua independência e liberdade, cabia agora dedicar-se a esses interesses. Com efeito, escrevia Burlamaque que: “Cego fora quem colocasse em dúvida a importância dos interesses materiais, e o papel imenso que representam hoje a indústria em geral; insensata fora a nação que observando o movimento das outras, nada a fizesse para imitar, e avantajá-la na carreira da civilização e do progresso”. Caberia “à geração atual ser responsável pelo futuro, uma vez que a geração passada havia legado a independência e a liberdade. Uma vez alcançadas a paz e a tranquilidade, elas não deveriam ser confundidas com a inação, pois o trabalho é a lei geral dos indivíduos e das sociedades”.¹²²

Burlamaque destaca que o país tem mostrado força para manter sua integridade e que, todas as vezes que num ponto qualquer do território, “a guerra civil se levanta, e que as paixões acendem o facho da discórdia, na sua atividade encontra o Brasil forças e recursos para estabelecer a paz entre cidadãos desvairados”. Por isso, passadas as dificuldades internas, o país deve procurar “derramar a abundância, o bem-estar e a riqueza”. E apesar dos adversários dos interesses materiais, Burlamaque insistia na ideia de que “o perigo estava no atraso da

¹²¹ Auxiliador de 1º de julho de 1854, p. 8-9.

¹²² Idem, p. 10-11.

civilização, na ignorância das verdades econômicas, na ausência do espírito de associação que facilita as grandes empresas”. O perigo estava na pobreza e na miséria das nações.

A argumentação de Burlamaque era dirigida àqueles que viam com indiferença ou até mesmo com receio os melhoramentos materiais. Daí, ele perguntava: “o que é que separa os interesses materiais dos interesses morais? Onde principiam uns e acabam outros? Qual a linha de demarcação entre as duas espécies?” E responde:

As ideias morais e os interesses materiais não são independentes e nem existem em luta na sociedade, pelo contrário, tudo se encadeia na vida social, e nada se faz em um ponto que não vá sua influência refletir-se em outra parte. E quem pode ignorar que o mais poderoso meio de dar ao homem consciência da sua dignidade e elevá-lo a seus próprios olhos, é colocá-lo longe dos golpes da miséria.” [Se as ideias] “que hoje dominam fazem derivar a riqueza e o bem-estar do trabalho e dos esforços pacíficos do homem”. [Proclamando a necessidade da riqueza, elas não fazem mais] “do que aconselhar o que a moral mais pura não poderia deixar de sancionar.

Para demonstrar que a busca da melhoria material não era algo condenável e estava de acordo com a moral, Burlamaque ainda cita Blanqui:¹²³

A abastança dá aos cidadãos o descanso para livremente respirarem, e dignamente gozarem dos frutos do seu trabalho, e todos os grandes melhoramentos que na condição material do homem se tem modernamente operado, ministram-lhe os meios de prosseguirem na carreira da vida com menos dispêndio de forças, e facilitam o desenvolvimento da inteligência.¹²⁴

Associa então desenvolvimento com liberdade ao mencionar que os povos que tem dirigido seus esforços ao “aperfeiçoamento da indústria”, são os mais livres e independentes. Além do que, “as reformas econômicas, a indústria aperfeiçoada e tratada com cuidado”, enfim, os interesses materiais, “não embrutecem as nações”, uma vez que “o resultado final é o maior desenvolvimento possível dado ao trabalho, elemento e princípio dos mais puros, e altamente civilizador”.

¹²³ Jérôme-Adolphe Blanqui nasceu “em 21 de novembro de 1798 em Nice, então capital do departamento dos Alpes marítimos. Professor de história e economia industrial na escola especial do comércio em 1825 e diretor desta instituição depois de 1830. Ele sucedeu em 1833 J-B. Say como professor de economia política no Conservatoire des arts et métiers. Em 1838, ele foi eleito membro da Academie des sciences morales et politiques, e, de 1846 a 1848, teve assento na Câmara dos Deputados como representante da Gironda. M. Blanqui percorreu quase toda a Europa para estudar os processos da indústria e as questões econômicas” (Dictionnaire de l’Economie... *Op Cit.*p 181).

¹²⁴ Idem, p. 10-11.

Associa o progresso material com a felicidade dos homens, numa demonstração clara do processo de secularização da vida, do qual o pensamento da Ilustração com suas vertentes na economia política era expressão maior. Nesse sentido, afirmava que os progressos que a indústria estava passando era uma mostra evidente dessa associação:

as invenções que o espírito de análise faz, a cada instante, tem, depois, a seu dispor os meios de investigar os segredos e as forças da natureza, e abrem novos horizontes ao homem laborioso e empreendedor, e à proporção que as necessidades são satisfeitas, a sua atividade procura novos obstáculos para combater e novos recursos que o tornem a vida mais fácil, cômoda, agradável e feliz.¹²⁵

Conclui Burlamaque que, nessa luta do espírito contra a matéria, o homem sai do estado de escravo para o de senhor “dos elementos e das forças da natureza, que se eleva o nível de prosperidade geral, que se enriquecem as nações, e que se consegue realizar no seio dos Estados a bela divisa de Turgot: Ordem, Liberdade e Progresso”.

A finalidade e a atuação da Auxiliadora na concessão de patentes e privilégios

De acordo com o projeto de reforma dos estatutos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional de 1856, eles foram reformados no ano seguinte, ela tinha, de acordo com seu artigo primeiro “por fim promover por todos os meios ao seu alcance o melhoramento e a prosperidade dos diversos ramos da indústria do país, e auxiliar o governo sempre que for consultada sobre todas as questões concernentes ao dito fim”. Ao final do ano de 1859, no seu relatório que era enviado ao ministro do Império, a Auxiliadora informava a respeito dos pareceres oriundos das consultas do governo “sobre as diversas pretensões de vários particulares que solicitavam privilégios em que procuravam proteger a introdução de melhoramentos, de indústrias novas e inventos, que eles julgavam ainda não realizados ou conhecidos no país”.

Esta função de dar pareceres foi uma das principais funções da Auxiliadora junto ao governo. Nesse mesmo relatório, Mauá, que foi membro da Auxiliadora, pedia e obteve parecer favorável, isto é privilégio, para “introduzir no país, o novo sistema de carros a vapor – *Traction Engin and endlesse railway* – invenção de Boydell”. Dois anos antes, maio de 1857, o

¹²⁵ Ibidem, p. 10-12.

engenheiro Guilherme de Schuch de Capanema, sócio da Auxiliadora, pediu ao ministério do Império privilégio para os produtos da sua fábrica de papel de impressão e de escrever, o qual foi remetido à comissão de indústria manufatureira e artística.

Estatutos de 1857

A terceira reforma estatutária da Sociedade Auxiliadora foi realizada no ano de 1857. Esta reforma foi realizada num período importante para os objetivos da instituição, pois a partir dos anos de 1850 e mais particularmente da década de 1860 - com o aumento da produção e das exportações de café, que já vinha de meados dos anos de 1840, e a balança comercial tornando-se superavitária, bem como a disponibilização do dinheiro empregado até 1850 no tráfico de escravos - tem início um processo de “modernização” econômica. A reforma nos estatutos iria refletir essas transformações principalmente nas suas seções responsáveis pelos pareceres que, aumentando seu número, se tornavam, portanto, mais especializadas. Houve um aumento de 6 para 8 seções, que seriam as seguintes: de Agricultura, de Indústria Fabril, de Máquinas e Aparelhos, de Artes Liberais e Mecânicas, do Comércio e Meio de Transporte, de Geologia Aplicada e Química Industrial e de Melhoramentos das Raças Animais.¹²⁶

Esses estatutos explicitavam também, pela primeira vez, a função consultiva oficial da Sociedade Auxiliadora que era a de dar pareceres ao governo, mediante consultas, “sobre as questões concernentes ao melhoramento e prosperidade dos diversos ramos da indústria do país”.

A Auxiliadora nos anos de 1860

Esses foram os anos em que a entidade passou a ter grande importância no desempenho das funções mais gerais de desenvolvimento econômico e também naquelas relacionadas às suas atribuições oficiais de órgão consultivo do Governo. Em 1860, era criado o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e a Sociedade Auxiliadora passa exercer sua função consultiva de produzir pareceres técnicos sob a esfera deste órgão do governo imperial. Como membro da Auxiliadora, André Rebouças vai ter papel ativo nas comissões que analisavam pedidos de concessão de privilégios e incentivos do governo a particulares. Além do que, nesses

¹²⁶ Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Tipografia N.L. Vianna e Filhos, 1857.

anos verificou-se um crescimento da importância dos profissionais ligados à engenharia nessas comissões.

A respeito dessa composição dos sócios, observe-se que, em meados dos anos de 1860, na seção de máquinas e aparelhos, ao lado de André Rebouças encontrava-se o Dr. Henrique Eduardo Hargreaves, engenheiro civil e sócio do Instituto Politécnico. Nesse mesmo período, o presidente da seção de comércio e meios de transportes era José Ewbank da Camara, doutor em ciências físicas e matemáticas pela Escola Central e engenheiro de obras da alfândega do Rio de Janeiro.¹²⁷ Henrique Hargreaves era filho de David Hargreaves que fora mestre de fundição na Companhia Ponta de Areia, de Irineu Evangelista de Souza. Mais tarde, já tinha sua própria firma Hargreaves & Company que recebeu menção honrosa na Exposição de 1861-1862. Quando da morte do pai, Henrique e seu irmão Charles Fleming, também engenheiro - como o irmão, sócio atuante na Auxiliadora -, assumiram a direção da empresa. Os irmãos pediram em 1874-1875 um privilégio de vinte anos, que seria julgado na seção de Geologia aplicada e fundição da Sociedade Auxiliadora, ao governo do Império por terem descoberto um processo “de fazer maleável o ferro fundido”. Junto com André Rebouças, Henrique Hargreaves ainda pediria outro privilégio por 20 anos para abrir uma fábrica de relaminar, acierar e restaurar ferro. O pedido também seria analisado em duas seções da Auxiliadora: de Indústria Fabril e de Geologia Aplicada e Química Industrial.¹²⁸

Sócios correspondentes

Com relação à troca de informações, a atualização com o que havia de mais avançado na ciência e tecnologia, nas opiniões e informações sobre questões de que se ocupava a Auxiliadora, identificamos uma atuação importante de alguns de seus sócios: a de seus sócios correspondentes, que enviavam artigos e notícias - as mais variadas notícias sobre economia

¹²⁷ Outros sócios da Sociedade Auxiliadora também passaram ou tiveram alguma ligação com a Escola Central como Manoel Felizardo de Souza e Mello, senador e antigo lente da Academia Militar, Pedro de Alcântara Bellergade, lente e ex-diretor da Escola Central, ex-ministro da Guerra de Viação e Obras Públicas, Antonio Gomes de Marcos, projetista e construtor de caldeiras e máquinas a vapor do Arsenal da Marinha, o engenheiro Guilherme de Schuch de Capanema. Tanto Guilherme Schuch como Paula Freitas, acima citados, foram também membros tanto do Instituto Politécnico como do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Edmundo Campos COELHO. *As profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1830*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 1999.

¹²⁸ Auxiliador da Indústria Nacional, 1877, p. 404, 409. *O ramo brasileiro da Família Hargreaves: Apontamentos Genealógicos*. RJ: C.P.H. 1967, pp. 3-12.

política, ensino agrícola, amostras de produtos e sementes, relatórios sobre exposições industriais, experiências com imigração, etc - do exterior. Alguns desses sócios estavam a serviço da representação diplomática do país, como João Diogo Sturz, cônsul brasileiro em Berlim, e A. F. Rademaker, cônsul geral do Brasil na Bélgica que, em 1859, enviou memória sobre a imigração alemã mencionando o bom exemplo da imigração para os Estados Unidos. De Paris, Pedro de Alcântara Lisboa enviou vários artigos relacionados à economia política. Em janeiro de 1865, Francisco de Adolpho Varnhagen enviava do Peru sementes de uma árvore que produzia quina e, posteriormente, relataria a experiência com engenhos centrais na Martinica. E Lidgerwood - em contato nos Estados Unidos, 1867, com Sr A. B. Bacon, presidente da seção de Agricultura da Academia das Ciências de Nova Orleans - relataria a descoberta de uma nova planta que poderia substituir o algodão.

Outro perfil importante de sócios que se envolviam com as atividades da Auxiliadora era o de estrangeiros como o francês Julio Parigot, médico e ex-professor da Universidade de Bruxelas, que radicado no Brasil mandava, como diretor da colônia de Assunguy, no Paraná, artigos sobre a experiência dessa colônia. Ou o também francês Emilio Adet, revisor do Jornal do Comércio, correspondente na França de alguns jornais brasileiros e que traduzia artigos para o Auxiliador.

Instituto Fluminense de Agricultura

Fruto dos esforços dos membros da Sociedade Auxiliadora e sob sua influência é criado, em novembro de 1860, o Instituto Fluminense de Agricultura, cujo objetivo era promover o “desenvolvimento equilibrado e estável da agricultura na Província do Rio de Janeiro”. Contava entre seus membros com a participação majoritária de sócios da Auxiliadora. Segundo seus estatutos, “ele deveria, entre outros objetivos, procurar substituir braços escravos por máquinas e instrumentos apropriados, ensaiando também o melhor sistema de colonização nacional e estrangeira”.

A Primeira Exposição Nacional

Também como resultado dos esforços da Auxiliadora para sua organização, em 2 de dezembro de 1861, era inaugurada, pelo Imperador, a Primeira Exposição Nacional de Produtos

Naturais e Industriais, a qual teve lugar no edifício da Escola Central, depois Escola Politécnica. Esta iniciativa estava de acordo com os estatutos de 1857, segundo os quais a Auxiliadora deveria realizar exposições de produtos industriais e artísticos. A Comissão Diretora da Exposição era presidida pelo então presidente da Sociedade Auxiliadora Miguel Calmon du Pin e Almeida, e dela fazia parte também Irineu Evangelista de Souza, sócio da entidade. Entre outras máquinas e aparelhos, foram expostos objetos como uma moenda de ferro movida a vapor, máquina de alta pressão e um aparelho volante de irrigação, bem como outros artigos de consumo como jarras, pratos, etc. Mais tarde, em 1862, tanto o Imperador, como o Barão de Mauá estariam presentes, além de Burlamaque e do Marquez de Abrantes, na sessão do Conselho da Sociedade Auxiliadora, em 1º de agosto daquele ano.¹²⁹

Também no início da década de 1860, o engenheiro Guilherme Lidgerwood, sócio da Auxiliadora, viria pedir privilégio para introduzir suas máquinas de beneficiar café. Vários desses sócios, engenheiros como André Rebouças, nos anos de 1860 em diante, fariam parte das comissões que analisavam os pedidos de privilégios, sendo algumas vezes, eles próprios os solicitantes. A Sociedade Auxiliadora entendia que sua atuação concorria, “dentro dos limites das suas atribuições, para que a indústria geral viesse a enriquecer-se com novos meios”, e se nem todos os pretendentes eram atendidos, “foi devido ao fato de que nem todos tinham a seu lado o princípio que harmoniza o interesse geral com o interesse individual”.

As máquinas agrícolas de Lidgerwood que iriam ser comercializadas pela sua empresa, a Lidgerwood MFG Co Ltd, sediada no Rio de Janeiro, tiveram grande importância na melhoria do beneficiamento dos produtos agrários, principalmente do café. Em pesquisa sobre essa empresa, modernização agrícola e máquinas de beneficiamento, Ema Camillo afirma que “Lidgerwood, como engenheiro mecânico, inventor e aperfeiçoador, fabricante e distribuidor de máquinas de beneficiar café, exerceu papel fundamental na introdução e distribuição dessas máquinas em todo

¹²⁹ Auxiliador, agosto de 1862, p. 41. Apesar de ser sócio da Auxiliadora, Mauá não era membro atuante, mas a respeito de uma possível influência dos economistas em suas idéias, vejamos o diz Claudio GANZ no seu texto de introdução à Autobiografia de Mauá (“A trajetória de um pioneiro”). Visconde de Mauá. *Autobiografia, Exposição aos credores, O meio circulante*. Edição prefaciada e anotada por Cláudio Ganz. 3ª edição. Rio de Janeiro: Toopbooks; Estaleiro Mauá, 1998. Na opinião de Ganz, a mentalidade de Mauá era influenciada pelos autores da “escola liberal: Adam Smith e Bentham e, através deles, por Stuart Mill, João Batista Say, etc”. Sobre uma possível influência de Michel Chevalier em Mauá, apontada por Alberto Faria em sua biografia de Mauá, Ganz discorda e atribui a influência maior de Chevalier em Mauá a André Rebouças. Mas admite uma influência indireta através de Rebouças: “É certo que nessa época eles se entendiam sobre assuntos ferroviários... Se existe tal analogia entre as palavras de Mauá, em 1878, e Chevalier, seria através de Rebouças, ou pela mão deste, que Mauá viria a conhecer o economista francês”, p. 42, nota 29.

o território do então Império do Brasil.¹³⁰ Ao citar a obra de Alfredo D'E Taunay, *História do Café no Brasil*, destacando a mecanização agrícola, Ema Camillo observa que “esse autor atribui importância fundamental aos problemas decorrentes da mão de obra para que a mecanização lavoura brasileira ocorra”.¹³¹

As vantagens das máquinas de beneficiar café de Lidgerwood foram manifestadas num depoimento pessoal expresso na forma de carta publicada no *Auxiliador*, em maio de 1868. Dizia o autor da carta que as máquinas de Lidgerwood tinham “as melhores qualidades, que tem concorrido no mercado do Rio de Janeiro, na perfeição dos grãos, sua igualdade e aroma, condições indispensáveis para superioridade do seu extrato (...)”. Mencionava que na Exposição Universal da França lhe havia sido conferida “a única medalha de ouro, que teve o Brasil neste ramo de sua agricultura”. Dizia que muitos agricultores haviam apelidado essas máquinas de “máquinas filantrópicas”, pois os antigos pilões emitiam um pó sufocante, e de efeito mortífero, que iria obstruir os tecidos dos pulmões dos infelizes escravos. Por isso muitos fazendeiros revezavam “os escravos no serviço dos pilões, (...) outros julgam melhor sacrificar alguns infelizes até que a morte os venha libertar”.

Outra informação importante constatada nesta pesquisa é a de que, neste período, vários pedidos de concessão de privilégios pela introdução de novas indústrias, de inovações técnicas produtivas, de invenções, etc, eram feitas por membros da *Auxiliadora*. Entre 1876 e 1877, por ocasião da discussão da questão das tarifas protecionistas para a indústria chapeleira - onde houve intenso debate, pois caberia à *Auxiliadora* dar parecer a respeito da concessão ou da negação de proteção a essa indústria - houve vários pedidos de pessoas ligadas a esses interesses para entrar na *Auxiliadora*.

Sobre a atuação de André Rebouças na *Auxiliadora*, vale mencionar algumas anotações em seu diário nas décadas de 1860 e 70. A maioria das menções que ele fez foram registradas a

¹³⁰ Ema Elisabete Rodrigues CAMILLO. *Modernização Agrícola e Máquinas de Beneficiamento: um estudo da Lidgerwood MFG, década de 1850 a de 1890*. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Economia da UNICAMP. Propaganda do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, de 7 de junho de 1863, anunciava que “máquinas americanas de prepara café pelo sistema Lidgerwood, eram fabricadas na fundição de Speedwell, propriedade dos Srs J. H. Lidgerwood & Cia, de New York, p.20.

¹³¹ Idem, p. 7. Também por intermédio de Taunay ficamos sabendo que os Hargreaves também estiveram envolvidos com máquinas agrícolas. Diz a autora, com base em Taunay, que “a partir de 1870, notável progresso mecânico começou efetuar-se nas fazendas, sobretudo depois que as fábricas de Lidgerwood, Mac Hardy, Hargreaves, etc” passaram a fornecer descascadores, brunidores, separadores, despoldadores, etc.

partir dos anos de 1868. Assim, em 1868, ele diz que assistiu “das 6 às 8, à sessão da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, o imperador chegou às 6:30 e estava radiante com a passagem de Humaitá”. O imperador compareceu em várias sessões da Auxiliadora entre 1864 e 1869.

Em 9 de junho de 1868, Rebouças registrava que tinha ido à casa de Emilio Guichard, em Cubatão no Morro do Rio Comprido, onde assistiu às “experiências dos secadores de café, do qual requereu privilégio ao governo imperial, cuja petição tenho de informar como Presidente da Seção de Máquinas e Aparelhos da Sociedade Auxiliadora”. Em agosto do mesmo ano, 1868, anotava que tinha ido ao armazém de máquinas de Lidgerwood “examinar desenhos de um novo despolpador”. Posteriormente, em 1871, dizia Rebouças que tinha ido com o Antônio (Paula Freitas, seu colega na Auxiliadora) ao Barão de Mauá tratar da organização do caminho de ferro do Paraná. Em Londres, em maio de 1873, relatava que tinha ido com o colega Hargreaves (também membro da Auxiliadora) para Whiflet, perto de Cambridge. “O amigo e colega da Auxiliadora Lidgerwood me havia recomendado que visitasse sua fábrica de máquinas agrícolas”. E, em 16 de janeiro de 1888, Rebouças registrava no diário que era reeleito presidente da Seção de Máquinas e Aparelhos da Sociedade Auxiliadora, “cargo que ocupo desde 1864”.¹³²

Com relação à atuação dos seus membros, vimos que uma das preocupações de alguns sócios mais ativos nos escritos do *Auxiliador* era justamente a de chamar a atenção para a importância de se valorizar as questões materiais e os interesses a elas relacionados como fatores decisivos para o desenvolvimento econômico e para a constituição da nação nessas bases materiais. No entanto, vemos aqui, que em sua atuação na concessão de privilégios, essa tarefa era muito mais difícil do que nas propostas de imigração e colonização. Se nas propostas de imigração e colonização procurava-se discutir e enfatizar que as medidas em prol de imigração deveriam ter como objetivo estabelecer no país imigrantes morigerados e moralizados pelo trabalho - e que, para que esse objetivo fosse atingido, era necessário o estabelecimento de pequenas propriedades, nos moldes do exemplo da colonização americana -, na concessão de privilégios tratava-se de uma questão mais técnica, dos especialistas de cada área do conhecimento que, nem por isso, estava livre de controvérsias.

¹³² André REBOUÇAS. “Diário e notas autobiográficas”. Texto escolhido e anotações por Ana Flora e Inácio José Veríssimo. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1938, pp. 165, 168, 171, 193, 245,310.

Muitos dos pedidos rejeitados pelos pareceres da Auxiliadora provocaram reclamações dos solicitantes e debates nas comissões da Sociedade. O fato de que vários dos pedidos eram feitos pelos próprios membros da Sociedade pode levantar a suspeita de que os “pareceres técnicos” nem sempre poderiam ser emitidos de forma imparcial, neutra e “técnica”, ou seja, científica. Por outro lado, os sócios efetivos da Auxiliadora, segundo seus estatutos, deveriam ser “todas as pessoas que puderem concorrer para o desenvolvimento e o progresso da indústria do país”, o que habilitava vários dos sócios da Sociedade a pedirem privilégios, envolvidos que estavam com essas questões.

As preocupações reformistas da Auxiliadora continuaram aquelas mesmas já mencionadas, apenas alguns dos artigos publicados sofreram algumas alterações. Como exemplo, as matérias descrevendo as experiências de Vergueiro desapareceram do periódico, muito provavelmente em razão dos sérios problemas de conflito, entre os colonos e os administradores, que desacreditaram o sistema de parceria de Vergueiro. Por outro lado, as referências ao ensino profissional, criação de escolas técnicas, etc, tiveram um aumento relativo em relação aos artigos sobre imigração. Destaque-se ainda uma matéria que, mais uma vez, trazia o pensamento de Michel Chevalier e na qual era defendida a liberdade de comércio e a sua crença na harmonia de interesses, que mencionamos a seguir.

O Comércio entre os povos é a harmonia entre os povos possibilitada pelo trabalho.

Num artigo não assinado, de título “Os desejos de civilização do século XIX, e os grandes aperfeiçoamentos do mesmo século”, Michel Chevalier era longamente citado. Ele era apontado como um ilustre economista que podia dizer os “desejos da civilização do nosso século, cujos progressos não têm precedentes em nenhuma época da vida da humanidade”. Como prova desse progresso, expresso na união entre os diferentes povos, dava o exemplo de uma “grande associação para o desenvolvimento da ciência” que havia criado, em 1860, uma seção de comércio e de legislação comercial, e cujo presidente escolhido por unanimidade foi Michel Chevalier. Fato inédito, “pois quem diria dez anos atrás que uma associação composta de ingleses escolheria um francês para presidente”. Esta era, segundo o artigo, uma “nova orientação, cujo princípio era o de que o estrangeiro deixou de ser um inimigo, e que ele se tornou um amigo e um auxiliar nos interesses de cada Estado”. Afirmava ainda que “uma das

primeiras necessidades do século” era a liberdade de comércio, sem entraves, sem chicanas, sem direitos protetores. E citava Chevalier, constatando que:

a opinião que enfim passou ao estado de regra é que o comércio internacional deve ser animado, porque ele aumenta a riqueza e a prosperidade de ambas as partes contratantes, tanto aquela que compra como aquela que vende. Esta opinião que adquiriu tanta autoridade e vai entrar na prática dos Estados (...). Foi, portanto, o pensamento da aproximação da harmonia entre os povos civilizados, a origem dos admiráveis progressos da liberdade do comércio nestes últimos tempos; mas, por sua vez, a liberdade do comércio, à medida que se estabelece tende a aproximar os povos porque ela mostra, da maneira mais clara e manifesta, que eles são necessários uns aos outros, que cada um deles contribui para o bem-estar e a prosperidade de seus vizinhos e recebe de seus vizinhos uma parte da prosperidade de seu bem-ser.¹³³

Após Chevalier elogiar a harmonia entre os povos através do comércio, ele pede “que haja, para facilitar esse comércio, que se façam mudanças nas leis nos regulamentos e nos usos”. Que se busque uma legislação comercial semelhante entre os países, faz crítica ao patriotismo, pede que as leis de naturalização sejam simplificadas, que os regulamentos sejam mais uniformes. Também que haja uniformidade de pesos e medidas “pois ela é o colorario da liberdade comercial”. O autor do artigo manifesta então a confiança de que os melhoramentos apontados pelo publicista (Michel Chevalier) são mais do que coisas possíveis de acontecer e que “as tendências quase universais são em favor de sua realização”. Essa tendência seria atestada pelos fatos “à medida que os povos fossem se ligando cada vez mais pelos laços do comércio e da indústria”.

Mais uma vez, assinalamos uma das características principais do pensamento desses economistas a respeito da importância do mercado não só para a organização interna das sociedades, mas também para a ordem internacional.

Privilégios versus Concorrência

Em relatório dos trabalhos da Sociedade Auxiliadora, publicado em 1868, podemos evidenciar a influência dos economistas políticos liberais franceses e, ao mesmo tempo, como os pareceres técnicos das Seções especializadas da Sociedade, algumas vezes não eram levados em consideração pelo governo. O relatório descreve um pedido de concessão de privilégio para uma

¹³³ Auxiliador, p. 390.

indústria de azeite. No seu parecer, a comissão encarregada começa citando o economista André Cochut que ensina que “a nova economia social tende a suprimir os monopólios e as combinações autoritárias no trabalho, restituindo por toda a parte ao indivíduo a livre prática e aplicação de sua energia”. Em seguida, apresenta as razões do parecer contrário à concessão do privilégio, entre elas alegando que tal indústria já existia dentro e fora do país; que a amostra do produto era de má qualidade; que os processos empregados na fabricação eram “maus e incompletos”. Portanto, “era de parecer que a concessão de um privilégio em tais circunstâncias seria um atentado contra a liberdade de indústria, em proveito apenas de dois indivíduos e em matéria muito já conhecida e ao alcance de qualquer inteligência”.¹³⁴

No entanto, continua o relatório:

Abraçando nós a opinião de Bastiat, que acredita ser a concorrência a mais progressiva e a mais social das leis, a que Providência tem confiado os destinos das sociedades humanas, nunca suposemos que teríamos o dissabor de ver que se considerasse que o conselho da nossa sociedade havia resolver por uma maneira menos verdadeira o assunto em questão.¹³⁵

O dissabor, no caso, foi a decisão final do governo imperial de conceder o privilégio, contrariamente ao que recomendava o parecer da Auxiliadora aos peticionários.

Estatutos de 1869.

Essa foi a penúltima reforma dos estatutos da Sociedade Auxiliadora. Nesses estatutos, a Sociedade reafirma seu objetivo principal de promover a “prosperidade dos diversos ramos da indústria nacional”. Os instrumentos ou meios que a Auxiliadora dispunha para perseguir esse objetivo estavam relacionados a algumas de suas iniciativas de criação de cursos técnicos e teóricos, ao museu de máquinas e modelos expostos ao público, à iniciativa de organizar exposições industriais, ao seu órgão principal de divulgação de conhecimentos científicos de interesse para indústria, o *Auxiliador*, e à sua função oficial de emitir pareceres relativos às consultas do governo e de particulares. As seções especializadas atingiam aqui seu maior número, onze ao todo, considerando todas as reformas estatutárias da Auxiliadora. Seriam elas:

¹³⁴ *Auxiliador*, setembro de 1868, p. 397. André Cochut era um dos vice-presidentes da Société d'Économie Politique, à qual pertenciam vários dos economistas aqui estudados.

¹³⁵ *Idem*, p. 398.

de Agricultura, de Indústria Fabril, de Máquinas e Aparelhos, de Artes Liberais e Mecânicas, de Comércio e Meios de Transporte, de Geologia Aplicada e Química Industrial, de Zoologia, de Colonização e Estatística, de Estatística Industrial, de Finanças da Sociedade e de Redação da Revista.¹³⁶

A Auxiliadora na década 1870: O debate liberalismo X protecionismo

Foi no início da década de 1870 que a Sociedade Auxiliadora realizou o seu objetivo de criação de uma escola técnica. Durante a década anterior, o *Auxiliador* publicou vários artigos sobre ensino técnico em diferentes países, mostrando claramente a importância desse ensino para o desenvolvimento da sociedade. Desde 1867, a Auxiliadora havia criado uma escola primária (noturna e gratuita) para adultos que vinha funcionando precariamente. Em 20 de março de 1871, ela era finalmente inaugurada. E em 1872 começava funcionar a escola industrial (noturna e gratuita) para adultos.

Em agosto de 1868, a escola noturna para adultos da Sociedade Auxiliadora publicou um artigo, no *Jornal do Comercio*, no qual informava que tendo a Sociedade “fundado um curso de instrução primária gratuito para operários e aprendizes que não possuem os rudimentos elementares, assim se faz público para conhecimento de mestres e diretores de oficinas” para que dirijam “o pessoal de seus estabelecimentos à esta escola”. Mais tarde, em 17 de fevereiro de 1877, a Escola Industrial da Sociedade Auxiliadora, através do seu diretor, informava o conselho administrativo da mesma que as aulas da escola iriam ser iniciadas e “acham-se matriculados 97 alunos nas classes de alemão, francês, inglês, português, aritmética, desenho, escrituração industrial, geografia, geometria, física, e posteriormente as classes de química elementar e geometria descritiva e perspectiva.”¹³⁷

Além dessas iniciativas concretas da Auxiliadora, pelas quais ela vinha divulgando sua importância havia algum tempo, o período também foi marcado por acontecimentos importantes,

¹³⁶ “Estatutos da Sociedade Auxiliadora da indústria Nacional”. Rio de Janeiro: Tipografia J. A. dos Santos Cardoso, 1869. A última reforma dos estatutos da Sociedade Auxiliadora ocorreria em 1891 e, como reflexo das transformações que vinham ocorrendo na Auxiliadora, acabavam com as seções ou comissões especializadas da Sociedade, que foram criadas em 1831 e constituíam os elementos básicos da sua estrutura interna. Mais tarde, em 1904, sob a presidência de Inocêncio Serzedelo Correa, ela iria se fundir com o Centro de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro e dessa fusão nasceria o Centro Industrial do Rio de Janeiro.

¹³⁷ *Auxiliador da Indústria Nacional*, 1 de fevereiro de 1870, p. 58. Sessão do Conselho Administrativo em 1 de março de 1877.

sendo o principal a aprovação da Lei do Ventre Livre. Essa medida, que ia ao encontro dos objetivos reformistas da Auxiliadora de substituição do trabalho escravo, poderia ter tido alguma influência da Auxiliadora. É o que veremos a seguir com a interpretação de Werneck sobre o assunto.

O período de 1871 a 1877 é, para Werneck, o mais importante da história da Sociedade Auxiliadora, e ele procura justificá-lo por “várias razões”, sendo a principal o fato de Rio Branco ter ocupado a presidência da Auxiliadora no mesmo período em que foi chefe do Conselho do gabinete iniciado em 7 de março de 1871 e terminado em 25 de junho de 1875. Este foi o mais “longo gabinete da história parlamentar do Império”, e foi no seu “decorrer” que Paranhos procurou realizar, “de cima para baixo, nos limites possíveis de sua consciência monárquica, as ‘reformas’ que o Programa e o Manifesto dos liberais radicais haviam reclamado, em 1869, para o Império, como única forma de evitar a ‘revolução’”.¹³⁸

Para Werneck, o fato de Rio Branco ocupar as duas presidências ao mesmo tempo, na Auxiliadora e no Conselho, permite “ver possivelmente em que medida” as posições da entidade como um conjunto, e dos seus sócios individualmente, “se refletiram nas decisões governamentais”. Com efeito, considerando que a aprovação da Lei do Ventre Livre foi a medida mais importante das reformas levadas a cabo por Rio Branco, e se enquadrava nas aspirações mais amplas da Auxiliadora de transição para o trabalho “livre”, Werneck procura detectar se havia, ou houvera anteriormente, propostas reformistas na Auxiliadora com o mesmo teor da Lei do Ventre Livre.

Assim sendo, Werneck observa que “os dispositivos da Lei do Ventre Livre” poderiam “ser relacionados a duas manifestações anteriores da Sociedade Auxiliadora”. A primeira, individual, era de um sócio correspondente do Recife, Antônio J. T. de Mendonça Belém, que, em 1859, declarava o que “ele faria em relação ao trabalho servil, se pudesse”: “Declararia livre todas as crianças que de ora em diante ‘nascessem de ventre escravo’ e pagaria determinada indenização aos seus senhores (...)”. A segunda manifestação foi da entidade, mais especificamente da Seção de Colonização e Estatística, quando, em 1871, lhe foi feita uma

¹³⁸ WERNECK. *Op cit*, p. 139. Rio Branco foi presidente da Auxiliadora de 1865 até 1880. Para Werneck, nesta gestão a Sociedade “esteve mais próxima, como instituição, dos centros de decisão política”. Em 1877, chegou a ter 1.544 sócios, e o *Auxiliador* nesta gestão atingiu o “máximo de tiragem”. *Idem*, p. 232.

pergunta sobre quais seriam “os meios mais apropriados” para conseguir realizar “o grande desideratum social da extinção da escravatura, sem prejuízo do direito de propriedade e perturbação de todas as classes da sociedade brasileira”. O parecer da seção afirmava que era “necessária a liberdade do ventre, com a consequente indenização; matrícula de todos os escravos (...); direito dos escravos ao pecúlio, à alforria, e indenização do senhor”.¹³⁹

As manifestações contrárias ao trabalho escravo eram frequentes nos escritos divulgados pelo Auxiliador, como temos assinalado. Nesse sentido, cabe mencionar o estudo de Perdigão Malheiros, *A escravidão no Brasil*, por se tratar de obra publicada em 1867 e abordar essas manifestações antiescravistas. De acordo com Malheiros: “Em 1861 no Relatório da Exposição Nacional aventa-se a questão da escravidão como prejudicial à indústria. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional também assim o entendeu”.¹⁴⁰ “Já em princípios de 1866” - continua Malheiros - “o Diretor da Secretaria do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Dr. Manoel da Cunha Galvão”, que também era sócio atuante na Auxiliadora, “pugna francamente pela emancipação dos escravos da Nação”.¹⁴¹ No entanto, o próprio Malheiros aponta para a fonte de inspiração maior da Lei do Ventre Livre.

A Lei do Ventre Livre e a sua inspiração na legislação portuguesa.

Perdigão Malheiros, ao apresentar seu estudo sobre o exemplo de medidas abolicionistas em outros países, menciona que em Portugal: “Já desde 1858, sobretudo, várias decisões foram tomadas em ordem a extinguir a escravidão, facilitar as alforrias e promover nos libertos o amor ao trabalho; criando um imposto (Decreto de 28 de agosto); e promovendo a garantia da liberdade dos filhos das escravas que nascessem livres pelas leis de 1854 e 1856”.¹⁴²

Também Joaquim Nabuco se ocupa da questão da origem das idéias e propostas antiescravistas que podem ter influenciado na inspiração da lei. Na sua obra *Um Estadista no Império*, no capítulo sobre a elaboração da lei de 28 de setembro de 1871, afirma que: “Até 1866, pode-se dizer que a escravidão era tanto *res integra*, como era *res sacra*”. E que “algumas

¹³⁹ Idem, pp. 139-140.

¹⁴⁰ Perdigão MALHEIROS. *A escravidão no Brasil*: ensaio histórico, jurídico, social; introdução de Edison Carneiro. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.p 83

¹⁴¹ Relatório do Diretor, em 1º de janeiro, ao Ministro (Diár. Of. De 11 de dezembro). *Apud.* Malheiros, p. 84.

¹⁴² Idem, p. 120.

vozes se levantaram em todo tempo contra o cativo, mas tinham ficado sem repercussão, não tinham chegado aos ouvidos nem dos senhores nem dos escravos”. José Bonifácio era um desses poucos. Nabuco faz uma síntese do desenvolvimento da questão da escravidão: “Em toda a fase de 1822 a 1850 não há, por assim dizer, a questão da escravidão; há, sim, e vai gradualmente crescendo a questão do tráfico (...). De 1848 a 1850 é o período da pressão inglesa; de 1850 até 1857, mais ou menos, como vimos ao tratar do ministério Paraná, o governo vive do terror de uma renovação do tráfico, isto é, da conseqüente recrudescência do cruzeiro inglês. Somente quando a questão do tráfico fica de todo concluída, depois que o estímulo benéfico da sua extinção se sentir por toda a parte, é que começa lentamente a figurar-se, para certos espíritos, o problema da escravidão”.¹⁴³

Sobre o Ventre Livre como uma medida emancipatória gradual já utilizada por outros países, diz Nabuco que: “A liberdade dos nascituros ocorrera a todos os países de escravos como meio de extinguir a instituição sem tocar no direito de propriedade. ‘Fora pela liberdade dos nascituros, escreve Rio Branco, que vários estados haviam chegado pacificamente à abolição completa da escravidão’”.¹⁴⁴

No que diz respeito à origem do projeto político emancipatório do ventre livre, afirma Nabuco que

A questão da escravidão aparece pela primeira vez como projeto político emancipatório, de repente, quase sem transição, através dos projetos de São Vicente em 1866, patrocinados pelo Imperador. Em 23 de janeiro de 1866 - continua Nabuco - Pimenta Bueno, depois Visconde e Marques de São Vicente, concluíra cinco projetos com referência à emancipação dos escravos (...). O primeiro projeto era o que estabelecia a liberdade dos nascituros. O projeto era a reprodução literal da lei portuguesa de 24 de julho de 1856.¹⁴⁵

Em relação a condenação que a economia fazia à escravidão, Perdígão Malheiros afirma que os economistas “têm demonstrado” que a escravidão “obsta profundamente o desenvolvimento da indústria, a produção de riqueza pública e privada. Desde Adam Smith, J. B. Say e outros (...) a ciência econômica tem consagrado como axiomática essa proposição”. Malheiros nos chama então a ouvir “um especialista na matéria, Gustavo Molinari”:

¹⁴³ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 696.

¹⁴⁴ Idem, Nota 6, p. 696. A citação de Rio Branco está em Mossé, Dom Pedro II, F. Didot, Paris, 1889, pp. 199-201. *Apud. Um estadista do Império...*, p. 696.

¹⁴⁵ Joaquim NABUCO. *Um estadista no Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, pp. 698, 699, 670.

A não contemplarmos a história da humanidade senão em períodos curtos e destacados, será possível, achar se a escravidão auxiliou o desenvolvimento da riqueza material entre os povos; mas se abrangermos um período mais vasto, veremos que ela sempre retardou os progressos da civilização em geral. Assim, do ponto de vista dos interesses gerais e permanentes da humanidade, esta instituição mostra-se tão nociva como iníqua; e a economia política, de acordo com a filosofia e a moral, não hesita um só momento em proscrevê-la.¹⁴⁶

Liberalismo x Protecionismo. A crise na indústria chapeleira

Voltando ao período que Werneck considera o mais importante na sua análise, de 1871 a 1877, este último ano tem a sua justificação na chamada "'crise da indústria chapeleira' que, embora esboçada em 1873-1874, só atinge o seu ponto culminante em 1877". A questão principal dessa "crise" estava relacionada ao protecionismo ou liberalismo alfandegário para indústria chapeleira, e teve seu início em dois requerimentos. Mas, antes, vejamos o contexto no qual a crise da indústria chapeleira teve origem. Para tanto, faremos referência à obra de Wilson Suzigan, que também traça a situação dessa indústria antes da crise para melhor compreendê-la.

Tendo como fonte o *Auxiliador* de outubro de 1881, Suzigan observa que “a produção de chapéus tem sido descrita como um ramo da indústria de transformação que precedeu os demais”. Essa indústria foi “relativamente importante nos primeiros estágios de desenvolvimento industrial do Brasil”, uma vez que, continua o autor, ela foi “a primeira a se organizar como um grupo de interesse e pedir proteção já no início da década de 1870”.¹⁴⁷

Grande progresso ocorreu na indústria de chapéus até o fim dos anos de 1860 e o começo dos anos de 1870, não somente na quantidade produzida, mas também na qualidade. Informa

¹⁴⁶ Perdigão MALHEIROS. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*; Introdução de Edison Carneiro. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976, pp. 107, 108. Importante destacar que Gustavo Molinari pertencia ao grupo de economistas da “escola de Paris”, ou seja, o grupo influente nas propostas reformistas da *Auxiliadora*. Diz o *Dictionnaire* que ele se ocupou, particularmente, nos diversos jornais e nas diversas revistas, das questões econômicas. Em 1846, Molinari tomou parte na fundação da associação para a liberdade das trocas, e fez parte do conselho desta associação. Em 1851, ele foi “nomeado professor de economia política no museu da indústria belga. Ele é, depois de 1847, um dos redatores assíduos do *Journal des Économistes*”.

¹⁴⁷ Wilson SUZIGAN. “Indústria Brasileira”. *Origem e desenvolvimento*. Nova Edição. São Paulo: Editora HUCITEC; Editora da UNICAMP, 2000, p. 176, 177. Ainda de acordo com Suzigan: “A primeira fábrica de chapéus foi instalada no Rio de Janeiro nos anos de 1830 e 1840, e em 1846 havia seis operando no Rio de Janeiro, produzindo chapéus de seda e de feltro (...). As matérias-primas e os suprimentos para a produção de chapéus de seda eram importados na maior parte; pelos de animal para a produção de chapéus eram inicialmente trazidas do Sul e do Uruguai, porém mais tarde foram substituídos por pelo de coelho importado da Europa. O processo de produção era manual com auxílio de algumas ferramentas e instrumentos, da mesma maneira operavam as fábricas europeias”, pouco capital e grande número de pessoas.

Suzigan que o processo de mecanização da produção havia começado na década de 1860, apesar do seu ritmo ser lento.

Com relação aos incentivos diretos às atividades industriais, diz Suzigan que frequentemente o governo “concedia subsídios a firmas individuais sob a forma de pagamentos em dinheiro”. Entretanto, o meio mais importante de subsídio, utilizado por algum tempo e, considerado por Suzigan, “talvez o fator de proteção mais importante, foi a concessão de isenções de direitos de importação sobre matérias-primas para uso das ‘fábricas nacionais’”. Como exemplo, “em 1855, 28 fábricas de chapéus” foram beneficiadas com essas isenções “para a importação de pelo de coelho ou de outros animais para a produção de chapéus de feltro”; sendo que a metade delas estava localizada no Rio de Janeiro, e o restante em outras províncias. Já “em 1856, esses números haviam aumentado para 32 fábricas”, sendo que as 16 fábricas localizadas no Rio de Janeiro gozavam da isenção de direitos sobre matérias-primas.¹⁴⁸

Suzigan afirma que o desenvolvimento da indústria de chapéus foi “contínuo até os primeiros anos da década de 1870”. Porém, a partir de 1873-1874, esse desenvolvimento “foi interrompido pelos acontecimentos na indústria nacional e internacional”. Tais acontecimentos foram os seguintes: “o desenvolvimento de novos processos para a produção de chapéus de lã na Europa, mudanças na moda, uma nova reforma tarifária e os efeitos da depressão da economia mundial que começou na década de 1870”. Com efeito, “seguiu-se uma séria crise”, descrita pelo *Auxiliador* e citada por Suzigan, com o “cataclismo de 1877”, o que acarretou o fechamento de várias fábricas de chapéus, enquanto “outros produtores reduziram suas operações ou interromperam a produção e se voltaram para o comércio de importação, de vez que tenham compreendido que podiam lucrar mais importando do que produzindo chapéus”.¹⁴⁹

¹⁴⁸ Idem, pp. 178, 179, 180.

¹⁴⁹ Segundo Suzigan: “A produção de chapéus de lã foi tão aperfeiçoada na Alemanha que esses chapéus passaram a substituir crescentemente os chapéus de feltro com a vantagem de serem mais baratos. A importação de chapéus de lã no Brasil a partir de 1873-1874 atingiu muito negativamente a indústria de chapéus de feltro. A indústria foi afetada também por uma mudança na moda, “passando a haver preferência por chapéus altos e duros de lã e feltro, em vez chapéus moles e baixos”. Como os produtores nacionais não podiam adaptar rapidamente seus processos de produção, “a demanda dirigiu-se aos chapéus importados”. A modificação na tarifa em 1874 também contribuiu para a crise. “Após a guerra do Paraguai, o governo foi pressionado pelos interesses comerciais e agrícolas para abolir as sobretaxas de impostação em 1867 e 1869. O resultado foi uma tarifa de tendência liberal (...). A depressão econômica mundial também pode ter afetado a demanda por chapéus”. *O Auxiliador* (out. 1881: 223), pp. 180, 181.

A reação inicial dos fabricantes de chapéus foi a de “dirigirem-se à Associação Comercial do Rio de Janeiro e, como não obtiveram resultados práticos, dirigiram-se à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain)”. Suzigan observa que na Auxiliadora, “que não era exatamente uma associação industrial ou manufatureira, ocorreu inflamado debate entre os que eram pró e os que eram contra a proteção para a indústria de chapéus”. As posições contrárias colocavam,

de um lado os comerciantes de chapéus (importadores) e os fabricantes de chapéus de seda (apoiados pela seção de comércio da Sain), que queriam que os direitos de importação sobre chapéus de lã fossem mantidos baixos e também que fossem reduzidos os direitos de importação sobre matérias-primas e suprimentos para a indústria de chapéus.¹⁵⁰

E do outro lado,

estavam os fabricantes de chapéus de feltro de pêlo e os artistas chapeleiros (apoiados pela seção de produção da Sain) que eram a favor de aumento nos direitos de importação sobre os chapéus de lã. Os artistas chapeleiros entraram no debate a fim de proteger seus empregos.¹⁵¹

Suzigan nota que o debate durou quase um ano, começando em julho de 1876, e que “finalmente a posição da seção de produção da Sain foi aprovada pela maioria dos votos, sendo uma representação enviada ao ministro da Fazenda”. O autor faz aqui referência à Nícia Vilela Luz que também abordou o debate na Auxiliadora na sua obra *A luta pela industrialização no Brasil*. Com relação ao trabalho de Luz, Suzigan chama a atenção para um fato importante que não foi observado pela autora: “que durante a crise, grande número de fabricantes de chapéus associou-se à Sain, o que se constituiu em movimento estratégico para influenciar na votação”. A esse respeito já apontamos que vários membros da Auxiliadora, como o próprio Rebouças e Lidgerwood, que participavam das seções que produziam pareceres, também pediam privilégios para seus empreendimentos pela introdução de inovações e invenções tecnológicas. Vale observar que, conforme constatamos nesta pesquisa, vários comerciantes contrários às tarifas protecionistas também se encontravam entre os membros da Auxiliadora.¹⁵²

¹⁵⁰ Idem, p. 181, 182. Suzigan explica que: “A posição de chapéus de seda pode ser explicada pelo fato de sua indústria não ter sido tão gravemente afetada pela crise como a indústria de chapéus de feltro e, também, porque eles importavam a maior parte de suas matérias-primas e suprimentos”.

¹⁵¹ Ibidem, p. 182.

¹⁵² O Auxiliador, setembro de 1876, p. 322 e 392.

Apesar desses esforços, “nada de prático resultou da representação enviada pela Sain ao ministro da Fazenda”. Não obstante, Suzigan aponta que, “pelo menos dois resultados positivos emergiram da crise e da agitação subsequente dos fabricantes de chapéus”:

Em primeiro lugar, como foi corretamente observado por Luz, foi a partir da crise da indústria de chapéus na década de 1870 e da ação tomada pelos fabricantes que, pela primeira vez, um grupo de industriais se organizou para defender seus interesses. (...) O segundo resultado positivo da crise foi acelerar a modernização da indústria de chapéus mediante a crescente modernização do processo produtivo.¹⁵³

A crise e os debates na Auxiliadora levaram, segundo Suzigan, a “uma divisão dentro da Sain”, com uma oposição “entre a seção de produção, a favor da proteção e do desenvolvimento industrial, e a seção comercial, que era contra o desenvolvimento industrial e a favor do livre comércio e do desenvolvimento agrícola”.

Aqui também é preciso ter precaução com relação a afirmações categóricas sobre a divisão de opiniões dentro da Auxiliadora as quais marcariam posições ideologicamente convictas, ou seja, favoráveis à agricultura ou à indústria. Em grande parte dos debates na Auxiliadora em que eram colocadas questões relativas à proteção da indústria ou da agricultura, geralmente verificamos posições intermediárias, ou seja, reconhecia-se que a agricultura era o setor mais importante da economia do país, e que não podia ser ignorada; mas, por outro lado, tendo em vista a agenda reformista, visando o progresso econômico, e tendo as nações mais avançadas economicamente como modelo, era preciso dar algumas formas de incentivo às indústrias que pudessem prosperar no país. Não podemos esquecer a diferença que se fazia na época entre indústria “natural” e “artificial”, sendo a natural aquela que dependesse o menos possível da importação de matérias-primas para sua atividade produtiva, questão essa que apareceu também nos debates internos aqui mencionados. Voltaremos mais tarde a essa questão quando reproduzirmos alguns trechos dos debates na Auxiliadora durante essa “crise”.

Conforme lembrado por Suzigan, Nícia Vilela Luz abordou também a questão da crise na indústria de chapéus uma vez que ela envolvia um debate sobre a política tarifária protecionista ou não, a qual, por sua vez, constitui-se num dos condicionantes fundamentais, para a análise

¹⁵³ Wilson SUZIGAN, *Op cit.*, p. 182, 183.

dessa autora, em relação ao êxito ou fracasso do processo de industrialização no país na época. Por isso, a questão da política econômica liberal ou protecionista foi enfatizada pela autora.¹⁵⁴ Com relação à discussão na época, década de 1860, de qual seria o valor de uma tarifa protecionista, Luz menciona que,

a seção de Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, referindo, em 1867, às dificuldades encontradas na industrialização do Brasil, dificuldades que em geral eram as mesmas já apontadas pela comissão revisora de tarifa, em 1853, era de opinião que a equidade entre os produtos manufaturados estrangeiros e os nacionais só seria obtida estabelecendo-se uma taxa de importação de quase 100 por cento.¹⁵⁵

Constata-se, portanto, nessa opinião uma preocupação protecionista. Entretanto, conforme nota Luz, algumas circunstâncias desse período vieram favorecer as atividades industriais no fim da década de 1860, tais como a guerra civil americana que provocara um surto expansivo na produção de algodão, favorecendo a indústria têxtil de algodão do país; e a guerra do Paraguai que “com seu cotejo de emissões favoreceu a expansão econômica” e, exigindo aumento de impostos, tarifas aduaneiras, para fazer frente aos gastos do país, “veio oferecer à indústria uma proteção mais adequada”. Não obstante, esse “período de entusiasmo não demoveu o governo de sua política aduaneira de caráter essencialmente fiscal”. Por isso, a “promulgação, em 1874, de uma nova tarifa alfandegária onde se fez sentir a influência do comércio”. O ministro da fazenda, Visconde do Rio Branco preferia “marchar de acordo com o comércio, quanto for possível, em matéria dessa ordem”. Mas logo a seguir, a autora afirma que a tarifa Rio Branco de 1874 era “reflexo de uma nova orientação política do governo imperial, no último quartel do século XIX”. Tratava-se da opção por “um liberalismo moderado que não contentaria os liberais e alienaria os conservadores; que não satisfaria nem a agricultura, nem a indústria”.

No âmbito mais amplo da sociedade, “uma vaga de liberalismo espraia-se pelo país”. A propaganda liberal “visava particularmente o regime escravocrata”, e “invadia todos os domínios, ameaçando o regime imperial”. De acordo com a autora, “Bastiat divulgado na década anterior principalmente por Tavares Bastos, tornava-se a grande autoridade dos que falavam em

¹⁵⁴ Nícia Vilela Luz. “A luta pela industrialização do Brasil”: 1808 a 1930. Prefácio do Prof. João Cruz Costa. 2ª ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

¹⁵⁵ Idem, p. 37.

nome da ‘ciência econômica’ (...)”. Esse movimento liberal tinha, no entanto, “um lado positivo a favor do desenvolvimento industrial - a sua luta contra a lei de 1860 sobre as sociedades anônimas e contra as concessões de privilégios industriais”.¹⁵⁶

Com relação aos privilégios industriais, é importante destacar as observações de Nícia Luz uma vez que uma das principais funções da Sociedade Auxiliadora era a de produzir pareceres que apoiassem ou não essas concessões. Para a autora, a campanha contra os privilégios industriais tinha como objetivo principal “refrear os abusos cometidos em nome da lei de 1830”. A lei garantia ao inventor, ou àquele que aperfeiçoasse uma indústria, a concessão de um “privilégio para a exploração da mesma indústria, durante certo número de anos”, e para o “introdutor de qualquer indústria estrangeira” dava “um prêmio em proporção à utilidade e dificuldade da indústria introduzida”. O problema, na análise de Luz, é que a lei era “pouco precisa a respeito dos termos de invenção e aperfeiçoamento” e, por isso, “deu origem a uma série de abusos”.¹⁵⁷

Realmente, talvez essa questão mereça uma análise mais aprofundada, mas no âmbito deste trabalho demandaria uma pesquisa específica. Mas a esse respeito, tendo em vista a função de dar pareceres da Auxiliadora, cabe fazer algumas observações. A auxiliadora era uma instituição que dava pareceres e, portanto, as decisões finais - embora ela tivesse influência nas considerações técnicas e científicas - cabiam às autoridades políticas e administrativas competentes. As seções especializadas pelos pareceres eram compostas pelos membros mais atuantes que eram, em sua grande maioria, profissionais com formação em ciências naturais, física, matemática e engenharia, etc - geralmente professores que não tinham participação direta

¹⁵⁶ A citação a Bastiat é acompanhada do comentário de Antônio Felício dos Santos que, “na sua campanha em prol da indústria nacional”, classificaria Bastiat como “poetas economistas”. Antônio Felício dos Santos, Discurso na Câmara dos Deputados. Diário Oficial. Rio de Janeiro, 24-4-1882. Apud: Nícia Vilela Luz. A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930, p. 45. Sobre a lei de 1860, diz Luz que “ela havia sido violentamente combatida por Tavares Bastos, que denunciava a tutela estatal a que estavam submetidas as empresas”. A influência de Bastiat em Bastos é realmente significativa, ele o cita amplamente nas Cartas do Solitário. Nesta obra, a defesa do liberalismo econômico de Bastos pode ser observada na sua oposição ao exclusivo do comércio de retalho, que prejudicaria o consumidor. E, “o consumidor é a sociedade, na linguagem do inestimável F. Bastiat”. Daí ser contrário ao privilégio da cabotagem: “pode sem dúvida o privilégio da cabotagem ser o meio decisivo de aumentar os lucros do armador nacional, do capitão nacional, do marinheiro nacional. Mas se ele exagera o preço do serviço de transportes costeiros, o privilégio compromete os interesses do povo, e é antieconômico, ofende os direitos da sociedade, e é antipolítico. Como todos os monopólios, portanto, o da cabotagem torna-se em resultado uma ESPOLIAÇÃO LEGAL.” *Cartas*, 226. Mais adiante, a afirmação da harmonia dos interesses por Bastos reforça a influência de Bastiat: “A harmonia das leis que regem o movimento dos interesses, é tal, porém, que, onde o consumidor assinala um benefício, o próprio produtor não pode queixar-se de um prejuízo verdadeiro e definitivo”. *Cartas*, 226.

¹⁵⁷ Nícia Vilela LUZ. A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930, p 46.

na política. Todas as discussões sobre os méritos das concessões - se havia ou não inovação científica e técnica num processo produtivo, se a indústria era realmente nova ou não no país - estão documentadas nas atas da entidade, e constatamos em nossa pesquisa, que os argumentos utilizados nessas discussões e nos pareceres finais eram essencialmente técnicos. Portanto, como dissemos, para identificar esses abusos seria preciso aprofundar em outras fontes mais ligadas às decisões finais de concessões que poderiam ou não levar em consideração os pareceres da Auxiliadora. Onde identificamos a possibilidade de favorecimentos nos pareceres foi, como já apontamos, que alguns dos membros pareceristas da Auxiliadora também pediram privilégios; mas, como constatamos em alguns casos, nem todos foram favoráveis, havendo casos de recusa de pedidos dos próprios membros da Auxiliadora.

Retomemos a crise da indústria chapeleira e os debates que ela ocasionou na Sociedade Auxiliadora, tais como foram abordados por Nícia Luz. Em meados do século XIX, “o pensamento nacionalista” favorável à indústria não encontrava “muita ressonância no ambiente brasileiro”. Mas, a crise de 1874-1875 veio “modificar essa situação” ao “provocar o conagraçamento da indústria existente”. O seu início foi na indústria de chapéus, que como vimos acima, tinha como matéria-prima o pelo de lebre e passou a ter a concorrência dos chapéus de lã fabricados na Alemanha. Os chapeleiros apelaram então à Associação Comercial e “à comissão nomeada por Rio Branco para rever a tarifa alfandegária”. Não tendo resultado apelaram à Sociedade Auxiliadora - que, na definição de Luz, fora fundada em 1828 e “ocupava-se principalmente com o aperfeiçoamento técnico da agricultura”. Foram então solicitados pareceres das seções de agricultura, de indústria fabril e de comércio, a “respeito da proteção alfandegária”.

A Seção de Indústria, que tinha como relator o engenheiro Paula Freitas, deu parecer mencionando os Estados Unidos cujos recursos eram comparáveis com os do Brasil e condenava “as doutrinas liberais que arrastavam o país para o ‘abismo’, pleiteava uma tarifa protecionista como medida imprescindível para o desenvolvimento industrial do Brasil”. De acordo com o parecer, “só com uma taxa de quase 100 por cento” os artigos nacionais estariam “em pé de igualdade com os estrangeiros”. Por sua vez, a Seção de Comércio era contrária a “essa política francamente protecionista” da Seção da Indústria Fabril. Seu parecer, apoiado “na opinião de

financistas brasileiros”, afirmava que a tarifa alfandegária “era puramente fiscal” e recomendava que o Brasil não deixasse “a larga estrada da liberdade do comércio para esgueirar-se pelos tortuosos e íngremes desvios do protecionismo”.¹⁵⁸

O parecer da Seção de Comércio invocava, segundo Luz, argumentos fisiocratas, exaltando a atividade agrícola como a “mais racional”, “mais lucrativa”, e “as populações rurais mais felizes do que as urbanas”, afirmando ser preferível “promover a democracia rural a aumentar a população operária das cidades”. Entretanto, para Luz, esses argumentos escondiam a verdadeira causa da oposição ao estímulo à indústria, que era o temor “que a industrialização agravasse o problema da falta de mão de obra e encarecesse o preço dos gêneros de primeira necessidade”. Como vimos anteriormente, o parecer da Seção de Indústria prevaleceu e foi enviado ao governo “uma representação assinada pela Sociedade Auxiliadora, concitando-o a promover a indústria nacional” e a apoiar as “fábricas existentes por meio de tarifa adequada”. Já sabemos que o governo não deu atenção à representação.

Após a apresentação dessas análises da crise na indústria chapeleira, fazemos uma exposição detalhada dos argumentos utilizados no debate interno da Auxiliadora.

O parecer da Seção de Comércio: André Rebouças e a liberdade de comércio

No dia 21 de junho, na sala das Sessões, durante reunião do Conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora, o Dr. José Pereira Rego Filho apresentava a requisição para que as seções de Agricultura, Indústria Fabril e Comércio estudassem e dessem parecer sobre a seguinte questão:

1º - Convirá solicitar do Governo alguma alteração da tarifa das nossas alfândegas, no intuito de favorecer mais eficazmente a indústria agrícola e os ramos da indústria fabril, que tem no país elementos de prosperidade e dão, ou podem dar, produtos de grande utilidade?

2º - Quais os artigos da tarifa que deverão ser alterados, e quais os termos precisos da alteração.¹⁵⁹

¹⁵⁸ Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Sessão do Conselho Administrativo, em 21 de junho de 1876. Apud: Nícia Vilela Luz. A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930, p. 52, 53, 54.

¹⁵⁹ Sessão do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em 21 de junho de 1876.

A Seção de Agricultura considerou que essas questões eram da competência exclusiva das seções de comércio e indústria fabril e não participou do estudo dessas questões.

O parecer da Seção de Comércio foi apresentado na sala das Sessões, em 13 de janeiro de 1877, por André Rebouças. O parecer começa com a afirmação de que “até hoje todos os financeiros brasileiros tem sustentado que a tarifa de nossas alfândegas é puramente fiscal”.¹⁶⁰

Rebouças observa que o parecer fora dividido em nove partes: sinopse histórica, psicologia do protecionismo, protecionismo na Inglaterra, protecionismo nos Estados Unidos, protecionismo no Brasil (Primeira época - Exclusivo colonial - 1500 a 1808), protecionismo no Brasil (Segunda época - Tendências liberais - 1808 a 1834), protecionismo geral, protecionismo provincial, e na última parte procurava dar “a melhor solução às Reclamações Atuais contra a Tarifa das Alfândegas do Império”. Mencionando a psicologia do protecionismo, Rebouças nota que “A Inglaterra é o espectro de Banco dos protecionistas: quando se fala em liberdade de comércio eles gritam espavoridos: ‘Maquiavelismo Inglês’”. Quando trata do protecionismo inglês procura “combater esses vãos terrores, essas estultices, que não são velhos sofismas, tão espiritualmente combatidos pelo imortal Bastiat”.

Em relação ao protecionismo provincial, Rebouças explica que ele deve ser objeto de estudo uma vez que: “Em 1834, o poder legislativo se divide em geral e provincial, concorrendo com o geral para atrasar o comércio e, principalmente, introduzir a cizânia e a discórdia entre as diversas províncias do Império”.

À pergunta “como deve ser protegida e auxiliada a indústria nacional?”, Rebouças responde fazendo referência a José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairú, que em 1808, “dotou o Brasil com uma série de reformas liberais, talvez mais admiráveis do que as de 1789 na França, e as promovidas na Inglaterra pela *Anti-Corn-Law-League*”. Silva Lisboa respondeu a essa pergunta “por uma série de alvarás e proclamações”, e em “cada um há lição dos mais preciosos princípios da ciência econômica”. Não tendo espaço para citar todos, Rebouças cita o alvará de

¹⁶⁰ Parecer da Seção de Comércio apresentado na Sala de Sessões da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em 13 de janeiro de 1877, por André Rebouças, p 179. Como destacou Nícia Luz, a opinião era que o Brasil não deveria “deixar a larga estrada da liberdade do comércio para esgueirar-se pelos escuros, tortuosos e íngremes desvios do protecionismo”.

1º de abril de 1808 que “consagra a plena liberdade de trabalho e de indústria”. O alvará manifestava o desejo de

Promover e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos mananciais dela as manufaturas e a indústria, que multiplicam e melhoram, e dão mais valor aos gêneros e produtos da agricultura e das artes, e aumentam a população dando que fazer a muitos braços, e fornecendo meios de subsistência a muitos de meus vassallos, que por falta deles, se entregam aos vícios da ociosidade.

E convindo remover todos os obstáculos que podem inutilizar e frustrar tão vantajosos proveitos:

Sou servido a abolir e revogar toda e qualquer proibição que haja a esse respeito no Brasil (...) e ordeno que, daqui em diante, seja lícito (...) estabelecer todo o gênero de manufaturas, sem excetuar alguma...

Para a aplicação desses “bons princípios de liberdade de indústria e de trabalho”, era necessário, segundo Rebouças, observar as seguintes condições:

1º. Para a justa igualdade que deve haver nos favores tanto à grande como à pequena indústria; excelente princípio que, infelizmente, como foi demonstrado no estudo do nosso sistema aduaneiro, não foi respeitado pela atual tarifa aduaneira;

2º. Que a liberdade de trabalho e de indústria é violada logo que o governo intervém nela como concorrente esmagador pela força dos extraordinários recursos de que dispõe.

Assim é que a indústria tipográfica e as conexas acham-se assustadas pelo desmesurado incremento que se pretende dar à tipografia governamental;

3º. Que o trabalho para ser fecundo deve ser auxiliado pelo capital e pela associação, e que, portanto, atacam a liberdade de indústria e de trabalho, leis e regulamentos proibitivos, como os de 1860;

4º. Que, enfim, como há demonstrado Michel Chevalier, a liberdade de trabalho exige um sistema de transportes marítimos, terrestres e fluviais, que possibilitem trabalhar vantajosamente em todos os pontos do território.

A falta de vias de comunicação conserva em forçada ociosidade uma população, que, só nos sertões de S. Francisco, é avaliada em mais de um milhão de habitantes.¹⁶¹

Já no alvará de 28 de abril de 1809, José da Silva Lisboa, ensinava “minuciosamente como deve ser protegida e auxiliada a indústria nacional”. De acordo com ele, ficava determinado que:

1.º Todas as matérias primas, que servirem de base a qualquer indústria, serão isentas de pagar direitos alguns de entradas dos meus Estados, quando os fabricantes as comprar para gasto da sua fábrica (...).

2.º Todas as manufaturas nacionais serão isentas de pagar direitos alguns na sua exportação fora dos meus Estados; e todas as do Reino serão isentas de pagar por entrada nos meus domínios do Brasil (...).

¹⁶¹ Parecer da Seção de Comércio..., p. 191.

3.º Todos os fardamentos das minhas tropas serão comprados às fábricas nacionais (...).

4.º No recrutamento, que se faz geralmente para o Estado, haverá todo o cuidado de moderar o número de recrutas naqueles lugares onde se conhecer que a agricultura e as artes necessitam de braços (...)

5.º Sendo o meio mais conveniente para promover a indústria de qualquer ramo nascente, e que vai tomando maior aumento pela introdução de novas máquinas dispendiosas, porém utilíssimas, o conferir algum cabedal, que anime o capitalista que empreende para promover semelhante fábrica (...).

6.º Sendo muito conveniente que os inventores e introdutores de alguma nova máquina e invenção, nas artes gozem de privilégio exclusivo, além do direito que possam ter ao favor pecuniário, que sou servido estabelecer em benefício da indústria e das artes (...)¹⁶²

7.º Para promover a marinha mercantil (...) hei por bem determinar que paguem só metade dos direitos, estabelecidos em todas as alfândegas (...) todos os gêneros e matérias-primas de que possam necessitar os donos dos novos navios para a primeira construção e armação deles”.¹⁶³

Rebouças elogia o alvará equiparando o Visconde de Cairú a Adam Smith e Jean Baptiste Say, “José da Silva Lisboa conseguiu fazer mais pelo Brasil do que Turgot pela França”. Quase 70 anos depois, “ainda hoje é necessário repetir os princípios liberais da ciência econômica são indispensáveis para o aumento da população, tanto seu incremento” como para a imigração. “Ainda hoje, em 1877, continua Rebouças, é necessário repetir que monopólios nacionais, constituídos por tarifas aduaneiras exageradas” e por leis contrárias aos estrangeiros, “são fatais à agricultura, ao comércio e à navegação”. Portanto, os conselhos de Cairú seriam perfeitamente aplicáveis à situação do momento. É o que Rebouças procura demonstrar a seguir comparando os princípios liberais de Cairú expressos no alvará com a política aduaneira então praticada.

Assim temos:

1º Isenção de direitos para todas as matérias-primas nacionais e estrangeiras.

Ora, pela atual tarifa das alfândegas, bem longe gozar isenção de direitos, as matérias-primas estão taxadas a 10%, a 20% e algumas até a 30%.

Já vimos, nesse infeliz caso dos tubos para condensador de máquinas a vapor, que, algumas vezes, os direitos vão a mais de cento por cento!

Ferro em bruto a 10%! Acido Sulfúrico a 10%! Enxofre a 10%! Acido nítrico a 10!

E com adicionais de 45!!...

Devem também gozar das isenções de *matéria-prima* os produtos com um fabrico incompleto, destinados a servir de *matéria-prima* a uma indústria nacional; esses, a que Michel Chevalier denomina: - *Produits demi-fabriqués qui servent de matière-première à une autre industrie*.

¹⁶² Esta última cláusula do alvará estabelecia que as pessoas incluídas nessa condição apresentassem “o plano do seu novo invento à Real Junta de Comércio, e que ela reconhecendo a verdade e fundamento dele, lhe conceda o privilégio por quatorze anos, ficando obrigadas a publicá-lo depois, para que no fim desse prazo toda a nação goze do fruto dessa invenção”.

¹⁶³ *Ibidem*, 194.

Ora, já foi demonstrado que, mesmo em indústrias que manifestamente se deseja proteger, essa espécie de matéria-prima está onerada 10%, 20% e até 30% além dos infalíveis 45%! de adicionais!

Como temos retrogradado em liberdade de comércio desde 1808! Desde o Visconde de Cairú!

2º Completa isenção de impostos aduaneiros, tanto na importação como na exportação, para todos os produtos das fabricas e oficinas nacionais.

Neste particular estamos também em piores circunstâncias da que em 1809!

Os produtos nacionais são taxados na importação pelas províncias, impedindo às fabricas estender a venda de seus produtos por todo o Império, e perturbando todas as relações comerciais da nação brasileira, como foi minuciosamente demonstrado no estudo do *Proteccionismo Geral*.

Quanto à exportação, a regra geral é que os produtos nacionais paguem 9%, salvo as exceções especificadas (...)¹⁶⁴

Com relação a essa última observação, Rebouças recomendava que fossem incluídos entre os produtos livres de direitos os produtos de todas as fábricas e indústria nacionais e especificadamente: “Fazendas de algodão; Chapéus de todas as qualidades; Calçados de todas as qualidades; mobiliasse obras de madeira; Sabão de todas as qualidades”. Esses artigos poderiam ser exportados para as repúblicas do Prata “com grande vantagem para as nossas relações comerciais”.

Retomando o alvará de 1809, o parecer menciona o 3º parágrafo que previa o incentivo ao estabelecimento de fábricas que se encontrassem em condições de aplicar os cabedais, “que hoje tem melhor emprego na agricultura”, com mais vantagens. “A indústria nasce, diagnosticava o parecer, naturalmente, logo que encontre matéria-prima, capitais e mão de obra em abundância; desenvolve-se cresce e prospera (...)”. Essas condições, “únicas e racionais”, dispensariam a proteção governamental para as indústrias. Não se deveria criar “indústrias artificiais e extemporâneas”, pois elas apenas serviriam para “lisonjear a vaidade nacional”, sem promover o aumento da riqueza e o bem-estar da população.¹⁶⁵ Sendo assim, recomendava: “Não tenhamos pressa em ser nação industrial; em ocasião oportuna, quando abundarem capitais e mão de obra, ferro e carvão de pedra, a indústria fabril nascerá, crescerá e florescerá por si só (...)”.

¹⁶⁴ *Ibid.* pp. 196, 197.

¹⁶⁵ Aqui Rebouças, no parecer, expressa aquela preocupação, citada por Luz, de que a criação dessas indústrias “artificiais”, poderia ocasionar a: “despovoação e empobrecimento dos distritos agrícolas, aumento do pauperismo, tristemente agravado pelo alto preço dos gêneros alimentícios de primeira necessidade. Não se deve desejar, não se deve promover senão o que realmente aumenta a riqueza e o bem estar do povo. Criar indústrias só para ter a vaidade de dizer que o império produz tudo (...) é realmente um erro grave. Em tese são muito mais felizes as populações rurais do que os operários das grandes fábricas. O aumento da democracia rural é muito mais desejável do que o da população das fabricas e oficinas”. *Idem* p 199.

O quinto parágrafo do alvará tratava dos “favores diretos às fabricas nacionais”, e o parecer da seção presidida por Rebouças recomendava que: “Demonstrada a necessidade de ser auxiliada uma certa indústria pelo Estado, a ciência econômica aconselha que se concedam favores diretos, terras gratuita empréstimos, subvenções, ou garantias de juros; jamais direitos aduaneiros protetores”. Isto porque: “Os favores diretos são por sua natureza fixos, determinados, temporários e limitados; mas as taxas protetoras são crescentes; indeterminadas, duradoras e ilimitadas (...)”.¹⁶⁶

Se fosse concedido 80%, novas fábricas seriam criadas e a concorrência entre elas faria baixar de novo os preços, “novas gritas, novo, novos pedidos de proteção 100% ou proteção absoluta!”.

É essa mesma opinião que sabiamente exprimiu Joseph Garnier nestes termos: Laissons de coté la question de savior jusqu'à quel point importe que le Government vienne em aide à l'industrie privée. Si l'on admet, par hypothèse, que son intervention est normale, legitime, utile, le système des prêts ou des subventions, est évidemment preferable par ce qu'on connait l'importance du sacrifice direct et qu'on en peut facilement établir la quantité et la durée; tandis que cela n'est pas possible avec une système de prohibitions ou de droits, qui occasionent à l amasse um sacrifice, qu'on ne voit pas, et au quel il est fort difficile de mettre em fin. L'histoire du passé prouve qu'une fois installé, même à titre provisoire, le système protecteur tend à devenir, par l'influence des intèrets coalisés, définitif, et de plus em plus restrictif.¹⁶⁷

Outro parágrafo, o sexto, do alvará de 28 de abril de 1809, que é analisado é o que dizia respeito a “completa garantia para os inventores e introdutores de novas máquinas”, este é

¹⁶⁶ A historia das nações demonstrava essa evidência: “A principio dá-se 10% de proteção, depois 20%, e afinal vai até 80%, 100% e mesmo proteção absoluta.” É citado então o exemplo da França que havia começado com as tarifas de Colbert em 1664, e que foi crescendo até “chegar as absurdas tarifas do Império e da Restauração, inçadas de proibições e de taxas superiores a 100%”. *Idem*, p. 201.

¹⁶⁷ *Ibidem*. p. 201. Rebouças menciona em seu diário que lia e estudava Joseph Garnier. Joseph Garnier, nasceu em Beuil, condado de Nice, em outubro de 1813. Dedicou-se inicialmente ao ensino profissional, notadamente na l'école de commerce de Paris, onde ele foi sucessivamente aluno, professor de diversos cursos e diretor de estudos. Em seguida se ocupa mais exclusivamente de economia política e assume posição entre os escritores que tratam de questões econômicas. Foi nomeado professor de economia política na escola de pontes e estradas em 1846, quando da criação desta cadeira. Dois anos antes ele havia feito um curso dessa mesma ciência no Athénée Royal. M. Garnier fez parte de um trabalho ativo da Association em favor da liberdade das trocas (comércio) e do congresso da paz. Ele é secretario da Société d'Économie politique, redator em chefe do Journal des Économistes depois de 1846, membro da Société de statistique de Londres e d Commission centrale de statistique belge. (Dictionnaire de l'Economie Politique. Contenant l'exposition des principes de la Science. L'opinion des écrivains qui ont les plus contribué a sa fondation et a ses progrès. La bibliographie générale de l'économie politique par noms d'auteurs (...)) Publié sous la direction de MM. Ch. COQUELIN et GUILLAUMIN. Paris: Librairie de Guillaumin et C^a, 1852).

justamente, para Rebouças, “o que mais honra faz à inteligência, ao saber e à providência de José da Silva Lisboa”. O sistema que ele havia exposto em 1809, “é o mesmo da atual lei de privilégios dos Estados Unidos”. Mesmo Michel Chevalier, em 1867, “escrevendo sobre privilégios no relatório preliminar da exposição universal de Paris, mostrou estar muito longe dos excelentes princípios *yankees* sobre esse assunto, vital para o progresso da indústria”.

Os princípios do sistema, expressos no alvará para a completa garantia a inventores e introdutores de novas máquinas, eram os mesmos, assinala o parecer, adotados no projeto de lei, oferecido, em 1874, pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e eram assim resumidos:

- 1º Criação de uma repartição especial para tratar de privilégios (Junta do Comércio, de José da Silva Lisboa; Patent Office dos Estados-Unidos; Sociedade Auxiliadora no projeto de lei de 1874);
- 2º Apresentação do invento com planos, modelos, etc, a essa repartição;
- 3º Exame simplesmente de *verdade e fundamento do invento*, como disse sabiamente o Visconde de Cairú;
- 4º Concessão do privilégio pela repartição; o Governo simplesmente dá força ao ato;
- 5º Duração por 14 anos do privilégio (O prazo nosso é de 17 anos para máquinas e de 14 anos para desenhos, projetos);
- 6º Publicação imediata *para que no fim desse prazo toda a nação goze do fruto dessa invenção*, como admiravelmente disse o Visconde de Cairú.

Esse mesmo sistema fora adotado nos Estados Unidos e a ele deviam “sua posição atual, firmado no último certame de Fairmount Park, do primeiro povo inventivo do mundo”.

Ao final do parecer, Rebouças coloca como suposição que fosse ordenado pelo governo imperial um inquérito geral sobre a indústria nacional que “fosse análogo ao que se fez para a lavoura por iniciativa do Sr. Visconde do Rio Branco”. O inquérito, em sua opinião, “chegaria às mesmas conclusões que o da Agricultura Nacional; a indústria achava-se em crise neste Império:

- 1º Por falta de conhecimentos profissionais ou técnicos;
- 2º Por escassez de capitais;
- 3º Por falta de braços;
- 4º Por deficiência de estradas ou de meios de comunicação;
- 5º Pela exageração dos impostos de importação e de exportação.

Em seguida, o parecer propõe algumas medidas para solucionar a crise geral da indústria:

Para remediar a falta de conhecimentos técnicos profissionais, ou melhor, para a educação técnica do povo, [entre outras coisas propunha]: Aulas de desenho em todas as escolas primárias, (...); Cursos noturnos de desenho e de mecânica em todas as fábricas privilegiadas (...); Liceus de Artes e Ofícios em todas as capitais de Província e cidades maiores.

Como medidas para suprir a falta de capitais, e “promover o emprego de economias, realizadas no Brasil por nacionais e estrangeiros, na criação de novas indústrias e do engrandecimento das existentes, e ao mesmo tempo atrair capitais da Europa”, dever-se-ia realizar:

- 1º Máxima economia nas despesas públicas, principalmente militares e burocráticas, a fim de que os Governos Geral e Provinciais não absorvam apólices, em bilhetes do Tesouro, e em empréstimos, sob todas as formas, o capital que deve ir promover a Agricultura e a Indústria Nacional;
- 2º Abstenção do Governo Geral de executar obras públicas municipais e de explorar indústrias, próprias da iniciativa individual, limitando-se exclusivamente aos serviços de segurança, justiça e relações exteriores, como aconselham, com maior instância, todos os mestres da ciência econômica e financeira;
- 3º Abolição da loteria, que lança as economias nacionais no báratro do jogo; que faz perder ao povo os hábitos de economia, de abstenção, de parcimônia e de previdência, indispensáveis à constituição da riqueza nacional;
- 4º Educação do povo no *Culto da Economia*, como sabiamente dizem hoje os filantropos da rediviva República Francesa, instituindo caixas econômicas, (...)
- 5º Abolição da ominosa Lei de 22 de Agosto de 1860 e dos seus infinitos regulamentos, atentatórios da autonomia e da independência dos cidadãos, e contra os mais santos princípios da iniciativa individual e da liberdade de associação;
- 6º Concessão, em casos muito excepcionais, de favores diretos à Indústria Nacional, de terras gratuitas, de empréstimos, de garantia de juros, ou de prestação de crédito do Estado, no sistema *yankee*.

O problema da carência de braços seria resolvido pelo aumento da população através da melhoria do seu bem-estar, e da promoção da imigração de artistas e operários da Europa e dos Estados Unidos. Para promover esses objetivos as medidas recomendadas eram:

- 1º Abolir, no mais breve possível, a escravidão: é impossível indústria inteligente e progressiva em país de escravos;
- 2º Realizar o quanto antes, todas as reformas sociais, econômicas e financeiras, necessárias para facilitar a imigração;
- 3º Terminar com todos os monopólios nacionais, teocráticos, políticos ou industriais, qualquer que seja sua natureza;
- 4º Aumentar, pela abolição dos impostos aduaneiros sobre todos os gêneros alimentícios, inclusive o vinho, o bem-estar da população, nacional e estrangeira, e promover assim sua rápida multiplicação segundo as leis naturais;

5º Reformar a Lei de Conscrição; no Brasil o serviço militar deve ser inteiramente voluntário, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra.

Na questão da falta de estradas e da promoção dos meios de comunicação, a proposta era que fossem construídas “vias férreas econômicas, de bitola de um metro”, com “terras laterais para vender aos imigrantes em lotes alternados, exatamente no sistema *yankee*”; e a navegação dos rios deveria ser acelerada por meio de companhias subvencionadas, e com terras laterais para os imigrantes, como no caso das companhias de caminhos de ferro.

O parecer é concluído com a análise da questão da “exageração dos impostos aduaneiros de importação e de exportação”, a fim de que o país caminhe para o “*desiderato* da liberdade de comércio”; o que seria possível à medida que permitissem as “circunstâncias financeiras do Estado, pela mais estrita economia, pela incessante redução das despesas militares e burocráticas, e pela mais completa abstenção nos serviços públicos, que não pertencerem à segurança, à justiça e às relações exteriores”. Para atingir esses objetivos propunha as seguintes providências:

- 1º Terminar com o protecionismo provincial, convertendo os impostos provinciais de importação e exportação em impostos diretos territoriais e sobre a renda;
- 2º Declarar livre toda a mercadoria que não estiver expressamente taxada na tarifa das alfândegas;
- 3º Abolir os 45% adicionais;
- 4º Promover tratados de comércio e de imigração com os Estados Unidos, com a Inglaterra, com Portugal, com a França, com a Alemanha, com a Itália, com a Suíça, e com todos os países com os quais mantemos relações comerciais;
- 5º Diminuir progressivamente o imposto geral de exportação, convertendo-o em imposto territorial, logo que estiver efetuada essa reforma pelas províncias, dando, por fim, livre saída a todos os produtos na Indústria Nacional, qualquer que seja o seu destino;
- 6º Eliminar as classes XXV e XXXV da tarifa das alfândegas do Império com as epígrafes: ferro e aço em bruto e em separado; - máquinas –aparelhos - ferramentas, etc – utensílios diversos;
- 7º Abolir todos os impostos sobre matérias-primas e sobre produtos semimanufaturados, necessários à indústria nacional;
- 8º Dar plena liberdade à importação de papel para todos os usos; de livros, objetos de desenho, e, em geral, para todo o material destinado ao trabalho nas artes e ofício;
- 9º Converter progressivamente os impostos de importação em diretos sobre a renda, cobrados mensalmente, e estabelecidos segundo os princípios hodiernos da ciência econômica e financeira;
- 10º Reduzir, enfim, a tarifa das alfândegas a 5 ou 6 artigos de maior renda, tarifados no máximo a 10%, esperando a feliz época em que seja possível proclamar a completa liberdade de comércio.

Esse, portanto, era o resultado dos estudos da seção de comércio “para a solução do grandioso problema: Como promover a criação, o desenvolvimento e a prosperidade da Indústria Nacional?”. Assina o parecer André Rebouças.

Vê-se que o parecer não se restringe somente às questões das tarifas, que é considerada como um problema, pois acredita na liberdade de comércio, tanto para importação como para exportação. Nesse sentido, enfatiza a questão das importações de matérias-primas para a indústria, as quais seriam prejudicadas pelas altas tarifas alfandegárias. Critica a intervenção direta do Estado nas atividades produtivas, que deveriam ser deixadas para a iniciativa privada. O diagnóstico é o de que as indústrias prosperam quando o país tem condições de proporcionar os meios materiais e humanos para isso, como matérias-primas adequadas, mão de obra especializada e recursos de capitais. Quando não existem essas condições, na visão de Rebouças, e aqui ele cita o economista Joseph Garnier, e são utilizados somente os recursos da proteção tarifária, o resultado é sempre mais e mais proteção tarifária sem benefícios concretos.¹⁶⁸

O parecer da Seção de Indústria Fabril

Esse parecer foi assinado por Antônio de Paula Freitas que então presidia a Seção de Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora. O engenheiro Paula Freitas, como era chamado na Auxiliadora, nasceu no Rio de Janeiro, era doutor em ciências físicas e matemáticas pela Escola Central e foi professor da 1ª cadeira do 2º ano do curso de engenharia civil da Escola Politécnica.¹⁶⁹

O 1º requerimento que a Seção de Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional deveria julgar e emitir pareceres era o mesmo que fora julgado pela Seção de Comércio exposto acima. Além desse, havia o requerimento do Sr Joaquim Álvaro d'Armada requisitando

¹⁶⁸ Maria Alice Rezende de CARVALHO, em sua obra *O quinto século*, sobre Rebouças, identifica a posição deste favorável ao livre comércio neste parecer na Auxiliadora: “Nos idos de 1877, quando se encontrava na posição de presidente interino da Seção de Comércio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Rebouças proferia um ‘parecer’ - na verdade um libelo antiprotecionista, de combate a adoção de uma tarifa aduaneira fiscal (...)”. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revam, IUPERJ, Universidade Candido Mendes, 1999, p. 207.

¹⁶⁹ Blake, I, p. 274.

que o Governo Imperial diminuísse “o imposto de importação de *Carapuças ou capas de pelo de lebre, ou coelho*, a que os franceses chamam de *chemises manchons*.”¹⁷⁰

Em relação a esse último requerimento, havia um protesto assinado por 15 proprietários de fábricas de chapéus de lebre, que pediam a nomeação de uma comissão para visitar as fábricas e informar se as carapuças ou capas eram ou não fabricadas no Império, e nas fábricas dos signatários do protesto, “sendo estes produtos de fabricação nunca inferior aos que vêm do estrangeiro, segundo provado na última exposição nacional”.¹⁷¹

Também era apresentada uma representação “assinada por um grande número de artistas chapeleiros”, na qual solicitava que a Sociedade Auxiliadora mostrasse “ao Governo Imperial a necessidade de aumentar consideravelmente os direitos dos chapéus importados, e diminuir os das matérias-primas, de que a fabricação carece o estrangeiro”.

A Seção de Indústria Fabril informa que vai examinar o primeiro requerimento do Dr. Rego por ser uma questão complexa que “apresenta uma grande diversidade de vistas entre a teoria e a prática, e constituem matéria de duas escolas econômicas, que hoje se batem em defesa do sistema que sustentam”.

O parecer inicia sua argumentação fazendo um breve histórico do desenvolvimento das nações na América e constatando suas diferenças em termos de “riquezas e poder”. Pergunta, então, de onde surgiram essas diferenças. Admitindo que, em alguns casos, ela residisse “na falta de união política”, mas “o fato é que o sistema industrial de cada povo concorreu fortemente para este efeito”. Isto acontecia porque “as indústrias se auxiliam mutuamente, e, assim, como o comércio vive sob o influxo propício da lavoura, do fabrico, da manufatura, assim também todas essas indústrias dependem do comércio e, portanto, do sistema do comércio”. Dada a importância atribuída ao sistema de comércio, o parecer afirmava que “no estado atual da

¹⁷⁰ Parecer da Seção de Indústria Fabril apresentado na sala das Sessões, em 20 de Janeiro de 1877, pelo Dr. Antonio de Paula Freitas, presidente.

¹⁷¹ Em relação a esse protesto, seria apresentado um contraprotesto por J. Álvaro d’Armada e outros “em que especificavam as razões da primitiva proposta e pedem novamente uma diminuição nos direitos de importação de carapuças para chapéus de lebre, castor, etc”. Ainda seria apresentada uma proposta do Sr. Dr. Ferro Cardoso para que fosse nomeada uma comissão para “examinar as fábricas de chapéus de pelo, a fim de esclarecer a seção de Indústria Fabril sobre a veracidade da representação que foi dirigida à Sociedade pelos respectivos fabricantes”.

atividade industrial das nações, dois são os sistemas em que se debatem o comércio: o *liberal* ou da *Escola de Manchester*, e o dos *Estados Unidos*”.

Sendo que o sistema Liberal ou da Escola de Manchester “é o *ideal* para o qual devem tender todas as nações cultas, da mesma forma que para o positivo tendem todas as questões científicas elaboradas no vasto domínio da inteligência humana”. Era considerado o ideal, “porque não se pode compreendê-lo sem supor a existência da paz perpétua e de associação universal, condições, quando menos, atualmente prematuras”. Por outro lado, esse ideal só oferecia exemplos de “sua existência entre as províncias de um mesmo Estado já associados”; uma vez que as nações estavam “constantemente envolvidas em luta e dissensões políticas”.¹⁷²

Nessa condição “atual” descrita por Paula Freitas, a liberdade comercial, em vez de trazer para as nações novas os “salutares efeitos a que está destinada, traz, ao contrário, o perigoso mal da perda completa de sua autonomia; em vez de nações livres, dá lugar a pequenos povos sujeitos à supremacia dos povos preponderantes nas indústrias”.

Por isso, o sistema ideal de uma “associação universal, uma associação em que todas as nações obedecem mutuamente a um mesmo regime legal, só pode ser realizável quando elas tenham chegado a um mesmo grau de indústria e civilização, de educação política e poder”.

Depois de analisar o sistema liberal, enfatizando que ele é um ideal, o parecer redigido por Paula Freitas apresenta o sistema protetor que, ao contrário do liberal, é o “meio mais seguro de elevar os países novos ao nível da nação preponderante”, sendo, portanto, o “mais poderoso promotor da associação dos povos, e por consequência da verdadeira liberdade comercial, para qual tende ou deve tender”. Ou seja, para se atingir o ideal da liberdade comercial geral deve-se primeiro utilizar o sistema protetor para que os países em posição inferior aos mais adiantados, ao utilizarem o sistema protetor, possam chegar ao mesmo grau de desenvolvimento dos mais avançados.

¹⁷² O ideal de “uma associação universal” apoiado no comércio internacional é expresso na Introdução do *Dictionnaire de L'Économie Politique*, obra coletiva dos economistas políticos franceses mencionados nessa pesquisa. Diz Ambroise Clément: “É se apoiando sobre essas verdades (solidariedade comercial entre as nações), e invocando ao mesmo tempo o respeito devido à propriedade, que a Economia política reclama a liberdade do comércio internacional, liberdade que resultaria na promoção da participação de todos os povos nas diversas vantagens naturais que Deus repartiu desigualmente nas diferentes partes do globo, na extensão da rede de interesses que já ligam as nações civilizadas, malgrado todos os obstáculos legislativos opostos às suas relações, ao ponto de estabelecer entre elas uma solidariedade tão manifesta como aquela que une as diversas províncias de um mesmo Estado, e de tornar as guerras tão impopulares e tão impraticáveis como seriam hoje entre as diversas partes da França”.

Com efeito, o sistema protetor cumpre uma função importante, pois:

Em uma nação cujo poder industrial não está firmado, em que as indústrias apenas começam a aparecer, acabrunhadas pela concorrência estrangeira, não é certo que o sistema liberal seja aquele que lhe poderá dar vida; não é portanto o sistema liberal que lhe convém.

Apesar de se manifestar nesses termos, o parecer esclarecia que a Seção de Indústria Fabril não tinha “em vista o exclusivo do sistema protetor”, julgava sim que era a “combinação dos dois segundo a natureza do objeto ou do estado da indústria, que convém ter sempre presente”. Não se deveria “confundir uma nação, que começa a ser industrial, com outra, que tem as indústrias já florescentes”, pois, “aquelas precisam de toda a proteção e as últimas admitem a concorrência”. Por sua vez, os argumentos utilizados pelos liberais para negarem “os obstáculos que a liberdade de comércio apresenta a uma indústria nascente, referem-se a um país que já tem indústria firmada e não ao que começa criá-la”.

Para endossar esse argumento, Paula Freitas cita o que Mr Thiers disse a respeito do sistema protetor: “Employé pour protéger un produit, qui a chance de reussir, il est bom, mais il est bom temporairement: il doit finir quand l'éducation de l'industrie est finie, quando ele est adulte.”¹⁷³

Também Chevalier fizera referência a Mr. Thiers nessa questão e, por isso, é também mencionado.

E o próprio Chevalier disse depois no *Jornal dos Economistas* de Setembro de 1876: ‘Attendons que l'autorite de Mr Thiers, qui ne desavouerait pas aujourd'hui ses paroles de 1834, ramenera les protectionistes et leur fera comprendre que le seule issue à la situation presente est de se rallier à la fixation d'un delai, après lequel la France aurait un tarif semblable à celui de l'Angleterre.’¹⁷⁴

O Brasil estaria incluído nessa situação descrita acima, “nação nova, rica de matérias-primas, lutando constantemente com a indiferença, e às vezes o desprezo dos seus próprios filhos”, exigia quanto antes “um rasgo enérgico de proteção, ou da verdadeira economia”, que

¹⁷³ Vale lembrar que no parecer de Rebouças da Seção de Comércio, ele recomendava também a educação técnica e industrial como medida para promover a indústria, mas ela deveria ser feita de forma a criar condições para um futuro desenvolvimento do setor industrial.

¹⁷⁴ Parecer da Seção de Indústria Fabril..., p. 214.

tinha seu exemplo na América do Norte. Portanto, “nada de teorias absolutas; tudo pelas conveniências essenciais da pátria. As teorias nem sempre nascem da consciência; muitas são frutos da especulação”.

A partir daí os argumentos do parecer favoráveis ao sistema protetor e contrários ao sistema liberal tornam-se mais incisivos, e as críticas voltam-se ao país representante da escola de Manchester. “A Inglaterra, potência comercial de primeira ordem, especula sob uma capa de liberdade comercial”. Mas essa liberdade só estava consagrada em razão dela estar “segura da posição preponderante dos seus produtos, porque sabe que o sistema é sempre fecundo para as nações que exportam; fora disso, a liberdade desaparece, e surge a proteção absoluta”.

Nesse sentido, o exemplo a ser seguido era o dos Estados Unidos que vinham utilizando o sistema protetor para desenvolver sua indústria, tanto que alguns produtos saíam de suas fábricas e chegavam até “os próprios mercados ingleses”. No Brasil, há muito já se conhecia os artigos americanos que entravam no mercado em igualdade de condições com os similares de outros países: “entre eles (...) todas as máquinas de uso doméstico, de agricultura, e de outras indústrias, as locomotivas, os vagões, os typos, as tintas, a farinha, a banha, o querosene, a graxa, as peles, os algodões, os móveis, etc.” Também os “gêneros de primeira necessidade eram mais baratos” do que os similares da Europa, o “que revela o segredo da corrente de imigração” que se dirigia para aquele país: “os homens trabalhadores e econômicos que o procuram sabem que ali podem ganhar muito e gastar pouco”.

Desta forma, para atrair a imigração, o Brasil deveria imitar os Estados Unidos, e deixar de se “escravizar a doutrinas que não podem ser aplicáveis senão a países avançados em poder comercial, doutrinas muitas vezes sustentadas por interesses especulativos”. Consequentemente, “a leitura das recentes obras inglesas e francesas sobre esta matéria oferecem ao Brasil mais interesse científico do que prático, não é na Inglaterra atual que se encontram os melhores exemplos para o sistema comercial do Brasil”¹⁷⁵, mas na história do desenvolvimento da indústria inglesa “desde o seu princípio”. Assim, o Brasil não deveria “ser amarrado aos rigores”

¹⁷⁵ A esse respeito parecer observa que: “O grande Thiers pronunciou em pleno parlamento, e no coração da indústria francesa, mais ou menos as seguintes palavras: se eu fosse inglês, sustentaria a liberdade do comércio; mas, como francês não posso, nem devo”. *Ibidem*, p. 219.

da teoria em que se apoiava o parecer da Seção de Comércio, sob o risco de ser “arrastado infalivelmente ao abismo”.

Contra a opinião expressa no parecer da Seção de Comércio de que o Brasil não era um país manufatureiro e as indústrias “que temos não exigem que nos afastemos da liberdade do comércio em certos e determinados artigos”, Paula Freitas afirmava que se esta fosse realmente a situação ela se devia justamente à “falta de proteção que as indústrias tem tido”. Na avaliação do parecer de Freitas, o Brasil não era somente um país agrícola como geralmente se supunha, ele já contava com diversas indústrias e fábricas que o haviam “honrado nos certames internacionais realizados nos últimos tempos: em tecidos de algodão, (...), em chapéus, sapatos, curtumes, velas, chocolate, cerveja, moveis, livros, tintas, objetos de barro, cimento, cera, doces, etc”. Além do mais, o desenvolvimento da indústria iria beneficiar a agricultura, pois, “empregando a expressão de Jefferson: *para a prosperidade de um país agrícola, as indústrias devem estabelecer-se ao lado da agricultura*”.

Em apoio à sua defesa da política comercial dos Estados Unidos como exemplo a ser seguido, a Seção de Indústria Fabril menciona o estudo de uma comissão que estudava os sistemas aduaneiros na Europa e nos Estados Unidos que dizia: “A proteção do Estado às suas indústrias estabelecidas e à iniciativa particular e coletiva dos americanos é devida a conservação e o desenvolvimento dos seus grandes estabelecimentos e a prosperidade de sua riqueza industrial”.

Finalmente, a Seção insiste “em que ela não é exclusivamente protecionista”, mas os conselhos de Thiers deveriam ser postos em prática, ou seja, deveria haver protecionismo, “sempre que os ramos da indústria agrícola, fabril, ou manufatureira tiverem no país elementos de prosperidade e derem ou puderem dar produtos de grande utilidade”.

Antes de analisar a situação de alguns setores industriais, o parecer aponta as “dificuldades próprias com que lutam as fábricas no país”, sendo que elas são maiores ao terem que se sujeitar a “uma concorrência plena com as estrangeiras”:

Para montar-se no Brasil é preciso mandar vir o material e pessoal da Europa, e muitas vezes a matéria-prima, além de 8 a 10 % com garantia para qualquer empréstimo que se tenha que contrair, quando na Europa paga-se 4 a 5% e

menos, surgem logo os impostos, a mão de obra muito cara, os alugueis elevados, e sobre todos esses óbices, a nova lei militar. Na Europa, onde a mão de obra é mais barata, alguns produtos custam geralmente a metade do que no Brasil; para que houvesse certa equidade, seria preciso que esses produtos pagassem quase 100% de direitos de importação, até que a indústria correspondente prosperando, ou as condições de mão de obra tornando-se mais favoráveis, pudesse ela entrar em luta ou competência com o estrangeiro, em melhor condições de tarifa.¹⁷⁶

Em seguida, o parecer passa a analisar cada um dos seguintes setores industriais: fábricas de tecidos de algodão, curtumes, calçados, chapéus, roupas feitas, doces, fábricas de sabão, fábricas de velas estearinas, fábricas de cola forte, fábricas de chocolate, fábricas de móveis, oficinas de tipografia e outras conexas. Para grande parte dela pede proteção aduaneira.

No caso da indústria chapeleira, diz que ela está avançada no Brasil, mas a grande importação e concorrência dos chapéus de lã da Alemanha, “cuja vantagem sobre os de lebre, feitos no país, resulta somente da grande diferença no preço das matérias de que são feitos”, as vem prejudicando.¹⁷⁷

Assim, o parecer previa que: “A indústria dos chapéus no Brasil desaparecerá, se por causa de teorias absolutas, ou pelo medo de desobediência à escola de Manchester, alguma providencia não for tomada”. Recomendava que se conservasse os “direitos atuais somente para os chapéus de feltro”, duplicasse os direitos para os chapéus com mais de 9 centímetros de altura (que vinham conquistando mercado no país) e aumentasse consideravelmente os direitos dos chapéus de lã.

Destaque-se que, ao concluir o seu parecer, a Seção de Indústria Fabril deixa claro que se ela não concordava com o liberalismo comercial alfandegário na sua forma absoluta - pois como vimos, ele seria aplicado às circunstancias quando todas as nações fossem desenvolvidas -, ela compartilhava outros preceitos liberais, nesse caso a não intervenção direta do Estado nas atividades industriais.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 223.

¹⁷⁷ Lembrava a Seção Fabril que: “Os chapéus de lã custam de 1 a 10 francos; tomando por base o custo no médio, 6 francos, ter-se-ia ao cambio de 450 rs. 2\$700 para o custo desses chapéus na Europa; com o frete, etc. , 20%, serão 340 rs. ; com os direitos pela tarifa vigente e adicionais 870 rs.; custará, pois, um bom chapéu estrangeiro de lã 3\$910. Mas estes chapéus, enquanto novos, são tão bonitos (...) e por isso são vendidos até por 10\$000, deixando aos vendedores lucro de mais de cento por cento! Tão magnífico negócio de certo faz logo *preterir* logo a indústria nacional (...)”, p. 229 .

A concorrência do Estado é ainda uma fonte do enfraquecimento de nossas indústrias; pois que o Estado, dispondo sempre de meios, está no caso de produzir mais barato, embora sem a mesma brevidade que os particulares. Todos sabem quanto se despense nas oficinas dos arsenais, da casa da moeda, da correção, tipografia nacional, etc. Seria preciso que semelhantes oficinas somente servissem ao Estado naquilo que lhe é inteiramente peculiar.¹⁷⁸

Assina o parecer o Dr. Antônio de Paula Freitas, presidente, e Francisco Soares de Andréa, secretário.

Fabricantes e/ou Comerciantes.

Outra questão discutida nos debates estava relacionada com o requerimento Sr. Joaquim Álvaro d'Armada que requisitava ao Governo Imperial que diminuísse o imposto de importação de Carapuças ou capas de pelo de lebre, ou coelho, que os franceses chamavam de chemises manchons, e o protesto a ele relacionado dos fabricantes de chapéus de lebre.

Os fabricantes contestavam que as carapuças poderiam ser consideradas como matéria-prima na fabricação de chapéus, pois elas necessitavam de pouquíssimas operações de acabamento para se transformarem em chapéus. Além disso, criticavam o Sr. Armada, que ainda se apresentava como fabricante, mas na verdade tinha passado a ser negociante ou comerciante de chapéus. Vejamos como transcorreu essas acusações ao Sr. Armada, uma vez que elas revelam como já era percebido pelos coevos a utilização de fundamentação ideológica (citação de autores teóricos “ilustres”, geralmente estrangeiros) para defesa de interesses particulares.

Na sala das sessões da Sociedade Auxiliadora no dia 26 de abril de 1877 estavam presentes o engenheiro André Rebouças e o engenheiro civil H. E. Hargreaves. Continuando a discussão dos pareceres das Seções de Indústria Fabril, de Comércio e Meios de Transporte, sobre a tarifa das alfandegas, pronunciou o Sr. Dr. Pinto Junior.¹⁷⁹

Ele começa então por afirmar que o negociante não tem interesse em comprar do produtor nacional, pois ele compra uma partida de chapéus que vem de Paris com um formato de acordo com a *última moda*, sendo que o preço é ignorado do consumidor, e não possuindo

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 241.

¹⁷⁹ Sessão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em 26 de abril de 1877.

“concorrência imediata”, o negociante “dá-lhe o valor que bem lhe apraz”. Essa atitude acaba por prejudicar o fabricante nacional de chapéus, que “vendo-se assim explorado, pelo negociante, é forçado a tornar-se por sua vez também negociante de chapéus; e é assim que nós vemos que muitas das fábricas passam a vender chapéus importados”.

Esse era o caso do “consocio Sr. Armada” - Armada era um dos sócios que comparecia frequentemente, nessa época, nas sessões da Auxiliadora - que representava nas discussões os dois interesses opostos, “o do negociante intermediário entre o produtor e o consumidor” e o do fabricante. Lembra Pinto Junior da representação que os fabricantes de chapéus, atingidos pela concorrência, dirigiram, em 22 de setembro de 1873, ao presidente e membros da direção comercial do Rio de Janeiro e da reforma das tarifas das alfândegas. Na representação eram pedidas medidas para proteger a indústria nacional de chapéus, nela procuravam designar taxas protecionistas contra concorrência e outras que desonerassem a importação de matérias-primas. De acordo com Pinto Junior:

O nosso consocio, o Sr. Armada, assinando aquela representação, foi levado a isso pelo justo interesse do fabricante; então ele era *protecionista*, queria aliviar as nossas fábricas do peso da concorrência estrangeira, elevando a taxa de certos produtos estrangeiros, com que nossa indústria não pode ainda competir, por causas muito conhecidas, queria favorecer a nossa indústria, abaixando a taxa de matérias-primas (verdadeiramente tais) em cujo o número não entravam os *manchons* (carapuças); mas o Sr. Armada conversou com João Baptista Say, com Chevalier e, seduzido por esses ilustres escritores, mudou inteiramente de opinião, não quer mais favores para a indústria fabril, reconcentrando sua simpatia nos *manchons* e *semi-manchons* que S.S. emprega com largo proveito na sua fábrica, e a que chama de *matérias-primas*.¹⁸⁰

É evidente que a menção irônica à mudança de opinião do Sr. Armada faz referência à influência desses autores da economia política no pensamento e nas posições assumidas em questões práticas na época.

Voltando à crítica ao requerimento do Sr. Armada, Pinto Junior pergunta: “O que é um *manchon*? Um produto que exige para seu complemento apenas ser enformado e forrado; e depois de um ligeiro processo, o que resulta? Um chapéu, e chapéu já era o *manchon*”, pois “que podiam desde logo ser usados como um chapéu apenas cingindo-os com uma fita”.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 339.

Nesse caso específico, a discussão encerrou-se num impasse, sem posição manifestada pelo conselho administrativo. Na sequência, falaria o presidente da Auxiliadora, o Visconde de Rio Branco.

A opinião do presidente da Sociedade Auxiliadora, o Visconde de Rio Branco, sobre os pareceres.

Na sessão do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora, no dia 15 de maio de 1877, o presidente da entidade, o Visconde do Rio Branco, manifestava a sua opinião sobre os pareceres das Seções da Indústria Fabril e do Comércio.¹⁸¹

Ao tomar a palavra, Rio Branco observa que a questão inicial de proteção tarifária para a indústria chapeleira fora ampliada, as Seções trataram de analisar “quais os favores que por meio da tarifa das alfândegas podem conceder-se à indústria fabril”. O debate envolveu “os princípios das escolas econômicas extremas”: a da absoluta e extrema liberdade e o sistema protecionista. No entanto, para Rio Branco, as ideias que felizmente predominavam entre os sócios eram as que proclamavam a liberdade comercial “entre nós como regra, sem prejuízo de algum favor restrito e temporário às indústrias nacionais, que o mereçam por sua natureza, ou importância de atualidade, e condições especiais”. Sua opinião fixava-se, portanto, no meio-termo.

Rio Branco deixa claro que “não quer monopólios, não quer exclusivismo nacional: segue em economia política os princípios liberais em sua mais larga e discreta aplicação, mas eles não condenam alguma animação, mais ou menos direta, ao trabalho, e à indústria nacional”.

O presidente da Auxiliadora faz referência à fala costumeira que apresenta o Brasil como uma nação “essencialmente agrícola”. Ele concorda que a lavoura “é e deve ser a nossa principal indústria”, pelas condições naturais do país, abundância de terras e fecundidade do solo e clima, “mas a agricultura tem por irmãs e companheiras inseparáveis a indústria fabril e o comércio”.

Não se pode prosperar, diz ele, radicalmente sem estas que lhe devem abrir novos mercados internos, são estas que podem acumular os avultados capitais de que a terra carece para ser trabalhada com arte, e produzir melhor e em maior escala. A questão de capitais e de braços, à que se deve acrescentar - a de mercados - envolve em si a necessidade de olhar pela sorte da indústria fabril

¹⁸¹ Sessão do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em 15 de maio de 1877.

entre nós. As empresas fabris e o seu trabalho consomem matérias-primas que lhes fornecem a agricultura, e podem atrair de preferência uma parte dos capitais e dos braços que esperamos da Europa.¹⁸²

Também não era Rio Branco favorável a uma “proteção geral, e sem limitação nem escolha de meios”. Algumas indústrias, segundo ele, por muito tempo “não poderão medrar”, mas aquelas que eram já necessárias, e que encontravam no país “seguros elementos de prosperidade”, mereciam “algum favor”, mas sem excluir a concorrência estrangeira, “que deve despertar o seu zelo, estimular seus melhoramentos e suprir a deficiência de sua produção”.

Entretanto, observava ele, que talvez essas ideias parecessem antiquadas para aqueles que “advogam a liberdade de comércio sem limites, e sustentam que cada povo deve se contentar” com a produção que fosse “mais apta na época atual”. Não tinha intenção de demonstrar o quanto tais princípios “absolutos encerram de ilusões”: apenas citará a autoridade de Stuart Mill, “economista da nação que mais alto tem levantado a bandeira do *free-trade*”.

Eis a opinião do mencionado exímio economista inglês:

O caso único em que os direitos protetores podem ser sustentados, segundo os simples princípios da economia política, é aquele em que são estabelecidos temporariamente, sobretudo em país novo e que engrandece, na esperança de naturalizar uma indústria estrangeira, que por si mesma convém às condições em que se acha esse país. Muitas vezes a superioridade de um país em relação a outro, em certo ramo de indústria, provém somente de ter o primeiro começado mais cedo. Pode ser que não haja vantagem natural alguma de um lado, nem desvantagem do outro, mas tão somente uma superioridade atual de aptidão e de experiência. (...)

Tem-se notado também que, em todo ramo de produção, nada encoraja mais o progresso do que uma mudança nas condições em que ele se desenvolve. Mas não se deve esperar que os particulares introduzam com risco seu (...) uma nova indústria em qualquer país e suportem os ônus que ela exija (...) até que consigam elevar-se ao nível dos que fabricam por tradição.

Um direito protetor, mantido por tempo razoável é muitas vezes o imposto mais conveniente que uma nação possa lançar sobre si mesma para sustentar uma experiência deste gênero. A proteção, porém deve ser limitada aos casos em que haja razão para crer que a indústria, assim favorecida, poderá dispensar o favor no fim de certo tempo.¹⁸³

Ao concluir, Rio Branco manifestava seu pensamento de que os meios de proteção indiretos eram preferíveis aos diretos, mas não excluía estes com as restrições já por ele manifestadas. Como meios indiretos, considerava:

¹⁸² *Ibidem*, p. 343.

¹⁸³ *Ibidem*, pp. 344, 345.

A instrução profissional, as vias de comunicação, as facilidades de crédito, instituições próprias de para melhorarem a condição das classes operárias, a boa administração da justiça, que garanta eficazmente a liberdade do homem e os frutos do seu trabalho e economia, são, de certo os meios gerais, permanentes e profícuos.

Entretanto,

os embaraços com que luta a nascente indústria fabril provém em parte dos ônus que pesam sobre o trabalho e o capital nacional, e esses ônus podem ser gradualmente diminuídos e de alguma sorte devem ser desde já compensados, para que os produtos nacionais não sejam expelidos dos nossos próprios mercados, sucumbindo em luta desigual indústrias que não podem considerar-se precoces, e das quais dependem o presente e o futuro do Brasil.¹⁸⁴

Como já assinalado, o debate da crise da indústria de chapéus resultou numa representação, mas como vimos, e como observou Rio Branco, esses debates envolveram questões mais abrangentes a respeito dos problemas e dificuldades para o estabelecimento de indústrias no Brasil, e de princípios econômicos de liberdade ou protecionismo aduaneiro. Daí que a análise e a opinião de Rio Branco contemplassem esses dois aspectos, o que seria também expresso na representação. O Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora incumbiu-se de redigir a representação e, depois de algumas observações, resolveu adotar as seguintes conclusões:

- 1º Propagação do ensino agrícola profissional em geral;
- 2º Desenvolvimento das vias de comunicação;
- 3º Redução gradual das tarifas das estradas de ferro, telégrafos e correios;
- 4º Propagação das caixas econômicas, e bases legais para as sociedades de socorros mútuos;
- 5º Estatísticas regulares da produção agrícola, do comércio e da indústria fabril;
- 6º A maior atenção possível dos direito de importação em favor das matérias-primas não existentes no país;
- 7º Proteção razoável por meio da tarifa das alfandegas, às indústrias, que tem no país elementos de prosperidade;
- 8º Isenção absoluta dos direitos de exportação em favor dos artefatos de indústria nacional;
- 9º Organização do crédito agrícola e industrial, e de códigos especiais para as indústrias, assim como reforma das leis de locação de serviços;
- 10º Preferência dada aos produtos nacionais nos fornecimentos aos estabelecimentos públicos;
- 11º Construção de um edifício para as Exposições Nacionais;
- 12º Distribuição de prêmios nacionais aos autores dos melhores livros de ensino agrícola industrial e de estatísticas.¹⁸⁵

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 345.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 346.

O texto final da representação conteria essas propostas e explicitaria que o Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora baseava essas suas ideias “em autoridades da ciência econômica, na legislação e prática de outros povos, bem como na própria experiência da comunidade brasileira”.

Como já foi dito, a representação foi encaminhada à autoridade imperial; porém, a reação desta foi de indiferença.¹⁸⁶

O debate que acabamos de descrever sobre a crise na indústria chapeleira constitui-se na história da Sociedade Auxiliadora como um dos seus mais importantes momentos, constatando-se o grande envolvimento dos membros mais ativos da Sociedade, que expressaram suas ideias a respeito dos meios para promoção do progresso material do país e, ao mesmo tempo, explicitaram suas influências intelectuais.

Ressalte-se, nesse momento de debate na Auxiliadora, o papel importante que teve Rebouças, cujas recomendações em relação ao apoio às indústrias no país, através da Seção de Comércio, foram consideradas na representação que foi encaminhada ao governo imperial. Como já mostrado aqui, ele era favorável ao que Rio Branco chamou de incentivo indireto à indústria, como a educação técnica, melhoria dos meios de comunicação etc, sendo essa posição explicitada no relatório final da representação. Nessa mesma época, Rebouças publicava a sua obra *Agricultura Nacional*, na qual expressava grande parte das suas ideias sobre reformas socioeconômicas.

Conforme já observamos, esse período também foi privilegiado na análise de Werneck, tendo esse pesquisador identificado a “conjuntura de 1871 a 1877” como um momento de crise também na Auxiliadora. No seu entender, até esse período, a Auxiliadora tinha uma orientação preponderantemente agrarista, sendo sua prática modernizante dirigida fundamentalmente para o

¹⁸⁶ Para Eulalia Maria Lahmeyer LOBO (*História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. 1º vol. Rio de Janeiro: IBEMC, 1978): “Esse debate sobre as condições da indústria de chapéus, uma das mais importantes da Corte, revelava o total desinteresse do Governo em relação à indústria, à atitude dos comerciantes desfavorável aos fabricantes e ao poderio destes que fizeram silenciar os donos das fábricas”, p. 201. Heitor Ferreira LIMA (*História político-econômica e industrial do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976) menciona que o “descontentamento dos manufatureiros nacionais contra as tarifas vigentes” encontra-se “em vários números” de *O Auxiliador da Indústria Nacional*, p. 266-267.

setor agrário. Segundo ele, a ideologia econômica que predominava na Auxiliadora era a fisiocrática, daí que toda a preocupação modernizante até então se dirigisse para esse setor. Nesse sentido, até a década de 1870, os interesses que se sobressaíam eram os da agricultura. De fato, constata-se que na Auxiliadora falava-se, muitas vezes, da agricultura como o setor principal da economia do país - o que de fato era - e que, por isso, deveria ter prioridade em várias questões. Mas, constatar que a agricultura era o principal setor da economia de um país e destacar sua importância é uma coisa (mesmo na França dessa época havia opiniões semelhantes), outra é considerar, segundo o princípio fisiocrático, que ela é a atividade exclusiva na criação da riqueza de uma economia.

Werneck, ao considerar que os interesses agraristas eram prioritários até esse período da década de 1870, interpreta que iria desencadear a crise na entidade era a emergência de novos interesses, o que provocaria a cisão interna, verificada no debate da crise chapeleira. Com efeito, para Werneck, as transformações econômicas, sociais e técnicas da década de 70 dariam origem a um desenvolvimento do setor industrial e urbano que teria repercussões ideológicas, dando origem à ideologia “industrialista”. Segundo ele: “As alterações nas forças produtivas repercutiram nas relações de produção, ativando contradições no bojo da classe dominante, que se refletiram nas divisões e cisões”. No caso do debate da indústria chapeleira, a cisão se daria entre “comercialistas” - estes evidentemente mais identificados com o setor agrário - e os “industrialistas”. Essas divisões internas no seio da classe dominante resultariam em menor legitimidade da Sociedade Auxiliadora. Assim, “as contradições no bloco do poder da classe dominante” iriam minar “gradativamente a legitimidade e até a cooptação da Sociedade Auxiliadora”. Observe-se que para Werneck os “cientistas” da Auxiliadora eram “intelectuais orgânicos”, portanto, servindo aos interesses das classes dominantes.

Como procuramos mostrar, a Auxiliadora foi um importante espaço de divulgação de conhecimentos científicos relacionados ao progresso material e de propostas de reformas socioeconômicas. Nas matérias sobre a questão do fim do tráfico e a substituição do trabalho escravo assinalamos que havia diferenças de opinião entre, por exemplo, o fazendeiro “ilustrado” Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, que recomendava o “bom tratamento” dos escravos, tanto para preservá-los como para ensinar-lhes os bons costumes e a moralidade, e para que no

futuro estivessem preparados para a liberdade, e Burlamaque, que condenava veementemente a escravidão, afirmando que ela “desnaturava” o caráter nacional, e preconizava medidas mais diretas para combatê-la. Também vimos que, em vários artigos publicados na década de 1850, condenava-se a grande propriedade e defendia-se o estímulo à pequena propriedade. Aliás, este é um dos pontos principais das reformas propostas por Rebouças. Também mostramos que a solicitação e a campanha que a Auxiliadora fez para atrair mais sócios fazendeiros para a entidade tiveram uma resposta insignificante. Esses aspectos, a nosso ver, tornam discutível classificar a Sociedade Auxiliadora até essa “conjuntura” como representante de “interesses agraristas”.

Concordamos evidentemente com a afirmação de Werneck de que a década de 1870 foi um período importante para a Auxiliadora. Discordamos, entretanto, que essa importância se limita à “conjuntura de 1871 a 1877”. Já no início da década de 1860, quando a Auxiliadora é incorporada ao Ministério da Agricultura, e com a criação do Instituto Fluminense de Agricultura, colabora para a realização da primeira exposição industrial do país, intensifica a atividade parecerista e aumenta o número de Seções especializadas, além de aumentar o seu prestígio com a presença frequente do imperador. Na década de 1870 - com a criação das escolas para adultos e com a sua participação no debate da indústria chapeleira, que se transforma num debate mais geral sobre incentivo à indústria e sobre medidas promotoras do progresso - o prestígio da Auxiliadora se mantém. Ressalte-se também que pela primeira vez se dá realmente um embate direto de argumentos que tem como resultado um documento oficial, uma representação, dirigida às autoridades, em que se expressa uma tomada de posição conjunta da entidade.

Vimos nesse capítulo que André Rebouças teve uma atuação destacada num período importante da trajetória da Sociedade Auxiliadora. Passamos, a seguir, para a análise da influência da economia política em André Rebouças.

CAPÍTULO 3: ANDRÉ REBOUÇAS E A ECONOMIA POLÍTICA

Antes de abordar os autores de economia política e os textos *Agricultura Nacional e Garantia de Juros*, vejamos como alguns trabalhos apresentaram e interpretaram a questão das propostas de reformas econômicas e sociais em André Rebouças. Os critérios que adotamos na seleção de tais trabalhos foram o fato de apontarem, em maior ou menor grau, a influência da economia política no reformismo de André Rebouças, bem como o fato de alguns mencionarem sua atuação e participação na Auxiliadora, além da relação desta com seu reformismo socioeconômico.

André Rebouças e as “ideias em Movimento” no Brasil Império.

Ao analisar o movimento intelectual do Brasil Império, Ângela Alonso o faz por meio de uma “abordagem política”, focando no grupo que ela nomeia de geração de 1870, o qual abrangia diferentes tendências, tendo, porém, em comum o fato de contestar a ordem monárquica. Para nossos objetivos de pesquisa, interessa saber como Rebouças é enquadrado no grupo dessa “geração” e como a autora explica seu posicionamento político, já que ela parte dessa premissa.

Para a autora, Rebouças estava inserido no grupo que ela chama de “novos liberais”, os quais eram oriundos das “dissidências liberais”, e eram assim chamados por estarem “vinculados às famílias tradicionais do Império que estavam politicamente marginalizadas”.¹⁸⁷

Ao explicar o acesso à política no Brasil Império, Ângela Alonso mostra que o caminho da carreira pública começava nas faculdades, na maioria das vezes de direito, passando então por postos na burocracia até os cargos políticos. Além da formação superior, era necessária a ligação com as famílias importantes, uma vez que era a partir delas que funcionava o sistema de

¹⁸⁷ Ângela ALONSO. *Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Os membros da geração 1870, embora heterogêneos, viveram, de acordo com a autora, uma experiência social comum, as “instituições imperiais prejudicavam suas carreiras ou bloqueavam seu acesso às posições de proeminência no regime imperial, ou porque não pertenciam aos estamentos senhoriais ou eram facções politicamente subordinadas” (p. 43). Alonso dividiu a geração 1870 em “seis micro-grupos: liberais republicanos, novos liberais, positivistas abolicionistas da corte e de Pernambuco, federalistas científicos de São Paulo e federalistas positivistas do Rio Grande do Sul” (p. 47). Cada grupo tinha seu líder e André Rebouças foi considerado por Ângela como o líder do seu grupo.

clientelas e de troca de favores. A autora aponta para o “entrelaçamento entre a vida intelectual e a vida política”: “As faculdades de direito davam o treino retórico e a erudição em história e geografia. Estes saberes eram nucleares na tradição imperial”. Segundo ela, o processo de socialização da elite passava pela “imprensa, os opúsculos, a poesia e a oratória”, e se completava com a “assimilação no universo mental do Império”.¹⁸⁸ Os novos liberais passaram por todas essas etapas, formando “sociedades literárias, políticas e filosóficas”. Politicamente, no entanto, os “novos liberais combatiam a legitimação do regime”.

Apesar da marginalização política sofrida pela geração 1870 - o “controle de acesso aos empregos públicos” era, naquele momento, do governo conservador - “o impedimento não era completo”. Daí que André Rebouças e seu irmão, apesar de serem filhos do Conselheiro liberal Antonio Pereira Rebouças, conseguissem ter acesso aos empreendimentos de obras públicas de engenharia. Por outro lado, Alonso explica que o fato dos Rebouças não serem abastados, levou André a cursar a Escola Central em 1854. Depois de diplomado, Rebouças passou dois anos na Europa, fato este que lhe conferiu uma formação cosmopolita. E, exatamente, o cosmopolitismo era uma característica do “liberalismo monarquista deste grupo”. A autora afirma que tanto Rebouças como Nabuco, também inserido nesse grupo, conheciam de perto as “vantagens e os problemas dos três regimes políticos que eram referência da elite brasileira”, o inglês, o americano e o francês. “O progresso americano, a vivacidade intelectual francesa e a forma política inglesa” teriam impressionado Nabuco. Já Rebouças, “estava convencido de que os melhoramentos materiais eram a condição do progresso e de que a melhor maneira de alcançar as transformações sociais estava na propaganda junto aos políticos e à opinião pública, em vez de avançar diretamente pela política partidária”. Embora os novos liberais não vissem razão em sustentar o regime, eles concordavam com o diagnóstico de Rio Branco de que a questão “fundamental era a modernização econômica” e a “reforma urgente era a da escravidão e do regime econômico que ela sustentava”.¹⁸⁹

¹⁸⁸ Com relação ao “universo mental do império”, vale notar a observação de Brasílio Sallum Jr. que, na apresentação do livro, diz que a autora já no início da obra começa por traçar o *status quo* da sociedade imperial e procura definir o “conjunto das formas de pensar e de símbolos da ‘tradição imperial’, a qual era composta de três núcleos de significação, o romantismo, o catolicismo e o liberalismo estamental”. Este “ideário complexo soldava a sociedade imperial” e é dele que se pode identificar “uma unidade subjacente” que vai sofrer “ataques da geração de 1870” (p. 16).

¹⁸⁹ ALONSO, Ângela. Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002, pp. 112-116.

Para Alonso, Rebouças foi o responsável pela “organização dos novos liberais” por meio da “formação de sociedades, a publicação de eventos, a articulação de alianças”. Em 1877, observa a autora, ele “foi presidente interino da Seção de Comércio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, associação da qual era membro desde a década anterior”. Alonso considera que este grupo formou a primeira associação de contestação ao “*status quo saquarema*”, a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, depois vários de seus membros fizeram parte da Sociedade Central de Imigração (1882). De acordo com a autora, os “novos liberais” eram suprapartidários e favoráveis à abolição. No entanto, pensavam em fundar um novo partido com todos os partidários da abolição, pois os partidos tradicionais estavam corroídos, e era necessário refundá-los. Por outro lado, tinham como “estratégia a negociação e aliança, tanto à esquerda como à direita”. Desse fato, a autora conclui que os “novos liberais tinham o duplo trato com os partidos e com a sociedade de corte”.¹⁹⁰

Com relação aos escritos dos novos liberais, Alonso aponta que a produção do grupo foi “profícua em panfletos e opúsculos e produziram mais artigos na imprensa diária. Rebouças publicou memórias e artigos técnicos, e “seus opúsculos pouco mais alentados”, foram, segundo Alonso, *Agricultura Nacional* (1883) e *Garantia de Juros* (1874). No entanto, a autora explora mais os escritos de Joaquim Nabuco.

A análise da autora sobre as principais críticas políticas do grupo à ordem ou regime imperial centra-se mais na herança da colonização portuguesa, como a grande propriedade e a escravidão, sendo que a essa herança o grupo contrapõe a colonização inglesa. O modelo de sociedade para eles era o dos Estados Unidos, onde a colonização se baseou na pequena propriedade. Embora Tavares Bastos não pertencesse à geração 1870, ele é classificado como liberal radical, a autora o menciona pela sua proposta de “migração racialmente seletiva para formar a nação”. Ou seja, ele representou uma posição de “europeização como regeneração”, que era também compartilhada por outros grupos da geração, como os federalistas científicos. Em relação ao liberalismo econômico, os “novos liberais” eram liberais no sentido de “defenderem a

¹⁹⁰ Idem, p. 117.

limitação da intervenção estatal na sociedade. O estado não deveria participar da economia, mas garantir seu funcionamento”.¹⁹¹

Os “novos liberais” tinham por objetivo, segundo a autora, a “formação de uma nova nacionalidade americana, pela generalização do padrão em vigor nas áreas de colonização mais recente, não conspurcadas pelo sistema escravista, no extremo sul” (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). A forma republicana era descartada, eles queriam um “pacto de refundação da sociedade brasileira”, e a abolição era vista como o “caminho não para a anarquia, mas para manter a ordem pública”.¹⁹²

Finalmente, com relação à crise do Brasil Império, Alonso atribui como sendo uma das causas as reformas levadas a cabo pelo Gabinete Rio Branco, principalmente a aprovação da Lei do Ventre Livre. Para sua aprovação “Rio Branco afrontou o parlamento” e fez passar uma medida antiescravista que foi “o pior dos ataques ao *status quo* imperial, o que provocou uma “cisão intra-elite que exibiu a vulnerabilidade das instituições”. Na opinião da autora, a “aprovação do Ventre Livre obrigou a redefinição das alternativas políticas daí por diante”. Por outro lado, para Rio Branco a lei “era uma medida de natureza, sobretudo, econômica, parte de um programa de modernização social”, que, para a autora, “foi o maior bloco de reformas do Segundo Reinado”. A modernização da infraestrutura do país era o “ponto forte da agenda de reformas”, e tinha por finalidade “gerar condições para a expansão econômica e para novas atividades”.¹⁹³ No entanto, afirma Alonso que várias das medidas aprovadas “não foram implementadas completamente”, concluindo, como consequência, que o Gabinete Rio Branco “foi a última tentativa de auto-reforma da ordem imperial”, que foi incompleta e que não “conseguiu absorver os grupos sociais novos surgidos com o processo de modernização econômica”.

O reformismo de Rebouças e o republicanismo radical

¹⁹¹ Ângela ALONSO. Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 200.

¹⁹² Idem, p. 205.

¹⁹³ Entre as medidas reformistas de Rio Branco elencadas pela autora estavam: ampliação do *habeas-corpus* e regulamentação da prisão preventiva; “transferência do poder da polícia para os juízes de direito, responsabilizando o judiciário pela lisura nas eleições”; “propôs o registro civil de nascimentos”; “introdução do sistema métrico”; expandiu as comunicações internas, duplicou a rede ferroviária; estabeleceu o cabo telegráfico submarino ligando o Brasil com a Europa; “a reforma educacional de 1874, propunha ensino técnico, profissionalizante, através de escolas ‘industriais provinciais’ e programas de alfabetização de adultos, bem como inaugurava dez escolas públicas primárias na corte; abriu novas carreiras, criou escolas técnicas superiores”. Ibidem, pp. 84-86.

Na obra *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*, Maria Alice Rezende traça dois perfis desse personagem, ou o que ela classifica como “duas modelagens alternativas de si mesmo”, que corresponderiam a dois diagnósticos da realidade do país: num primeiro momento, suas atividades como “engenheiro capitalista” que foi “derrotado pelas oligarquias políticas” e, por isso, abandona a “crença de que a sociedade pudesse sozinha achar suas soluções”, e que depois vai se engajar na luta política abolicionista. A passagem dos anos 70 para os anos 80 pode ser entendida como transição do que essa autora chama de *yankismo* de Rebouças, entendido como a crença na **utilidade social dos interesses individuais**, para uma defesa da modernização operada politicamente pelo Estado centralizado. O *yankismo* é a via norte-americana de modernização.

Se nos anos 70 foram “os radicais urbanos que moviam o carro liberal”, Rebouças, nessa época, para Rezende, “constituiria o tema do interesse individual como base para a construção de uma nova sociedade, pelos efeitos moralizadores que adviriam da liberdade experimentada pelo homem na condução de sua própria vida e prosperidade”. Paralelamente, havia a idéia do associativismo, entendido como a associação entre indivíduos autônomos, o qual seria consequência da redução da área de influência do Estado, nesse ambiente social “prosperaria a solidariedade democrática”.

Na arena política, a autora considera que o “campo liberal que se rearticulava no contexto da guerra do Paraguai prendia-se ao problema das relações entre o Estado e o indivíduo”, criticando a natureza despótica ou absoluta do Estado Imperial, mas “levando em conta a ameaça que representava o republicanismo rousсенiano representativo”. Esse liberalismo era fundado “na estrutura apriorística do direito natural, típica do século XVIII, mas temendo as massas”. Daí que os liberais “tenderam ao cientificismo, visando uma pragmática legislativa e administrativa adaptada “à situação nacional, ou seja, adequada ao governo dos fatos”. Esses liberais “se reencontravam com a história”, apreendida na “sua qualidade de exame científico da realidade existente e das suas possibilidades de desenvolvimento”, e mantiveram-se respeitosos ao Estado.

Nessa reafirmação do campo liberal ao longo das décadas de 60 e 70, o que “permaneceu destruído foi o liberalismo social de Rebouças e Tavares Bastos”.¹⁹⁴

No caso de Rebouças, as instituições da liberdade seriam aquelas “capazes de garantir a realização do interesse” - mola que impulsionava a ação humana - e de moralizá-lo, isto é, de favorecer a conversão do desejo de felicidade pessoal em desejo de felicidade coletiva. Aqui, Rezende chama atenção para influência de Stuart Mill em Rebouças, pois “considerava os sentimentos morais passíveis de serem adquiridos em um ambiente de irrestrita liberdade e cooperação”. Esse seria o “conteúdo de alguns de seus artigos escritos a partir de 1873”, e reunidos no livro *Agricultura Nacional*, publicado posteriormente, nos quais a intervenção do Estado só era admitida em algumas circunstâncias, e assim mesmo para beneficiar o interesse individual - como o crédito agrícola, a construção de estradas para o escoamento da produção, o beneficiamento de matérias-primas em razão do alto custo da maquinaria, etc.¹⁹⁵

O projeto de centralização agrícola, comercial e industrial que ele desenvolve na obra *Agricultura nacional*, e que tem nos engenhos centrais o exemplo da centralização agrícola, é chamado por Rezende de “engenhos coletivizados no baricentro de pequenas propriedades”. No entanto, a autora cita Rebouças que afirmava que essa forma de organização produtiva “não poderia ser interpretada como cerceamento da iniciativa individual, ou do espírito de associação ou da liberdade”. Portanto, para Rebouças, os engenhos centrais eram uma combinação entre coletivização e iniciativa individual.

A posição reformista assumida por Rebouças nesse período (1870) - com ênfase socioeconômica e não consideração da política -, é explicada por Rezende em razão da sua formação profissional. Essa formação “lhe conferiu uma perspectiva política ingênua”, que era diferente da que “prevalecia na tradição do bacharelismo do Império”, porque implicava num “desapego ao que ele considerava como formalismo do jogo parlamentar e do sistema de representação”. Além disso, a própria experiência profissional de Rebouças, com muitas

¹⁹⁴ Maria Alice Rezende de CARVALHO. “*O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*”. Rio de Janeiro: Editora Revam, IUPERJ, Universidade Candido Mendes, 1999, p. 129-132.

¹⁹⁵ Cabe ressaltar que para a economia política, principalmente para os autores franceses que influenciaram Rebouças, o interesse moralizado era o interesse que não cedia às paixões era o interesse racional ligado à preocupação com a melhoria das condições materiais de vida através do trabalho.

iniciativas de empreendimentos frustradas, segundo Rezende, teria formado nele uma “forte ética de convicção”. Daí que ele construísse “um princípio moral para uma nova ação política”.

Na interpretação de Rezende, Rebouças percebeu que “a dinâmica dos fundadores dava mostras de esgotamento e as suas instituições apresentavam-se corrompidas por oligarcas predadores e por burocratas incompetentes”. Portanto, as “energias reformadoras do país deveriam atualizar-se em iniciativas econômicas capazes de alterar a própria configuração da sociedade brasileira”. Em outros termos, a “principal tarefa política do seu tempo resumia-se na difusão da cultura material entre nós, matriz de uma nova sociabilidade, forjada no interesse e na iniciativa individual e nas condições de sua realização”. Assim, Rebouças criticava o monopólio do governo, defendia que as companhias privadas promoveriam a subdivisão e a cultura dos terrenos, que o Estado não deveria ser empresário, “pois é um mau gerente e administrador”. As instituições democráticas “têm sua base principal na iniciativa privada e no espírito de associação”.

O cenário ideológico dos anos de 1870 foi marcado, de acordo com a autora, pela chegada da Filosofia das Luzes no país. No entanto, tal filosofia não encontraria ressonância numa realidade social hierárquica onde prevalecia o princípio da desigualdade, sendo que o Estado era um fator de “privilégios e de riqueza individual e escorava-se em uma justificativa de natureza transcendente”. Nesse contexto intelectual, para Rezende, a geração de Rebouças realizou uma “combinação entre a tradição brasileira e o moderno racionalismo com todos os seus limites insuperáveis”. De forma genérica, foram duas, para a autora, as “principais lições modernas que seriam acomodadas no edifício conceitual da grande cultura do Império”: A “noção de progresso e, derivada dessa, a crença na possibilidade de aperfeiçoamento ilimitado das formas de organização da vida coletiva”.¹⁹⁶

No entanto, por influência do “racionalismo teológico local”, as lições das Luzes teriam um caráter conservador. Por sua vez, nesses anos 70, os cientistas foram convocados, aponta Rezende, “em nome das Luzes”, a intervir, dando partida ao “chamado impulso reformador do Império”. E o que aconteceu foi uma “fusão do moderno racionalismo com o racionalismo

¹⁹⁶ Maria Alice Rezende de CARVALHO. *Op. cit.*, p. 143, 149-150

escolástico do Império”. Dessa forma, o “novo repertório associado às Luzes e à sua expressão cientificista não alterou significativamente a imaginação liberal”.

O posicionamento intelectual de Rebouças era outro. Para Rezende, ele partia não só de uma “visão radicalizada de liberalismo”, como no decorrer dos anos 70 foi entendendo o “sentido antijacobino do *yankismo* e a sua capacidade de universalização”, pois o *yankismo* “consistia em *processos societais* de auto-esclarecimento dos atores quanto aos seus interesses e à melhor forma de realizá-los”. De acordo com a autora, a influência americana pode ser detectada nas páginas iniciais da *Agricultura Nacional*, quando é feita a menção às granjearias nos Estados Unidos.

As granjearias eram uma forma de associação que, para nós, tem um sentido e um propósito econômico, unir os esforços individuais para maiores realizações econômicas e sociais. Lembramos que Rebouças era favorável à iniciativa individual e à constituição de associações, e que os economistas políticos que ele lia e estudava defendiam esses dois procedimentos em termos obviamente econômicos. Rezende, entretanto, considera também uma finalidade política dessas associações que influenciaram Rebouças. Pois, como Rebouças era contrário ao estatismo, ele “considerava o associativismo um fator de fortalecimento da dimensão coletiva do Estado, isto é, do grau de controle que a sociedade tem sobre ele podendo alterar-lhe a forma e a função”. Quanto a isso, observe-se que Rebouças defendia que o Estado desempenhasse funções indiretas de apoio à iniciativa privada, daí a defesa que ele faz da garantia de juros, sobre a qual escreveu extensamente em um dos seus principais livros.

Em razão da “visão radicalizada de liberalismo”, explica Rezende, Rebouças não “respondeu à convocação dos cientistas para o esforço de atualização do discurso e da prática inerentes à lógica imperial”. Ele era “contra engenheiros funcionários”, pois os considerava como aqueles que haviam impedido seus projetos e colaboravam com o governismo. Eles eram uma força contra o *yankismo*, este sim “uma revolução que dependia para seu êxito de uma base

material em expansão e com condições de organizar os interesses cada vez mais amplos da sociedade”.¹⁹⁷

Para explicar como Rebouças chegou a essa visão radical liberal, Rezende aponta que no começo dos anos de 1870, Rebouças lia alguns livros publicados por reformadores ingleses e a obra de L. Reybaud, *Vie de Harrington*. Em Harrington, de acordo com a autora, estão “presentes as ideias de república e de comunidade religiosa como intercambiáveis”, ele teve influência de um “Maquiavel republicano que exalta a religião civil de um povo em armas” - a *militia* da península italiana; o exército dos santos, na Inglaterra do século XVII - “capaz de fazer da virtude a garantia da República e da propriedade sua base material, transformando-se numa poderosa via de enraizamento da utopia religiosa na realidade secular”. No republicanismo inglês “a atividade virtuosa do cidadão estaria associada à propriedade e à permanente democratização do acesso a ela”. “Também em Harrington a corrupção tinha origem nos próprios proprietários, pela experiência de rotinização da riqueza, pelo esquecimento do êmulo instituinte de uma sociedade democrática”.¹⁹⁸ Vale notar a observação de Rezende de que Harrington “não possuía uma perspectiva burguesa da noção de propriedade, o seu conceito de propriedade estava mais próximo da ideia de apropriação, inscrevendo-se em um regime igualitário e coletivo”.

A “história dos ideais igualitários ingleses” era conhecida, nota a autora, por “setores educados da sociedade brasileira”. No entanto, foi Rebouças que “reuniu alguns dos traços do chamado republicanismo democrático, acomodando-os, com tensões, ao seu repertório analítico e às suas ações”.¹⁹⁹ Como no radicalismo inglês do século XVII, Rebouças “definia a república

¹⁹⁷ Maria Alice Rezende de CARVALHO. Op. cit., p. 164-167. No seu diário, Rebouças, em 30 de outubro de 1870, faz referência à sua leitura do livro *Les Refomateurs* de L. Reybaud, que comentaremos adiante.

¹⁹⁸ Rezende explica que do republicanismo de Maquiavel incorporado no debate inglês do século XVII - Harrington fez parte do “republicanismo radical inglês” e fez participou da guerra civil inglesa - três aspectos se destacavam, um deles era o de que “a virtude fora imersa na materialidade do mundo e somente a consideração desse aspecto poderia salvá-la da corrupção representada pela transformação da liberdade - que é potência - em destino. O passo seguinte constitui em identificar a base da liberdade - a propriedade da terra - e em propor nova legislação agrária.” *Idem*, p. 167.

¹⁹⁹ Com relação a esse republicanismo radical, a autora esclarece que os textos mais ilustrativos por ela utilizados desse republicanismo foram, quase todos, produzidos ao final da década de 1880 e durante a de 1890, quando Rebouças estava no exílio, e não corresponde ao período que ele teria contato com a obra de Harrington, quando ele “apresenta sinais de oposição ao *status quo* imperial”. Para ela, isso se deve ao fato de que Rebouças estava envolvido em disputas técnicas e pouco publicou depois de 1875, e quando publicava “não eram artigos com grande amplitude argumentativa”. Rezende defende que a melhor mostra do vocabulário político de Rebouças seria “constituída pelos textos do período final de sua vida”. Pois, o fato de que no exílio ele “professou a versão mais acabada do seu republicanismo democrático”, decorreu de que foi neste momento difícil da sua existência que ele procurou “justificar racionalmente sua trajetória”. Maria Alice Rezende de CARVALHO. Op. cit., p. 169, nota 27.

como um movimento da instituição da liberdade plebéia, conferindo-lhe expressão material”. A liberdade se tornaria uma realidade quando não houvesse mais “monopolizadores da terra”, e às “virtudes republicanas” ele acrescentava o “fundamento material do seu exercício, a propriedade democrática da terra”. Todos - rei, parlamento, e cidadãos - deveriam aplicar-se à reforma do país. Nesta afirmação de Rebouças, Rezende vê sua completa identificação com o pensamento de Harrington: “a ênfase numa dimensão coletiva do Estado-Nação e a afirmação da propriedade como o fundamento material da República”.

Tendo em vista importância que Rezende atribui à influência de Harrington, mencionamos alguns pontos do estudo de Pocock sobre esse autor. Segundo Pocock, para Harrington, a virtude está associada com a ideia de controle da propriedade. A virtude significa autonomia, portanto, virtude e autonomia têm como base a propriedade. Desta forma, propriedade significa posse dos meios de subsistência e posse dos meios de participação política. Seus sucessores viram a virtude ameaçada por outras formas de propriedade que seriam corruptíveis por implicarem alguma forma de dependência, como do governo ou do **mercado**. Para Pocock, “Harrington reconhecia só um modo de propriedade politicamente significativa, a terra, e sua má distribuição poderia ser remediada por leis agrárias, mas seus sucessores, reconhecendo o crescimento de novos e corruptíveis modos de propriedade, como consequência do **aumento do comércio**, estavam em posição de ver o progresso da civilização como inseparável da corrupção”. Os principais sucessores de Harrington no século XIX encontravam-se na América. Há componentes, nota Pocock “das ideias de Harrington nas constituições da Pensilvânia e em Massachussets”. Também como exemplo, aponta que o federalista Noah Webster escreveu um texto utilizando a linguagem de Harrington, e cita Jefferson, nas *Notes on Virginia*, associando propriedade da terra e virtude: “Those Who labour on earth are the chosen people of God, if ever had a chosen people”.²⁰⁰ (grifos nossos)

Até que ponto essa noção de associação entre pequena propriedade, autonomia e virtude teve influência preponderante no pensamento de Rebouças em sua defesa da pequena

²⁰⁰ J. G. A. POCOCK In James HARRINGTON. *The political works of James Harrington*, edited with an introduction by J.G.A. POCOCK. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. Pp. 146-152. Pocock considera que: “O lugar de Harrington na história do pensamento do século XIX, quando reconstituído, poderia estar em algum lugar próximo do ponto onde o antimerkantilismo da Commonwealth e o idealismo de Tory se fundem com as fontes do cristianismo e com alguns tipos de socialismo marxista”.

propriedade é discutível. Pois, ele sabia da importância das relações de (inter)dependência econômica baseada na divisão do trabalho, o que não parece o caso nesse pensamento radical que vê o comércio como corruptível. Os economistas políticos franceses que influenciaram Rebouças criticavam a intervenção excessiva do Estado, ou os monopólios, que tolham a liberdade ou o espírito de iniciativa individual. Eles eram contrários ao que chamavam de “espoliação legal”, isto é, grupos econômicos que gozavam de privilégio junto ao governo e que desvirtuavam o funcionamento harmônico do mercado com base nas leis da economia. O pequeno proprietário era virtuoso, para economia política, na medida em que tivesse liberdade para perseguir seus verdadeiros interesses de melhoria material beneficiando assim toda a sociedade.

A outra influência no pensamento de Rebouças foi a dos Estados Unidos. Como vimos, Rezende indicou essa vertente no *Yankismo*, na iniciativa individual e nas formas de associação. Esta influência seria reforçada pela viagem que Rebouças fez aos Estados Unidos e manifestou-se na sua dedicação em escrever, a partir de 1875, uma biografia de Benjamim Franklin. Nessa biografia, Rebouças revelaria o perfil do “seu individualismo radical”, e por meio dela exaltava “o individualismo virtuoso, fundamento teórico e prático da sociedade americana”. Rezende afirma que nessa obra as “indagações do biógrafo e do biografado se superpõem, retoricamente, quanto à possibilidade de indivíduos autônomos e autocentrados ensejarem uma comunidade moral, altruísta, em sua ética social e politicamente pacífica”; ou “quanto a possibilidade de conciliação entre o interesse individual e o coletivo”.²⁰¹

Os estudos socioeconômicos de Rebouças da década de 1870 evidenciam, na análise de Rezende, a íntima conexão que ele estabelecera atividade empresarial e os benefícios coletivos. E o exemplo da América “era o ideal da realização benigna das ambições individuais, a crença de que a racionalização aplicada à conquista do interesse privado (...) vivifica todo o corpo social”. Rezende considera que nessa década se possa atribuir a Rebouças uma “ênfase excessiva

²⁰¹ Maria Alice Rezende de CARVALHO. *Op. cit.*, p 183. Cf André Rebouças. *Novo Mundo*. New York, 24 de março de 1875.

nas formas *especificamente sociais* de transformação do país, revelando, ao mesmo tempo, um desprezo acentuado pela política e uma inclinação moralizante”.²⁰²

Nos anos de 1870, ao contrário de Tavares Bastos, que via na modificação da forma de governo a solução para os problemas do país, Rebouças via a solução, segundo a comparação que Rezende faz dos dois, nas reformas feitas por “um conjunto de ações econômicas” – “socioconomia”, como chama a autora.²⁰³ O *yankismo* de Rebouças expressava o “espírito de iniciativa e a pujança de uma economia nacional”, que possibilitaria a expansão do mercado interno, incorporaria “as expectativas e empreendimentos de uma massa numerosa de indivíduos proprietários”. Como consequência, as “conquistas materiais de um povo levariam ao seu aperfeiçoamento moral”.

O papel da pequena propriedade era fundamental para Rebouças e, nesse sentido, ele ampliava o conceito de escravidão, que ele entendia como todas as formas de negação da “democracia rural”, isto é, da “possibilidade de controle da terra por parte de quem nela produzia”. Também a imigração estava associada “à possibilidade de disseminação do regime de pequena propriedade”.²⁰⁴

No combate ao monopólio da terra, Rebouças via “a necessidade de uma nova lei agrária”, o que, segundo a autora, prendia-se ao “caráter obrigatório do enraizamento material do tema da liberdade”. Este aspecto mostraria a filiação de Rebouças “a uma vertente do liberalismo que, em fins do século XIX, reafirmava novamente uma radical centralidade do indivíduo, vertente segundo a qual, a unidade resultante dos interesses individuais é sempre orgânica e animada espiritualmente pela busca de sua afirmação no mundo”. Nesse aspecto, como em outro similar, Rezende vê a influência de Stuart Mill em Rebouças.²⁰⁵

A “engenharia social” de André Rebouças

²⁰² A autora vê aqui uma influência de Montesquieu que “não deveria ser indiferente ao tema da busca da honra individual como uma emulação ao bem”. Idem, p. 199.

²⁰³ Já nos anos 1880, Rebouças reconhecia e elogiava o papel histórico de Pombal, do despotismo esclarecido e de representantes reformadores como Turgot. Este percurso intelectual de Rebouças, segundo Rezende, levaria Rebouças “ao apoio incondicional a D. Pedro II nesses anos”.

²⁰⁴ Com relação aos emancipados, Rezende nota que, em 1870, Rebouças chegou a propor ao Visconde de Rio Branco a criação de uma “fazenda nacional onde emancipados e colonos trabalhariam juntos”. Maria Alice Rezende de CARVALHO. Op. cit, p.221.

²⁰⁵ Idem, p. 220-221.

Tendo em vista que o trabalho de Trindade, *André Rebouças: da engenharia social à engenharia civil*, é um dos mais recentes e abrangentes sobre André Rebouças, vejamos como traça sua trajetória profissional e intelectual. Vamos priorizar as informações pertinentes às nossas preocupações de pesquisa, ou seja, a atuação profissional de Rebouças como engenheiro e as influências da economia política em suas ideias. Assim, para nós é importante o período em que Rebouças foi membro atuante da Sociedade Auxiliadora, mais particularmente de meados dos anos 1860 até a década de 1870.

Trindade afirma que após o retorno da guerra do Paraguai em 1866, Rebouças passou a dedicar-se a atividades empreendedoras, mas teve de enfrentar em diversas ocasiões, principalmente nos seus projetos de companhias de utilidade pública, a competição de outros engenheiros e/ou empresários interessados nessas obras. Para a realização dessas obras dependia-se de influência política e a relação de Rebouças com o poder político, segundo Trindade, era de “proximidade e tensões”, de modo que às vezes ele se beneficiava e em outras ele encontrava forte oposição, o que inviabilizava os seus projetos. Trindade mostra que Rebouças, ao mesmo tempo em que algumas vezes acusava a ingerência do Estado como *governantismo*, ou que criticava as redes clientelistas, ele mesmo também estava inserido nessa realidade e dela se beneficiava. No entanto, isso não deixou de provocar nele sentimentos de frustração cada vez que seus empreendimentos não iam para frente.

Após a viagem para a Europa e os Estados Unidos em 1873, aponta Trindade que Rebouças se engajou num “tipo de propaganda eminentemente intelectual: a ciência econômica, entendida como grande instrumento de modernização social e econômica”. Nessa época, ele foi saindo do mundo dos negócios, “mas continuou marcando presença física e intelectual em associações como o Instituto Politécnico e a Sociedade Auxiliadora. Em 1874 escreve seu livro *Garantia de Juros* e entre 1874 e 1875 publicou no *Jornal do Comércio*, “os artigos que reuniria e publicaria, mais tarde, em 1883, com o título de *Agricultura Nacional. Estudos Econômicos*.”

Analisando a trajetória de Rebouças, Trindade nota que, em 1870, houve uma mudança de rumo, ele deixa as atividades empresariais para se dedicar ao jornalismo, esta mudança, deveu-se ao fato de Rebouças ter dificuldade de trânsito nas redes clientelistas. Esta hipótese de Trindade é reforçada pela sua menção à interpretação de Rezende de que Rebouças “insistia

numa promoção do profissional-empresário” através da “valorização do mérito do engenheiro-empresário”, e recusou-se a fazer parte da modernização tentada pelo Estado nesse período - gabinete Rio Branco -, exercendo como engenheiro uma “benemerência Ilustrada”.²⁰⁶

Portanto, Trindade concorda com Rezende na interpretação de que a prática profissional de Rebouças envolvia, embora não exclusivamente, “relações sociais de outro tipo, baseadas no mérito, na iniciativa individual e na liberdade do exercício da engenharia”. Enfim, na ideologia profissional chamada por Rezende de “paradigma-engenharia-empresa”. Já a derrota dessa prática profissional de Rebouças, representou, por outro lado, a identificação da engenharia com o poder central e dos engenheiros, vinculados ao governo, como os portadores de uma missão civilizatória - a benemerência ilustrada já referida. Nesse ponto, Trindade é de opinião que Rebouças tinha aquela ideologia profissional, mas que ela não era exclusiva na sua conduta, uma vez que ele também usufruiu dos “arranjos sociais” e das redes de influência. Isso faz Trindade caracterizar a trajetória de Rebouças como sendo ambígua.²⁰⁷

Por outro lado, nota Trindade que a luta expressa nos escritos de Rebouças nos anos 60 e 70 foi uma “tentativa de escapar dos círculos clientelistas e das práticas de patronagem”, e propor formas de incorporar setores sociais mais amplos na economia. “Daí a ênfase nos processos societais e de associativismo e nos mecanismos de crédito, tais como, respectivamente, o princípio de centralização agrícola” (engenhos centrais e garantia de juros), “bancos territoriais ao invés de instituições supostamente mais democráticas”. Sendo assim, para Trindade, Rebouças seria um modernizador no período de 1860 e 1870 - reformador, ele seria mais tarde -

²⁰⁶ Alexandre Dantas TRINDADE, Op. cit., p. 119, 123. Para Trindade as dificuldades, iam além das redes clientelistas, havia também as dificuldades burocráticas, como a legislação que dificultava a iniciativa empresarial - as companhias deveriam ter autorização do Conselho de Estado para funcionarem. Nesta questão, Trindade faz referência a Raimundo Faoro, que caracteriza a dinâmica econômica desse período como “capitalismo de Estado”. Ainda concordando com Faoro (Os donos do poder), Trindade afirma que a livre iniciativa, o espírito empresarial, enfim o capitalismo não se desenvolveu no Brasil devido à interferência do governo, ao excesso de regulação e controle do Estado, sem mencionar a desconfiança em relação aos homens de negócio. Era uma sociedade estamental e aristocrática, muito embora Trindade concorde com Richard Graham (*Clientelismo e política no Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997) que o clientelismo e a hierarquização marcavam a sociedade, mas que permitiam a mobilidade social, o “status não era absolutamente estático, mas resultado de relações possíveis”. Rebouças, por sua vez, não admitia “protetores sociais”. Idem, p. 124-125.

²⁰⁷ Idem, p.126.

isto porque sua ênfase era na economia e nos melhoramentos materiais “como forma de superar a rotina e o atraso”.²⁰⁸

Rebouças estava inserido, observa Trindade, no processo mais amplo de profissionalização da engenharia civil no Império, com os problemas que isto envolvia, como os “limites da meritocracia numa sociedade estamental regida pelo patronato e pela clientela”, e as tentativas de modernização ensaiadas dentro desses limites por alguns como Rebouças. Levando em conta esses aspectos da trajetória de Rebouças, Trindade estabelece que ele atuou na rotinização da engenharia entendida “não só como carreira”, mas também “como novo caminho na modernização do país”.²⁰⁹

Com relação à atuação de Rebouças em associações como a Sociedade Auxiliadora, Trindade nota que “a partir de 1867, quando ampliava e consolidava sua rede de amigos, contatos, protetores e protegidos, Rebouças conquistava uma posição junto a certas associações as quais ligadas ou não à profissão, tiveram acentuada influência nos rumos da modernização durante o Segundo Reinado”. Trindade destaca a atuação de Rebouças no Instituto Politécnico e na Sociedade Auxiliadora, “uma vez que sua participação nelas representou um capítulo da maior importância em sua trajetória” Nessas associações, ele “compartilhou o léxico da modernização”, além do que, acrescenta Trindade, “sua crítica às instituições e ao atraso do país tinha como contrapartida sua atuação naquelas instituições”. Nesse sentido, ele participava dos debates que aí tomaram lugar sobre os assuntos mais discutidos relacionados aos problemas econômicos e materiais do país, como a imigração, a colonização. Na sociedade Auxiliadora, Rebouças foi membro de várias seções especializadas, como a Seção de Máquinas e Aparelhos,

²⁰⁸ Os textos de Rebouças são analisados por Trindade levando em conta esse processo, e nesse sentido, esses textos “são respostas às suas leituras de autores liberais aos assuntos polêmicos da época como: imigração, colonização, questão servil, transição para o trabalho livre, sistemas de crédito e garantia de juros, associativismo e livre iniciativa”. Idem, p127.

²⁰⁹ No que diz respeito à atuação do profissional de engenharia civil, como Rebouças, ela estava basicamente circunscrita a obras públicas, como saneamento, construção de ferrovias, portos, etc. Rebouças pensava que o Estado não deveria intervir diretamente, mesmo nessas obras, mas dar garantia de juros a empreendedores privados. No que diz respeito a sua trajetória profissional, em 1867 ele foi contratado como engenheiro pelo Ministério da Fazenda nas obras de hidráulica da Alfândega. Também em 1867, ele foi professor na Escola Central. Cabe salientar aqui que ele, como uma pessoa com instrução superior e tinha contatos nos círculos sociais e políticos também utilizou de influência política como era de praxe na época. A sua amizade com membros da família real é conhecida. Idem, p. 131.

onde foi colega de Lidgerwood, inventor e introdutor de conhecida máquina de beneficiar café.²¹⁰

No que tange ao “Rebouças empresário”, “sua posição como empreendedor, e defensor da iniciativa privada em obras públicas levantava objeções dos seus pares”, os “engenheiros oficiais inimigos das companhias idealizadas por Rebouças”. Foi no contexto dessas disputas e defendendo sua posição, que Rebouças escreveu a obra *Agricultura Nacional. Estudos Econômicos*, ou seja, a obra foi escrita, na análise de Trindade, após sucessivas derrotas no terreno empresarial em 1875. Apesar dessas diferenças de perspectivas em relação à engenharia, elas “não suplantam o sentido geral de sua crença nos melhoramentos materiais como decisivos à modernização”.²¹¹

Assim, mesmo antes de suas frustrações profissionais Rebouças já manifestava sua crença na capacidade transformadora das melhorias materiais. Sua participação na Sociedade Auxiliadora teve início em 1867, em 1868 ele é eleito presidente da seção de Máquinas e Aparelhos, e em seus pareceres, observa Trindade, ele deixava transparecer “sua visão extremamente otimista em relação ao progresso material e sua concepção das virtualidades emancipatórias do progresso técnico.”

Entre 1865 e 1880, foi presidente da Sociedade Auxiliadora o Visconde de Rio Branco, e Trindade reproduz um trecho de um discurso de Rio Branco por ocasião do 40º aniversário da fundação da entidade como “emblemático da atmosfera intelectual daquela Sociedade no período que finda em 1860 e anuncia a década seguinte (...)”. No discurso, Rio Branco falava do progresso do país “em todos os ramos da expansão moral e material de um povo”, que todos “os melhoramentos, nas ciências e artes da natureza, do homem e da sociedade”, ou eram conhecidos no país ou já tinham tido, “em escala maior ou menor”, alguma aplicação. Esse tom de discurso mostrava, nota Trindade, “uma inabalável crença de que o país seguiria em sua marcha rumo ao

²¹⁰ Idem, p. 140-142. Nesse período, segundo Trindade, Rebouças se dedicou à elaboração de um Vocabulário de termos técnicos da arte de construir, em inglês, francês e português, o que é expressão do seu empenho “em tornar acessível a um maior número de praticantes o conhecimento de uma ciência que era tida na conta da própria civilização.

²¹¹ Idem, p.144.

progresso”, e Rebouças compartilhava dessa visão, da Sociedade Auxiliadora, otimista em relação aos melhoramentos materiais.²¹²

No que diz respeito aos preceitos do liberalismo, a crítica de Rebouças à intervenção do Estado, já vinha, aponta Trindade, desde a sua experiência na guerra do Paraguai, pois ali identificava o “militarismo” com o “governismo”. A guerra, explica Trindade, “tivera um papel heurístico para Rebouças, revelado em sua crítica à modernização dirigida pelo Estado, apoiada em subvenções ou empréstimos”. Essa crítica era apoiada na “recuperação da economia política”, no aprimoramento material e econômico, guiado pelo interesse “como o melhor e mais eficaz promotor do progresso”. Nesse sentido, Rebouças faz referência a Frederic Bastiat, utilizando um conceito da economia política enfatizado por este autor, que afirmava a harmonia entre os interesses dos indivíduos e das sociedades por eles constituídas. De acordo com Trindade, Bastiat é citado diversas vezes por Rebouças em seus artigos, concordando com este autor a respeito do “não antagonismo entre interesses morais e interesses materiais” - a obra de Bastiat citada por Rebouças é *Ce qu'on voit et ce qu'on ne voit pas* (1850)²¹³

Sobre a influência de Bastiat, vale notar a observação de Trindade que, em 1883, quando da publicação da *Agricultura Nacional*, Rebouças escreveu que “seu mérito era colocar a ciência ao alcance de todos”, e o *jornal da Tarde*, de 6 de julho, trouxe o seguinte comentário: “O estilo é de uma simplicidade ateniense. Sente-se nos períodos a preocupação de clareza que tanto distingue Bastiat”.²¹⁴

A importância da economia nas ideias de Rebouças é sempre lembrada por Trindade. Ao mencionar a obra *Garantia de Juros*, é reforçada a importância dos melhoramentos materiais, como na citação de Rebouças em que ele dizia que as ferrovias, as vias de comunicação teriam

²¹² Idem, p. 151, 152. Ainda no discurso Rio Branco afirmava quais eram as necessidades do tempo entre as quais: “leis que garantissem o indivíduo, a família e a propriedade; sistema de difusão de conhecimentos gerais e específicos; vias de comunicação; organização estatística do império, favorecimento da colonização nacional e estrangeira (...)”, p. 153. *Auxiliador da Indústria Nacional* nº 11, novembro de 1867.

²¹³ Nessa obra, Frederic BASTIAT (“Ce qu'on voit et ce qu'on ne voit pas” ou *L'économie politique em une leçon*. 5ªed. Paris: Gullaumim, 1879) afirma: “No departamento da economia, um ato, um hábito, uma instituição, uma lei, provoca não somente um efeito, mas uma série de efeitos. Desses efeitos, somente o primeiro é imediato; ele se manifesta simultaneamente com sua causa - ele é visível. Os outros se desdobram em sucessão, eles não são vistos: seria bom para nós, se eles forem previstos. (...) O mau economista leva em conta somente o visível; O bom economista leva em conta ambos, o visível e os que não são vistos mas devem ser previstos”. O protecionismo comercial é um exemplo de fenômeno que tem bons efeitos visíveis num primeiro momento, mas efeitos ruins que não são previstos pelos maus economistas.

²¹⁴ Idem, pp. 236, 271.

“um papel central na modernização material. Mais do que isso, tanto os melhoramentos materiais como a economia substituiriam a própria política”.²¹⁵

Ao apontar a influência de Michel Chevalier em Rebouças, Trindade assinala essa visão das melhorias materiais e as transformações que elas acarretariam. No caso das estradas de ferro ela “ampliava a economia de mercado, promovia a imigração, empregaria colonos estrangeiros na sua construção, fixaria os colonos nas suas margens, etc. Além dessas vantagens, a substituição da política pelo comércio, juntamente com os melhoramentos materiais era a arma eficaz contra o “militarismo” e o “espírito de rotina”. Fora a ciência econômica que unificara a “Europa, ela era para Rebouças, o evangelho das nações”.²¹⁶

Seguindo a trajetória de Rebouças traçada por Trindade, em 1883 ele deixa sua “perspectiva modernizadora, em razão do ‘fracasso’ das experiências com os engenhos centrais e passa a defender a perspectiva reformadora”, que deveria ser conduzida por um político que tivesse condições de se impor sobre o Parlamento, dominado pelos interesses dos fazendeiros. A “perspectiva reformadora” seria implementada por meio do imposto territorial, daí a necessidade de uma forte liderança que tivesse condições de prevalecer sobre os interesses dos grandes proprietários rurais. Assim, ao final da década de 1880, Rebouças defenderia o papel de um Estado forte como nas monarquias esclarecidas.

Rebouças havia depositado grande confiança nos engenhos centrais, aí poderia se realizar sua crença nos “melhoramentos materiais e nas formas associativas”, eles teriam o papel principal na questão agrícola e na questão social.²¹⁷ Os engenhos centrais e a pequena propriedade estavam vinculados ao programa de modernização agrícola. Nessa relação, Trindade ressalta a influência de outro economista francês, Joseph Garnier em Rebouças quando lembra

²¹⁵ Idem, p. 238 (nota 36). Trindade mostra a semelhança de argumentos entre Rebouças e Tavares Bastos, não só em relação à defesa do liberalismo e da livre iniciativa, mas em relação ao otimismo que viam nas melhorias materiais. No caso, cita Tavares Bastos que considerava “os caminhos de ferro como nervos das sociedades modernas e os telégrafos como forças que combatem os antigos costumes e as ideias estreitas”. Idem, p. 239.

²¹⁶ Idem, pp. 241-242. A influência de Michel Chevalier foi manifestada, pela primeira vez, de acordo com Trindade, numa memória redigida ao Imperador que continha uma argumentação liberal. Entre outubro e dezembro de 1868, Rebouças leu, de acordo com seu diário, a *Exposition* e o *Cours de Economie Politique* de Chevalier. Outros economistas que tiveram influência em Rebouças segundo Trindade foram, além de Chevalier, os fisiocratas franceses como Gournay e Quesnay, divulgadores da economia política como Jean-Baptiste Say, e os reformistas pré-1879, como Vauban, Fénelon, com destaque para Turgot. “A Democracia na América” deve ser ressaltada por “descrever a aplicação das ideias de livre iniciativa”. Idem, p. 242.

²¹⁷ Segundo o raciocínio de Rebouças, como mostra Trindade, “o interesse bem compreendido do fazendeiro e dos senhores de engenho promoveria não só a emancipação e a imigração, mas também o bem-estar e o desenvolvimento dos emancipados, dos imigrantes e colonos e como consequência a riqueza e prosperidade nacional. Idem, p. 273 .

que o princípio da centralização agrícola implicava a “subdivisão racional das exageradas extensões de terras”, e que este “princípio ia a par com o que Rebouças não se cansava de repetir em seus escritos, que era uma citação de Garnier a respeito da função da pequena propriedade como meio de emancipação e civilização”.²¹⁸

Em relação à pequena propriedade, consideramos que a defesa que Rebouças fazia dela pode se remeter à influência dos preceitos da economia política sobre a função econômica e social da propriedade, tais como seu estímulo para o trabalho e como meio de assegurar o bem estar individual e da sociedade como um todo. Não esquecer que quando Rebouças argumentava favoravelmente em relação ao pequeno proprietário - fosse o imigrante, fosse o colono nacional, fosse o liberto - como novo alicerce da nação, ele tinha os Estados Unidos como exemplo dessa realidade. Assim, no artigo *Imposto Territorial*, citado por Trindade, Rebouças elogiava as qualidades do pequeno proprietário que é “um conservador por excelência, amigo da paz e da tranquilidade; inimigo da guerra e de revoluções; perfeitamente superior às sugestões dos politicamente charlatões do comunismo e do socialismo (...)”. Nessa passagem, Trindade considera que aquilo que Rebouças mais temia não eram os revolucionários, mas reação a eles, “a sua contrapartida, as classes aristocráticas que reagiriam de pronto às tentativas de reformas mais radicais”²¹⁹

De fato, Rebouças temia essa reação. Mas, para nós, são os aspectos positivos da pequena propriedade que devem ser ressaltados, aquelas características já referidas da economia política, uma vez que o pequeno proprietário ao defender seus interesses de melhoria material, estaria defendendo os interesses de melhoria material da sociedade - o progresso material tem efeitos que se difundem por vários ramos de atividade produtiva, e como coloca Bastiat, os interesses são harmônicos. Além do que, como disse Trindade, Rebouças não se cansava de repetir Garnier a respeito da função da pequena propriedade, e no Tratado de Economia deste autor que Rebouças lia e estudava, conforme seu diário, encontramos a seguinte observação a respeito da pequena propriedade: “Na pequena propriedade o camponês refaz o solo que lhe pertence por

²¹⁸ Idem, p. 274. Acerca dos engenhos centrais, Trindade nota que eles foram muito “apreciados nas sessões da Sociedade Auxiliadora, sobretudo na década de 1870”. E que dos debates na Sociedade resultou a “instituição da lei 2.687 de 6 de outubro de 1875, a qual autorizava o governo a conceder garantia de juros, até o montante de 30.000 contos, aos engenhos centrais”. Rebouças participou desses debates. P. 276.

²¹⁹ Idem, p. 301.

meio de esforços perseverantes e quotidianos. Com a pequena propriedade um grande número de homens ficam ligados à terra, à ordem social e às instituições modernas”.²²⁰

Voltando à trajetória de Rebouças, sua mudança de posicionamento quanto às transformações econômicas e sociais é definida em dois momentos por Trindade: o modernizador dos anos de 1860-70, que acreditava nos melhoramentos materiais como promotores de transformações sociais, dá lugar ao reformador dos anos de 1880, assumindo postura política, engajado na propaganda abolicionista e defensor do imposto territorial. E quem poderia implantar o imposto territorial? Qual ministro teria força suficiente para se impor num Senado e numa Câmara dominados por *landlords*? Ao colocar essas questões, Trindade antecipa o porquê da solução monárquica de Rebouças, a monarquia era a força que poderia “sobrepôr-se para garantir o equilíbrio entre as forças aristocráticas e a democrática”. Rebouças preferia as “Repúblicas filantrópicas de Turgot, Voltaire e Condorcet, a uma República egoísta, plutocrática e oligárquica”. A solução seria, portanto, pela ação da coroa que promoveria o “curso evolutivo da modernização e da reforma”, ou seja, do progresso e da civilização. “A salutar evolução monárquica iniciada por Pombal (...)”.²²¹

Em carta escrita em Funchal no dia 23 de abril de 1895, endereçada ao Conselheiro Augusto de Castilho, Rebouças escrevia:

(...) Li, com o maior interesse, o resumo das reformas liberais, progressistas e humanitárias, que encetou quando Governador de Moçambique, e que não inclui na Conferência da Sociedade Geográfica. Também não tratei na carta de 14 do ponto capital: Como eliminar os tristíssimos resíduos da escravidão e do tráfico de escravos? Como acelerar a evolução da progressiva do africano e melhor conduzi-lo pela estrada da civilização? Meu sistema é o ensinado pela Ciência Econômica e assim resumido pelo grande mestre Joseph Garnier: ‘Le moyen le plus efficace et plus énergique pour civiliser, les barbares ou semi-barbares de l’Europe, de l’Afrique, de l’Amérique, et de l’Asie, pour émanciper les serfs et les esclaves consiste à leur constituer une propriété foncière individuelle’.²²²

Nesta seção, procuramos mostrar como a influência da economia política foi apontada e analisada nas obras acima expostas. Podemos constatar que, se em todas elas faz-se referência a esta influência, nem todas apontam a causa da postura “não política” e do reformismo

²²⁰ Joseph GARNIER. *Op Cit.*, p. 233.

²²¹ Alexandro TRINDADE. *Op Cit.*, p. 303. André REBOUÇAS. “Pequena propriedade”. *Cidade do Rio*, 12 de junho de 1888. *Apud* Trindade. *Op. Cit.*, p. 303.

²²² André REBOUÇAS. *Op Cit.*, p. 428. “Diário e notas...”

socioeconômico de Rebouças como decorrente da influência da economia política, que é a nossa hipótese. Com esse objetivo passamos na próxima seção a uma exposição de algumas obras e textos de economistas políticos que Rebouças cita em seus escritos, ou que ele tenha mencionado a leitura em seu diário. Lembrando que autores como Chevalier e Bastiat eram publicados e mencionados no *Auxiliador* e influenciaram também outros reformadores da Auxiliadora.

O Progresso material como promotor do Progresso geral.

A ideia de que o progresso geral da sociedade é consequência do progresso material, do progresso econômico, é fundamental na agenda modernizante e reformista de Rebouças. Vejamos inicialmente alguns trabalhos do economista político, professor e publicista Michel Chevalier, que é amplamente citado nas obras *Agricultura Nacional* e *Garantia de juros*.

Exposition Universelle de 1867 a Paris. Rapports du jury international ²²³

No relatório da exposição universal de Paris de 1867, citado nos *Agricultura Nacional: Estudos Econômicos* de Rebouças, Michel Chevalier deixa claro a associação entre progresso material e progresso geral das sociedades, ou seja, o progresso moral, social e político. Sendo que o progresso material era fruto do conhecimento do homem, o conhecimento científico aplicado à natureza e sua transformação.

No parte 3 da introdução, afirma Chevalier:

A potência produtiva se revela pelo bom funcionamento do mercado e ela é derivada do saber e do capital sob o impulso da liberdade humana aplicada à indústria. A potência produtiva do homem se desenvolve de uma maneira continua juntamente com o desenvolvimento das épocas da civilização. Este desenvolvimento é uma das numerosas formas que revela o progresso mesmo das sociedades, e não é tão recente. (...) O progresso da potência produtiva do indivíduo e da sociedade é um fenômeno paralelo à evolução sucessiva que tem provado a condição moral, social e política do grande número.

No processo desta elevação, Chevalier distingue três graus: a abolição da escravidão, aquela da servidão, a melhoria salarial e, finalmente, a associação mais ou menos caracterizada

²²³ Exposition Universelle de 1867 a Paris. Rapports du jury international. Publiés sous La direction de Michel Chevalier. Membre de la Commission Impériale. Introduction par Michel Chevalier. Tome Première. Paris: Imprimerie Administrative de Paul Dupont, 1868, pp. 20-28.

entre patrão e empregado. Já o progresso da potência produtiva do homem era resultado do avanço dos conhecimentos humanos e da formação incessante de capital. Sendo que a importância do conhecimento é ressaltada:

(...) Nous venon de dire q'une des grands cause efficients du progress de la puissance productive de l'homme, est le avancement des connaissances.(...) Par son intelligence, l'homme s'approprie les secrets de la nature, decouvre lês forces qu'elle rècele, et puis lês assouplit à ses desseins et les transforme em serviteurs.²²⁴

A inteligência humana, a potência produtiva e a liberdade de trabalho.

No processo de apropriação da natureza, Chevalier enfatiza a importância das máquinas. Os aparelhos pelos quais os homens colocam em obra todas as forças animadas e inanimadas, e que os homens fazem trabalharem em seus lugares e produzirem os movimentos, são as máquinas. Por outro lado, a inteligência humana é o fator principal, pois “nas obras que a indústria se revela, a inteligência do homem tem uma parte infinitamente maior do que a força muscular”. Daí segue que, “para o sucesso da indústria, a inteligência dos homens, que se consagram aos diversos ramos da produção, deve ser colocada nas condições as mais favoráveis possíveis para sua fecundidade. Estas condições se resumem mais frequentemente num único nome: liberdade.” Com efeito, Chevalier considera que a liberdade de trabalho é uma necessidade absoluta para que o crescimento da potência produtiva do indivíduo e da sociedade siga seu curso. São três os determinantes da potência produtiva:

(...) Nous considérons donc comme etabli que la puissance productive est la résultant de trois forces: l'intelligence humaine, le capital sucessivement accumulé et la liberté. La différence entre une industrie que, grâce à l'intelligence de l'homme, a le concours de la science, et l'industrie qui em est depourvue, est la même qu'entre l'homme qui voit Clair et l'aveugle qui marche à tatons.²²⁵

A economia política segundo Michel Chevalier

²²⁴ Idem, ibdem.

²²⁵ Idem, ibdem.

Na introdução do seu curso de economia política no College de France, Michel Chevalier, define o que trata a disciplina de economia política e afirma que ela “est reserve à la science; la politique reste à la porte”. E, ao mesmo tempo em que a economia política se colocava no “círculo das ciências”, ela também se dirigia à razão do homem, ao seu bom-senso. Nós não temos nada a dizer para as paixões, afirma Chevalier. Não obstante, o nome da disciplina era economia política, e, portanto, ela deveria se ocupar dos interesses gerais das sociedades humanas, o que, por sua vez não impediria a reflexão sobre a situação da sociedade na época em que vivia.²²⁶

No caso, a sociedade francesa, Chevalier observa que as transformações pelas quais ela passava estavam relacionadas à difusão do bem-estar. Assim, “mais e mais os homens se tornavam hábeis para trabalharem e tirarem partido das forças da natureza”. Como contrapartida do seu trabalho, os homens conseguiam uma afluência, e um estado de tranquilidade e calma, sempre crescente e, dia a dia, mais geral. Na presença deste resultado, continua Chevalier, o homem de Estado se sente seguro, “pois julga que esses elementos de estabilidade difundidos pela sociedade eram os pontos fixos sobre os quais ele pode se apoiar. O moralista se felicita e agradece a Providência, porque ele vê seus semelhantes livres de uma miséria que os degradaria”

Chevalier entendia que este era um imenso serviço prestado à causa da liberdade e da dignidade humana. E, isto não significava apontar que o reino da matéria chegava sobre a terra, mas, ao contrário, era a espécie humana que triunfava e submetia a matéria a seus desejos, à suas leis. Pois, pergunta Chevalier, “todos os progressos materiais não derivavam, não eram efeitos do espírito humano? Não eram eles conquistas da inteligência?”.

Nesse sentido, continua Chevalier, a economia política, ciência dos interesses materiais, pode aspirar a “servir ativamente, mesmo vigorosamente, a causa da liberdade do homem, desta liberdade geral que consiste para cada um desenvolver suas faculdades e as exercer para grande vantagem de si mesmo e de seus semelhantes”. Esta definição de liberdade, ressalta Chevalier, “não é aquela da língua política. Assim sendo, este progresso do bem-estar, que Chevalier então testemunhava, devia-se, explica ele ao crescimento da potência produtiva da sociedade. Esse

²²⁶ Michel CHEVALIER. “Cours D’Economie Politique” fait au College de France par Michel Chevalier. Paris: Capelle, Libraire-Editeur, 1844.

crescimento da potência produtiva era definido como “uma grande produção por uma mesma quantidade de trabalho humano”, isto se daria não somente numa série particular de oficinas, mas no conjunto da “indústria agrícola, manufatureira e comercial,” resultando daí que “para um mesmo número de homens” a sociedade terá produzido mais produtos à disposição dos mesmos.

Portanto, o grande problema que a economia política devia, segundo Chevalier, naquele momento examinar, e que deveria reunir todos os elementos à sua disposição para realizar essa tarefa, era aquele relacionado ao crescimento da potência produtiva do gênero humano. Além das máquinas, que já fora objeto no ano anterior de explicação de sua importância por Chevalier, havia três meios gerais de fazer crescer a potencia produtiva, três procedimentos que a economia política não havia descoberto, três recursos que as sociedades já estava colocando em ação, que eram as vias de comunicação, as instituições de crédito, e a educação profissional.

O aspecto material da liberdade.

Em outra obra²²⁷ de Chevalier, podemos compreender melhor como ele associava a liberdade com a condição material dos indivíduos. Sua argumentação começa por afirmar que a burguesia estava definitivamente livre na França, pois depois de 1830 os promotores do feudalismo haviam sido derrubados para não mais se levantarem. A libertação da democracia estava escrita em grossas linhas no 1º artigo da Carta. No entanto, as disposições orgânicas que deviam de fato consagrá-la e perfazê-la, sem que ela fosse ofensiva para as classes burguesas, ainda precisavam ser encontradas.

Nesse sentido, perguntava Chevalier, em primeiro lugar qual era o sentido da palavra liberdade para as classes laboriosas? E responde que a liberdade que os mais sinceros amigos dessas classes quiseram lhes dar, “é uma liberdade muito calcada sobre o modelo burguês; não era aquela que os proletários sonhavam, nem aquela que lhes conviriam”. Quando em 1879, continua Chevalier, “a burguesia colocou-se em campanha contra a nobreza, o que lhe faltava para ser livre, para fazer pleno uso das suas capacidades, era ser admitido nas carreiras políticas”. A emancipação consistia para ela retirar as funções públicas das mãos das classes

²²⁷ Michel Chevalier. Des Interêts matériels en France. Travaux Publics. Routes. Canaux. Chemins de Fer par Michel Chevalier. Deuxième Édition. Paris: Charles Gosselin ET w. Coquebert, 1838. p. 3.

privilegiadas, as quais tinham o monopólio das mesmas. A burguesia “perseguiu esse fim, o alcançou, e se colocou assim seus interesses e de todos ao abrigo do bel prazer dos cortesãos e dos caprichos das amantes reais”.

Após destacar as lutas da burguesia contra a nobreza pela democracia, pela liberdade de acesso às funções políticas e públicas como fora na época da revolução de 1879, Chevalier define o sentido da liberdade e da democracia no momento em que ele escrevia. “Para a democracia, a liberdade se apresenta sobre outro aspecto: a mais dura servidão para ela não é mais a privação de certas liberdades políticas; o jugo que ela carrega é aquele que ela está mais impaciente para se libertar, que é aquele da miséria. O homem que tem fome não é livre”, porque evidentemente ele não se dispõe de suas faculdades, sejam elas físicas, sejam intelectuais, sejam morais.

Para Chevalier, as reformas que a burguesia vinha fazendo, antes mesmo de 1879 (*L`aspect materiel de la liberte devait très peu occuper lês tiers-état em 1879*), estava relacionada à melhorias das suas condições materiais de vida, o que lhe estava assegurando que ela tivesse comida, bebida, moradia, ou seja uma certa afluência que lhe proporcionava o desafogo (*aisance*) dessas pressões da vida material. Desta forma, o que restava para realizar em proveito da democracia era mudar a condição daqueles que tinham fome, frio e sede. E, ela tinha a condição, a potência, a força, para mudar tal situação.

Em uma palavra, afirma Chevalier, o progresso dos interesses materiais transformou-se, no mais alto grau, numa questão política. Esta política que é hoje “indispensável de ser feita, a que se devem dedicar todos aqueles têm os mais fortes sentimentos de humanidade, que amam sua pátria e querem poupá-la de horríveis tempestades”. Contudo, ressalva Chevalier que não pretendia que a política devesse na França restringir-se aos interesses materiais, “ainda mais num país onde havia tanta inteligência e coração, tanta imaginação e orgulho, ai o materialismo jamais deveria reinar absoluto, sem compartilhar com outras preocupações. Mas, “o criador é o sustentáculo dos interesses materiais, o trabalho, moraliza o homem, e é verdadeiramente o único agente de moralização no momento presente possível de se recorrer com chance de sucesso”. “A prosperidade material interessa, nós não cansaremos de proclamar, para o exercício das liberdades públicas”. O que são, perguntava Chevalier, os direitos eleitorais ou municipais para

os homens acorrentados na miséria? Os ingleses têm razão de chamar o desafogo material, a afluência (*aisance*) uma independência.

Se uma das maiores ambições da nação francesa, sua suprema felicidade, era ter um grande papel no mundo, intervir em todas grandes questões que afetavam o gênero humano, observava Chevalier, que era preciso considerar que os grandes povos, os povos fortes, eram, doravante, os povos ricos; “il faut avant tout enrichir notre patrie”. Ao final pergunta:

Nós que estamos habituados a dar ao mundo, e isso é uma necessidade, não deveríamos nos sentir felizes e orgulhosos quando pudermos mostrar a todos, amigos e inimigos, uma população de trinta e cinco milhões desfrutando de uma vez os bens da liberdade e da ordem, docemente aliados às alegrias do desafogo (material) e cimentado por ele?²²⁸

O capítulo seguinte, o segundo, tem como título três importantes melhoramentos materiais: “Des trois ordres principaux D’Améliorations matérielles, voies de communications, Institutions de Crédit et Éducation Spéciale.”²²⁹

Num artigo publicado na *Revue des deux mondes*, em 1862, sobre a exposição universal em Londres, Chevalier faz a relação entre potência produtiva e a organização política e social. Afirma ele que existe uma relação das mais intimas entre o progresso da potência produtiva do homem e o modo de repartição dos fardos e das vantagens da sociedade. E isto significa dizer que existe uma relação muito estreita entre a constituição política e social de um Estado e o grau de riqueza que sua potência produtiva lhe pode proporcionar.²³⁰

Tomando por exemplo algumas situações na história, Chevalier vai exemplificando seu raciocínio. Assim, a uma potência produtiva pequena, como àquelas que os monumentos históricos permitem constatar para as primeiras épocas da civilização, corresponderia a uma dependência quase absoluta do grande número. Nessa situação, o homem comum está confinado às tarefas e às correntes que o aprisionam, suas forças são levadas ao limite, e um tipo de fatalidade faz com que a sua situação seja essa. Pois, assim ele poderia “proporcionar uma produção que atenda as primeiras necessidades da sociedade e para a existência dos chefes”. Na

²²⁸ Michel Chevalier. *Op. cit.*, p. 3-7.

²²⁹ Idem, p. 8.

²³⁰ Michel CHEVALIER. *L’INDUSTRIE MODERNE: ses progres et les conditions de sa puissance* (Exposition universelle de 1862) par M. Michel Chevalier. Extrait de La Revue Des Deux Mondes. Paris: Imprimerie de J. Claye, 1862.

Grécia antiga o número de escravos era grande em comparação aos homens livres, fato também observado em Roma. A escravidão era uma lamentável contrapartida de uma potência produtiva muito limitada, tanto do indivíduo como da sociedade. No entanto, a escravidão perderia toda sua razão de ser quando a potência produtiva se tornasse grande. Assim, concluía Chevalier, “um grande desenvolvimento da potência produtiva do homem permite, se não mesmo ordena, uma organização social e política fundada nos princípios da igualdade e da liberdade.

No início do artigo Chevalier dava a definição de potência produtiva partindo da seguinte questão: “Que verdade se sobressai do exame da exposição universal de 1862?” Vista no seu conjunto a exposição atestava, responde Chevalier, a potência produtiva do homem, tanto do indivíduo como da sociedade, que ia aumentando de uma maneira continua. “A potência produtiva do homem determina aquela da coletividade organizada dos indivíduos, que é a sociedade. A potência produtiva da sociedade está para a riqueza assim como a causa estava para o efeito”. Mais uma sociedade tivesse potência produtiva, e mais ela criasse cada ano uma maior riqueza, mais seria, por consequência, a quantidade de objetos de todos os tipos aplicados às mais diversas necessidades de seus membros que ela poderia repartir entre eles, tornando-a, desta forma mais rica.

A definição de potência produtiva era aquela que hoje entendemos por produtividade. Por potência produtiva, nos entendemos, dizia Chevalier, para cada indústria, a quantidade de produtos de uma qualidade específica que produz o trabalho médio de um homem por um determinado período de tempo, como, por exemplo, um dia de trabalho ordinário (comum). A potência produtiva do homem se desenvolve, afirmava Chevalier, de uma maneira contínua dentro do encadeamento sucessivo das épocas da civilização. Pode-se concluir daí que o desenvolvimento da sociedade (da civilização) estava ligado ao desenvolvimento da potência produtiva do homem.²³¹

No momento em que a potência produtiva do homem fosse bem maior, e que esse crescimento se manifestasse na maior parte dos ramos da indústria, uma coisa ficaria clara, segundo Chevalier: “a produção tornando-se relativamente maior em relação ao número de membros da sociedade, nós teríamos os meios de atribuir a cada um uma parte suficiente para

²³¹ Idem, pp. 13, 14.

tirá-los da miséria”. Cada um que produzisse sempre mais, seria um membro mais útil, teria uma parte maior no conjunto dos produtos do trabalho dos seus semelhantes, pois assim é a lei de equiparação da reciprocidade. Se a política seguida por essa sociedade for a liberal, se em consequência cada um tem o meio de reivindicar para seu direito legítimo, se a inclinação dos costumes públicos e privados é pronunciada no sentido da igualdade, um grande desenvolvimento da potência produtiva determinará forçosamente uma repartição dos produtos que seja favorável ao grande número. O crescimento da potência produtiva se volta então em benefício do bem-estar de todas as classes, e abrange os mais humildes, aqueles que, nos tempos anteriores, eram os mais comprimidos, os mais esmagados, os mais desprovidos.

Esta conclusão, aponta Chevalier, estaria mais assegurada se, “como nós observamos, nos diferentes Estados da Europa, e em todos Estados do mundo que estão progredindo, a maior dessa produção que cresce se compõe de artigos, não destinados a uma minoria da elite ou de privilegiados, mas bem ao contrário, aos homens comuns, àqueles que os ingleses, na sua língua comercial, chamam *le million*. Nas sociedades modernas, onde o grande número recebe a sua remuneração sob a forma de um salário em dinheiro, o crescimento da parte que cabe a cada um, mesmo aos mais humildes colaboradores, se constata de duas maneiras: primeiramente pela diminuição continua do preço dos artigos manufaturados, ou seja, pela pelo aumento da quantidade de artigos que pode ser obtida com uma quantia fixa de dinheiro, que é o que se constitui um crescimento efetivo dos salários, e em segundo lugar pela alta dos salários.

Assim, nota Chevalier, ao concluir, que: “A história moderna oferece uma prova visível e tangível desta proposição - crescendo a potência produtiva ela beneficia o grande número -, que existe uma estreita solidariedade entre o progresso da potência produtiva de uma parte, e a marcha ascendente da política democrática de outra parte. Esta política, diz ele, de mais a mais coloca um grande número em posse das consequências dos dois princípios que têm o nome de liberdade e igualdade.

Traité D’Economie Politique par Joseph Garnier

Outro economista político francês que Rebouças leu e estudou foi Joseph Garnier. Em pelo menos 2 passagens do seu diário Rebouças menciona que estava estudando o tratado de

economia deste autor²³². Garnier escreveu um tratado de economia política bastante abrangente, embasado e com referência aos economistas mais importantes da época e mais citados nos escritos aqui pesquisados. Esse tratado foi adotado em muitas escolas e universidades, como consta da sua apresentação. Desta forma, selecionamos algumas partes do seu tratado, que tratam mais diretamente de questões relacionadas às preocupações de Rebouças, como a importância do ensino e da compreensão dos princípios da economia política para toda a população, como ele manifestou diversas vezes, bem como a relação entre o aprimoramento do comportamento econômico e sua contrapartida no aprimoramento do comportamento social e moral. Vale notar que Joseph Garnier foi professor de economia política na escola de pontes e caminhos (estradas), ou seja, obras públicas no setor de transportes, área em que Rebouças atuava.

A instrução e as boas atitudes morais

A instrução torna o trabalho mais produtivo. Este princípio esteve presente em vários escritos do Auxiliador, e aqui vemos que os economistas políticos associavam à instrução não a só melhoria do processo produtivo, mas também ao comportamento moral.

Nesse sentido, Garnier afirma que a capacidade intelectual seria o primeiro instrumento do trabalho, aquele que faz mover os outros e os dirige. Para ele, esta era “uma verdade incontestável e do senso comum, a mesma que diz que a instrução aumenta e a habilidade dos órgãos materiais do trabalhador”, além do que ela aumentaria “o alcance e a segurança de sua inteligência contra os erros e os julgamentos, ela torna seu trabalho e sua indústria mais fecundos”.

Em seguida, Garnier procura mostrar como a instrução melhora o trabalho individual e por consequência o trabalho social beneficiando toda a sociedade. O trabalhador instruído, continua, é mais atento ao progresso e menos acessível à influência da rotina e dos julgamentos ou preconceitos; ele compreende melhor o que importa para a melhoria de sua obra, e aplica melhor as descobertas da ciência e as conquistas da experiência. Portanto, para

²³² Joseph GARNIER. *Traité d'Economie Politique sociale ou industrielle*. Exposé didactique des principes et des applications de cette science avec des développements sur le crédit, les banques, le libre échange, la protection, l'association, les salaires, etc. 7^a édition. Paris: Garnier Frères; Guillaumin et Cie, 1875. Os economistas mais citados no Tratado são: J.B. Say, Adam Smith, Michel Chevalier e Frederic Bastiat.

Garnier, a instrução produziria “de uma só vez um excelente resultado individual e um excelente resultado social quando ela se torna geral e seus bons efeitos são multiplicados pela ação da concorrência”. Estas são, portanto as questões que interessam aos economistas, aquelas que se relacionam ao melhor meio de difundir uma instrução positiva e conforme as necessidades individuais e sociais das diversas classes da sociedade.

A instrução, fonte inesgotável de aperfeiçoamento, além de tornar o trabalho mais produtivo e fecundo, também desenvolveria o espírito de associação, o que, por sua vez, também contribuiria para tornar o trabalho mais produtivo.

É interessante observar como Garnier vai argumentar com aqueles que, na época, viam com desconfiança a vulgarização das luzes, pois acreditavam que elas fornecessem as armas aos vícios e às paixões malévolas. Ele responde que,

nos podemos dizer primeiramente que a instrução propriamente dita age virtualmente sobre a moralidade dos seres que não são viciados e que são a grande maioria; em segundo lugar, que a cultura do espírito não exclui aquela do coração e que a instrução, veículo dos bons sentimentos, fornece os melhores meios de desenvolver e de repartir as idéias morais; em terceiro, que o valor da intelectualidade substitui progressivamente o antiquado direito do mais forte.²³³

Vale notar também que Garnier considerava que aos dependentes e submissos, como os escravos e servos, faltaria a consciência dos interesses da sociedade:

Quanto à instrução econômica e social, nos podemos responder que se o escravo e o servo podem ser ignorantes dos interesses cuja atenção e cuidado não depende deles, e que eles devem mesmo serem cegos com relação a este ponto, porque eles não aspiram a uma melhor condição, o mesmo é totalmente diferente com relação ao trabalhador livre e responsável, que deve ser instruído de seus direitos e de seus deveres sociais, para reivindicar uns e praticar outros, dentro dos limites do bom senso e da razão.²³⁴

A influência das boas atitudes morais.

A relação entre o bom comportamento, o comportamento ordenado, organizado (*rangé*), e o trabalho, portanto, de forma geral, a conduta nas atividades produtivas e econômicas é

²³³ Joseph GARNIER. Op. cit., p. 135-140.

²³⁴ Idem, 141-142.

explorada por Garnier. Desta forma, ele aponta que o trabalhador organizado, metódico, ordenado é mais laborioso, ganha melhores salários, faz economias, e contribui com sua parte para a formação de um capital, primeiramente em seu próprio interesse, e em segundo lugar, para toda a sociedade. O homem ordenado, laborioso, econômico, que tem seus compromissos encontra facilidades, de crédito e tem melhores chances de se associar para se tornar um empreendedor.

Assim, diz Garnier, considerando as coisas do ponto de vista estritamente econômico, é essencial que o homem cultive suas atitudes morais, tanto quanto suas faculdades intelectuais, para tirar de seu trabalho, de seus esforços, as maiores vantagens. Do ponto de vista econômico, como de outros pontos de vista, nada é tão útil para uma sociedade que o desenvolvimento das boas atitudes morais, “que têm a missão de produzir os bons sentimentos, a benevolência, a tolerância, a dignidade, a previdência, o espírito de família, enfim a Virtude, e assim dá aos homens um grande Valor, uma grande potência produtiva, uma maior facilidade de ação”.

Defender o valor e a importância da virtude aplicada aos aspectos mais materiais da vida, como o trabalho, não é diminuí-la:

Não é, talvez, superficial dizer que nós não rebaixamos a virtude ao mostrar, assim, a que ponto ela é necessária aos homens e quanto ela se liga de uma maneira estreita ao sucesso de todos os seus trabalhos. Nós nos sentiríamos que estaríamos diminuindo a moral se não a apresentássemos como uma auxiliar do trabalho e se não ousássemos a computá-la no número de forças que a economia política dispõe. Como negar que as boas atitudes pessoais conservam e desenvolvem todas as nossas forças? Que a justiça nas relações, que os bons hábitos, não facilitem o exercício e o crescimento, a atividade e a fecundidade de todos os trabalhos? Seria rebaixar a virtude mostrá-la que ela torna-se, ao espalhar-se pela sociedade, fonte do aumento da prosperidade social?²³⁵

Garnier então cita C. Dunoyer, *De La Liberté du Travail*, este economista mostrou que as faculdades morais concorrem com as outras para produzir utilidade e para satisfazer nossas necessidades.

A associação como fator de progresso material.

²³⁵ Joseph GARNIER. *Traité d'Economie Politique sociale ou industrielle*, p. 155.

Um tema bastante valorizado pelos economistas políticos lidos pelos membros da Auxiliadora era o das Associações, consideradas elemento importante para a promoção do desenvolvimento econômico. Como vimos, em vários escritos do *Auxiliador* está presente a menção ao espírito de associação. Rebouças também o utiliza e, sendo assim, procuramos explorar o significado do termo para os economistas políticos que influenciaram tanto Rebouças, como os membros da Auxiliadora.

Eis a definição de Garnier:

Associação ou a reunião dos esforços individuais, ou a união entre várias pessoas com um fim, ou com um interesse comum, para qualquer empresa - é uma das formas de iniciativa privada, um dos meios mais fecundos que os homens têm à sua disposição para o aumento das suas forças e das suas potências, para desenvolver a produção, para facilitar as trocas e a circulação, melhorar a repartição e abrandar as cargas da consumição. Nós a consideramos sob o ponto de vista da produção.²³⁶

Nesse sentido, Garnier explica que o principal vínculo de união das diversas formas associações são os econômicos. Assim, sob o aspecto da produção, distribuição e do consumo da riqueza, as diversas sociedades ou nações “constituem, cada uma em seu seio, uma associação, cujo vínculo de união são as trocas de produtos, de trabalho e de serviços de todos os homens”. Estas diversas nações, por sua vez, “formam entre elas uma associação universal, cuja ligação ou vínculo são as trocas internacionais e universais de produtos, de trabalho e de serviços obtidos em todos os países”. Portanto, sob o aspecto da produção, a associação poderia ter por fim uma empresa ou uma exploração, fosse agrícola, fosse industrial propriamente dita, fosse comercial ou mesmo de seguro, ou de crédito, previdência, de belas artes, de instrução, etc. Vemos como Garnier amplia o escopo das associações embora enfatizando o aspecto produtivo e econômico. Ele explica que todas as empresas são em si mesmas associações, quando implicam cooperação.

Para Garnier, a Associação seria um dos meios “mais fecundos da civilização e do progresso em todas as suas formas: progresso político, progresso religioso, progresso científico e progresso material”. O desenvolvimento do espírito de associação entre os trabalhadores, considerava Garnier, seria uma das grandes alavancas da produção; pois “é este espírito que multiplica as sociedades de todas as espécies: “civis e comerciais, financeiras, industriais,

²³⁶ Joseph GARNIER. *Op. cit.*, p. 162.

marítimas e agrícolas: que criou admiráveis instituições científicas ou de beneficência e os mais belos estabelecimentos da indústria moderna, as explorações das minas, dos canais, das estradas de ferro, os bancos, os seguros marítimos”, etc. Por isso, “os inventores, os empresários, os operários hábeis, ou seja, a inteligência e o trabalho”, achariam no espírito de associação um forte auxiliar para conseguir o capital e os meios necessários para a aplicação de suas descobertas e o desenvolvimento de suas indústrias. Por outro lado, a associação é, diz Garnier, “essencialmente lucrativa aos proprietários rurais, aos capitalistas, aos trabalhadores em geral, porque ela provoca a criação, e coloca em obra e emprego as forças do capital e das faculdades intelectuais”.²³⁷

A divisão do trabalho e a cooperação como potências produtivas

A relação entre divisão do trabalho e cooperação é demonstrada por Garnier, no sentido de que a divisão do trabalho implica direta ou indiretamente em cooperação e essas forças conjugadas resultam no aumento da potência produtiva. Lembre-se que a definição de potência produtiva para esses economistas é a mesma de produtividade. Assim, ele estabelece que a divisão do trabalho é um dos mais potentes meios que pode ser empregado para a obtenção de mais produtos com menos esforços e menos gastos. Refere-se então ao conceito de Adam Smith, que a define como a subdivisão de tarefas dentro uma mesma indústria, cuja “fórmula compreende também, naturalmente, a divisão ou a especialização das indústrias e das profissões numa mesma sociedade”.

Garnier ainda cita J. Stuart Mill que chama a divisão do trabalho pelo nome de cooperação e a descreve como a “participação de diferentes indústrias na confecção de um produto”. Acrescenta também que o conceito também pode ser tomado num sentido de associação.

As vantagens sociais da divisão do trabalho confundem-se com aquelas resultantes das trocas, a qual ela é, ao mesmo tempo, causa e efeito. Elas tornam solidários os interesses dos indivíduos, das indústrias, das localidades, das nações e reage assim contra todos os

²³⁷ Joseph GARNIER. *Traité d'Economie Politique sociale ou industrielle*, pp. 168-179.

prejulgamentos, as teorias de isolamento que excitam os antagonismos, contra todas as medidas que os dividem. Concluindo Garnier cita alguns autores, como Adam Smith que percebeu essas diversas consequências da divisão do trabalho, quando ele disse que a divisão do trabalho é a única causa que pode se atribuir à superioridade dos povos civilizados sobre os selvagens; mas esta não é a única causa, argumenta Garnier, com Rossi,

podemos dizer que ela é a grande alavanca da indústria moderna, que ajuda as máquinas e o capital; com Proudhon, que ela transforma o trabalho individual em trabalho coletivo ou associado dos diversos produtores de um produto; com M. Ambroise Clément, que a divisão do trabalho age virtualmente como uma força de coesão, como um vínculo geral para a manutenção de toda a sociedade.²³⁸

Desenvolvimento do comércio e avanço da civilização

No desenvolvimento do comércio, Garnier identifica o progresso da civilização, pois implícita aí está a ideia do progresso econômico, que tanto determina como é determinado pelo aumento no volume de comércio. Assim, Garnier começa afirmando que ideia de troca implica aquela de divisão do trabalho e vice-versa. A troca, cuja “ideia vem ao homem como instinto, é o meio universal pelo qual se consegue aquilo que se tem necessidade, utilizando aquilo que se tem à disposição”. Ela é o meio “absolutamente necessário para o mecanismo social, sem a troca nenhuma vida, nenhuma atividade; e a menor observação mostra a evidência dessa proposição dos fisiocratas: *Que La Propriété est la base de toute société, et L’Échange le lien de toute société.*” (grifo do autor).

Com efeito, “a sociedade se apresenta como um conjunto de trocas incessantes de Produtos, de Trabalhos, de Serviços, tanto mais considerável, quanto mais a civilização é avançada”. A troca como o trabalho é um fenômeno universal que se mistura a todos os outros, e é por essa razão que Garnier define a economia política, seja como a ciência do trabalho, seja como a ciência da troca. Por sua vez, para que a troca seja possível, “três condições são essenciais: apropriação das coisas, a sua transmissibilidade e sua diversidade”. Assim, afirma Garnier, é evidente que sem o direito de propriedade, o contrato entre dois possuidores de valores equivalentes não pode se estabelecer e, paralelamente, sem a propriedade das coisas de

²³⁸ Joseph GARNIER. *Traité d’Economie Politique sociale ou industrielle*, pp. 180-197. Tanto Ambroise Clément como Rossi pertenciam ao grupo de economistas políticos da “escola de Paris”.

passarem de mãos em mãos, e sem a diversidade das coisas passíveis de trocas, a troca seria sem objeto.

A liberdade e a segurança eram indispensáveis para que as trocas se desenvolvessem e, além desses meios, Garnier apontava outros que facilitavam as trocas como os meios de comunicação, como as estradas, o dinheiro, o crédito, e tudo aquilo que concorresse para a circulação. A divisão do trabalho favorecia a troca e era por ela favorecida.

As consequências dessa teoria, explicava Garnier, “consideradas como verdades científicas e aplicáveis, são imensas e se ligam àquelas da divisão do trabalho e da cooperação, e aos ensinamentos que, aplicando-se às indústrias e ao comércio das nações, também se aplica à paz e à boa harmonia entre as nações”. Cada indústria está interessada na prosperidade de todas as outras, o que confirmava o que Garnier já havia dito sobre a solidariedade das indústrias.

As sociedades estariam fundadas sobre as trocas universais e permanentes dos produtos, dos trabalhos e dos serviços, todas as classes tinham necessidade umas das outras, de forma que aquilo que faz prosperar uns traz benefícios a outros e, portanto, há uma solidariedade universal entre elas, que compreende e engendra a benevolência recíproca. Desta harmonia social resulta que não há que inquietar-se de ver cada um, na sua esfera, procurar seu bem e seu interesse exclusivamente; porque, justifica Garnier, a Providência fez as coisas desta forma, que *“le bien général est la résultante forcée des efforts de chacun pour son bien individuel et exclusif”*. (grifos do autor)

Portanto, a economia política concorda com a fraternidade cristã. Ela é mesmo, diz Garnier, “uma auxiliar indispensável da moral, ela contribui para a realização da paz entre as nações e a concórdia entre as classes de cidadãos de condições desiguais de fortuna” - ela contribui ao “substituir as ideias de solidariedade, de harmonia, por aquelas ideias funestas de antagonismos nacionais, de inveja comercial, de rancor entre as classes: teorias falsas, prejudgmentos execráveis, que até hoje tem ensanguentado o mundo”.²³⁹

Utilidade relativa. A solidariedade das diversas indústrias.

²³⁹ Joseph GARNIER. Op. Cit., pp. 252-271

Uma ideia comum dos economistas que estamos tratando aqui é a da solidariedade dos interesses econômicos. Assim é que Garnier afirmava que todas as indústrias eram auxiliares, cooperativas umas das outras, serviam de mercado uma das outras. Cada ramo de indústria era visto como uma engrenagem necessária, indispensável do mecanismo social. E desta utilidade relativa das indústrias, de seus serviços, resultaria a “evidência de uma grande solidariedade entre elas. Aquilo que prejudicasse uma prejudicaria as outras, aquilo desse lucro a uma daria lucro às outras”. Garnier concluía que da constatação da “solidariedade das indústrias e de sua equivalência”, resultaria esta ideia fundamental da economia política, “que a ordem e a harmonia reinam no mundo do trabalho em virtude das leis e das tendências naturais”.²⁴⁰

Harmonias econômicas

Como vimos acima, a sociedade organizada economicamente de acordo com as leis naturais possibilitaria a solidariedade de interesses e, portanto, a harmonia econômica. Vejamos como Garnier explica este processo. A ordem, a harmonia, diz ele, e o concurso e acordo de interesses se produziriam naturalmente, espontaneamente no domínio do trabalho, todas as vezes que a ordem natural não fosse contrariada por falsas ideias inspiradas pelo espírito de sistema ou prejulgamentos políticos. Para Garnier, todas as descobertas da ciência eram um passo na direção desta harmonia, e mesmo a economia política poderia, em diferentes aspectos, ser definida como a ciência das leis ou relações naturais, necessárias e harmônicas dos interesses.

A harmonia poderia ser identificada e constatada pela observação. Esta harmonia, dizia Garnier, “aparece ao espírito de todos aqueles que se dedicam ao estudo da sociedade” e, seria particularmente visível na imensa diversidade de necessidades, satisfeitas por uma imensa diversidade de meios, aos quais concorrem os inumeráveis ramos da atividade humana. A cada passo que nós déssemos no estudo da ciência econômica, nós perceberíamos que os fenômenos industriais se produziriam dentro de certa ordem e subordinados uns aos outros, além de sujeitos a certas leis. Os economistas poderiam até discordar sobre um número grande de fenômenos, mas eles, segundo Garnier, concordariam sobre a existência de uma ordem natural. E, é exatamente sobre esta harmonia que a ciência econômica se ocuparia de estudar e expor.

²⁴⁰ Joseph GARNIER. *Traité d'Economie Politique sociale ou industrielle*, p. 245.

Ao afirmar a cientificidade da economia na constatação desses fatos, Garnier cita a fórmula vulgarizada por Jules Duval, que afirmava que “o livre e harmônico progresso das forças (produtivas) indica uma feliz associação de causa e efeito”. Explorando essa fórmula, Garnier, destaca a “junção da ideia de liberdade, princípio fundamental da ciência econômica desde a sua origem, com aquela de harmonia que resulta naturalmente do livre progresso das forças e das leis naturais”.²⁴¹

Utilidade e Justiça. O Interesse individual e o Interesse coletivo

Elencando os princípios apresentados pelo Tratado, Garnier aponta que pode ser constatado em “várias passagens do mesmo que o critério da economia política é o da utilidade e o da justiça, que se controlam mutuamente”. O economista - define ele - se ocupa especialmente da riqueza, daí ele passa a estimar os resultados vantajosos do trabalho individual e os arranjos sociais, mas sobretudo ele lembra que existe uma utilidade suprema naquele trabalho se resolvendo definitivamente todos os outros (arranjos sociais), e que esta utilidade é a justiça. Esta utilidade suprema, a justiça, não é outra coisa senão o interesse comum, a utilidade social.²⁴²

Portanto, continua Garnier, “a noção de útil e de justo se controlam e se complementam necessariamente”. Essa mesma relação entre o útil e o justo também apareceria, de outra forma, na questão do dever e do interesse. “A economia política parte do fato natural e incontestável, que o interesse individual ou pessoal é o motor universal e permanente da atividade individual e social”, no entanto, acrescenta Garnier, ela não excluiria outros “móveis (motores), como o Dever (inspirado pela consciência), a Beneficência, a Simpatia ou a Piedade”.

Como consequência da relação entre útil e justo aparece a relação necessária entre economia e moral. Desta forma, a satisfação das necessidades intelectuais e morais seria considerada como utilidade, sendo que esta satisfação não poderia “excluir o interesse da conservação, o interesse individual e familiar”; e , continua, “para determinar este principio do dever é necessário conhecer a natureza do homem, e por ela ter as noções sãs sobre o útil”. Em

²⁴¹ Joseph GARNIER. *Traité d'Economie Politique sociale ou industrielle*, p. 664-666.

²⁴² Garnier lembra que no início do Tratado definira que a “economia política tem por fim determinar como a riqueza é e deve, naturalmente, ser produzida, repartida e empregada tanto nos interesses dos indivíduos como naqueles de toda a sociedade, p. 669.

outros termos a economia política teria necessidade de se apoiar sobre a moral (ciência do justo e do dever) e a moral teria necessidade de se apoiar na economia política (ciência do útil e do justo) e deste concurso mutuo que resultaria, portanto o progresso moral dos povos.

A economia política cuida dos interesses materiais, mas não é materialista.

Defendendo-se do que parece que foi uma acusação comum da época, Garnier procurou explicar porque a economia política não poderia ser acusada de materialista. Nesse sentido, ele explica que como a economia política “se preocupa com o bem-estar material das populações, nos acusam de materialismo de só ter em vista a matéria, de só se preocupar com os interesses materiais dos indivíduos e da sociedade”. Mas, mesmo admitindo-se que este seria o objetivo da ciência econômica, esta reprovação seria sem razão, uma vez que a riqueza, o bem-estar, os interesses materiais de uma sociedade formam um vasto e importante campo de observação. E, assim mesmo, continua Garnier afirmando o caráter científico da economia, “a economia política não é mais materialista do que a química, ou a mecânica, ou a agricultura, ou a jurisprudência” as quais ninguém taxaria de materialista.

E, por outro lado, os economistas, “ao se ligarem à ideia de justo, ao se fazerem campeões da independência e da liberdade do trabalhador, ao ressaltarem o lado utilitário e o lado moral das questões”, têm concorrido a uma obra comum. O que tornaria impossível distinguir os materialistas dos espiritualistas. E, se essas duas noções apareciam confusas, mesmo na filosofia do bom-senso, na economia política isso não teria razão de ser.

A harmonia de interesses individuais e coletivos é reforçada diante da acusação de defesa do individualismo. Acusação que partia do fato de que a “ciência econômica reivindica o direito dos indivíduos, de que ela assinala a força motriz do interesse individual e da sua superioridade nas diferentes indústrias em relação a iniciativa da autoridade pública”, que ela determina suas funções racionais, bem como a fecundidade da livre concorrência. Assim, ela é acusada de se apoiar sobre o individualismo (sinônimo de algo mal) e de sacrificar o interesse social.

Mas, defende Garnier, esta “acusação falta alcance, porque a ciência parte da verdade natural das coisas e, além disso, a conjugação dos interesses individuais”, que a ciência

econômica “crê harmônicos constitui o interesse geral e social, que ela defende contra os interesses excepcionais do monopólio, que ela reprova, em sentido inverso, de sacrificar os interesses particulares a um pretense interesse geral que ela toma como critério”. A economia política “ao ligar os interesses e as boas atitudes morais à produção; ao pacificar as classes pela concordância de interesses; ao contribuir, mais do que outra ciência à diminuição dos prejuízos internacionais; ao mostrar a solidariedade dos povos; ao desenvolver o sentimento de solidariedade e de fraternidade”, demonstra sua preocupação com os interesses superiores da sociedade. Portanto, para Garnier, a reprovação de materialismo, “a mesma que tem a pretensão de fazer entrar espiritualismo na ciência”, era sem fundamento.

Auxiliar do progresso moral.

Quem considerasse a riqueza, a abundância e o bem-estar, deveria considerar também a felicidade e a moralidade das populações, isto porque, explicava Garnier, a felicidade e a moralidade resultariam, “primeiramente, da satisfação das necessidades materiais do corpo e, em seguida, da satisfação das necessidades intelectuais e morais do espírito, do coração e da alma, proporcionadas pelo trabalho e pela propriedade legitimamente adquirida”. Isto bastaria para responder àqueles que reprovavam a economia política de só se preocupar com o progresso material, o qual, por si mesmo, tem uma grande importância social, além de ser um auxiliar do progresso moral.

Na conclusão do Tratado, Garnier reafirma a importância da economia como uma ciência preocupada com o bem-estar das sociedades. Assim, dizia, quanto mais uma sociedade conhecesse as verdades da ciência, mais ela praticaria seus preceitos e suas máximas, e mais ela se encontraria em melhores condições econômicas para bem empregar todas as suas forças vivas para o crescimento do seu bem-estar e da sua prosperidade, para evitar a pobreza e a miséria. Ao contrário, uma sociedade que se inspirasse nos sofismas econômicos provenientes da ignorância, do erro, do espírito de Monopólio ou Restrição, haveria no seu seio mais abusos, injustiças e espoliações, forças perdidas, riquezas dissipadas, mais miséria e pobreza, mais prejuízos e maus sentimentos nas diversas classes da sociedade, haveria mais fermentos de agitação nas

massas; de onde resultaria “o desenvolvimento dos meios de compressão e de repressão, em detrimento do progresso moral e material da Civilização.

Ao final do Tratado, Garnier expõe a definição de civilização. “A civilização de um povo é em geral o conjunto dos progressos morais, intelectuais e materiais desse povo. Este nome se aplica mais particularmente aos povos mais avançados”.

Do ponto de vista econômico, **Civilização**, significa:
A ação das faculdades humanas, mais livres e melhor empregadas;
O Capital crescente e mais inteligentemente empregado;
A Terra melhor cultivada e mais produtiva;
A posse, a mais natural, a mais legítima e melhor garantida, dos instrumentos de indústria, e dos resultados do trabalho e da poupança;
O imposto moderado, melhor assentado, e utilmente empregado;
A ação dos governos melhor definida e restrita aos seus limites.

Das qualidades da civilização resultariam:

uma produção mais fecunda; uma circulação mais ativa; uma repartição mais equânime; um consumo mais sensato e mais difundido; mais harmonia entre os interesses; menos abuso e mais justiça nas relações; mais segurança e ordem; mais liberdade industrial e comercial, e também mais liberdades civis, políticas e religiosas.

Garnier acrescenta: “Para fazer avançar as sociedades no sentido da riqueza, da potência, do bem-estar e da moralidade, não é necessário outros meios que:

A Segurança, a Ordem e a Justiça,
A Propriedade,
A Liberdade de Indústria e de Comércio,
A paz internacional,
A moderação nas despesas públicas e o equilíbrio de impostos.
Toda questão econômica está ligada, portanto, ao Bem-Estar da população e, sob este aspecto geral, a questão da população abrange toda a ciência econômica.²⁴³

As Harmonias Econômicas de Frederic Bastiat

Frederic Bastiat foi um dos economistas políticos franceses mais influentes do grupo que temos abordado nesse trabalho, ele é o quarto economista mais citado por Joseph Garnier no seu Tratado e, como vimos, Garnier faz menção à obra de Bastiat *Harmonias Econômicas*. No

²⁴³ Joseph GARNIER. *Traité d'Economie Politique sociale ou industrielle*, p. 669-690.

Auxiliador encontramos varias referências a *Harmonias Econômicas*, e André Rebouças, como observa Trindade, também o utilizou diversas vezes. Portanto, procuramos abordar alguns pontos dessa obra de Bastiat relacionados diretamente à concepção de harmonia de interesses ou harmonia econômica, tendo em vista a influência dessa visão nos projetos de melhorias materiais por nós estudados nessa pesquisa.²⁴⁴

A noção de harmonia de interesses implica a existência de condições de liberdade ou não interferência e livre manifestação dos interesses individuais, pois de acordo com Bastiat: “Les Intérêts, abandonnés à eux-mêmes, tendent à des combinaisons harmoniques, à prépondérance progressive du bien general”. Bastiat recomendava para deixar “os homens trabalharem, trocarem, aprenderem, se associarem, agirem e reagirem uns com os outros” já que, seguindo os decretos da providência, poderia “apenas brotar de sua espontânea inteligência a ordem, a harmonia, o progresso, o melhor, o melhor ainda, o melhor ao infinito”. As transações humanas deveriam ser livres e, para Bastiat, “elles ne sont e ne peuvent être autre chose qu’un échange réciproque de services décroissants em valeur, toujours croissants em utilité”. Assim, a escola de economistas partindo da natural harmonia de interesses deveria necessariamente concluir pela liberdade.²⁴⁵

Se as leis da natureza são harmônicas, dizia Bastiat, isto acontece quando elas agem livremente, do contrário elas não seriam harmônicas por elas mesmas. Assim, ele raciocinava que uma falta de harmonia no mundo devia decorrer da falta de liberdade e de justiça.

Organização natural

Numa organização natural, que Bastiat contrapõe a uma artificial, haveria uma associação progressiva e voluntária. De acordo com sua explicação, a economia política estava fundada “precisamente sobre este fundamento que estabelece que a sociedade não é outra coisa que a associação” (progressiva e voluntária): “associação inicialmente imperfeita, porque o homem é imperfeito, mas que se aperfeiçoa com ele, ou seja, é progressiva”. Para Bastiat existiria uma

²⁴⁴ Frédéric BASTIAT. *Harmonies Économiques*. Cinquième édition. Ouvres complètes de Frederic Bastiat. Tome sixième. Paris: Guillaumin et Cie, Libraires, 1864.

²⁴⁵ Idem, p. 5-12.

associação estreita trabalho, capital e talento, de onde deveria resultar, “para os membros da família humana, mais bens e um bem-estar melhor repartido”. Para que isso ocorresse era necessário que as associações fossem voluntárias, “que a força e o constrangimento não interviesses”.

A economia política, segundo Bastiat, como ciência, se ocuparia de examinar as diversas formas pelas quais os homens “têm satisfação em unir suas forças e compartilhar as suas ocupações”, tendo em vista um maior e melhor repartido bem-estar. Bastiat procura dar alguns exemplos de associações. O comércio era a demonstração de como três ou quatro pessoas poderiam formar entre elas associações. O arrendamento também era visto como um tipo de associação informal, “se nos quisermos, do trabalho e do capital”. E, “nós não temos visto, nos últimos tempos, se produzirem companhias por ações, que possibilitam a um capital pequeno o poder de tomar parte nos grandes empreendimentos?” Era tarefa da economia política estimular “esses ensaios que os homens fazem para retirar a melhor parte de suas forças”.

O progresso individual e social e a liberdade eram elementos fundamentais para Bastiat. Para ele, qualquer esperança que fosse concebida para o futuro, qualquer ideia que fosse feita das formas que a humanidade pudesse encontrar para o aperfeiçoamento de suas relações e a difusão do bem-estar, era “necessário reconhecer que a sociedade é uma organização que tem por elemento um agente inteligente, moral e dotado de livre arbítrio e perfectibilidade”.²⁴⁶

Perfectibilidade

A ideia de progresso é fundamental para as harmonias de Bastiat, e ele dedica um capítulo do seu livro a esse tema da capacidade de aperfeiçoamento do homem e das sociedades, a perfectibilidade. Nesse sentido, dizia ele,

que a humanidade seja perfectível; que ela progrida a um nível cada vez mais elevado; que a sua riqueza cresça e se equalize; que suas ideias se difundam e se depurem; que seus erros desapareçam e com eles as opressões as quais elas servem de suporte; que suas luzes brilhem com um colorido sempre mais vivo; que sua moralidade se aperfeiçoe, e que ela aprenda pela razão ou pela experiência, a arte de recorrer, sob o domínio da responsabilidade, sempre por

²⁴⁶ Frédéric BASTIAT. *Harmonies Économiques*, p. 42.

mais recompensa, e menos sofrimento; por consequência que o mal se restrinja sem cessar e o bem se dilate sempre no seu seio; mas não podemos duvidar quando nos escrutarmos a natureza do homem e do princípio intelectual que é a sua essência, que lhe foi soprado sobre a face com a vida (...) Porque o homem não é perfeito, ele é imperfeito, sujeito ao erro e à dor, mais provável de acontecer se ele permanecer estacionário.²⁴⁷

Por outro lado, Bastiat definia que a inteligência “é a faculdade de avaliar, de julgar, de retificar e de aprender” constituía a perfectibilidade individual. E se a união de todas as perfectibilidades individuais, sobretudo “aquelas de seres capazes de transmitirem as suas aquisições”, não garantisse perfectibilidade coletiva, necessário seria “renunciar a toda filosofia, a toda ciência moral e política”. Para Bastiat, o que fazia a perfectibilidade do homem era a sua inteligência ou a faculdade de ultrapassar ou transpor o erro, que ele considerava como “a mãe do mal”, para se chegar à verdade que era “geradora do bem”.

O que fazia o homem abandonar “no seu espírito, o erro pela verdade, e mais tarde, na sua conduta, o mal pelo bem” era a ciência e a experiência; e a descoberta que o homem faria nos fenômenos e nos “atos dos efeitos que ele não havia suposto ou presumido”. Mas, pondera Bastiat, para que o homem adquirisse a ciência ele deveria estar interessado nessa aquisição. Para que o homem tirasse proveito da experiência era necessário que ele estivesse interessado em explorá-la. Portanto, concluía que era na lei de responsabilidade que se devia procurar o meio de realização da perfectibilidade humana.

A responsabilidade não poderia ser concebida sem a liberdade, assim como os atos que não fossem voluntários não poderiam ser dados nenhuma instrução e nem seriam uma experiência de valor. Bastiat considerava que “como os seres humanos se aperfeiçoam ou se deterioram pela ação exclusiva de causas exteriores”, se não houvesse nenhuma participação da vontade da reflexão, do livre arbítrio, não poderíamos ser considerados seres perfectíveis, então, era necessário concluir que a liberdade é a essência mesmo do progresso. “Mexer com a liberdade do homem é mudar sua natureza.”²⁴⁸

²⁴⁷ Idem, p. 635.

²⁴⁸ Frédéric BASTIAT. *Harmonies Économiques*, p. 644-645.

Podemos constatar do exposto acima a respeito de Chevalier, Garnier e Bastiat que pelo menos três ideias estão presentes nesses economistas: a de que o progresso material tem como efeito o progresso social e geral, a harmonia entre os interesses econômicos individuais e gerais, a liberdade de livre iniciativa e de associação como promotores da harmonia e do progresso material.

A seguir passamos a análise de outro economista importante estudado por André Rebouças, John Stuart Mill.

John Stuart Mill e os benefícios da pequena propriedade.

André Rebouças informa em seu diário, no dia 19 de setembro de 1866, a respeito da leitura de “Stuart Mill-Économie Politique”. A obra em questão é o livro “Principes d`économie politique, que é escrito sob a forma de um manual de economia política, mas que desenvolve criticamente, contrapondo argumentos favoráveis e contra, várias questões da matéria.” Para efeito de estudo da influência desse autor procuramos, como nos outros autores acima citados, destacar os temas mais diretamente relacionados à sua possível influência nas ideias reformistas de André Rebouças.²⁴⁹

Nesse sentido, há no livro alguns capítulos inteiramente dedicados à questão das formas de propriedade da terra e, mais particularmente, a pequena propriedade ou propriedade camponesa, ou *propriétés des paysans* na tradução francesa da expressão utilizada por Stuart Mill. Inicialmente, Mill faz uma comparação entre a grande e a pequena propriedade. Nessa comparação, ele afirma que geralmente se considera que a grande propriedade leva vantagens no que se refere às edificações, bem como a facilidade de se dispor de instrumentos de trabalho. Rebouças não concorda com tal afirmativa pois, “os principais instrumentos agrícolas, mesmo os de melhor fabricação não custam muito”, e, mesmo no caso de uma máquina como a debulhadeira, no caso de um pequeno arrendatário possuidor de uma pequena quantidade de trigo, ele teria mais vantagem em adquiri-la em comum com seus vizinhos.

²⁴⁹ John Stuart MILL. *Princípios de Economia Política*: “com algumas de suas aplicações à filosofia social” (1848). Introdução de W.J. ASHEY; apresentação de Raul Ekerman; tradução de Luiz João Barúna. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1986. A primeira publicação foi em 1848.

Ao contrapor o argumento de que na agricultura pequena ou de camponeses existe menor habilidade e menor conhecimento, Mill cita os exemplos de Flandres e da Itália onde os camponeses “possuem um alto grau de habilidade prática. Quanto às melhorias sistemáticas, geralmente associadas às grandes extensões de terra”, como a irrigação e a drenagem, e que “demandavam um grande número de trabalhadores”, não “faltam exemplos, apontava Mill, da associação entre pequenos proprietários para sua execução”. Desta forma, para Mill, a *petite culture* não poderia ser julgada com justiça onde o pequeno proprietário fosse rendeiro, pois “deve-se fazer a pesquisa onde o cultivador é o proprietário, ou meeiro, onde o trabalho realizado por ele aumentar a produção e se reverta totalmente, ou em parte, em seu benefício e de seus descendentes”.²⁵⁰

Comparando o grande arrendatário com o pequeno proprietário, ou o pequeno arrendatário, e considerando a habilidade e o conhecimento igual, Mill afirma que estes últimos obtêm, pela motivação, muito mais do solo do que o grande arrendatário. Com efeito, Mill cita o professor Rau de Heidelberg, “autor de um dos mais elaborados e abrangentes tratados de economia política”, que estabelecia como “verdade incontestável que as pequenas propriedades, ou de tamanho médio, não dão somente uma produção bruta maior, mas também uma produção líquida maior”. Embora ele considerasse importante que houvesse alguns grandes proprietários “para abrir caminhos a novos aperfeiçoamentos”. Se a produção líquida e bruta da pequena propriedade era considerada maior, isso significava, de acordo com Mill, que todo trabalhador agrícola “extrai da terra mais do que o necessário” à sua alimentação e da sua família, e aumentaria “os recursos para o sustento de uma população não agrícola”. E, acrescenta, mesmo que seu excedente bastasse “apenas para comprar roupas, os trabalhadores que fazem as roupas”, sendo uma população não agrícola, poderiam sobreviver em virtude do alimento que ele, agricultor, produzisse.

Stuart Mill aponta uma objeção, que era feita na época, em relação à pequena propriedade e em defesa da grande propriedade, e que utilizava do exemplo da agricultura inglesa como seu argumento principal. De acordo com ela, a subdivisão da propriedade se levada muito longe tornaria a propriedade pouco produtiva, pois não seria suficiente nem para o sustento de uma

²⁵⁰ John Stuart MILL. *Princípios de Economia Política*, p. 139.

família. Mill contrapõe essa objeção com o exemplo da França, onde “a subdivisão é grande, mas não estaria no ponto daquele limite onde não seria possível sustentar nem a família dos agricultores, nem a população não agrícola. Assim, observa que as investigações do Sr. Leónce de Lavergne, autoridade em estatísticas agrícolas, as quais foram empreendidas por desejo da Academia de Ciências Morais e Políticas do Instituto da França, o “levaram à conclusão que desde a Revolução de 1879, a produção total da agricultura francesa duplicou”.²⁵¹

No seu estudo sobre a propriedade da terra Mill dedica um capítulo à “lei do aumento da produção da terra e, ao tratar do aperfeiçoamento das técnicas de produção”, ele faz alusão à questão da motivação e do interesse dos produtores nesse aperfeiçoamento. A este respeito, ele entende que:

(...) “a cessação do morgado, o barateamento da transferência de propriedade e tudo o mais que fomenta a tendência natural da terra, em um sistema de liberdade, a passar de mãos que pouco podem conseguir dela para mãos que podem tirar mais (...), e acima de tudo, o fato do próprio cultivador adquirir um interesse permanente no solo, tudo isso são aperfeiçoamentos do solo tão reais, e alguns deles tão grandes, quanto a invenção da máquina de fiar ou a vapor.”²⁵²

Outros fatores também seriam determinantes no aumento da produção da terra, em primeiro lugar, um governo que proporcionasse a segurança mais plena para a propriedade, que estabelecesse impostos moderados e não fizesse cobranças arbitrárias. O governo deveria garantir, além disso, “uma ocupação mais vantajosa e permanente da terra”, que assegurasse ao cultivador, “na medida do possível os benefícios integrais do trabalho, da habilidade e da economia que ele possa exercer”. Em segundo lugar, Mill aponta que se deveria “elevar o nível intelectual de forma geral”, que se promovesse a “cessação de usos ou superstições”, que eram obstáculos ao “emprego eficiente do trabalho”, e se estimulasse a “atividade mental, fazendo o povo despertar para os novos objetos do desejo”. Finalmente, que se introduzissem técnicas de fora que fariam aumentar os retornos de capitais adicionais.²⁵³

Propriedade privada ou coletiva?

²⁵¹ Idem, pp. 139, 168, 169.

²⁵² John Stuart MILL. *Princípios de Economia Política*, 169.

²⁵³ Idem, 171.

Outra questão importante abordada por Mill é a da distribuição da riqueza e da propriedade, considerando aqui a propriedade no seu sentido mais geral, e não especificamente a propriedade da terra. A análise desse problema é feita pela comparação entre a propriedade privada e a propriedade coletiva. De acordo com Mill, o princípio da propriedade privada estabelece que deve haver uma relação proporcional entre o trabalho e a sua remuneração. Ele reconhece que esta relação não se verifica na realidade, mas atribui essa situação aos condicionantes históricos da formação da propriedade privada que acabou por gerar uma situação de desigualdade na distribuição dos frutos do trabalho e, portanto, uma negação daquele princípio.

Tendo em vista essa situação real, Mill passa a argumentar com as correntes comunistas e socialistas, ou seja, aquelas que denunciam mais diretamente a desigualdade na distribuição da riqueza. Ele não concorda com o comunismo, pois tem dúvida se nesse “esquema restaria algum abrigo para a individualidade, se a opinião pública não seria um jugo tirânico, se a dependência absoluta de cada um em relação a todos e o controle de cada um por todos não acabariam reduzindo todos a uma uniformidade de pensamentos e ação”. Mill considerava que não estava claro se o comunismo conviveria com a “multiplicidade de diferenças”, com a “diversidade de gostos e talentos”, com a “variedade de pontos de vista intelectuais”, que levam as “inteligências ao confronto estimulante”, e que se constituía na “mola mestra do progresso mental e moral”. O comunismo seria o limite extremo do socialismo, e segundo sua doutrina, de acordo com Mill, não só os instrumentos de trabalho (terra, capital) deveriam ser distribuídos de forma igual, mas também a própria produção, além do trabalho, que deveria ser atribuído de maneira igual para todos.²⁵⁴

Em seguida, Mill expõe e analisa o “esquema St-Simoniano”. Neste “esquema”, segundo ele, não haveria uma distribuição igual da produção, as ocupações seriam diferentes e de acordo com a vocação ou capacidade de cada um, sendo que cada função seria atribuída por uma “autoridade” que comanda o funcionamento desse sistema; já a remuneração seria em forma de salário, proporcional à importância da própria função, e com base em méritos da pessoa que a exercesse – tudo isso seria definido pela “autoridade”. Mill nota que esse esquema “supõe não só

²⁵⁴ John Stuart MILL. *Princípios de Economia Política*, 189.

um absolutismo no topo da associação”, mas também que “um ou alguns seres humanos” tivessem uma qualificação especial para adaptar a “ocupação de cada pessoa à sua capacidade individual, e adequar proporcionalmente a remuneração de cada pessoa a seu mérito”. Ou seja, “essa ou essas pessoas seriam os dispenseiros da justiça distributiva para os membros da comunidade”.²⁵⁵

A forma de socialismo que Mill tinha como a “mais habilmente elaborada”, era o “fouerismo”, já que ele não contemplava “a abolição da propriedade privada nem a herança”. No “fouerismo”, o produto do trabalho seria distribuído da seguinte forma: primeiro seria garantido um mínimo para a subsistência, “depois, o resto da produção” seria dividido entre três elementos correspondendo ao trabalho, ao capital e ao talento. A distribuição não seria igual, mas estaria relacionada, por exemplo, com o talento, ou com o posto que o indivíduo ocupasse nos diferentes grupos de trabalho em que estivesse dividida a atividade produtiva. A escolha para o posto de trabalho seria feita pelos outros membros do grupo. A vantagem desse sistema em relação ao comunismo, observava Mill, estaria no fato dele não eliminar “o estímulo individual ao trabalho, uma vez que cada um “teria a certeza de colher individualmente os frutos da sua habilidade, ou energia física, ou mental”.²⁵⁶

Apesar desses aspectos, que Mill considerava positivo, os “foueristas” acreditavam, como os seguidores de Owen, que tivessem resolvido o problema de como “tornar qualquer tipo trabalho atrativo”. Isto porque, como não haveria nenhuma classe ociosa, ninguém precisaria trabalhar excessivamente, e, além disso, não haveria desperdício de trabalho. Também, o fato de existirem, nesse sistema, vários grupos de trabalho e o indivíduo poder pertencer a mais de um grupo ao mesmo tempo, tornaria possível o exercício da diversidade de talentos. O resultado prático dessa forma de organização do trabalho seria “uma igualdade real”. Nesse sentido, Mill considerava o sistema fouerista como “não fazendo violência nenhuma das leis gerais que influenciam a ação humana”. Concluindo, a opinião de Mill era a de que tanto o sistema fouerista, como os outros sistemas, exceto o comunismo, deveriam ter “ter a oportunidade de serem tentados”. Só a experiência poderia determinar, “até onde e quando” esses sistemas,

²⁵⁵ Idem, 190.

²⁵⁶ John Stuart MILL. *Princípios de Economia Política*, p. 191.

baseados na propriedade comunitária, poderiam funcionar melhor do que o baseado na propriedade privada do capital e do trabalho.

Por outro lado, a economia política continuaria se preocupando com as condições de “existência e progresso de uma sociedade futura com base na propriedade privada e na concorrência individual”. Sendo que o objetivo do economista político era, no estágio em que se encontravam os aperfeiçoamentos humanos, “não a subversão do sistema de propriedade privada, mas o seu aperfeiçoamento e a participação de cada membro da comunidade nos benefícios decorrentes dessa instituição”. Portanto, para a economia política era a propriedade privada era um elemento essencial, e Mill assim a definia: “a instituição da propriedade consiste no reconhecimento, de cada pessoa dispor com exclusividade daquilo que ele ou ela produziu com seu próprio trabalho (...). O fundamento de tudo é o direito dos produtores àquilo que eles mesmos produziram”.

Para os objetivos desse trabalho não é necessário entrar na discussão de Mill a respeito da justa remuneração do trabalho assalariado, que ele reconhece como sendo o produtor direto, mas que, por outro lado, ele observa que este tipo de trabalho “não pode ser executado sem as matérias-primas e sem as máquinas, nem sem um estoque de gêneros de primeira necessidade” fornecido pelo empregador.²⁵⁷

A terra é um tipo de propriedade especial.

Com relação à classificação da terra como propriedade, Stuart Mill observa que a terra considerada em estado bruto não é produto do trabalho, mas “a maior parte de suas qualidades de valor são”. A terra necessita do trabalho para prepará-la e adaptá-la, e mesmo quando esteja limpa, sua produtividade é inteiramente efeito do trabalho e da técnica. Mill cita alguns casos na Inglaterra e em Flandres, onde as terras não eram tão boas para o cultivo, e foram feitas melhorias como a drenagem, fertilização, etc, e as tornaram produtivas. Por isso, o detentor da terra não assumirá “esse trabalho e essa despesa se os frutos não forem colhidos por ele”. Essa é uma das razões que justificam, do ponto de vista econômico, a propriedade da terra. Assim Mill

²⁵⁷ John Stuart MILL. *Princípios de Economia Política*, pp. 192, 193.

estabelece que: “Sempre que, em qualquer país, o proprietário, falando de modo geral, deixa de melhorar a terra, a economia política nada tem a dizer em defesa da propriedade fundiária, na forma em que é praticada”. Nenhuma teoria sólida de propriedade privada jamais aceitou a tese de que o proprietário de terra seja simplesmente um sinecurista estabelecido nela.²⁵⁸

Tendo como referência a situação dos aperfeiçoamentos agrícolas na Baixa Escócia e no sul da Inglaterra, Mill critica a lei de primogenitura, onde um único herdeiro recebe a terra, e não tem recursos para melhorá-la. E, mesmo nos casos onde houvesse condições e propensão para realizar melhorias, diz Mill, “só podem fazer os que estudarem seriamente os princípios da agricultura científica, quando os grandes senhores de terra em casos raros chegaram a estudar alguma coisa com seriedade”. A situação de descaso pela terra era pior na Irlanda, e Mill chega a afirmar que nessa situação “o maior ônus que pesa sobre a terra são os próprios proprietários”. Considerando procedimentos como esses, Mill afirma que “o direito de propriedade não pode ter a caracterização de sagrado” no que se refere à propriedade fundiária. “A terra, continua, não foi criada por homem nenhum. Ela é herança original de toda a espécie humana. A apropriação da terra é inteiramente uma questão de conveniência geral”.²⁵⁹

A propriedade fundiária “difere dos outros tipos de propriedade”, mesmo para os defensores da propriedade privada e, nota Stuart Mill, “onde a massa da comunidade foi deserdada de sua participação nela” - sendo concentrada em uma minoria - as pessoas têm, geralmente tentado conciliar a propriedade privada com um senso de justiça. Com efeito, “procuram impor-lhe deveres, erigindo-a em uma espécie de magistratura moral ou legal”. Consequentemente, sua ocupação deveria levar em conta o interesse da comunidade, principalmente, no que diz respeito ao seu cultivo adequado e às condições de sua ocupação e, em razão disso, não se deveria “deixar tais coisas ao critério de uma classe de pessoas denominadas proprietários de terra, quando não demonstram merecer tal confiança”. Além disso, Mill recomendava que não se deveria “permitir direito exclusivo a nenhum indivíduo”, a não ser que pudesse demonstrar que esse direito produziria um bem real.²⁶⁰

²⁵⁸ Idem, p. 202.

²⁵⁹ John Stuart MILL. *Princípios de Economia Política*, p. 203.

²⁶⁰ Idem, p. 204.

A opinião de Mill era contrária ao privilégio e ao monopólio, “só defensável como um mal necessário”, e que se tornaria injustiça na medida em que o “bem que dele fosse possível extrair não compensasse o mal que ele causava”. A propriedade da terra deveria estar condicionada à sua utilização, “se não se tencione lavrar a terra, via de regra não se pode alegar nenhuma razão válida para que ela seja objeto de propriedade privada”.²⁶¹

Stuart Mill ressalta que essa análise da propriedade da terra levou em conta não só aspectos mais diretamente relacionados à economia política, mas fez outras considerações em razão da utilidade desse tipo de apropriação.

A propriedade camponesa

Após destacar essas características especiais da propriedade da terra que deveriam condicionar sua apropriação à sua utilização e ao seu aperfeiçoamento produtivo, Mill passa ao estudo da pequena propriedade, ou propriedade camponesa. No capítulo dedicado a essa questão, cita amplamente diferentes autores que descreveram e estudaram, com base em observações diretas, a situação da “pequena agricultura” em diferentes países e regiões.

O primeiro autor, e um dos mais citados, é Sismondi, que descreve os camponeses da Suíça:

É especialmente a Suíça que se deve atravessar e estudar para avaliar a felicidade dos camponeses proprietários. É da Suíça que aprendemos que a lavoura praticada pelas próprias pessoas que gozam dos seus frutos é suficiente para proporcionar grande conforto a uma população bem numerosa, uma grande independência de caráter, decorrente do fato de se ter uma situação financeira independente, um grande comércio de consumo (...). O camponês tem percepção aguda da felicidade que provem da condição de ser um proprietário (...). O camponês proprietário é, de todos os lavradores, aquele que mais pensa no futuro e o que mais aprendeu com a experiência.²⁶²

Ainda em relação à pequena propriedade na Suíça, Mill menciona o relato de Thuergau, e comenta que se pode chegar à conclusão geral de que com a subdivisão de muitas propriedades grandes que pertenciam aos nobres, ou aos governos Cantonais, “tem havido uma melhoria impressionante e rápida em quase todos os setores da agricultura, bem como também nas casas,

²⁶¹ Idem, p. 205.

²⁶² John Stuart MILL. *Princípios de Economia Política*, p. 225.

nos hábitos e na alimentação da população”. Já a situação dos pequenos proprietários na Alemanha é descrita pelo Sr. Howit (*Rural and Domestic Life in Germany*). Ele menciona o seguinte a respeito dos camponeses da Renânia:

Os camponeses não estão, na sua maior parte - como entre nós (ingleses) - totalmente privados da propriedade do solo que cultivam, não são totalmente dependentes do trabalho executado por outros, eles mesmos são os proprietários. É talvez por isso que provavelmente são os camponeses mais operosos do mundo.

O Sr. Howit, em seguida, contrapõe essa situação com a dos ingleses:

O camponês inglês está tão desligado da ideia de propriedade que habitualmente a considera como uma coisa da qual está excluído pelas leis dos grandes proprietários, tornando-se, em consequência, uma pessoa sem objetivo, desanimada.²⁶³

Outro relato positivo sobre os camponeses alemães é apresentado por Mill, desta vez do Dr. Rau que testemunhava a respeito “não somente da iniciativa, mas também da perícia e do talento dos camponeses, de seu emprego criterioso dos adubos e da excelente rotação de colheitas, do aprimoramento progressivo de sua agricultura durante gerações passadas, e do espírito de ulterior aperfeiçoamento ainda em curso”. Ainda sobre os camponeses alemães, Mill menciona o livro do Sr. Kay que descreve os camponeses da Saxônia. Para o Sr. Kay era um fato notório que “nos últimos trinta anos” e desde que os camponeses haviam se tornado proprietários da terra, a “melhoria rápida e contínua das casas, da maneira de viver, no vestir dos camponeses e particularmente no cultivo da terra”. Todos os pequenos camponeses, dizia o Sr. Kay são ávidos por saber como cultivar de modo a maximizar os resultados: “procuram diligentemente aperfeiçoamentos, enviam seus filhos às escolas agrícolas para colocá-los em condições de ajudarem seus pais, e cada proprietário adota logo uma nova melhoria introduzida por algum dos seus vizinhos”. No livro do Sr. Kay, Mill observa, havia muitas declarações de importantes autores sobre os efeitos benéficos das pequenas propriedades camponesas. Um desses autores, Reichens Perger, da Prússia, expressava a opinião, com forte convicção, de que a produção bruta de uma porção de terra cultivada por pequenos proprietários era maior do que a mesma porção

²⁶³ John Stuart MILL. *Princípios de Economia Política*, p. 227, 230.

cultivada por alguns grandes proprietários. Ele também constatava que os pequenos proprietários estavam se tornando gradualmente mais prósperos²⁶⁴

Como já assinalamos, a opinião contrária à pequena propriedade estava relacionada àqueles casos onde havia uma subdivisão muito grande da terra e este, na opinião dos críticos, era o caso da agricultura francesa, que causava “impressões desfavoráveis em relação à propriedade possuídas por camponeses”. Não concordando com esta opinião, Stuart Mill afirma que a agricultura da França estava “arruinada antes da Revolução e os camponeses não eram proprietários tanto quanto hoje”. Para reforçar seu argumento Mill faz menção a Arthur Young “um inveterado inimigo da pequena propriedade”, que apesar dessa posição, quando em viagem por “quase toda a França em 1787, 1788 e 1789, ele se deparou “com uma excelência notável da agricultura”, e nunca hesitou “em atribuí-la ao fato de os camponeses serem proprietários de terra”. Por outro lado, Mill concorda com as críticas em relação à subdivisão excessiva da propriedade da terra, pois é necessário que o pedaço de terra seja suficiente para o sustento do camponês e da sua família.²⁶⁵

A influência moral e social da pequena propriedade. A propriedade cria diferentes interesses e estimula a vontade e o uso da inteligência.

Após a descrição das observações e opiniões de “autoridades” a respeito de aspectos mais econômicos da pequena propriedade, Mill examina “aqueles pontos relativos à influência moral e social desse tipo de estrutura territorial”. As autoridades foram unânimes com relação a pelo menos um ponto, diz Mill, já que “aqueles que viram pelo menos um país de proprietários camponeses sempre pensam que os habitantes daquele país são os mais operosos do mundo”. Daí, ele colocava a seguinte questão: “Qual característica da condição camponesa que causava essa operosidade ou iniciativa?”. A resposta vinha de Arthur Young: “é a magia da propriedade que transforma areia em ouro. A propriedade acarretava não só maior iniciativa e trabalho, neste ponto Mill lembra os relatos dos agricultores flamengos, mas também um maior conhecimento agrícola”. Nesse sentido, a propriedade dos camponeses também atuaria como um instrumento de educação popular. A esse respeito perguntava então Mill: “as faculdades mentais atingirão seu

²⁶⁴ Idem, p. 232, 233. Nota 19, p. 232.

²⁶⁵ John Stuart MILL. *Princípios de Economia Política*, 238.

desenvolvimento máximo lá onde forem mais exercitadas; porventura há algo que ofereça mais chance para isso do que o ter-se uma multidão de interesses, e que só podem ser atendidos mediante esforços variados da vontade e da inteligência?”

Ao comparar a situação de um diarista inglês com um pequeno proprietário, Mill nota que um trabalhador diarista “na atual condição da sociedade e da população” teria muitas preocupações, as quais não teriam um efeito revigorante para o seu espírito, e nenhuma daquelas (preocupações) que têm tal efeito, por sua vez a situação do camponês proprietário na Europa continental era inversa. As preocupações do camponês eram com “as vicissitudes normais do mais ou menos” (colheitas), seus cuidados consistiam “no fato de ele participar adequadamente dos negócios e afazeres da vida, sua preocupação era a de permanecer um ser humano livre, e não perpetuamente uma criança”. Para Mill, esta parecia ser a “condição comum das classes trabalhadoras, conforme a filantropia dominante”. Nesse aspecto, o camponês seria um “ser semelhante” ao tipo da classe média, que “tem objetivos e ambições iguais aos que preocupam os indivíduos dessa classe, dando à sua inteligência parte preponderante do tipo de cultura que recebe”. Mill considerava que a educação intelectual tinha por princípio fundamental uma disciplina do espírito, na “qual o espírito é ativo, não aquela em que ele permanece passivo”. O segredo para o desenvolvimento das faculdades consistia “em dar-lhes muito o que fazer e muito estímulo para fazê-lo”.²⁶⁶

A propriedade implicaria num tipo de cultura intelectual propiciada pela atividade mental que, por sua vez, promoveria o desenvolvimento intelectual. Desenvolvimento este que nem sempre estaria relacionado ao refinamento dos hábitos, Mill admitia que o camponês poderia “continuar grosseiro”. Por outro lado, não era só no desenvolvimento da inteligência que a influência da propriedade seria sentida. A situação de camponês proprietário seria favorável também à aquisição de virtudes morais da prudência, da temperança e do autocontrole. Mais uma vez, Mill contrapõe essa condição do pequeno agricultor proprietário à dos diaristas (assalariados) que “eram imprevidentes; gastam despreocupadamente tudo o que têm, deixando que o futuro cuide de si mesmo”. Já a tendência dos camponeses proprietários era “preocupar-se demais com o futuro”. Mesmo entre os camponeses franceses o espírito de frugalidade estava

²⁶⁶ John Stuart MILL. *Princípios de Economia Política*, 245.

difundido, o que para Mill demonstrava “o desenvolvimento progressivo que o curso das coisas impõe à inteligência do homem”. O camponês proprietário, ao contrário das “classes trabalhadoras, despreocupadas e imprevidentes, podia desfrutar da virtude da autonomia pessoal, virtude essa que Mill estimava como sendo “uma das primeiras condições de excelência no caráter humano.”²⁶⁷

Concluindo sua análise sobre os efeitos da pequena propriedade sobre as técnicas produtivas e sua influência no comportamento social e moral dos camponeses, Mill contesta o argumento de que a propriedade camponesa seja incompatível com as melhores técnicas de produção. Finalmente, ele se expressa, com firme convicção, quanto ao resultado de sua pesquisa sobre a pequena propriedade camponesa: “(...) que nenhum outro tipo hoje existente de economia agrícola tem um efeito tão benéfico sobre a iniciativa e a operosidade, o talento, a parcimônia e a prudência de população, (...) e que, por conseguinte, nenhum tipo hoje de economia agrícola é, no global, tão favorável ao bem-estar moral e físico da população”.²⁶⁸

Progresso da ciência e o progresso material

No livro quatro dos *Princípios de Economia Política*, Stuart Mill trata da influência do progresso da sociedade sobre a produção e a distribuição, e mais especificamente das condições de progresso da riqueza. Ele considera que condição econômica da humanidade está sujeita à mudança, e de fato “sempre passa por mudanças progressivas. Desta forma, “nos países que lideram o mundo, e em todos os outros, à medida que entram no raio de influência deles, existe no mínimo um movimento progressivo que continua com pouca interrupção, de um ano para o outro, de uma geração para outra: um progresso na riqueza, um avanço naquilo que se denomina prosperidade material.” Para Mill, todas as nações que “estamos habituados a qualificar de civilizadas aumentam gradualmente em produção e em população”. E não haveria razão “para duvidar que não somente elas continuariam a crescer por certo tempo”, como também a “maioria das nações do mundo, incluindo algumas ainda não consolidadas”, entrariam “sucessivamente na mesma corrida”.²⁶⁹

²⁶⁷ Idem, p. 245, 246.

²⁶⁸ John Stuart MILL. *Princípios de Economia Política*, 255.

²⁶⁹ Idem, pp. 275, 276.

Mill aponta que “dentre os traços que caracterizam esse movimento econômico progressivo das nações, o que primeiro suscita a atenção, devido ao seu nexu íntimo com os fenômenos da produção, é o crescimento perpétuo e, na medida em que a previsão humana é capaz de abarcar, o ilimitado do poder do homem sobre a natureza”. Em seguida, estabelece a relação entre o progresso da sociedade civilizada e o aumento contínuo da segurança da pessoa e da propriedade, cujos efeitos infalíveis seriam um grande aumento da produção. E completava seu raciocínio afirmando que a iniciativa e a frugalidade não poderiam “existir onde não existe probabilidade preponderante de que aqueles que trabalham e poupam se darão condições de desfrutar dos resultados obtidos”.²⁷⁰

O desenvolvimento do espírito de cooperação é outro elemento que atesta o progresso das sociedades. Nesse sentido, manifestava Mill que: “Na medida em que os indivíduos abandonam as características do selvagem, tornam-se sensíveis à disciplina, são capazes de aderir a planos combinados de antemão (...); tornam-se capazes de subordinar seu capricho individual a uma determinação tomada anteriormente, cumprindo cada um a função a ele atribuída em um empreendimento conjunto”. Trabalhos de todos os tipos, continua, “impraticáveis para o selvagem ou o semicivilizado, são diariamente executados por nações civilizadas”, não pelo fato dos indivíduos ali serem superiores, mas por confiarem uns nos outros. Desse modo, nenhum fato evidenciaria mais a mudança progressiva de uma sociedade “do que o crescimento contínuo do princípio e da prática da cooperação”. Mill dá como exemplo as associações de indivíduos, que “juntam suas pequenas contribuições e executam trabalhos de natureza profissional, ou outros, que não seria possível fossem esses indivíduos em pequeno número, pois não teriam recursos suficientes.”²⁷¹

A conclusão a que chega Mill é que “o progresso nas ciências e técnicas físicas associado à maior segurança da propriedade e à liberdade de dispor dela”, que “são características óbvias das nações modernas, juntamente com a utilização mais ampla e habilidosa do capital conjunto, propiciam espaço e campo para um aumento indefinido de capital e de produção, e para o aumento da população que costuma acompanhá-lo”. Mill acreditava então que haveria “grande progresso do aperfeiçoamento industrial” e dos “sinais daquilo que se costuma chamar de

²⁷⁰ John Stuart MILL. *Princípios de Economia Política*, p. 277.

²⁷¹ Idem, p. 278.

prosperidade nacional; grande aumento da riqueza em geral, e até mesmo, sob certos aspectos melhor distribuição da mesma (...)”²⁷².

A seguir apresentamos duas das principais obras de André Rebouças, destacando as influências da economia política e os respectivos autores referenciados nessas obras.

O projeto reformista de André Rebouças na obra *Agricultura Nacional*.

Um dos principais pontos do programa reformista de Rebouças era o da implantação dos engenhos centrais ou fazendas centrais. Os engenhos centrais ou fazendas centrais tinham por função principal preparar, “pelos processos técnicos e econômicos mais modernos e aperfeiçoados, os produtos agrícolas de uma determinada zona territorial”. Desta forma, os produtos agrícolas de uma determinada região seriam entregues ao comércio nas melhores condições de venda e lucro. A inspiração de Rebouças para esse sistema vinha do exemplo dos Estados Unidos e do Canadá. Mais especificamente as grangearias, que eram associações cujos fins eram variados. Em boa parte dessas grangearias nos Estados Unidos e no Canadá havia bancos de crédito agrícola, fábricas para construir instrumentos rurais, armazéns, “estabelecimentos para industrializar ‘em grande’ produtos rurais, exportar e equipar navios”. Uma das principais preocupações contidas no programa de Rebouças seria a de transformar o país de exportador de produtos agrícolas em exportador de produtos industrializados.²⁷³

Para Rebouças, o princípio da “centralização agrícola e industrial” não contrariava os princípios da ciência econômica tais como o da liberdade e da iniciativa individual. Ao invés disso, ele possibilitava a compatibilização entre o espírito de associação e o da iniciativa individual. O espírito de associação era importante, pois ele reuniria as energias individuais facilitando com isso a condução das reformas econômicas, as quais seriam muito mais difíceis de execução se fossem feitas somente pela iniciativa individual.

Após salientar a iniciativa individual e o espírito de associação a ela vinculada, Rebouças alerta para o perigo do “governismo”, cujos efeitos são o favoritismo, o regulamentarismo e

²⁷² Idem, p. 279.

²⁷³ André REBOUÇAS. *Agricultura Nacional: estudos econômicos. Propaganda abolicionista e democrática* (Setembro de 1874 a setembro de 1883). 2ª Ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1988.

demais problemas que, a seu ver, acompanhariam as ações do governo. “Deve-se evitar, dizia ele, o monopólio governamental, a ação do governo deve ser mínima”. Nesse sentido, o princípio da centralização agrícola e industrial não tinha nada em comum com a centralização administrativa. A centralização agrícola seria a aplicação à agricultura “do grande princípio econômico da divisão do trabalho”. Não somente reconhece Rebouças o princípio da divisão do trabalho, como faz o elogio a Adam Smith e à “superioridade em seu espírito eminentemente prático e industrial”.

Contata-se então a importância da ciência econômica e, ligada a ela, a noção de progresso, valorizada por Rebouças e assim definida: O progresso é “o acréscimo da prosperidade particular e, conseqüentemente, da prosperidade nacional e universal. O desenvolvimento da força produtiva individual e social. A extensão do domínio do homem sobre a natureza”. Ou, mesmo ainda, a máxima liberdade para a expansão de todas as faculdades do homem. Mais especificamente, no caso do Brasil, Rebouças definia o progresso como “a transformação da lavoura atual escravagista esterilizadora e rotineira em indústria agrícola livre, fertilizadora e progressista”.

Para Rebouças, o exemplo a ser tomado nesse sentido, da transformação da agricultura escravista no Brasil, era o dado pelas experiências com a colonização em São Paulo onde, de 1852 a 1857, trinta e cinco fazendeiros de diversos municípios, principalmente de Campinas, Limeira e Rio Claro tinham fundado 41 colônias com 4.454 indivíduos, entre eles, 89 famílias brasileiras com 500 indivíduos. O exemplo do senador Vergueiro é elogiado, e com relação a essa colonização em São Paulo, Rebouças tinha a opinião de que ela não só concorria para o aumento da produção como possibilitava a criação de uma classe de pequenos proprietários. Reconhecia que o sistema de parceria era um feito importante, mas a centralização agrícola levaria vantagem sobre o sistema de parceria em vários aspectos tais como: subdivisão racional das terras; sistema intensivo de cultura; técnicas agrárias avançadas tais como afolhamento, rotação de culturas e de restituição do solo por meio de restauradores como estrumes, adubos, etc. Todas essas técnicas vinham de há tempos sendo difundidas, reproduzidas e divulgadas nas páginas do *Auxiliador*. O sistema da centralização também previa o pagamento imediato em dinheiro ao emancipado, ao imigrante e ao colono, o que poderia satisfazer desde o primeiro dia

a maior aspiração comum neles, a de possuir um pedaço de terra. E ser proprietário, afirmava Rebouças, “é a aspiração de todos os proletários do velho mundo, pois ser livre é ser proprietário”. Essa opinião é identificada com a influência do “ilustre economista Joseph Garnier”, cujas “eloquentes palavras são citadas: “Le moyen Le plus efficace et le plus énergique, pour civiliser les barbares, ou semi barbares, de L`Europe, de L`Afrique, de L`Amerique et de L`Asie, pour emanciper lês serfs et lês esclaves, consiste à leur constituer une propriété foncière individuelle”.

Quando se tratava da aplicação dos princípios da centralização agrícola e industrial à produção do café, Rebouças previa que as fazendas centrais poderiam empregar não só os “indispensáveis terreiros, mas também as máquinas e aparelhos de secar café”. O exemplo dado é ilustrativo do envolvimento de Rebouças com a Auxiliadora, pois como membro atuante da Sociedade, ele participou diversas vezes da seção máquinas e equipamentos. A respeito dessa atuação, Rebouças menciona um dos pareceres da seção: “Foi dado privilégio por dez anos, pelo decreto n. 4.231 de agosto de 1868 ao aparelho inventado por Egidio Guichard para secar café”. De acordo com Rebouças, a seção de máquinas e aparelhos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional assim resumiu as vantagens desse invento, sobre o qual se fundavam então muitas esperanças: “grande economia de tempo o café pode ser secado em 5 dias até 12 dias - o terreiro gastava 30 e mesmo 60 dias conforme as chuvas; grande economia de trabalho - estender e escolher o café no terreiro; melhores condições de conservar o café - cor e aroma; diminuição do capital mobilizado e as despesas de custeio; e o aparelho pode ser aplicado a outras culturas”.

Nota-se nesse relato que Rebouças incorporava - como membro da Auxiliadora e como reformador - o que fora desde o início uma das preocupações principais da Sociedade, ou seja, a maior racionalidade econômica, pela aplicação da ciência e da tecnologia, ao processo produtivo. Nesse aspecto, o papel tanto do engenheiro como do capital seriam fatores importantes na gestão das fazendas centrais. Com relação à importância das máquinas e aparelhos, Rebouças lembra a invenção nos Estados Unidos, da máquina de preparar o café de William Van Vleck Lidgerwood e sua provável aplicação nas fazendas centrais. Como sabemos, Lidgerwood foi um membro dos mais atuantes na Auxiliadora na mesma época em que Rebouças destacava-se por sua atuação nas comissões da entidade.

Outro estudo feito por Rebouças, dentro do seu programa de reformas, foi o da aplicação dos princípios da centralização agrícola e industrial na produção do açúcar. Nesse caso, valeu-se de algumas obras estrangeiras para condenar o uso da escravidão nesse tipo de produção. “O escravismo, como bem observou Peligot, queimava açúcar”.²⁷⁴ A escravidão era também condenada através de uma citação de Michel Chevalier por Rebouças na qual Chevalier “disse solenemente na introdução aos relatórios da Exposição Universal de Paris em 1867 que a escravidão era universalmente considerada como um insulto à civilização, como um atentado contra o gênero humano”. Este relatório foi bastante citado por Rebouças.

Outro economista amplamente citado por Rebouças é Jean Baptiste Say, sendo utilizado o seu livro “Curso completo de economia política”, e, mais particularmente na questão da produção de açúcar e da escravidão no capítulo *De La culture du sucre et de l’esclavage des nègrés*. Neste caso, a menção é a da crítica e condenação dos europeus “que se diziam cristãos e civilizados”, mas que renovaram de modo hediondo “o sistema dos pagãos e dos bárbaros de cultivar a terra com escravos, à força de açoites”. A esse respeito Rebouças ataca a oligarquia do império, afirmando que a palavra açoite “desperta tristes reflexões sobre a pena dos açoites, que a bárbara oligarquia deste império ainda conserva para os infelizes escravos.”²⁷⁵

No entanto, ainda se referindo a Say, parece concordar com este autor de que, em 1848, “o revolucionário fora sôfrego e desatinado ao lançar por terra um trono, que era o melhor que jamais se erguera na França, e emancipando sem preparação, nem providência alguma, em um só dia, todos os escravos das colônias francesas”. Este tipo de crítica, da emancipação sem preparação, Rebouças compartilhava com outros sócios atuantes da Auxiliadora. Aqui é importante salientar, mais uma vez, a importância dada à educação, para o trabalho, na preparação e constituição da sociedade, tendo em vista os princípios da ciência econômica. É de Joseph Garnier, que é citado no diário de Rebouças como objeto de seus estudos, que Rebouças extrai alguns argumentos:

O melhor meio de melhorar a sorte da espécie humana, isto é, aumentar a produção, de ativar a circulação, de tornar a distribuição mais equitativa, o consumo mais proveitoso, é o ensino em geral, e o ensino das verdades

²⁷⁴ O Auxiliador publicou diversas vezes estudos sobre os processos de produção de diferentes gêneros agrícolas, como o açúcar, em outros países com o intuito de estimular a busca de métodos produtivos mais racionais e eficientes.

²⁷⁵ Idem, p. 164.

econômicas em particular. É também o melhor meio de se obter a tranquilidade, e, ao mesmo tempo, o progresso; porque com a ciência e a consciência das leis econômicas, as massas são menos levadas a atribuir à sociedade os males, que vêm e que sofrem; aproveitam melhor as vantagens sociais, e procuram, em uma direção mais racional, as condições do seu bem-estar. A economia política, ao combater os falsos sistemas, as utopias e ilusões, contribui para diminuir o erro, isto é, a miséria, e ao desenvolvimento do bem-estar e da moralidade.²⁷⁶

Ainda discorrendo sobre a aplicação dos princípios da centralização da produção do açúcar, Rebouças continua analisando, através de Say, os efeitos maléficos da escravidão na cultura do açúcar. Rebouças lembra a análise de Say com relação aos interesses dos habitantes da Martinica e Guadalupe, ou seja, o interesse dos plantadores dessas ilhas. Os verdadeiros interesses são os interesses legítimos e estes - aqui a menção é ao economista Bastiat - são harmônicos por definição, pois são os interesses de acordo com os princípios econômicos, os quais têm por finalidade o progresso individual e da sociedade. Nesse sentido, a análise de Say procurava demonstrar que o trabalho escravo, apesar do seu custo ser igual ao do trabalho livre, envolvia o risco da perda com a morte e o pouco interesse dos escravos em trabalhar. Conforme já mencionamos, muitas das críticas da Auxiliadora, principalmente de Burlamaque, ao trabalho escravo buscavam demonstrar a inadequação desse tipo de trabalho com os princípios da ciência econômica.

Para Say, o sistema econômico escravista também era considerado como antieconômico por ser aristocrático, isto é, mobilizar muitos escravos para os trabalhos domésticos, fato notado por Rebouças. Essa crítica de Say à escravidão lembra outras, como a que Nabuco faria, de que a escravidão era maléfica também aos hábitos e costumes das famílias senhoriais.

Concluamos - diz Jean-Baptiste Say na referência de Rebouças - que resulta de tudo isso um círculo vicioso de corrupção que se opõe aos mais belos desenvolvimentos da indústria. O escravo é um ser depravado, o senhor não é menos; nem um nem outro pode conseguir ser completamente industrioso; depravam com seu exemplo até o homem livre, que não tem escravos. O trabalho não pode ser honrado (...). Nos senhores a inatividade da inteligência é a consequência da inatividade da do corpo; com o chicote na mão fica o senhor evidentemente dispensado do trabalho de raciocinar.²⁷⁷

²⁷⁶ Idem, pp. 165, 166.

²⁷⁷ Ibidem, pp. 171, 172, 173.

Como temos visto no caso do açúcar, o argumento da condenação do trabalho escravo, de Say, utilizado por Rebouças tem por referência as colônias francesas e, nesse caso, a emancipação juntamente com a centralização foi fundamental para a melhoria da rentabilidade. “Presentemente, diz Rebouças, com braços livres, graças aos novos princípios da centralização agrícola, graças aos grandes engenhos centrais, a indústria sacarina dá 18%, 35% e até 48% de renda líquida em Martinica”. No caso de Cuba, os “famosos engenhos centrais operados por escravos” davam apenas 4% a 6% de renda, compara Rebouças. Em relação ao Brasil são mencionados dois exemplos de produtores de açúcar (um de Pernambuco e outro da Bahia), publicados nos principais jornais do Império em 1871, que tomaram iniciativas individuais no sentido de iniciar um processo de emancipação - no caso, o da liberdade do ventre. O exemplo de Pernambuco é o do major Pedro de Barros Accioly Lins - dono de engenho de açúcar em Serinhaém - que entre outras medidas “libertou o ventre de todas as suas escravas desde já, alforriou todos os outros escravos varões e proibiu o castigo com bordoadas”. E numa carta “endereçada a um amigo” declara que não está arrependido do que fez, pois “o serviço continua como antes praticado, e a maior parte dos escravos trabalhava como homens livres sem medo do chicote. “Do nosso governo, dizia o Accioly, não podemos esperar nada de bom, é preciso que nós mesmos vamos fazendo alguma coisa em favor da liberdade”. Esta última frase é grifada por Rebouças.²⁷⁸

Outro exemplo, também publicado em vários jornais em 1870, da Bahia, era de um proprietário de engenho que teve a iniciativa, segundo Rebouças, de “libertar o ventre de todas as escravas”, além de tomar medidas para “dulcificar a condição dos escravos e preparar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre”. O referido dono de engenho e fazendeiro expressava numa carta que sempre condenara a escravidão, tendo ela “batido em retirada do mundo civilizado”, o que o levou a acreditar que a escravidão também seria “vencida no nosso país, no compasso em que ele fosse se ilustrando. Como vimos, para a Sociedade Auxiliadora a “ilustração” significava que a divulgação dos conhecimentos científicos, na medida em que fossem se espalhando pela sociedade, levaria ao fim da escravidão. No caso desse fazendeiro, a escravidão afrontava o direito e a moral além de contrariar o progresso da sociedade. De acordo com seu relato, referido por Rebouças, afirma que quando fora eleito deputado provincial em

²⁷⁸ Idem, p. 176.

1864, defendera o trabalho livre, e que entre filantropos e homens liberais seu pensamento teve apoio e louvor, “mas a maioria dos lavradores o condenou”. E mais de um homem de letras o declarou como utopista, sendo que um dos seus colegas deputado o combateu dizendo que a “lavoura de açúcar só poderia viver com escravos, pois os homens livres eram incompatíveis com ela”²⁷⁹.

Esses dois casos relatados por Rebouças demonstram como era restrita e de difícil penetração as idéias contidas no seu plano reformista, apesar de encontrar alguma ressonância em alguns casos isolados, como os acima citados.

Projeto de lei de auxílio à agricultura nacional

Com o propósito de expor suas ideias de reforma de forma mais “prática e positiva” e proporcionar uma discussão mais ampla, Rebouças *codifica* as ideias em um projeto de lei. Sendo ele o *Projeto de lei de auxílio à agricultura nacional*. O artigo primeiro do projeto estabelece que “o governo fica autorizado a afiançar as garantias de juros concedidas pelas Assembleias provinciais às fazendas centrais, aos engenhos centrais e a outros estabelecimentos análogos, destinados a preparar para a exportação e para o consumo os produtos da indústria agrícola, extrativa e pastoril”. Fixa então as bases para esta concessão em diversos incisos, sendo que o inciso 17 dispõe que terão preferência na concessão da garantia de juros as empresas que “se obrigarem a emancipar o maior número de escravos, a importar o maior número de colonos, e a manter o melhor sistema de educação técnica nos seus estabelecimentos”. Todos esses temas foram frequentemente abordados no *Auxiliador*: a substituição do trabalho escravo, a colonização e a educação técnica. No comentário sobre o seu projeto, Rebouças destaca que o sistema preferido por ele de auxílio é o da lei de 24 de setembro de 1873, de fiança de garantia de juros às fazendas centrais, aos engenhos centrais e às fábricas centrais. Portanto, observa Rebouças:

Firmes nos invioláveis princípios da ciência econômica, fazemos intervir o governo, a grande força social, como simples prestador do seu crédito. É o cumprimento exato e rigoroso do último preceito da lição VII do volume II do curso de economia política de Michel Chevalier: “Les gouvernements ont acquis aujourd’hui un crédit si étendu qu’ils sont en mesure de le distribuer au lieu de recevoir”. Une des forme le plus heureuses et plus fécondes sous lesquelles ils

²⁷⁹ Idem, 179

puissants remplir le role de dispensateurs de credit est, sans contredit, la garantie d'un minimum d'interêt pour les entreprises d'utilité publique.²⁸⁰

Já o papel das Assembléias provinciais - de dar as garantias de juros - deveria ter “fins mais altos”, ou seja, empreender a “educação nacional para uma liberdade que só a raça anglo-saxônica conhece praticamente: “a liberdade industrial”. Cita então Stuart Mill que afirmava que a discussão e a administração dos interesses coletivos são a grande escola do patriotismo e a fonte dessa inteligência dos negócios públicos, que foi sempre o caráter distintivo dos povos livres. Nesse sentido, Rebouças via que a partir do momento que as Assembléias provinciais tivessem que discutir “incessantemente com os engenheiros, os lavradores, os homens práticos, os projetos das fazendas e das fábricas centrais”, os seus deputados seriam obrigados a estudar os princípios fundamentais da ciência econômica. Além disso, seriam discutidas e buscadas soluções para os problemas que realmente envolviam os interesses do povo, ou seja, os problemas econômicos que seriam debatidos e encaminhados à luz da ciência econômica. E daí que não seria visto mais “sessões inteiras das Assembléias esterilizadas por abstratas discussões de política geral, ou, o que é ainda mais triste, por degradantes acusações e recriminações individuais”. Aqui também temos um ponto de concordância com a visão que a Auxiliadora diversas vezes manifestou a respeito da política que consumia energia com discussões inúteis e estéreis, em vez de concentrar-se nos verdadeiros problemas da sociedade, os problemas econômicos.²⁸¹

Bancos Rurais

Em se tratando das questões econômicas, um dos elementos importantes para o desenvolvimento econômico era o da disponibilidade de capitais e Rebouças, como estudioso da ciência econômica, vai se ocupar desse problema. Nesse sentido, ele toma como referência a análise de Michel Chevalier sobre essa questão na França. O economista francês compara então a França com outros países, criticando o monopólio governamental na França, e, de acordo com seu diagnóstico, a agricultura francesa em 1867 estava: 1 - acumulada de impostos; 2 - era exercida por uma população sem instrumentos de trabalho; 3 - sem instrução; 4 - sem capitais.

²⁸⁰ Idem, 270, 274

²⁸¹ Idem, 274

Esse diagnóstico é comparado por Rebouças com a situação no Império em 1870, tendo como fonte de informação um estudo sobre o estado da lavoura em 1870²⁸², ele aponta que as causas do entorpecimento da lavoura eram: 1º - falta de conhecimento profissional; 2º - escassez de capitais; 3º - carência de braços; 4º - falta de estradas; 5º - elevados impostos de importação. Na sua comparação, Rebouças concluía que a situação era pior no Brasil porque o país “não tem estradas, não temos braços, isto é, porque temos escravos”. Ou seja, Rebouças associava a falta de braços à escravidão.²⁸³

Com relação aos bancos rurais Rebouças mencionava outra vez Michel Chevalier que via a necessidade de facilitar o acesso do agricultor ao crédito mais barato e em melhores condições de pagamentos. Aqui também Rebouças via semelhança com a situação no Brasil e propunha que o lavrador pudesse obter: 1º empréstimos de curto prazo nas mesmas condições que os comerciantes e fabricantes; 2º empréstimos de prazo longo, mediante a hipoteca de suas terras e dos prédios de sua propriedade, para os melhoramentos e reformas agrícolas - vale observar que o empréstimo estava condicionado a reformas agrícolas. Particularmente nessa questão, seu projeto reformista previa que as fazendas, os engenhos e as fábricas centrais, seriam “verdadeiros bancos rurais disseminados por todo o Brasil e em contato imediato com todas as categorias de lavradores”. Nesse caso, Rebouças tinha como exemplo a colônia Vergueiro, que em 1870, praticava a taxa de juros no valor de 12% “pelos adiantamentos e pelos saldos”. As fazendas centrais seriam, de acordo com Rebouças, um dos agentes para “a criação, para o desenvolvimento e para a prosperidade da democracia rural no Brasil”.

Ainda na questão da criação dos bancos rurais, Rebouças observa que não “basta criá-los é preciso educar os agricultores para utilizar o crédito nos melhoramentos materiais. Mais uma vez faz menção a Chevalier que, na sua obra de 1867, dizia que os agricultores franceses não estavam habituados a utilizar bancos de empréstimo a curto prazo, e que era “preciso educá-los nos hábitos de pontualidade que caracterizavam os comerciante e fabricantes”. Observe-se que a palavra utilizada por Chevalier para hábito é *moeurs*, que é de importância central na sua obra sobre os Estados Unidos no que diz respeito às diferenças de desenvolvimento econômico entre os Estados Unidos e outros países. Em relação ao Brasil, Rebouças notava que aqui também era

²⁸² Citado por Rebouças na obra *Informações sobre o estado da lavoura*. Rio de Janeiro; Typografia Nacional, 1874.

²⁸³ André Rebouças. *Agricultura Nacional*, p. 304.

preciso educar o agricultor no verdadeiro espírito econômico, de acordo com as leis da economia rural. Ainda mais que aqui a oligarquia rural, apegada à escravidão, não iria utilizar o crédito em melhoramentos materiais, como a compra de arados, importação de colonos, ou “a emancipação de um só escravo”, mas esbanjaria o dinheiro em “eleições, em bailes, em banquetes, em jogo, e em toda sorte de dissipação”. Essas últimas observações eram na verdade do senador Cruz Machado, e repetidas por Rebouças. Era preciso, portanto, uma “prévia e ilustrada educação”. “Antes de tudo, dizia Rebouças, é necessário principiar por ensinar economia rural aos nossos lavradores e economia política aos que nos governam”.²⁸⁴

Educação

O tema da educação, de grande importância para Rebouças, é abordado nas suas observações sobre o parágrafo quatro do seu projeto de reforma, que tratava das empresas - as fazendas, engenhos e fábricas centrais - que poderiam ser “constituídas em companhias, ou em associações em *commandita* com responsabilidade limitada”. A preferência por essas companhias é em razão da “publicidade das suas deliberações, e a discussão em assembleias, com debate livre de todos os seus interesses”. Nesse aspecto dessas sociedades, Rebouças utiliza Stuart Mill que considerava as companhias como “grandes escolas práticas do sistema representativo”. O papel delas era análogo ao do jury, principalmente no que dizia respeito aos interesses morais e sociais, pois eram “instituições elementares e indispensáveis a todos os povos livres”. Nesse respeito, a referência é Tocqueville, “le jury qui est le moyen le plus énergique de faire régner le peuple, est aussi le moyen le plus efficace de lui apprendre à régner”. Desta forma, conclui Rebouças, as companhias, como o Jury, ensinam os povos a reinar, e o “problema social máximo do século” era enunciado assim por Tocqueville: “Educar os povos para serem soberanos. Educar os reis para serem cidadãos.”²⁸⁵

A educação deveria atender, na opinião de Rebouças, um dos objetivos principais que ele vai repetindo: “é necessário educar a geração que cresce para a agricultura, para a indústria, para o comércio, para o trabalho em uma só palavra. Até aqui a educação era meramente política.

²⁸⁴ André Rebouças. *Agricultura Nacional*, p. 312, 314.

²⁸⁵ *Idem*, p. 318, 319.

Saía-se da academia para os colégios eleitorais, muitas vezes para Assembléias provinciais, e até o parlamento nacional. Daí essa repugnância para o trabalho produtivo”.²⁸⁶

Essa crítica de Rebouças à proeminência da política em relação aos verdadeiros interesses, os econômicos, era, como já assinalado, também constante em vários escritos do *Auxiliador*. No caso de Rebouças alguns interpretam que essa crítica era em razão de ser ele da classe média e ver no sistema político um limite para sua inserção nessa sociedade de aristocracia fundiária, e de favores. Vale lembrar aqui a sua experiência como engenheiro e seus projetos que não tiveram êxito ou o devido apoio que era necessário para sua execução. No entanto, ele manteve-se fiel ao regime monárquico e queria reformar a sociedade a partir da economia e da modificação dos costumes - *mores* - dos indivíduos para que eles agissem de acordo com os princípios da economia.

Voltando às empresas em comandita, na questão do crédito a essas empresas, o sistema recomendado era o da garantia de juros. Nesse sistema, a empresa toma emprestado e o governo só responde pelos juros; “as terras, os edifícios, as propriedades móveis e imóveis respondem pelo capital”. É um sistema, explica Rebouças, “que foi adotado pelos Estados Unidos, e denominado por Michel Chevalier de prestação de crédito do *Estado*. Um aspecto positivo dessas empresas era o da obrigatoriedade de prestação de contas das companhias e associações que obterem a garantia de juros do governo, pois elas seriam obrigadas a publicar semestralmente pela imprensa o relatório de suas operações. A publicidade era destacada “como uma das maiores belezas do sistema de companhias. A história de uma companhia serve de exemplo para outras. A publicidade “é mais do que uma homenagem à opinião pública, ela é uma das formas de soberania nacional, na medida em que ela submete a gestão das grandes administrações comerciais ou políticas ao exame deste soberano que se chama público”.²⁸⁷

É de Chevalier também a referência que Rebouças faz a respeito da importância da diminuição das taxas de transmissão de propriedade territorial para a “criação e para a prosperidade da Democracia Rural. Rebouças fazia menção ao parágrafo 8º do seu projeto que previa que “as escrituras e os títulos de aforamento ou de vendas de terra, pertencentes às

²⁸⁶ André Rebouças. *Agricultura Nacional*, p. 323.

²⁸⁷ *Idem*, p. 359.

fábricas centrais ou estabelecimentos análogos não pagariam impostos ou emolumento algum”. Medida esta que, ao facilitar o acesso à terra, era considerada por ele como um incentivo para a “subdivisão do solo”.²⁸⁸

Continuando os comentários de Rebouças sobre seu projeto de reforma econômica e social, que tinha como elemento principal as fazendas, engenhos e fábricas centrais, o seu foro passa para o parágrafo 11º que trata da fiscalização das fazendas, engenhos e fábricas centrais. Para essa operação, o governo deveria “contar com os presidentes de província, os presidentes das assembleias provinciais e os inspetores de tesouraria”. Com isso, não só os funcionários superiores da administração e do fisco iriam se “ocupar com a agronomia e a economia política, mas também aqueles que se destinam à política”. Portanto, sua preocupação é clara: mais instrução técnica, menos política. Daí que critica o fato do país ser agrícola, ter escolas de direito nos principais centros agrícolas e nenhuma de agricultura. Os “bacharéis de direito filhos de agricultores acham materialismo a vida rural, lêem Schiller, Goethe, Lamartine, gostam de mostrar brilho nas discussões acadêmicas”. A educação atual, afirma ele, “é toda política”. Por isso, seu projeto de reforma procura meios, mesmo através da fiscalização, de diminuir “o peso da instrução puramente política”.

Retomando o comentário de Rebouças dos parágrafos do projeto, no parágrafo 17 do artigo 1º é estabelecido quais empresas teriam preferência para os favores concedidos pela lei. Tendo preferência as empresas centrais de cada província que procurassem: “emancipar o maior número possível de escravos; importar o maior número de colonos, e manter o melhor sistema de educação técnica nos seus estabelecimentos”. Na sua concepção, os engenhos, as fábricas e as fazendas centrais seriam “agentes poderosíssimos de emancipação e de colonização”.

Antes de concluir seu projeto de reforma e seus Estudos Econômicos, Rebouças propõe-se a fazer uma contraprova do seu projeto de lei de auxílio à agricultura nacional. Para tanto utiliza o “Inquérito sobre o estado da lavoura” para comparar as necessidades da lavoura com as propostas do seu projeto e para verificar se elas atendem às necessidades apontadas no inquérito. De acordo com a síntese do relatório na página IX (“Estado da lavoura”. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874), os problemas principais eram: I - falta de conhecimento; II -

²⁸⁸ André Rebouças *Agricultura Nacional*, p. 355.

escassez de capitais; III - carência de braços; IV - falta de estradas; V - elevados impostos. O primeiro problema, nota Rebouças, atingia não só a agricultura, mas também o comércio e a indústria, “faltam profissionais com conhecimentos técnicos em todo império, não há uma só escola técnica, uma só escola de agronomia, um só museu industrial”. Diz Rebouças:

Sem a iniciativa e a devoção do arquiteto Bettencourt da Silva e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, os artistas e os operários brasileiros não teriam nem mesmo na capital do império onde ir aprender a desenhar!! Nunca jamais se cuidou seriamente em dar a cada brasileiro nem sequer a instrução elementar e um ofício!!.²⁸⁹

Nesse sentido, cada fazenda, engenho e fábrica central, “deverá ter escolas noturnas e de domingo”. Nesses estabelecimentos

os meninos e os operários terão sempre diante dos olhos o grandioso espetáculo dos majestosos da indústria hodierna, povoados de máquinas em movimento erguendo-lhes os espíritos, excitando-lhes a atividade, aguçando-lhes a inteligência, desenvolvendo-lhes o espírito inventivo. (...) Aí sim, nós cremos que se educarão operários, artistas e cidadãos; que se formarão homens como Franklin, como Fulton, como Watt, como Geroge Stephenson, entes sublimes, dignos de um país grande e livre; capazes de levar o Brasil ao apogeu que lhe foi destinado por Deus; não nesses ridículos viveiros de passarinhos construídos sob a pressão da monarquia, onde quando muito se poderiam educar Chins.²⁹⁰

A instrução e educação técnica fariam, portanto, parte do projeto de reforma econômica e social tendo por base as fazendas, engenhos e fábricas centrais. No caso das fazendas e dos engenhos centrais, seria ensinado além de ler e escrever, “a lavrar e estrumar a terra, a efetuar todas as boas práticas rurais”.

Ao discutir o item 2 do Relatório sobre os problemas da agricultura relacionados à falta de capital, Rebouças critica o sistema de bancos rurais e hipotecários com emissão de papel moeda pelo destino que era geralmente dado ao dinheiro do empréstimo que era gasto em jogos, eleições, despesas suntuárias, etc. Nesse sentido, propõe em sua reforma que cada fazenda central, engenho, e fábrica central devesse funcionar como um verdadeiro banco rural onde dinheiro iria direto para a produção e para “os adiantamentos em dinheiro feitos aos emancipados, aos imigrantes, aos colonos, aos lavradores e aos fazendeiros”. Nesse sistema, não

²⁸⁹ André Rebouças. *Agricultura Nacional*, p. 374.

²⁹⁰ Idem, p. 375.

haveria lugar para o “nepotismo, para o filhotismo, para a proteção da clientela e para o regulamentarismo”, práticas que transformavam “as instituições comerciais em miseráveis caricaturas das secretarias de estado”.²⁹¹

Vemos a ênfase nas reformas econômicas e sociais, a crença na capacidade transformadora do conhecimento científico, e a crítica da política.

A carência de braços é a terceira causa do entorpecimento da *lavoura* segundo o inquérito sobre o seu estado. Rebouças contesta que haja falta de braços. Na sua visão, o “que falta a este Império, como em todos os países do mundo é capital, é instrução, é trabalho, é indústria, é moralidade”. Entre os problemas causados pela falta de braços estava a “fome de empregos públicos que há neste Império”. Contudo, este não era só um problema do Brasil, pois “também se verificava na França e na Espanha, como em qualquer outro país de raça latina”. Por outro lado, ao reproduzir uma matéria “publicada nos jornais da corte em 1874 de um mineiro do sul da província”, Rebouças concordava com o autor que associava a falta de trabalho à falta de acesso à terra e à concentração da propriedade. O autor da matéria - cujo nome não é mencionado - chamava a atenção para o grande número de desempregados na província de Minas: 60 mil homens. Reclamava que o braço nacional não era aproveitado e “é uma verdadeira praga para os senhores do solo, cuja propriedade infesta com o nome de agregados”. Apontava que o mais vasto e despovoado país do mundo “não fornece terra a seus habitantes”. No comentário a esta matéria, Rebouças insiste que o problema não era da falta de braços, “mas falta bem-estar, falta de indústria, falta de instrução, de vias de comunicação”, etc. Em relação à defesa da grande propriedade e da oligarquia rural, Rebouças observa que só havia um argumento a seu favor: “a falta de capital na Democracia rural para comprar as grandes máquinas e os utensílios caros necessários para os novos processos de lavrar a terra e preparar seus produtos”.

A carência de braços significava, portanto, a necessidade de reformas sociais, econômicas e financeiras que permitissem “aos milhares e milhares de indivíduos que vegetavam nos sertões serem aproveitados” e que atraísse a imigração espontânea da Europa. Nesse sentido, Rebouças repete seu argumento central de que o principal atrativo da imigração “é a propriedade fácil e

²⁹¹ André Rebouças. *Agricultura Nacional*, p. 376.

imediate do solo”, desqualificando como “infrutíferos e contraproducentes” todos os esforços para “substituir colonos aos escravos”: só os “Chins” se submeteriam a tal condição. Rebouças era totalmente contrário à introdução de chineses.

Por ocasião da aprovação da Lei do Ventre Livre, ocorreu um intenso debate nas páginas do *Auxiliador* sobre a imigração chinesa e, tal como Rebouças, as opiniões expressas pelos membros da Sociedade Auxiliadora eram contrárias a esta medida como solução para o problema da mão de obra. Nos escritos do *Auxiliador* sobre a questão, ficava claro que eles pensavam não só no problema da mão de obra, mas também na constituição de um povo adequado ao progresso material do país. Para Rebouças, a imigração chinesa “aniquilaria o futuro nacional, e só seria de proveito para dar mais alguns dias à moribunda oligarquia rural”.²⁹² Com relação ao problema da falta de braços, Rebouças propunha então “três soluções racionais”:

1º abolição da escravidão, que aniquila o escravo e fulmina o senhor; 2º melhor aproveitamento da população, dando-lhes via de comunicação, instrução e indústria; 3º reformas sociais, econômicas e financeiras, necessárias para que a imigração ache no Brasil elementos de segurança, de bem-estar e de prosperidade superiores aos dos Estados Unidos.²⁹³

Retomando a “contraprova” do seu projeto com as necessidades da lavoura apontadas no inquérito, Rebouças examina a questão da falta de estradas e, diretamente relacionada a ela, o problema da colonização. Eram já bastante conhecidas as dificuldades das colônias localizadas em lugares isolados cuja viabilidade econômica era a questão central, já que a imigração era atraída pela perspectiva de melhoria de vida. Nesse sentido, Rebouças toma como exemplo, citado por Michel Chevalier, uma carta de Napoleão III que aconselhava o general Mac-Mahon “sobre o sistema que devia seguir no governo da Argélia”:

Les plus sur moyen d'accroître la population d'une colonie n'est pas d'y attirer à grands frais et par des promesses, trop souvent irréalisables, des nombreux des immigrants; mais d'encourager les efforts des colons déjà établis, de favoriser *le bien être* et d'assurer leur avenir. Le spectacle de cette prospérité est le plus magique appel, que puisse être fait à la confiance des étrangers. Des courants d'immigration ne tardent pas à faire affluer tous les jours des forces nouvelles vers un pays, où les capitaux trouvent un heureux placement et le travail un employ lucratif. (grifo do autor)²⁹⁴

²⁹² André Rebouças. *Agricultura Nacional*, p. 383.

²⁹³ Idem, p. 383.

²⁹⁴ André Rebouças. *Agricultura Nacional*, p. 387.

Desta forma, nota Rebouças que, uma das garantias fundamentais para garantir o bem-estar dos povos, que é um dos mais poderosos fatores de atração da imigração, “é a abundância de boas vias de comunicação”. Além disso, as vias de comunicação “constitui-se num elemento indispensável à liberdade do trabalho”, e a liberdade do trabalho - continua Rebouças, citando Chevalier - dá a medida da fecundidade da indústria de um povo. Mas não só isso:

Mais la liberté du travail pour qu'elle rendes lês fruits, qu'elle promet et qui sont virtuellement em elle ne doit pás seulement être *nominale*: C'est-à-dire simplement inscrite à l'état dans les lois (...) Il lui faut, de plus, l'entourage des divers mécanismes auxiliaires doués d'une particuliere énergie. Nous allons enumerer quelques uns de ces mecanismes. Il est nécessaire que le pays présente une systeme de voies de communication rendant aisée l'approvisionnement de l'industrie em combustible et em matières premieres, rattachant les grands gisements de mineraux de fer aux puissants gites de carbon, unissant les foyers des productions aux ports dês mer. Ce sont lês chemins de fer, des canaux des routes de toutes sortes (...). Les tout compose une sorte de grand ontillage qui facilite extremement aux hommes l'exercise de leurs faculté et l'entrée em possession effective de La liberte du travail.²⁹⁵

De particular interesse para Rebouças é essa questão dos caminhos de ferro, daí ele mencionar um “notável artigo sobre as finanças no Brasil - publicado no Globo de 5 de setembro de 1874 - que após constatar o bom estado das finanças no Brasil não entendia por que “o governo não aplique somas maiores à realização da grande obra da construção das vias férreas”. Continua o artigo: “não há país no mundo que mais necessidade tenha das estradas de ferro do que o Brasil”. O que, para Rebouças, dá a prova sobre a “desídia, a pusilanimidade e a curteza do governo deste país.”²⁹⁶

Os elevados impostos de importação eram a 5ª e última causa do estado de “entorpecimento da agricultura”, segundo o Inquérito. De acordo com a análise de Rebouças, a necessidade de arrecadação elevada (pagava-se percentuais de 14 e 15 pelo que era exportado e 30, 40 e até mais de 50 pelo o que era importado) estava ligada “a manutenção de exércitos de ocupação no Paraguai, a mandar construir encouraçados enormes no Themisa. Com efeito, falava “aos lavradores que ordenassem aos seus representantes que votassem a desocupação do Paraguai e a redução das enormes despesas de guerra”. Citando Tocqueville (“que em 1835

²⁹⁵ Michel CHEVALIER. *Introduction aux rapports du jury international de l'exposition universelle de 1867* (p. cccLIII). *Apud* André REBOUÇAS. *Agricultura Nacional*, p. 392.

²⁹⁶ André Rebouças. *Agricultura Nacional*, p. 393.

visitou e observou o país-prodígio”), Rebouças refere-se aos Estados Unidos como um “país de 15 milhões de habitantes e um exército de 6000 soldados”, fato este que mostraria a “aversão à guerra” que há naquele país. Rebouças também cita as “sábias e santas máximas de Washington e Thomas Jefferson, de abstenção completa de intervenção em país estrangeiro”, o que possibilitou aos Estados Unidos benefícios econômicos. Além disso, naquele país, os imigrantes estavam “livres do recrutamento militar e dos exagerados impostos europeus”.

Opinião semelhante também manifestou Michel Chevalier, na sua introdução sobre o relatório da exposição universal de Paris de 1867, e que “seria de grande lição para o Brasil”:

Un des traits les plus digne de remarque da La manière, dont cette nation a conçu et réglé sés destineés, c`est qu`elle a dirige lês principales efforts de son activité, de as volonté et de son intelligence, non pás vers la *guerre*, où la Europe se laisse trop facilement entrainer, mais vers lês arts de La Paix, vers l`exploitation dès richesses offerts par La nature.

Rebouças termina seus “Estudos Econômicos”, seu projeto de reforma sobre a agricultura nacional, tomando posição favorável às instituições democráticas e constitucionais. A esse respeito refere-se à garantia de juros, a qual ao governo só fosse permitido afiançá-la, pois elas deveriam ser concedidas pelas assembleias provinciais. Diz ele: “cumpre não reforçar a centralização, ela chegou entre nós ao máximo absoluto: já excede às forças de um homem ser ministro neste Império”.

Rebouças reconhecia que a agricultura necessitava de auxílios, “porém ainda mais de reformas”. Era preciso “substituir a velha máquina dos tempos do escravismo pela nova máquina que tinha como motor a liberdade”. Era preciso “convencer aos emperrados com o exemplo da Inglaterra, dos Estados Unidos, os países mais livres e de melhor agricultura em todo mundo”. A importância da reforma social é dada pelo papel fundamental da liberdade como promotora do progresso, cuja ênfase é ilustrada pela citação de Montesquieu: “Le pays ne sont pás cultivé en raison de leur fertilité, mais en raison de leur liberte”. São, portanto, concluía Rebouças, as “reformas sociais, econômicas e financeiras, ditadas pelo mais puro espírito de liberdade e de progresso, os únicos agentes capazes de fundar sobre sólidas bases a prosperidade da agricultura nacional”.

O programa de reformas de Rebouças envolvia a alteração das unidades produtivas. Ou seja, a criação das fazendas, engenhos e fábricas centrais, onde haveria melhor distribuição das terras, menor concentração da propriedade, instrução geral e ensino técnico, estímulo à emancipação e imigração, melhoria e incremento das vias de comunicação, maior facilidade e disponibilidade de crédito (aplicado somente na produção), estímulo ao espírito de associação e menor dependência ou mesmo intervenção do governo. Observa-se, nesse sentido, que ele era crítico da centralização governamental. No entanto, como em outros reformadores da classe média do seu tempo, boa parte das medidas defendidas por ele dependia da atuação do governo para sua implementação, como no caso da garantia de juros que, como vimos, era um elemento fundamental no seu programa de reformas.

Assim, tanto nas suas propostas como nos meios para realizá-las, Rebouças aproximava-se do reformismo da Sociedade Auxiliadora. Conforme demonstramos, a agenda de reformas da Sociedade Auxiliadora era fortemente influenciada pelas ideias científicistas, pela crença no poder transformador das ciências e pela economia política, principalmente pelos economistas franceses. A Auxiliadora também tomou algumas iniciativas, certamente que de curto alcance e na medida das suas possibilidades, para levar a instrução às pessoas sem recursos, como a sua escola noturna para adultos e as suas tentativas de criar alguns cursos técnicos, conforme descrito por Rebouças. Além da sua constante defesa da substituição do trabalho escravo, do estímulo à imigração, principalmente européia, à construção e melhoria das vias de comunicação, incluindo as estradas de ferro e, finalmente, o que foi desde o início uma de suas principais preocupações, o uso de máquinas e de técnicas produtivas científicas tendo em vista uma maior racionalidade da atividade econômica.

Rebouças e a defesa da Iniciativa Individual e do Espírito de Associação.

Na questão das concessões, Rebouças colocava a seguinte pergunta: “as empresas de utilidade pública devem ser concedidas perpétua ou temporariamente?”²⁹⁷

Começa então analisar o caso francês, onde os “primeiros caminhos de ferro” lá construídos, de Saint Etienne e D`Alais, detiveram concessões perpétuas. Segundo Rebouças,

²⁹⁷ André Rebouças. “Garantia de Juros”. Estudos para sua aplicação às empresas de utilidade pública no Brasil pelo engenheiro André Rebouças. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874.

isso teria ocorrido porque nesse período, de 1830 a 1842, quando foi feita a propaganda para “a construção da rede de caminhos de ferro, predominavam na França idéias socialistas”.

Sobre essas influências socialistas, assim Rebouças as descreve: “os discípulos de St. Simon e Fourier, mal secundados por um sem número de socialistas e comunistas, eivados das mais perversas intenções, inundavam este país de falsas e perigosíssimas idéias! Homens eminentes, deputados, engenheiros, futuros ministros assentaram-se ao lado de Infantim e de Rodrigues, os discípulos prediletos de St. Simon plantaram, vestidos de fantasia, os jardins de Menilmontant e praticaram todas as puerilidades do rito Saint-Simonista!!!”

Para Rebouças o que se aprendia nestas escolas era um “fatalíssimo princípio”, nelas se buscava “uma atrofiante utopia”: “a criação de um governo-providência, capaz de substituir a iniciativa individual”.

Na defesa da iniciativa individual, Rebouças passa a analisar a questão da concessão de obras públicas às companhias privadas. Desta forma, mesmo se tratando de empresas encarregadas de serviços de utilidade pública, as mesmas não deveriam ser absorvidas pelo Estado. Também nesse aspecto a argumentação de Rebouças se apóia em Michel Chevalier.

La prise de possession par L'Etat, après un certain delai d'ouvrages sur lesquels l'industrie privée a dépensé quantité considerable des capitaux et son travail est un abus des prérogatives de La souveraineté"... Les concessions temporales étouffent dans son germe l'esprit de famille, en empêchant après deux ou trois generations la transmission des biens du pere a l'enfant... elles sont contraíres aux principes de justice at de stabilité, qui sont de tout lês pays et tous temps....Combinée avec une faculte de rachat, convenablement réglée, La perpetuité des concessions n'aurait en aucune espèce d'incovénients.²⁹⁸

Nessa discussão sobre a perpetuidade ou não das concessões pode-se perceber como a preocupação de Rebouças era a de afirmar o principio da iniciativa, pois, assim ele o expressava ao dizer que ela dizia respeito mais a um principio do que ao interesse imediato. E dá o exemplo dos capitalistas ingleses que repugnavam a principio as concessões temporais, mas que “hoje as aceitam sem grande esforços, com tanto que os prazos sejam maiores do que 50 anos”. No caso de um país novo como o Brasil a “discussão e o acerto nessa matéria” eram de grande utilidade, pois achando-se “em via de organização”, o legislador deveria “prevenir todos os meios de

²⁹⁸ CHEVALIER, Michel. Apud. André Rebouças. Op. cit., p. 65.

consolidar as instituições fundamentais da família e da propriedade, e de firmar bem os sagrados princípios da iniciativa e independência individual”²⁹⁹

No caso das empresas estrangeiras que fossem concessionárias, seria recomendada a reversão para o Estado depois de certo prazo, pois, nesse caso, Rebouças via uma razão de melindre nacional. Para ele, a “concessão perpétua de um caminho de ferro, de um canal, ou de uma doca, importaria o domínio perpétuo de estrangeiros em uma certa zona do interior do país ou do seu litoral”. No entanto, esse argumento poderia ir perdendo sua validade à medida “que as nações forem estreitando mais os laços de fraternidade ao impulso das idéias liberais da ciência econômica... Previdência indispensável neste país, onde todos os dias vê-se a política invadir o campo neutro da indústria e nele produzir crises lamentáveis”

Ressalte-se na passagem acima a influência e a confiança de Rebouças na ciência econômica bem como no “campo neutro da indústria”.

Ainda na questão das concessões, uma recomendação de Rebouças era de que grande atenção deveria ser observada, nos contratos com as empresas de utilidade pública, as “cláusulas que determinam o modo de rescindir esses contratos”. Nesse sentido, seria necessário que o governo tivesse os meios de “resgatar uma concessão em casos de abusos graves ou de vir a prática demonstrar ter sido iludida sua expectativa”.

Assim, como podemos constatar, Rebouças defendia a iniciativa privada nas concessões, mas com a ressalva de que houvesse garantias e recursos para o governo poder intervir caso não as concessionárias não estivessem correspondendo “às suas expectativas”. Essa defesa, como ele mesmo afirma, era uma questão de princípio, mas para complementar seu argumento ele acrescenta a seguinte questão:

“Por que não há o governo de construir e gerir empresas de utilidade pública diretamente em lugar de confiá-las a companhias, às quais tem de auxiliar quase sempre com empréstimos, com subvenções e com garantia de juros?”

Respondendo a esta pergunta, Rebouças vai resumir as razões que tinham feito e ainda faziam quase todos os países civilizados, como a Inglaterra e os Estados Unidos, preferirem as

²⁹⁹CHEVALIER, Michel. Apud. André Rebouças. *Op. cit.*, p. 65.

companhias. Desta forma, aponta que nos “países constitucionais, nos países regidos pelos santos princípios do *self government*, a necessidade e a conveniência da execução e do custeio das obras de utilidade pública por empresas particulares” foram demonstradas “com a constituição, com a lei fundamental na mão”. “L’intervention de l’industrie privée dans les travaux publics, dit Chevalier, a pour fondement le principe même de La souveraineté nationale”.³⁰⁰

Voltando às “razões mais teóricas” da argumentação, para Rebouças, a defesa que Chevalier fazia da iniciativa e do espírito de associação “era um excelente argumento tanto político como social”. Nesse sentido, observa que é “tão vasta, é tão grandiosa, é tão urgente a empresa da execução das obras de utilidade pública em qualquer país” que em tal empresa nenhuma ajuda deveria ser desprezada. Sendo assim, desprezar “o concurso da iniciativa individual”, a qual, “traz um enorme contingente de capitais, de talentos, de aptidões e de atividades”, seria um erro muito grave.

Com relação ao espírito de associação, Rebouças enfatiza sua importância e critica a atuação do Estado quando este impede sua manifestação e atuação. Menciona então como Chevalier descreve a origem e o desenvolvimento do monopólio na França:

Un mauvais vent soufflé sur le monde cette erreur dangereuse qui est de plus en plus accréditée dans l’opinion de La France et de L’occident de L’Europe continentale, qu’il ne doit y avoir d’autre association forte que celle qui est constituée par le generalité des citoyens sous le nom L’Etat. Entre L’Etat tout entier et L’individu isolé un intermediaire quelconque est suspect.

O monopólio do Estado teve origem no Absolutismo, que, se por um lado formou as nacionalidades, no entanto agora combatia e suspeitava de outras formas de associação. Assim, continua Chevalier:

Toute association est réputée mauvaise si elle a une existence propre, si elle est une autonome. Il se forme des juxtapositions de individus et des intérêts quelquefois très nombreux mais sans organisation permanente. C’est du provisoire ou du mobile, et est surveillé de près comme une force, qui pourrait devenir subversive.³⁰¹

³⁰⁰ André Rebouças. “Garantia de Juros”. Estudos para sua aplicação às empresas de utilidade pública no Brasil pelo engenheiro André Rebouças. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874, p. 70.

³⁰¹ CHEVALIER, Michel. Apud André Rebouças. *Op. Cit.*, p. 80, 81.

Rebouças conclui então que o absolutismo monárquico “e o absolutismo demagógico, estão ambos de acordo em matar a iniciativa individual e o espírito de associação”. Por outro lado, a verdadeira liberdade, “racionalmente concebida e virilmente praticada pela raça anglo-saxônica, progride indefinidamente criando e universalmente desenvolvendo os dois mais poderosos agentes do progresso atual”, ou seja, a iniciativa individual e o espírito de associação.³⁰²

Sociedade Central de Imigração

Com relação a iniciativas para promover a imigração e a colonização, é importante destacar a participação de Rebouças e de outros “reformadores de classe média” em uma sociedade a finalidade de estimular a imigração e a colonização, a Sociedade Central de Imigração. De acordo com Michael M. Hall, essa associação foi fundada no Rio de Janeiro em 1883 e funcionou até aproximadamente o ano de 1891. O propósito da Sociedade era, de acordo com seus estatutos, “difundir no Brasil a ideia de imigração europeia, dar informações a imigrantes, trabalhar politicamente por reformas necessárias, e divulgar na Europa a imigração para o Brasil”. Em 1886, Beaupaire Rohan, que teve sua vida profissional ligada à burocracia civil e militar, era presidente da Sociedade; nessa mesma época, André Rebouças foi seu primeiro-secretário. Rohan era crítico dos grandes proprietários, defensor da imigração e da pequena propriedade. Rohan também foi sócio da Auxiliadora.³⁰³

Para Michael Hall, a Sociedade Central foi composta e dirigida por “indivíduos da nova classe média alta e urbana”, principalmente intelectuais, profissionais independentes com treinamento científico e técnico, altos funcionários públicos e negociantes ligados ao comércio externo. Sendo que o objetivo principal da Sociedade Central era “a criação de uma forte classe média rural, composta de imigrantes europeus que seriam agricultores independentes”. Para tanto, a Sociedade reivindicava o estabelecimento da pequena propriedade, pois acreditava que a “pequena lavoura traria a modernização e o progresso para a agricultura do país”. Também à

³⁰² André Rebouças. “Garantia de Juros”. Estudos para sua aplicação às empresas de utilidade pública no Brasil pelo engenheiro André Rebouças. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1874, p. 81, 82.

³⁰³ Michael M. HALL. “Reformadores de classe média no Império brasileiro: A Sociedade Central de Imigração”. *Revista de História*. Ano XXVII, Volume LIII. São Paulo, 1976, p. 151.

educação técnica foi dada grande importância, devendo-se priorizar o ensino da economia política bem como o ensino técnico e científico.³⁰⁴

³⁰⁴ Michael M. HALL. *Op. cit.*, p. 155, 156.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência da economia política - principalmente através dos autores e publicistas franceses em alguns membros e escritos reformistas da Sociedade Auxiliadora - foi a principal questão que orientou essa pesquisa. Com esse objetivo, relacionamos e apontamos a formação acadêmica desses membros nas áreas das ciências naturais, matemática e engenharia e analisamos a instrumentalização da economia política, através da utilização dessas ciências, no incremento da atividade produtiva e nas idéias de reformas socioeconômicas.

A vertente da economia política que influenciou esses reformistas foi a de autores publicistas franceses, que se preocupavam com questões do desenvolvimento econômico como a melhoria dos meios de transporte, ensino profissional, garantia de juros para empréstimos para investimentos, entre outras, e que criticavam a intervenção excessiva do governo, monopólios, etc, que interferia no desenvolvimento da economia de mercado. Portanto, eles queriam incrementar o progresso da economia de mercado na França e ressaltavam a importância da liberdade individual de empreendimento como elemento fundamental nesse processo. Por isso, alguns desses economistas, como Bastiat, viam o mercado como o fundamento maior das sociedades e onde se realizava a harmonia de interesses. Essa crença numa sociedade de mercado em que a economia desempenha a função principal de estruturação foi, portanto, como procuramos mostrar aqui, a que teve maior influência nas propostas reformistas apresentadas nesse trabalho.

Escolhemos André Rebouças como um dos membros a ser destacado nessa análise, em função da sua atuação marcante no período enfatizado nesse estudo, e por ele ter manifestado mais profundamente o conhecimento e a influência dos economistas políticos franceses referenciados nas propostas reformistas objeto dessa pesquisa.

Procuramos mostrar como, em vários artigos publicados no *Auxiliador* e em algumas propostas reformistas de seus membros mais ativos, aparecia a referência à economia política. Foi principalmente a partir de 1850, com o fim do tráfico de escravos, quando a Auxiliadora passou a divulgar de forma frequente as experiências com a imigração e a colonização, que

observamos o maior número de referências a questões de economia política como a valorização trabalho produtivo, o tipo de imigrante, progresso material, tipo de propriedade etc, e o embasamento da discussão dessas questões em autores da economia política, no caso os liberais franceses.

Conforme vimos, Rebouças publicou, em meados de 1870, vários artigos nos quais defendia reformas socioeconômicas.³⁰⁵ Rebouças expressou de forma mais completa aquelas preocupações e propostas do tipo de reformismo socioeconômico influenciado pela economia política de autores franceses que já vinham sendo citados antes de seu ingresso na Auxiliadora. Portanto, a nosso ver, Rebouças, sintetiza uma linha reformista que se apresentava mais difusa na Sociedade Auxiliadora, com propostas de reformismo socioeconômico e baseada na economia política. Um ponto fundamental dessa linha reformista é o estímulo à pequena propriedade, não somente por ser vista como uma das soluções para o problema da imigração, mas também por ser entendida como um forte instrumento de conjugação de interesses individuais e coletivos com o resultado de promoção do progresso material e o progresso geral decorrente daquele.

Essa crença nas virtudes do mercado, partilhada por essa vertente da economia política liberal que influenciou as propostas de membros da Auxiliadora e de Rebouças, foi objeto de análise na obra de Pierre Rosanvallon sobre a sociedade de mercado. Cabe lembrar que analisar a influência de ideias é tarefa difícil, pois a absorção de ideias visando aplicação, nesse caso as reformas socioeconômicas, é seletiva e que, no caso do liberalismo a dificuldade é maior, pois, como veremos a seguir, ele não se constitui como um corpo doutrinário sistemático construído de forma fechada e unitária.

A obra de Pierre Rosanvallon acerca do liberalismo centra sua análise na demonstração de como uma noção específica de mercado serviu de base estruturadora da sociedade pensada pelo liberalismo no seu início, ou seja, na economia clássica. Rosanvallon constata que a dificuldade de abordar o liberalismo é encontrada nos “grandes textos relativos a esse tema”. Essa dificuldade, segundo ele, deve-se ao fato de que geralmente procura-se compreender o liberalismo como uma doutrina, como um “corpo coerente e diferenciado de julgamentos e

³⁰⁵ Esses artigos seriam mais tarde reunidos e publicados por Rebouças no livro *Agricultura Nacional*.

análises. Segundo Rosanvallon, não “existe unidade doutrinal no liberalismo, pois sua unidade é problemática em razão dela apresentar-se “como atividade” e como “soma de aspirações. O liberalismo deve ser concebido como um “movimento, um processo de ação e reflexão”, como exemplo: “liberdade de iniciativa econômica visando interesses individuais, satisfação de necessidades pela produção de riquezas, busca de diferentes formas de participação política visando estabelecer condições que dê espaço às realizações individuais”. Além do que, o liberalismo poder ser um corolário econômico, como servir de justificativa para superação do status colonial, ou político e econômico, como na luta contra altos tributos, ou liberalismo político, como na luta pela constituição da nação através do povo que se autodetermina.³⁰⁶

No entanto, apesar dessa dificuldade inicial, Rosanvallon enfatiza uma idéia, que está presente em vários textos de pensadores liberalismo nos seus primórdios, como ponto de partida de sua análise, que é a ideia de interesse e a ideia de necessidade a ela vinculada nesses escritos. Com essa finalidade, cita o raciocínio de Pufendorf: “a natureza nos manda ser sociáveis”, mas não devemos esquecer-nos de nós mesmos. “Ao contrário, o propósito da sociabilidade é que, por meio de um comércio de auxílios e de serviços, cada um possa melhor realizar os seus próprios interesses”. Observa Rosanvallon que a noção clássica de interesse “marca uma virada ao passar do interesse paixão ao interesse necessidade”, a necessidade “torna-se guia do interesse”. Em razão disso, mencionando Hume, se os homens “estivessem efetivamente bem esclarecidos e jamais se enganassem a respeito dos seus verdadeiros interesses, não haveria problema”. Ainda para Hume, “a necessidade e o interesse da sociedade são os principais vínculos que nos ligam ao governo”. E, Adam Smith “vê a economia como o resumo e a essência da sociedade, o terreno sobre o qual a harmonia social poderá ser pensada e praticada”.³⁰⁷

É justamente essa ideia da sociedade constituindo-se a partir e através do mercado que Rosanvallon ressalta como um ponto central para a compreensão das ideias liberais, e que procura demonstrar a partir da sua pesquisa de alguns autores, pensadores e homens de ação

³⁰⁶ Pierre ROSANVALLON. *Liberalismo: História da idéia de mercado*. Tradução Antonio Penalves Rocha. Bauru, SP: EDUSC, 2002. Ao fazer história intelectual, Rosanvallon diz que o objetivo desta é: “compreender a formação e evolução das racionalidades políticas e sociais, ou seja, dos sistemas de representação que comandam o modo pelo qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem suas ações e encaram o futuro” (p. 16).

³⁰⁷ Idem, pp. 49-55.

como Adam Smith e Thomas Payne. De acordo com Rosanvallon, Adam Smith “opõe à sociedade jurídico-política a nação econômica”. É a riqueza que constitui a nação, pois a nação deve ser compreendida “como o espaço do livre comércio circunscrito pela divisão do trabalho que é movido pelo sistema socioeconômico das necessidades”. O mercado, que liga os homens como produtores de mercadorias, é “o verdadeiro cimento da sociedade” e, por isso, ele não é só o lugar onde as trocas são realizadas, não é só um modo de alocar recursos através dos preços, mas também “um mecanismo de organização social”. A economia, para Smith, deve ser pensada como “fundamento da sociedade, e o mercado como operador da vida social”. Além de estruturar a sociedade, o mercado “é também o meio e o fim do seu desenvolvimento”. Daí que, se a divisão do trabalho constrói a sociedade, a sua “finalidade última é a autonomia realizada pela dependência generalizada”.³⁰⁸

Com relação aos pensadores ingleses ligados ao iluminismo e ao liberalismo, cabe citar as observações de Roy Porter. De acordo com esse autor, o problema colocado pelo Iluminismo inglês foi dado pela questão de se poderia a procura da prosperidade individual ser compatível com a coesão social. Uma alternativa otimista foi formulada inicialmente por Mandeville e depois pelos economistas políticos. A riqueza dos indivíduos aumentaria a riqueza das nações e aquela prosperidade - individual e da nação - criaria uma rede de conexões interpessoais que fortaleceria, ao invés de dividir a sociedade.³⁰⁹

Nesse sentido, a nação é pensada como mercado, sendo o espaço econômico “construído e não geograficamente dado como território”. Para Rosanvallon, a “correspondência entre território político e espaço econômico começa a se realizar no século XVIII”, daí que a tarefa da economia política “reduz-se a pensar o funcionamento e a construção do espaço econômico interno da nação” - restringir “o liberalismo ao livre comércio significa não compreendê-lo”. Pois, o liberalismo deve ser entendido como uma “verdadeira reconstrução da sociedade a partir do mecanismo de troca e da divisão do trabalho”. E, se a troca econômica estrutura a realidade social, o livre comércio passa a ser uma consequência. Com relação ao comércio e suas transformações, Rosanvallon aponta que o comércio exterior no século XVIII não mudou sua natureza, apenas aumentou, ao passo que é “o comércio interior que se transformou

³⁰⁸ Pierre ROSANVALLON. *Op. cit.*, p. 85, 88, 94, 106.

³⁰⁹ Roy PORTER. *The Enlightenment*. Basingstoke, Hampshire: McMillan, 1999, p. 55.

profundamente e ocupou a nação, que se realiza, progressivamente, como uma sociedade de mercado”.³¹⁰

Para Adam Smith, afirma Rosanvallon, o verdadeiro espaço de socialização é o mercado, e não o estado, e a “ciência da riqueza é a ciência do funcionamento da sociedade civil no quadro de um estado de direito”.³¹¹ A filosofia política “subjacente na obra de Smith” seria desenvolvida por Godwin e Payne por meio da “distinção conceitual entre governo e sociedade. Para Thomas Payne, o governo e a sociedade não são apenas realidades diferentes, mas tem origens diferentes: a sociedade é produto de nossas necessidades, já o governo deriva de nossas fraquezas. Thomas Payne vê “lugar para uma instância separada de regulação e de orientação da ordem social numa sociedade concebida como mercado”, isso porque ele parte do princípio da identidade de interesses. O interesse recíproco e a dependência mútua “criam a grande cadeia que liga a sociedade”: o “proprietário de terras, o arrendatário, o comerciante e todas as atividades prosperam graças à ajuda mútua”. Nesse sentido, o interesse comum regula as relações da sociedade e forma as suas leis. Payne radicaliza a importância e função desse interesse ao estabelecer que a lei do interesse recíproco “governa sozinha a sociedade”. Na base econômica desses interesses estão os princípios da “divisão do trabalho e da divisão da troca” que bastam para “garantir a coesão e a paz na ordem social”.

Por sua vez, Godwin leva ao extremo as ideias de Payne, ao propor uma sociedade sem governo. Ele também crê no princípio da identidade de interesses, mas para ele esse princípio é mais importante do que a igualdade de direitos. Portanto, nas palavras de Rosanvallon, faz “a fusão completa da ideia utilitarista com a ideia de democracia”. Apesar de não recusar a ordem, não há, para Godwin, lugar para a política. A forma de autoridade preferida por ele é a autoridade da razão, na qual o “indivíduo obedece a si mesmo”, é a forma superior de autoridade e está, portanto, relacionada com a ausência de governo.

Tanto Godwin como Payne, aponta Rosanvallon, “vêm a sociedade de mercado como lugar da extinção do político”. Essa redução e mesmo extinção da importância da política tem

³¹⁰ Pierre ROSANVALLON. *Op. cit.*, p. 114-118.

³¹¹ *Idem*, p. 162.

como contrapartida a “difusão de uma ideologia da simplicidade política” - a limitação do campo político do governo significaria então a redução do governo.

Voltando a argumentação de Payne, para ele o “governo tem um papel puramente econômico, a política não dirige a sociedade, ela é o lugar de gestão dos interesses comuns ao conjunto dos cidadãos”. Com efeito, são os “interesses econômicos comuns que definem a cidadania”, as escolhas políticas são, portanto, baseadas nesses interesses econômicos comuns. Verifica-se aí o “princípio da harmonia de interesses” em que se funda não só as ideias de Thomas Payne, como também, conforme já visto, o pensamento de Godwin. A limitação do campo político é possível, em razão de que suas preocupações e decisões principais estão ligadas à gestão das “atividades necessárias à perseguição do interesse econômico de cada um dos indivíduos”.³¹²

A noção de que o interesse ou a utilidade - harmonia natural dos interesses - são uma garantia da harmonia, “o terreno concreto sobre o qual se estabelece o vínculo social”, tal como formulada por Adam Smith, é uma utopia, afirma Rosanvallon. Observa este que o “liberalismo é inencontrável no século XIX”, é só constatar a presença do protecionismo, colonização, crescimento do papel do estado, formação de trustes e cartéis, etc. No entanto, essa utopia da sociedade de mercado foi “um instrumento que possibilitou quebrar as regulamentações que impediam a formação de uma classe trabalhadora disponível para os capitalistas”. Desta forma, conclui Rosanvallon, o “capitalismo não é a realização de uma utopia, ou um plano de sociedade” - uma construção racional e elaborada de antemão; ele é resultado de “práticas econômicas e sociais concretas, uma sociedade onde os capitalistas controlam a economia e as formas de organização social que interferem na economia”. Daí que a “utopia liberal da sociedade de mercado é estranha ao capitalismo”, que manteve dessa utopia o que lhe era conveniente, “como a afirmação da propriedade privada como fundamento da sociedade”. Já em relação ao estado, o capitalismo o defende quando lhe interessa, e o critica e combate “na mesma razão do interesse”. É, portanto, muito mais uma “relação instrumental com o liberalismo”.

O capitalismo reivindica antes de tudo a liberdade para o capital, essa é mais importante para ele, sendo, portanto, indiferente ao protecionismo ou livre cambismo. Sendo assim, para

³¹² Pierre ROSANVALLON. *Op. Cit.*, p. 181-183.

Rosanvallon, “os economistas clássicos são incapazes de apreenderem a natureza do capitalismo, já que tomam por um sistema o que é resultado de uma prática. Por outro lado, o liberalismo tem uma ideologia que aparece na economia política do século XVIII, principalmente em Adam Smith: a sociedade civil como um mercado.

Como procuramos mostrar nessa pesquisa, as reformas socioeconômicas apresentadas por alguns membros da Sociedade Auxiliadora fundamentavam-se nessa economia política liberal, que teve influência nos argumentos e propostas da SAIN: a sociedade em construção deveria ser formada por produtores e trabalhadores, e os mais adequados - a essa sociedade cujo vínculo social maior está no mundo da produção e da troca, da busca da eficiência e do progresso econômico - deveriam ser os trabalhadores morigerados, e inteligentes, que buscam melhorar sua condição de vida, e que, ao fazê-lo, contribuem para a melhoria da sociedade - a ação econômica está vinculada a ação moral e vice-versa. Os economistas políticos franceses, citados pelos reformistas da Auxiliadora e por Rebouças, tiveram em Jean-Baptiste Say seu principal precursor, sendo Say um dos principais continuadores e divulgadores dos ensinamentos de Smith.³¹³ Uma característica marcante desses economistas políticos franceses é que, em sua maioria, eram publicistas e autores, professores e atores administrativos e políticos, envolvidos com questões práticas.

A utopia liberal, como descrita por Rosanvallon, tem em Bastiat um dos principais autores e que é citado em vários escritos do Auxiliador, particularmente em Rebouças, como continuador desse pensamento no século XIX: “Será preciso toda a fé cega de Bastiat nas virtudes de um puro capitalismo, que seria identificável como verdadeiro liberalismo para que se continue a pensar que a economia do século XIX pode satisfazer o programa da economia clássica. (...) Bastiat chegava a dizer nas *Harmonias econômicas* ‘comunistas, sonhai com a comunidade e a tendes. A ordem social torna todas as utilidades comuns, desde que a troca de

³¹³ Para Schumpeter, “O vasto sucesso escolar do seu (Say) *Traité* – em nenhum outro lugar tão grande como nos Estados Unidos – confirmou, apenas, os críticos contemporâneos e posteriores em seu diagnóstico, de que ele era apenas um popularizador de A. Smith. (...) Até para os historiadores franceses, sempre prontos a proteger sua memória, ele era, primordialmente, um dos expositores – um daqueles historiadores chamou-lhes ‘vulgarizador’ – dos ensinamentos de A. Smith.”¹⁴¹. No entanto, Schumpeter, considera que a obra de Say, para Schumpeter, “desenvolveu-se de fontes puramente francesas”, foi a “tradição de Cantillon-Turgot que ele levou avante”. Joseph Schumpeter. *História da análise econômica*. Editora: Fundo de Cultura S.A.; Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil-USAID. Rio de Janeiro, 1964.p 141

valores apropriados seja livre' (Ouvres, p. 140) (...) Entre o século XVIII e XIX, a utopia liberal é transferida do campo econômico para o campo político. Bastiat é um dos raros economistas que segue pensando o papel da economia na sociedade nos termos de Adam Smith, supondo que nela mesma estaria a realização da harmonia social.”³¹⁴

De acordo com o *Dictionnaire de l'Economie Politique*, obra coletiva desse grupo de economistas políticos franceses influentes na Auxiliadora e em Rebouças, Bastiat foi representante na assembleia constituinte de 1848 e na assembleia legislativa: membro correspondente da Academia de ciências morais e políticas. Uma de suas obras mais citadas, *Harmonies économiques*, de 1850, é assim resumida pelo *Dictionnaire*:

Nesta bela obra que, sobre qualquer ponto, abre novos horizontes para a economia política, e sobre outros, retifica felizmente a nomenclatura da ciência, M Bastiat empreende a demonstração da harmonia das leis econômicas, quer dizer de sua tendência a um fim comum, que é aquele do aperfeiçoamento progressivo da vida humana. Ele procura a prova que os interesses individuais e aqueles das diversas frações da humanidade considerados no seu conjunto, longe de serem antagônicos, se servem, ao contrário, mutuamente, e que, longe do fato de que o lucro de um implique no prejuízo de outro, como tanta gente ainda pensa, cada família, cada comuna, cada província, cada nação está interessada na prosperidade de todos os outros. Para que estas leis ajam constantemente na direção do sentido indicado, uma só condição é necessária, o respeito à liberdade e à propriedade de todos e de cada um (...).³¹⁵

Com relação à utopia liberal tal como formulada por Rosanvallon, vemos então que ela se baseava na harmonia de interesses econômicos numa sociedade formada por proprietários produtores. A utopia de Adam Smith reside numa concepção que via na competição de mercado, formado por pequenos produtores, um processo positivo e estimulador da eficiência econômica, no sentido de, progressivamente, buscar sempre a melhor forma de produção, a mais eficiente, sendo que aqui, o papel da ciência e da tecnologia é fundamental, uma vez que são elas que propiciam esse avanço.

Mas, mais importante para nosso estudo é que os reformadores sociais aqui estudados combinavam essa influência da economia política francesa com o exemplo dos Estados Unidos.

³¹⁴ Pierre ROSANVALLON. *Op.cit.* 256, 257

³¹⁵ Dictionnaire de l'Economie Politique. Publié sous la direction de MM. Ch. COQUELIN et GUILLAUMIN. PARIS: LIBBRAIRE DE GUILLAUMIN ET C^e, 1852 (Éditeurs de la Collection des principaux économistes, du Journal des Économistes, etc), pp. 145-147.

Não por acaso, a obra que teve mais influência nesse sentido foi justamente a de Michel Chevalier sobre os Estados Unidos. Partes de suas *Lettres sur l'Amérique du Nord* foram reproduzidas nas páginas do *Auxiliador* e, no caso de Rebouças, ela foi amplamente citada na obra *Agricultura Nacional*. Chevalier observou na sua descrição dos Estados Unidos que “no domínio econômico predominavam o agricultor independente e livre (farmer) e a pequena indústria”. No que se referia à economia americana e à política, Michel Chevalier exalta como os verdadeiros interesses, os interesses materiais, têm prioridade sobre as questões políticas. Comparando com a Europa, ele afirmava que a política nos Estados Unidos não podia ter o mesmo sentido que tinha na Europa, pois a república americana não corria o risco de se envolver em disputas com os vizinhos, e também no seu interior não havia disputas internas, como os conflitos religiosos. Com efeito, a política dos Estados Unidos “não poderia ser outra coisa que o desenvolvimento das atividades industriais e comerciais e a colonização do Oeste”. “(...) é para lá que está o interesse dos jovens, dos trabalhadores, dos novos imigrantes, tanto quanto dos especuladores e dos homens de negócios”.³¹⁶ Desta forma, os Estados Unidos ofereciam o exemplo de uma sociedade sendo formada por imigrantes morigerados, proprietários, com espírito de iniciativa procurando satisfazer seus interesses materiais e contribuindo para o interesse geral na nação que se constituía. Isso obviamente no caso dos americanos do norte, na tipologia de Chevalier, os Yankees.

Chevalier é enfático na sua diferenciação entre o Norte e o Sul: “Os estados do Norte, onde não há escravidão, são verdadeiramente democráticos; essencialmente agrícolas, a maior parte das fazendas não passam de 80 a 160 acres (32 a 63 hectares). No sul, ao contrário, é a república aristocrática onde reinam a escravidão e a grande propriedade”. Decorrente deste fato, Chevalier afirmava que havia dois tipos de americanos: “os virginianos, os dignos descendentes dos gentlemen ingleses, que desde crianças são acompanhados de escravos, que fazem todo o

³¹⁶Jean WALCH.”Michel Chevalier. *Économiste Saint-Simonien*. 1806-1879. Paris: Librairie Philosophique, 1975. Michel CHEVALIER. *Lettres sur l'Amérique du Nord*. Paris, Gosselin. 1836. 2 vol. Tomo II, p. 3. Apud Jean WALCH. Op. cit. p. 152. Michel Chevalier foi para a América, em 1833, tendo sido encarregado, pelo governo francês, de estudar no local a execução dos caminhos de ferro empreendidos ou criados pelos Estados Unidos. Após uma viagem de dois anos nas diversas partes da América setentrional, ele volta para a França e publica suas *Lettres sur l'Amérique du nord*. (Dictionnaire de l'Économie Politique. Publié sous la direction de MM. Ch. COQUELIN et GUILLAUMIN. PARIS: LIBRAIRE DE GUILLAUMIN ET C^a, 1852. (Éditeurs de la Collection des principaux économiste, du Journal des Économistes, etc).

trabalho manual para eles e, portanto, são pouco ativos e mesmo preguiçosos”. E os Yankees, que ao contrário dos virginianos, são “reservados e prudentes, sóbrios e industriosos e econômicos”.³¹⁷

A influência dos Estados Unidos, de forma geral como exemplo de organização socioeconômica, dos seus meios de transporte, política de imigração, de colonização, de organização produtiva, de ensino técnico, etc, era frequentemente retratada em artigos do *Auxiliador* e continuou na década de 1880.

Portanto, pode-se concluir que as propostas reformadoras socioeconômicas apresentadas na *Auxiliadora* e em *Rebouças*, viam essa possibilidade de construção dessa “utopia liberal” da economia política dentro da ordem escravista. Explica-se daí seu apoio a medidas gradualistas de abolição do trabalho escravo, pois o gradualismo implicava numa solução de compromisso entre os interesses dos proprietários de escravos e as mudanças sem ameaças fatais à ordem econômica e às instituições políticas monárquicas. O gradualismo tanto prolongava a escravidão como introduzia mudanças. O *Auxiliador*, nos anos 1850, procurando convencer os proprietários de escravos, publicou alguns artigos de Burlamaque nos quais ele procurava demonstrar, através de cálculos, como o trabalho escravo era inferior, em termos econômicos, ao trabalho “livre”.

Com relação às propostas de mudanças baseadas em “utopias”, cabe mencionar que na mesma década de 1860, quando a *Auxiliadora* gozava de grande “prestígio”, o regime monárquico começava a apresentar sinais de crise, e novas correntes políticas que questionavam tanto as instituições políticas como a ordem social estavam surgindo. Nesse contexto surgia o Positivismo, pois “as possibilidades de crítica social, oferecidas na obra de Comte, seduziram uma parcela significativa da sociedade”. Era “o sonho de construir uma sociedade moderna,

³¹⁷ Ainda sobre a relação da economia com racionalidade e a ciência, fazemos referência a algumas observações de Peter Gay. Segundo ele, na premissa de que os homens em busca das suas satisfações individuais materiais e ao estabelecerem seus negócios - visando lucros - acabam por gerar benefícios gerais está embutida outra premissa, a de que esse processo só é possível acontecer desta forma se, ao estabelecerem seus negócios, os homens o façam procurando se guiar por critérios essencialmente científicos e racionais. Pois, desta maneira a aplicação do conhecimento científico e da razão na natureza pressupõe certa neutralidade. Considera-se, portanto, o caráter objetivo do conhecimento das ciências naturais na sua aplicação na atividade produtiva, apesar do seu objetivo último ser a apropriação individual. Sendo assim, a geração de riqueza social geral decorre da liberdade dos indivíduos assim atuarem, utilizando principalmente de sua própria racionalidade, vontade e disposição para o trabalho produtivo. Peter Gay considera que a *A Riqueza das Nações* de Adam Smith é um documento fundamental da ilustração: “É secular na sua percepção do mundo, devotado aos fatos, confiante na sua busca pela generalização científica, intencionada em traduzir conhecimento em ações beneficentes, confiante nas suas expectativas que humanidade e utilidade coincidem frequentemente”. Peter GAY. *The Enlightenment. An Interpretation*. New York, London: W.W. Norton & Company, 1996, 2 vol, p. 368.

fundada na utopia positivista”. Como explica José Ricardo, os positivistas, por possuírem “uma compreensão particular da formação social brasileira destituída de referências liberais”, “puderam assumir uma forma organizativa original”, o que garantiria “uma capacidade de intervenção à margem das instituições políticas”.³¹⁸

Já a Auxiliadora e seus “reformadores” procuravam ações transformadoras “modernizantes” dentro da ordem socioeconômica vigente.

Finalmente, sobre os anos subsequentes ao período estudado aqui, cabe algumas observações em relação à atuação da Auxiliadora. Ela vai deixando de ser um órgão consultivoparecerista, sua principal função institucional, uma vez que a partir de 1882, com a nova lei de patentes, vai se verificando a preferência do governo em organizar órgãos especializados em patentes. Esvaziada da sua principal função, a Auxiliadora continuará publicando seu periódico, o *Auxiliador*, com matérias de divulgação de conhecimentos científicos, aumentando a quantidades de informações de estatísticas econômicas.

Em 1888, havia duas seções especializadas em estatística, a seção de colonização e estatística e a de estatística industrial. Embora não tivesse a mesma importância como órgão consultivo parecerista, as seções ainda permaneceram: o presidente da seção de máquinas e aparelhos era o engenheiro André de Pinto Rebouças e o vice-presidente era o também engenheiro e industrial Luiz Rafael Viera Souto. O presidente da Auxiliadora era o médico Nicolau Joaquim Moreira.

Num discurso na abertura do curso de economia rural, em 1880, o Dr. Nicolau Moreira reafirmaria convicções baseadas na ciência, no ensino profissional e na economia, estas fundada em orientações liberais.

É, com efeito, meus senhores, todo aquele que se vota a uma exploração, arte ou indústria, deve conhecê-la *teórica e praticamente*.

Ninguém, no século atual, tem o direito de duvidar do valor e importância desses dois elementos produtivos de todas as ciências, artes e indústrias, a *teoria*, que formula as leis e estabelece as regras; a *prática*, que as verifica e sanciona.

A prática, meus senhores, não pode nem deve ser considerada um acúmulo de fatos desordenados e sem nexos; pelo contrário os fatos filiam-se, prendem-se e constituem-se em uma cadeia; é sobre os fatos que a ciência estabelece suas

³¹⁸ José Ricardo Barbosa GONÇALVES. Op. cit., p. 130-132.

hipóteses, tira deduções, e formula preceitos que devem guiar futuros artistas, exploradores, e industriais.

Da parte da doutrina nada existe que antagônico seja à prática, por quanto é do caráter da ciência ser positivista. Ela não admite fatos alegados, exige-os demonstrados pela experimentação. Fora da determinação dos fatos e das leis que os presidem, não há mais do que o empirismo e a escolástica.

Ora, o empirismo sem a razão é a cegueira do espírito, e a escolástica é a verbiagem que tão cruelmente nos persegue.

E, pois, assim como o capital é o trabalho acumulado; a ciência é a reunião dos fatos metodicamente ligados e explicados.³¹⁹

Sobre o ensino profissional:

O ensino profissional convém ao operário porque aperfeiçoada a sua inteligência, mais perfeito será o seu trabalho, e, por consequência, melhor remuneração receberá (...).

O ensino profissional convém ao explorador, porque empenhando parte ou a totalidade de sua fortuna em um estabelecimento industrial, acha-se ele em condições de bem dirigi-lo, acrescendo que os produtos de sua exploração terão fácil saída nos mercados a que concorrem.

O ensino profissional convém ao Estado, porque, em via de regra, não só operário educado e instruído é sempre bom cidadão, gozando de certa autonomia e independência, mas ainda a permuta rápida dos produtos, em virtude de suas belas qualidades, levará ao tesouro público maiores rendimentos; (...)

Ainda o ensino profissional convém, posto que indiretamente, ao consumidor, por quanto este encontra nos mercados para a satisfação das necessidades da vida variados e numerosos produtos ao alcance de seus recursos pecuniários.³²⁰

As exposições industriais: “Nestas solenes festas de trabalho, nestes certames onde não há vencidos nem vencedores, os industriais se confraternizam, o trabalho se nobilita, a ciência se exalta, e as indústrias se aperfeiçoam.”

Ele também se manifesta sobre a liberdade de indústria (iniciativa), propriedade e seu valor para a produção e intervenção do governo:

A produção reclama três condições – trabalho, capital, e matéria-prima; a eficácia, porém, desses agentes produtivos desaparece se duas circunstâncias não as sustentam – a liberdade de indústria e a segurança da propriedade.

A interferência do governo, principalmente em matérias industriais, é funestíssima em seus efeitos; sendo os principais destes o monopólio e o retardamento do progresso. Demais estou convencido que o mecanismo governamental, sendo excessivamente complicado em nosso país, é fácil o desarranjo de suas peças, o estrago de suas engrenagens; por outro lado que toda

³¹⁹ Auxiliador, nº 11, nov. 1880, p. 243, 244.

³²⁰ Idem, p. 245.

a indústria regada com o orvalho do tesouro nacional, raras vezes aproveita ao país, e sempre aos exploradores.³²¹

Era o então presidente da Sociedade Auxiliadora reafirmando uma visão do progresso.

³²¹ *Idem*, pp. 245, 246, 247.

REFERÊNCIAS

Fontes Impressas:

O Auxiliador da Indústria Nacional. RJ, 1833 a 1892.

Almanak Administrativo mercantile e Industrial da Côrte e da Capital da Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa dos Editores-Proprietário Eduardo \$& Henrique Von Laemmert, 1874.

ALMEIDA, Ignacio Alvares Pinto de. Discurso que no Faustíssimo dia 19 de Outubro de 1827, em que foi installada a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional recitou Ignacio Alvares Pinto de Almeida. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1828.

Estatutos da Sociedade Auxiliadora. RJ, 1827, 1831, 1848, 1857, 1868. *Lista dos Srs. Sócios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. RJ, 1838, 1854.

Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1824.

BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo Cesar. *Cathecismo da Agricultura*. Rio de Janeiro: Typographia Dezesseis de Julho de J. A. dos Santos Cardoso, 1870.

BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo Cezar. *Memória analítica do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão domestica*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; [Brasília]: Fundação Petrônio Portela, Ministério da Justiça, 1988.

Programma de Ensino da Escola Nocturna de Adultos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Typ. Universal de E. & H. Laemmert, 1873.

STURZ, João Diogo. Efeitos das máquinas e suas vantagens na riqueza pública e necessidade no Brasil, e da exceção de direitos que se lhes deve dar, bem como ao combustível para elas necessário, oferecido às sociedades Auxiliadoras da agricultura e Indústria do Rio de Janeiro e Bahia. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1835.

Bibliografia:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Le Commerce de Vivants: Traite d'Esclaves et "Pax Lusitana" dans L'Atlantique Sud*. Thèse de Doctorat de L'Université de Paris X, 1985-1986, mimeo.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, André Luiz Alipio de. *Variações sobre um tema: A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o debate sobre o fim do tráfico de escravos (1845-1850)*. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, 2002.

GONÇALVES, José Ricardo Barbosa. *Utopia da Ordem Social: o positivismo na crise da ordem imperial brasileira, 1862-1898*. Tese de doutorado em História Econômica apresentada na Universidade de São Paulo, 1990.

BARRETO, Patricia Regina Corrêa. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: O templo carioca de Pala Atena*. Tese de Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia apresentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BASTIAT, Frédéric. *Harmonies Économiques*. Cinquième édition. Ouvres complètes de Frederic Bastiat. Tome sixième. Paris: Guillaumin et Cie, Libraires, 1864.

_____. *Ce qu'on voit et ce qu'on ne voit pas* ou L'économie politique em une leçon. 5ªed. Paris: Gullaumim, 1879.

_____. *Le libre échange*. Ouvres completes. Mises em ordre revues et annotées d'après les manuscrits de L'Auteur. 10ª edit. Paris: Guillaumim et Cª Libraires, 1862.

_____. *Sophismes économiques*. Ouvres completes. Mises em ordre revues et annotées d'après les manuscrits de L'Auteur. 2ª ed. Tome quatrième. Petits panphlets. Paris: Guillaumim et Cª Libraires, 1863.

BASTOS, A. C. Tavares. *Cartas do solitário*. 4ª ed. (feita sobre a edição de 1863). São Paulo: Companhia editora Nacional, 1975.

BETHEL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Editora da USP, 1976.

CALMON, Pedro. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Centro Industrial do Brasil). Palestra proferida na reunião do Conselho Deliberativo do Centro Industrial do Brasil, realizada no dia 6 de Dezembro de 1977. RIHGB, vol. 318, 1978.

CAMILO, Ema Elisabete Rodrigues. *Modernização agrícola e máquinas de beneficiamento: um estudo da Lidgerwood MFG. Co. Ltd. Década de 1850 a 1890*. Dissertação de mestrado apresentado no Instituto de Economia da Unicamp, 2003.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Campinas, SP: Unicamp/IE, 1998.

CARONE, Edgar. O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827-1977). Rio de Janeiro: CIRJ/Cátedra, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: A política imperial*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Relume-dumará, 1996.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. *“O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil”*. Rio de Janeiro: Editora Revam, IUPERJ, Universidade Candido Mendes, 1999.

_____. “André Rebouças e a Questão da Liberdade” In *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. André Botelho e Lília Moritz Scwarcz (organizadores). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHEVALIER, Michel. *Cours D'Economie Politique: fait au College de France par Michel Chevalier*. Paris: Capelle, Libraire-Editeur, 1844.

_____. Des Interêts materiels en France. Travaux Publics. Routes. Canaux. Chemins de Fer par Michel Chevalier. Deuxième Édition. Paris: Charles Gosselinet et W. Coquebert, 1838.

_____. Exposition Universelle de 1867 a Paris. Rapports du jury international. Publiés sous La direction de Michel Chevalier. Membre de la Commission Impériale. Introduction par Michel Chevalier. Tome Première. Paris: Imprimerie Administrative de Paul Dupont, 1868.

_____. *Lettres de L'Amérique du Nord*. Bruxelles: Wouters et C, Imprimeurs-Libraires, 1944.

_____. *L'Exposition Universelle de Londres*. Paris: Librairie Scientifique-Insustrielle, 1851.

_____. *La Liberté aux Etats-Unis*. Paris: Capelle, Libraire-éditeur, 1849.

_____. *L'INDUSTRIE MODERNE ses progres et les conditions da sa puissance* (Exposition universelle de 1862) par M. Michel Chevalier. Extrait de La Revue Des Deux Mondes. Paris: Imprimerie de J. Claye, 1862.

_____. *Examen du système comercial connusous le nom du système protecteur*. Paris: Guillaumin, 1952.

CLÉMENT, Ambroise. “De la spoliation légale” In *Journal des Économistes – Revue Mensuelle d'Économie Politique et des questions Agricoles, Manufacturières et Comerciales*. Tome Vingtième Paris: Chez Guillaumin et C., Libraires-Éditeurs, 1848.

COMTE, Charles. *Traité de Législation ou exposition des lois generalé suivants lesquelles les peuples prospèrent, dépérissent ou restent stationnaires*. Paris: A. Santelet et C^a, Libraires, 1826.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro*. (1822-1930) Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à colônia*. 4^a ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

_____. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. 7^a ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brazil: 1850*. Tradução e notas de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Martins editora, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

DEAN, Warren. *Rio Claro: Um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. Tradução de Waldívia Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DESTUTT de TRACY, A. L. C. “Commentaire sur L'espirit dès lois de Montequieu suivi D'Observations Inédites de Condorcet. Écrit et publié par L'auteur em 1789 (AN VI). Genève: Slatkine Reprints, 1970.

DUNOYER, Charles-Barthélemy. *L'industrie et la morale considérées dans leur rapports avec la liberté*. Paris: Chez A. Sautet et C^{le} Libraires, 1825.

DICIONÁRIO DO BRASIL IMPERIAL (1822-1889). Ronaldo Vainfas (organizador). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

FACCARELO, Gilberto. "La liberte du commerce et la naissance del'idée de marché comme lien social" In *Histoire du Liberalism em Europe*. Philippe Nemo et Jean Petit. Paris: Presses Universitaire, 2006.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 24 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

GARNIER, Joseph. *Traité d'Economie Politique Sociale ou Industrielle*. Exposé didactique des principes et des applications de cette science avec des developpements sur le crédit, lés banques, le libre échange, La protection, L`association, lés salaires, etc. 7^a édition. Paris: Garnier Frères; Guillaumin et Cie, 1875.

_____. *Laissez faire-laissez passer (1852)*. In Robert LEROUX and David M. Hart (Editors). *French Liberalism in the 19th century: an antology* (Routledge studies in the history economics). London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2012.

GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva Publicações, 1983.

GIRARD, Louis. "Les libéraux français" (1814-1875). Paris: Éditions Aubier Montaigne, 1985).

GRAND DICTIONNAIRE UNIVERSEL DU XIX SIECLE par Pierre Larousse. Tome douzieme. Paris: Classique Larousse et Boyer, 1874.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

GAY, Peter. *The Enlighment*. An Interpretation. New York, London: W.W. Norton & Company, 1996. 2 vol.

HALL, Michael McDonald. Reformadores de classe média no Império brasileiro: A Sociedade Central de Imigração. *Revista de História*, vol. LII, ano XXVII, 1976.

HIRANO, Sedi. *Castas, estamentos e classes sociais: uma introdução ao pensamento de Marx e Weber*. 3^a Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

_____. *Pré-capitalismo e capitalismo*. São Paulo: HUCITEC, 1988.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Do Império à República*. O Brasil monárquico. 7^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2005 (História Geral da Civilização Brasileira, tomo2; vol. 7).

_____. *Reações e Transações*. O Brasil Monárquico. 3^o vol. 5^a ed. São Paulo: Difel, 1985 (História Geral da Civilização Brasileira).

HONORATO, Cezar T. “O Estado Imperial e a modernização portuária”, in. Tamás SZMRECSANYI e José R.A. LAPA. *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/Fapesp/ABPHE, 1996.

IGLÉSIAS, Francisco. “Vida Política” In Sérgio Buarque de HOLANDA (Direção). *O Brasil Monárquico*. 3º vol. “Reações e Transações”. 5ª ed. São Paulo: Difel, 1985.

JUCÁ, Joselice. *André Rebouças*. Reforma e Utopia no Contexto do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Construtora Norberto Odebrechet, 2001.

LEOPOLDI, Maria Antonnieta Parahyba. *Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LETTER, Michel. “Éléments pour une étude de l'école de Paris (1803-1852)” In *Histoire du Liberalism em Europe*. Philippe Nemo et Jean Petit (org.). Paris: Presses Universitaire, 2006.

LIMA, Heitor Ferreira. *Historia politico-econômica e industrial do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro, IBEMEC, 1978.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil*. Ensaio histórico, jurídico e social. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

MARQUESE. *Administração e Escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999.

MAUÁ, Irineu Evangelista dos Santos, Visconde de. *Autobiografia (Exposição aos credores); O meio circulante*. 3ª ed. Prefaciada e anotada por Cláudio Gans. Rio de Janeiro: Topbooks: Estaleiro Mauá, 1999.

MILL, John Stuart. *Princípios de Economia Política*: “com algumas de suas aplicações à filosofia social” (1848). Introdução de W.J. ASHEY; apresentação de Raul Ekerman; tradução de Luiz João Barúna. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1986. A primeira publicação foi em 1848.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NEMO, Philippe. “Les idéologues et le libéralisme”. *Histoire du Liberalism em Europe*. Philippe Nemo et Jean Petit (org.). Paris: Presses Universitaire, 2006.

PEREIRA, Valter Pires. *A ideia de progresso na formação social brasileira: das academias literárias à Sociedade Auxiliadora Nacional*. Tese de doutorado apresentada no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

PORTER, Roy. *The Enlighthement*. Basingstoke, Hampshire: McMillan, 1999.

PRADO, Maria Emília (org). *O estado como vocação*. Idéias e práticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Acces Editora, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 39ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

REBOUÇAS, André. *Agricultura Nacional: estudos econômicos*. Propaganda abolicionista e democrática (Setembro de 1874 a setembro de 1883). 2ª Ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1988.

_____. *Garantia de Juros*. Rio de Janeiro, Laemert, 1874.

_____. *Diário e notas autobiográficas*. Texto escolhido e anotações por Ana Flora e José Veríssimo. Rio de Janeiro: Livraria José OLYMPIO, 1938.

_____. *Parecer do Presidente interino da Seção de Comércio [André Rebouças] sobre a reforma da tarifa das Alfândegas do Império do Brasil*. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Typ. de G. Leuzinger e Filhos, 1877.

_____. “Pequena propriedade” in *Cidade do Rio* 12 de junho de 1888.

_____. “Nacionalização do Solo pelo Imposto Territorial”. *Jornal do Comércio*. 13-26/03 e 2-23/04 de 1884.

_____. “Transmissão da Propriedade Territorial por Endosso (Sistema Torrens - Torrens Act)”. *Revista de Engenharia*, nº 162, 28 de maio de 1887.

_____. “Instrução Técnica”. *Revista de Engenharia*, nº 256-257, 28 de abril a 14 de maio de 1891.

REYBAUD, Louis. *Études sur les Réformateurs ou Socialistes Modernes*. Saint-Simon, Charles Fourier, Robert Owen. Sixième édition. Paris: Guillaumin et C.ie Libraires, 1849.

RIOS FILHO, Adolpho Moralles de los. “Centenário do Falecimento do Marechal de Campo Pedro de Alcântara Bellergade”. Rio de Janeiro. RIHGB, 265, 1964.

ROSANVALLON, Pierre. *O liberalismo Econômico*. História da ideia de Mercado. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

_____. “Le moment Guizot”. Bibliothèque des Sciences Humaines. Paris: Éditions Gallimard, 1985.

_____. *Guizot et la question du suffrage universel au XIX siècle*. In François Guizot et la cultura politique de son temps (Colloque de la Fondation Guizot-Val Richer). Paris: Hautes Études; Gallimard le Seul, 1991.

SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, Progresso e a sociedade civilizada*. O partido republicano paulista e a política de mão-de-obra São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Paradoxo do Liberalismo: teoria e história*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro.

SAY, Jean-Baptiste. *Cours complet d’Economie Politique Pratique*. Paris: Guillaumin et C^a, Libraires, 1852.

SCHUMPETER, Joseph. *História da análise econômica*. Editora: Fundo de Cultura S.A.; Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil-USAID. Rio de Janeiro, 1964.

STEIN Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

STEINER, Philippe. “Say et le liberalism économique”. In *Histoire du Liberalism em Europe*. Philippe Nemo et Jean Petit. Paris: Presses Universitaire, 2006.

SILVA. Lúcia Osório. *Terras Devolutas e Latifúndio. Efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, José Luiz Werneck. *Isto é o que me parece. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira. A conjuntura de 1871 até 1877*. Dissertação de mestrado, Niterói: UFF, 1979.

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

TAUNAY Afonso de E. *A missão artística de 1816*. Rio de Janeiro: Publicações da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1956.

TAUNAY, Alfredo d'Escragno. *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo: Progresso Editorial. S.A, 1948.

_____. *Visconde do Rio Branco*. Esboço biográfico. Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger & Filhos, 1884.

TRINDADE Alexandro Dantas. *André Rebouças: da engenharia social à engenharia civil*. Tese de doutorado apresentada no departamento de sociologia da Universidade de Campinas, 2004.

_____. *A democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TURAZZI, Maria Inês. *A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem: A engenharia, a indústrias a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX*. Rio de Janeiro: COPPE, São Paulo: Marco Zero, 1989.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Ronaldo Vainfas (organizador). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VERÍSSIMO, Ignácio José. *André Rebouças através da sua autobiografia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1939.

WALCH, Jean Michel. *Michel Chevalier: economist saint-simoniene (1806-1879)*. Paris: Libraire Philosophique, 1975.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985.

ANEXOS:

CAPA DO DICIONÁRIO L'ÉCONOMIE POLITIQUE

DICTIONNAIRE
DE
L'ÉCONOMIE POLITIQUE

CONTENANT

L'EXPOSITION DES PRINCIPES DE LA SCIENCE

L'OPINION DES ÉCRIVAINS QUI ONT LE PLUS CONTRIBUÉ A SA FONDATION ET A SES PROGRÈS

LA BIBLIOGRAPHIE GÉNÉRALE DE L'ÉCONOMIE POLITIQUE

PAR NOMS D'AUTEURS ET PAR ORDRE DE MATIÈRES

AVEC DES NOTICES BIOGRAPHIQUES

ET UNE APPRÉCIATION RAISONNÉE DES PRINCIPAUX OUVRAGES

PAR MM.

FRÉDÉRIC BASTIAT, — H. BAUDRILLART, professeur au Collège de France; — AD. BLAISE,
BLANQUI, membre de l'Institut; — MAURICE BLOCH; — CHERBULIEZ, ancien professeur d'Économie politique à Genève;
MICHEL CHEVALIER, membre de l'Institut, conseiller d'État; — AMBROISE CLÉMENT;
AL. DE CLERQ, sous-directeur aux Affaires étrangères; — CH. COQUELIN, — GOUERLER SENEUIL; — A. COURTOIS;
F. CUVIER, conseiller d'État; — DIMOYEN, membre de l'Institut, ancien conseiller d'État;
DUPUIT, ingénieur en chef des ponts et chaussées; — GUST. DU FUYNODÉ;
LÉON FAUCHER, membre de l'Institut, ancien ministre; — JOSEPH GARNIER, professeur à l'École nationale des ponts et chaussées;
LOUIS LECLERC; — ALFRED LEGOY, chef de bureau de la statistique de la France; — G. DE MOLINARI; — MAURICE MONJEAN;
MOREAU DE JORNÉS, membre de l'Institut; — P. PAILLOTET; — DE PARIEU, conseiller d'État, ancien ministre;
H. PASSY, membre de l'Institut, ancien ministre; — QUETELET, membre correspondant de l'Institut de France;
LOUIS REYBAUD, membre de l'Institut; — NAT. RONDOT;
HORACE SAY, membre de la chambre de commerce, ancien conseiller d'État; — LÉON SAY; — ÉM. THOMAS; — VÉE; — CH. VERGÉ;
VIVIEN, membre de l'Institut, ancien conseiller d'État et ancien ministre; — J. DE VROIL;
DE WATTEVILLE, inspecteur général des établissements de bienfaisance;
WOLOWSKI, professeur de législation industrielle au Conservatoire des arts et métiers, etc.

PUBLIÉ SOUS LA DIRECTION

De MM. Ch. COQUELIN et GUILLAUMIN

TOME PREMIER

A — I

PARIS

LIBRAIRIE DE GUILLAUMIN ET C^{IE}

Éditeurs de la Collection des principaux Economistes, du Journal des Economistes, etc.

RUE RICHELIEU, 14

1852

DICIONÁRIO DE ECONOMIA POLÍTICA

Contendo a exposição dos princípios da ciência. A opinião dos escritores que mais contribuíram para a sua fundação e seu progresso. A bibliografia geral da economia política por nomes de autores e por ordem de matérias, com notícias biográficas e uma apreciação nascida das principais obras de

FRÉDÉRIC BASILIAT, - H. BAUDRILLART, professor no Collège de France; - AD. BLAISE, BLANQUI, membro de L'Institut; - MAURICE BLOCK; - CHERBULIEZ, antigo professor de economia política em Genève; MICHEL CHEVALIER, membro de L'Institut, conselheiro de Estado; MBROISE CLÉMENT; AL DE CLERCO, subdiretor para negócios estrangeiros; - CH. COQUELIN, - COURCKLE SENEUIL; - A. COURTOIS; F. CUVIER, conselheiro de Estado; - DUNNOYER, membro de L'Institut, antigo conselheiro de Estado; DUPUIT, engenheiro chefe de pontes e estradas; - GUST. DU PUNOYDE; - LÉON FAUCHER, membro de L'Institut, antigo ministro; - JOSEPH GARNIER, professor na Escola nacional de pontes e estradas; LOUIS LECLERC; - ALFRED LEGOYT, chefe do departamento de estatística da França; - G DE MOLINARI; - MAURICE MONJEAN; MOREAU DE JONNES, membro de L'Institut; - P. PAILLOTET; - D. PARIEU, conselheiro de Estado, antigo ministro; - H.PASSY, membro de L'Institut, antigo ministro; - QUÉTELET, membro correspondente do instituto de France; LOUIS REYBAUD, membro de L'Institut; - NAT. RONDOT; - HORACE SAY, membro da câmara de comércio, antigo conselheiro de Estado; - LÉON SAY; - ÉM. THOMAS; - VÉE; - CH. VERGÉ; DE WATTEVILLE, inspetor geral das instituições de caridadementos; WOLOWSKI, professor de legislação industrial no Conservatório de artes e ofícios, etc.

Publicado sobre a direção de

MM. Ch. COQUELIN et GUILLAUMIN.

Primeiro Tomo

A – I

PARIS

LIVRARIA DE GUILLAUMIN E Cia.

Editora da *Collection des principaux économiste*, do *Journal des Économistes*, etc.

Rua Richelieu, 14

1852

INTRODUÇÃO.³²²

Nas pesquisas científicas, como nas indústrias, a divisão do trabalho é uma das condições essenciais do progresso. Assim, é razoável fazer de cada uma das diversas ordens de fenômenos que são aplicados às pesquisas, o objeto de uma ciência distinta e circunscrita, pelo menos tanto quanto possível permitir a natureza dos fatos que serão estudados.

A ciência de que este dicionário se ocupa, expondo e desenvolvendo seus princípios, tem sido muitas vezes criticada de não ter fixado os limites do seu domínio, ou de suas investigações invadirem certas ordens de fenômenos que pertencem a outras ciências sociais, como por exemplo, a política, a legislação e a moral. Mas, essas críticas, apesar de terem sido formuladas por eminentes espíritos, e pelos próprios economistas, parecem resultar de ideias um tanto confusas sobre a natureza ou sobre as relações dos fenômenos sociais em geral; porque, por pouco que reflitamos, nós reconheceremos logo que estes fenômenos são tão estreitamente interligados que não é possível dividir o seu estudo por limites intransponíveis, ou que possa qualquer ciência social ser exposta sem alguma exploração nos domínios de outras.

“Não seria possível, por exemplo, à economia política nos fazer ver quais são as causas da diminuição ou do aumento das riquezas, se ela permanecesse estranha (étrangèr) ao domínio da legislação, se ela não expusesse os efeitos de uma grande quantidade de leis, regulamentos e tratados, relativos aos comércios, às manufaturas, aos estabelecimentos bancários e às relações comerciais entre as nações. Por sua vez, o estudioso que se ocupa da legislação tratará das leis de uma maneira imperfeita se ele não mostrar a influência que elas têm sobre o crescimento, a distribuição ou a diminuição das riquezas. É igualmente impossível que o estudioso que descreve as instituições civis ou políticas de um povo, e o moralista que pesquisa as causas dos vícios e das virtudes deste povo, não passem alternativamente um pelo território do outro”³²³.

As ciências morais são interligadas, não somente por relações íntimas que existem entre as diversas ordens de fenômenos que elas têm a missão de fazer conhecidos, mas ainda mais por um fim (objetivo) comum que acreditamos poder legitimamente assinalar, que é iluminar (mostrar), tanto quanto possível, os verdadeiros interesses das sociedades. Tudo o que podemos estabelecer quanto aos seus caracteres distintivos é que, na busca deste objetivo comum, cada uma delas é chamada a lidar com uma ordem particular de fenômenos sociais, sem poder, entretanto, negligenciar inteiramente as outras ciências sociais. Desta forma, a política e a legislação têm mais particularmente por objeto aquilo que concerne à organização da sociedade do ponto de vista da defesa nacional ou da proteção das pessoas e das propriedades: elas

³²² Essa tradução da introdução omite alguns pequenos trechos, indicados pelos parênteses, mas o texto está praticamente na sua íntegra.

³²³ *Traité de législation*, par Charles Comte, tome I, pages 31 et 32.

procuram pesquisar e determinar os limites que convêm colocar à liberdade individual no interesse da liberdade de todos. As regras da justiça que se aplicam aos litígios entre os particulares. Mas **elas não saberiam claramente distinguir os interesses das sociedades sob estas diversas relações a menos que elas se apoiem sobre as luzes fornecidas pela Economia Política e pela moral.** Ainda assim, **a moral, ao pesquisar quais são as atitudes ou princípios de conduta privada e pública mais favoráveis ao aperfeiçoamento do homem e da sociedade, não poderia fornecer a esse respeito indicações seguras sem ter em conta as verdades da ordem econômica.** Finalmente, a Economia Política, ao concentrar mais especialmente suas investigações nos fenômenos pelos quais as riquezas são produzidas, distribuídas e consumidas, não pode negligenciar a influência que exercem sobre os fenômenos desta ordem as instituições políticas, a legislação e os costumes, pois estaria se fechando em abstrações estéreis. (grifos nossos)

Esta conexão entre as ciências sociais nos impedira sempre que nos possamos dar, a cada uma delas em particular, uma definição que as feche numa circunscrição exclusiva e rigorosamente determinada; porque, mais uma vez, nos não podemos interditar todas as suas incursões fora dos limites que nos lhes assinalamos, a menos que nos as mutilemos. O que é, de fato, verdade com a Legislação, a Política, a Moral e a Economia Política. Mas se nos não podemos circunscrever, absolutamente, **o campo de exploração** de cada uma destas ciências, é fácil distingui-las pelas especialidades de seus fins (objetivos), e aquele da **economia política foi determinado de forma precisa: ele diz respeito ao conhecimento da natureza, das causas e dos resultados dos fenômenos da produção, distribuição e consumo de riquezas.** A economia política trata ainda de nos esclarecer, o melhor possível, quais são as condições sociais favoráveis ou prejudiciais, seja no que diz respeito à fecundidade da produção, seja com relação à equitativa repartição dos produtos ou ainda com relação ao seu emprego mais vantajoso. (grifos nossos)

Daí, portanto, Clement enfatizar a importância do conhecimento da economia política e da difusão do seu ensino na sociedade. Pois, **“nenhuma outra ordem de estudos poderia oferecer às sociedades tantas luzes apropriadas a lhes guiar nas vias (pelos caminhos) de uma civilização real,** e lhes fazer evitar aquelas que as conduzem para a decadência e a ruína. (grifos nossos)

A história de nossas revoluções políticas, depois de 60 anos, está plena de ensinamentos que confirmam a verdade dessas asserções. Seguramente, um povo que fosse menos ignorante das verdades econômicas, e cuja opinião geral fosse menos atrasada ou menos falsa sobre esse assunto, não teria permitido que a atividade nacional fosse pelas vias ruinosas e retrógradas que nós fomos a partir de 1793. O desenvolvimento liberal e verdadeiramente civilizador de 1789 não teria sido extraviado nas loucas ou deploráveis direções que ele não tardaria a se engajar. Não teríamos visto, por exemplo, uma nação que queria fundar sua existência sobre o trabalho livre se esforçasse por dar as opiniões e os costumes das antigas sociedades, que baseavam sua

existência sobre a guerra, a espoliação, e a escravidão. Essas disposições se degeneraram em espírito de conquista e dominação. Esses sentimentos selvagens e cegos retardaram o progresso moral e político da Europa. Essa tendência acarretou a emissão desordenada de *assignats*³²⁴, o sistema continental, o comércio por licenças, etc, e todas aquelas medidas desastrosas ou absurdas mostraram a mais completa ignorância dos verdadeiros interesses da sociedade ou de um soberano que despreza seus interesses. Mas a armadilha – da qual as luzes da economia política teriam podido nos preservar, se elas fossem disseminadas - é o estabelecimento do **sistema governamental** e administrativo que, multiplicando as atribuições da autoridade pública, ao ponto de tudo subordinar à sua direção, parece querer **aniquilar a iniciativa e a potência individual** para deixar existir somente a potência coletiva; sistema que não cessa de se agravar depois de trinta anos, e que tende a substituir a atividade útil pela atividade prejudicial, ao desviar as faculdades e os esforços de um número sempre crescente de indivíduos, da exploração das coisas para a exploração dos homens mesmos; que, ao carregar nossos governos de uma responsabilidade quase ilimitada em suas atribuições, desviam a causa principal da instabilidade e insegurança que lhe é seguida; que, enfim, parece à beira de chegar, nesses últimos tempos, ao seu extremo, ao apresentar como uma questão a resolver a tomada de todos os trabalhos pelo Estado e o advento de um comunismo universal. (grifos nossos)

Não se deve acreditar que essas últimas aberrações econômicas fossem o resultado de uma ignorância particular aos sectos socialistas; sobre essas questões, os partidos que se dizem conservadores não se mostraram mais esclarecidos. Se eles resistiram às tendências que pudessem converter os trabalhos, mais ou menos livres, em serviços públicos, à estender ainda mais as regulamentações governamentais, à enfraquecer, mais e mais, a iniciativa e a responsabilidade individual, não é porque o sistema, em si mesmo, inspira repugnância, nem que suas opiniões tivessem por base princípios muito diferentes daqueles dos seus adversários, porque eles têm admitido perante esses últimos que a intervenção do Estado não tem limites assinaláveis, e que **é próprio do governo dirigir a atividade social em todos os seus desenvolvimentos**; somente que, ao adotar esses princípios, eles consideram-se os únicos mestres em determinar as suas aplicações. (grifos nossos)

Contudo, e por necessidade do momento, eles (os partidos conservadores) se apoiam voluntariamente sobre as verdades proclamadas pela economia política, professam com ela que não há produção fecunda e repartição equitativa dos produtos que não seja dentro da **liberdade do trabalho e das transações**, que cada um deve ter a responsabilidade do seu destino e que os instintos do coração, assim como as luzes da razão, comandam a ajuda aos infelizes tanto quanto for possível, que ninguém tem o direito de jogar sobre o outro a tarefa de obtenção de trabalho e dos meios de existência; que a autoridade pública tem por missão proteger a pessoa, a liberdade e

³²⁴ Bilhetes emitidos na França entre 1789- ?. Os assignats não eram convertidos em espécie, mas reembolsáveis sobre o produto da venda dos bens do clero. Eles tornaram-se rapidamente dinheiro de papel, pois este se desvalorizava rapidamente. www.larousse.fr/dictionnaires/francais/assignat

os bens de todos, mas não pertence a ela dispor das faculdades de cada um, e do que eles produzem, de pegar de uns para dar para outros, de subtrair pela lei, dos preguiçosos, dos dissipadores, dos parasitas, as consequências das suas condutas, para fazer recair essas consequências sobre aqueles que têm uma conduta oposta.

Mas essas verdades, se são claras, são ignoradas quando se trata de fazer sua aplicação aos abusos constituídos. Se eles se declaram partidários da liberdade de trabalho, é sob condições de não alterar o regime que exclui essas liberdades de uma variedade de profissões monopolizadas ou regulamentadas. Se eles não admitem que o Estado pegue de uns para dar a outros, eles não estão dispostos a aceitar críticas que contestem a legitimidade das subvenções de prêmios, das garantias excepcionais concedidas com o produto das contribuições públicas a um grande número de empresas gozando do seu apoio a qualquer título. Se eles se opõem fortemente à pretensão da autoridade do momento de dirigir a aplicação dos fundos produtivos do país e impedir cada um de dispor livremente de suas faculdades e dos produtos do seu trabalho, eles não defendem com menos energia a legislação comercial que, por meio de proibições aduaneiras e dos direitos proibitivos, produzem exatamente esses dois resultados. Assim, uns reclamam os privilégios, os resgates e a generosidade do Estado, em favor das classes operárias nas quais eles buscam apoio; os outros querem para aqueles que ficaram de fora. A Economia política não age para pessoas, uma das suas conclusões é que é necessário deixar para cada um aquilo que lhe pertence e nunca usar de autoridade ou da lei para tirar de uns em proveito de outros. Contrária às espoliações legais, sob qualquer forma que elas se disfarcem e sob qualquer bandeira que elas se abriguem, ela deve desagradar todos aqueles que disputam privilégios; por isso ela tem sido sucessivamente banida (proscrite) pelos dois campos opostos. Após a tentativa feita em 1848 para subordinar seu ensino *au point de vue de l'organisation (arbitraire) du travail* (ao ponto de vista arbitrário do Trabalho) veio, em 1850, aquela (tentativa) de um conselho geral de agricultura, das manufaturas e do comércio, que pretendia impor aos professores de economia política a obrigação de coordenar suas lições *au point de vue de la législation commercial e actuelle de la France* (ao ponto de vista da legislação comercial atual da França), ou seja, de forma a justificar o sistema protetor ou proibitivo.

Mas, a economia política deve ser ensinada sob um único ponto de vista, aquele da natureza das coisas, exatamente, como são observadas, e, é bem evidente que nós não poderíamos impor outras bases a seu ensino sem transformá-la em outra coisa que não fosse ciência: porque as ciências não comportam soluções pré-concebidas; aquelas às quais elas chegam são o resultado dos fatos e das suas relações. Não seria, seguramente, mais absurdo exigir que o ensino da astronomia fosse ensinado do ponto de vista do sistema de Ptolomeu, do que pretender utilizar o ensino da Economia Política como justificação do sistema protetor ou de outro sistema elaborado antes e independente dos resultados da observação. (Grifos nossos)

Entre as diversas formas que pode comportar a exposição da economia política, aquela do dicionário parece a mais favorável à propagação rápida das suas principais noções. É grande o

número de indivíduos chamados a se ocuparem dos interesses públicos ou coletivos que, para realizar a sua missão o melhor possível, achariam, nas noções que tratam dessas questões, preciosas direções. Entretanto, eles se abstêm de adquiri-las, porque não podem dedicar muito do seu tempo à leitura de tratados metódicos. Um dicionário completo e bem projetado - ao lhes permitir dividir o estudo e a escolha livre das questões as quais o curso dos assuntos ou dos acontecimentos viesse imprimir um interesse de oportunidade - poderia iniciá-los, pouco a pouco, nas verdades econômicas e lhes inspirar o desejo de conhecer o conjunto.

(...) Uma obra similar nos parece, portanto, mais suscetível de ser consultada do que os tratados metódicos e receber assim uma utilidade mais usual e mais geral. Mas seria possível, no estado atual da ciência, fazer um bom Dicionário de Economia Política? A tentativa não seria prematura? Os trabalhos anteriores sobre esta matéria teriam constituído um conjunto de princípios suficiente para explicar toda a série de fenômenos econômicos e teriam resolvido teoricamente as numerosas questões a eles ligados? Cada princípio ou cada solução foi levado ao grau de evidência necessária para que possamos expô-los com a concisão exigida pela forma do dicionário? Nós esperamos que, no julgamento dos homens competentes, o conjunto da obra coletiva que publicamos responda de uma maneira satisfatória a estas questões. Infelizmente, os juízes verdadeiramente competentes em economia são pouco numerosos, e são menos ainda na França do que em vários países. Esta ciência é menos conhecida em seus princípios e soluções - pela maior parte de nossos homens de Estado, de nossos administradores, de nossos publicistas - do que pelos ataques interessados ou ininteligentes de que ela tem sido objeto nos últimos vinte anos. Eles compartilham também geralmente as prevenções cuidadosamente mantidas contra ela por todas as ambições que acreditam ter qualquer razão de temer as suas luzes, e, quando eles não vão até o ponto de bani-la como uma utopia perigosa, eles se satisfazem em classificá-la entre os sistemas puramente hipotéticos. Os menos hostis, sem contestar a veracidade de suas teorias, negam-lhe seu alcance prático. Alguns, entretanto, estão dispostos a conceder que várias de suas teorias deverão um dia ser aplicadas, mas eles adiam a época da sua aplicação a um ponto desanimador para as gerações atuais, e isto não somente para deixar à opinião geral o tempo para se modificar na direção das reformas a serem realizadas, mas porque um adiamento de longo prazo lhes parecem necessário para completar e melhor assegurar as bases da ciência, que não lhes parecem ainda suficientemente estabelecidas.

Malgrado o respeito que nos inspiram os fundadores da economia política, nós estamos longe de pensar que as novas investigações não possam juntar-se à utilidade de seus trabalhos, ou mesmo retificar aquilo que ela poderia ter de incompleto ou errado em alguns dos seus pontos de vista. Como todos os outros ramos do conhecimento humano, a Economia política é indefinidamente perfectível; mas nós temos a convicção que ela é hoje avançada o suficiente para não deixar nenhuma dúvida legítima sobre seus princípios essenciais, e que as verdades expressas por esses princípios não serão abaladas pelas pesquisas ou pelas descobertas posteriores, como não foram os elementos da geometria ou as leis da gravitação universal pelos

trabalhos de Lagrange ou de Laplace. Nós acreditamos poder afirmar que, **de todas as ciências que tem o homem ou a sociedade por objeto, a Economia política é a mais positiva e a menos incompleta**; que ela é incomparavelmente mais avançada que a política propriamente dita, mais que aquela que nós ensinamos hoje pelo nome de *filosofia*, mais ainda que as ciências da legislação, e da moral, e que sem ela não podemos fazer nem política, nem filosofia, nem legislação, nem a moral útil e verdadeira. (grifos nossos)

Nós assinalamos nos escritos da economia certas dissidências que exageramos o tanto quanto possível a fim de concluir que nada nos seus princípios estão concluídos; mas não nos esquecemos da grande quantidade de verdades sobre as quais eles concordam absolutamente. Ou então, para achar as contradições, nós concordamos complacentemente a qualificação dos economistas como escritores que qualquer outro título. Nós nos abtemos ainda de observar, que não há uma só ciência que não tenha sido - mesmo as matemáticas puras - e não seja ainda, a qualquer respeito, objeto de dissidências mais ou menos profundos entre aqueles que dela se ocupam. As diferentes ordens de fatos ou de fenômenos que embaraçam respectivamente a geologia, a física, a zoologia, a química, etc, não são elas, sob vários pontos de vista, apreciadas diversamente pelos estudiosos que as observam? E nós seríamos sábios se concluíssemos destas dissidências que as ciências de que delas tratam são problemáticas e sem princípios? Como, pois, que a Economia Política, tão rica como aquelas em verdades constatadas, não obtém o mesmo crédito? Isto se deve, principalmente, a duas causas que importa lembrar.

Em primeiro lugar, os principais assuntos dos estudos econômicos – o trabalho, a troca, o valor, o capital, etc - tem sido objeto de preocupações universais muito antes de a sua ciência ter sido fundada, e a generalidade dos homens se ocupa deles ainda hoje sem compreender a necessidade de suas direções; é, portanto, um fato que um grande número de pessoas tenha podido acreditar ser competente para formar uma opinião sobre todas as questões que podem surgir dos assuntos que lhes são também familiares. Ou essas opiniões, baseadas sobre pontos de vista muito incompletos dos fenômenos econômicos, das suas consequências mais ou menos distantes e das relações entre eles, foram frequentemente desviando as verdades que só um estudo aprofundado e generalizado poderia proporcionar o seu conhecimento e aprendizado; mas, uma vez adotadas, elas (opiniões) têm, mais ou menos, resistido às demonstrações científicas com a tenacidade ordinária dos preconceitos.

Em segundo lugar, como a legislação econômica das sociedades foi sendo formada com a ausência de todas as verdadeiras noções científicas, e em conformidade com os preconceitos reinantes, a ciência não pode descobrir e denunciar os vícios desta legislação sem alarmar numerosos interesses, legalmente fundados sobre o erro e a injustiça.

A Economia política foi, portanto, reunindo contra ela, independentemente das opiniões preconcebidas, a hostilidade ativa e perseverante dos interesses ilegítimos que ela pode ameaçar: tais são os principais obstáculos que mantém entre nós as dúvidas reais ou exageradas (*affectés*)

sobre a certeza ou eficácia dos seus princípios, retardando a propagação e por consequência a aplicação das salutares verdades que ela ilumina.

Mas esses obstáculos enfraquecerão. Os interesses injustamente fundados que a economia política pode alarmar são infinitamente menos numerosos e menos importantes na sua totalidade que os interesses legítimos que ela está destinada a servir: à medida que forem sendo esclarecidas as suas vantagens, elas lhe emprestarão um apoio mais enérgico, e um dia virá no qual ela adquirirá por este concurso uma força irresistível.

Este dia já chegou para **a Inglaterra, onde os princípios verdadeiramente econômicos têm penetrado na opinião das massas** e onde eles têm minado e demolido com uma facilidade inesperada os abusos que estão enraizados nos hábitos seculares e que sustentam interesses poderosos. (grifos nossos)

Nos **Estados Unidos, o profundo bom senso de Franklin e de outros fundadores da União fez, por assim dizer, o avanço das teorias econômicas.** As instituições deste país - à parte aquelas dos Estados onde a escravidão é ainda admitida - parecem ter sido inspiradas pelas mais saudáveis doutrinas da ciência; **nenhuma outra nação tem sabido limitar tão completamente a ação da autoridade pública dentro dos seus limites racionais, nem fundar as instituições que deixam tanta liberdade ao trabalho e às transações e que protege tão bem o desenvolvimento da atividade útil, dando também um pouco de controle ou alimento à atividade prejudicial.** (grifos nossos)

A opinião pública, na sua maioria, começa a se pronunciar no mesmo sentido na Bélgica, em Piemonte, na maioria das partes da Alemanha e da Itália; o ensino da Economia política tem um lugar notável na instrução pública. Ele é o mesmo na Espanha e na Rússia. **A França é de todos os Estados da Europa aquele que, nos últimos vinte anos, tem menos participado nesse movimento civilizador.** Mas ela será conduzida, mais cedo talvez do que pensam aqueles que se esforçam por mantê-la no último lugar nessa questão, pelo exemplo das nações mais avançadas ou pelo excesso mesmo dos abusos dos quais ela sofrerá consequências se ela persistir muito tempo ainda a lutar tão imprudentemente, como tem feito até aqui, contra as verdades econômicas. (grifos nossos)

A fim de justificar o que nós temos dito do grau de avanço da economia política e da grandeza de sua missão, nós vamos lembrar algumas das verdades que ela ensina, sem nos afastarmos, todavia, da linha de considerações gerais, e nós nos absteremos de desenvolver aqui o que está colocado nos artigos do dicionário.

Se a criação terrestre ficasse no seu estado primitivo, os homens não teriam podido se multiplicar, nem progredir em qualquer sentido: eles formariam pequenos povoados dispersos nas florestas e viveriam da caça à maneira de diversas espécies animais; talvez mesmo eles tivessem desaparecido diante das dificuldades excepcionais da sua existência original. Mas eles

têm sido dotados de uma faculdade maravilhosa, aquela de atuar sobre a maior parte dos seres da criação de maneira a se apropriarem mais e mais deles para satisfazerem às suas necessidades; e pelo exercício dessa faculdade, pelo prodigioso desenvolvimento que com o tempo ela recebeu da acumulação dos meios de trabalho e das descobertas sucessivas da inteligência, que nossa raça verdadeiramente se tornou o mestre do globo, que ela pode ocupar todas as áreas habitáveis, e elevar as condições de sua existência física, intelectual e moral à altura que nós vemos hoje nas nações mais avançadas.

É esta potente faculdade que designa, em Economia política, o nome *indústria*; o exercício da indústria é indicado pelo nome *trabalho*; os resultados do trabalho, consistindo em *utilidades* de toda a espécie às nossas necessidades, se nomeiam *produtos*, e os produtos, conservados ou acumulados, compõem as *riquezas*.

Apesar das riquezas não terem jamais cessado de serem ardentemente procuradas, os trabalhos que as criam estão longe de terem sempre sido honrados pela opinião. Os povos mais famosos da antiguidade, e mesmo aqueles que nosso ensino público apresenta como modelos à juventude nas escolas, tem por muito tempo julgado incomparavelmente mais nobre e mais meritório despojar (*dépouiler*) os trabalhadores das riquezas que produzem, do que eles mesmos a produzirem. Estes povos somente estimam as ocupações estéreis ou espoliadoras, e principalmente aquelas que comportam a guerra e o exercício da dominação; quanto aos trabalhos produtivos, eles são geralmente objeto do seu desdém, e nada lhes parece mais aviltante que a sua execução. Este singular desprezo do emprego da mais alta e da mais admirável das nossas faculdades é mantido através dos séculos, se enfraquecendo pouco a pouco, até tempos vizinhos dos nossos, e não é um ponto inteiramente apagado em todas as classes das populações europeias.

É tarefa da Economia política reabilitar completamente o trabalho produtivo; e ela o tem feito da maneira mais brilhante, ao demonstrar, de uma parte, que ele é a fonte de todas as riquezas, o verdadeiro fundamento da existência das sociedades, o agente principal da civilização, a condição essencial de todo o progresso, de toda a prosperidade; de outra parte, que é doravante, as populações inteligentes irão adquirir a estima e a consideração usurpada pela atividade espoliadora, e que elas saberão distinguir melhor as diversas formas que ela (espoliação) assume, a fim de se desfazer de todo o desprezo, de toda a vergonha que ela, por muito tempo, tem descarregado sobre a atividade produtiva.

Nós temos dito que um dos objetivos da Economia política é tornar conhecidas as condições favoráveis ou prejudiciais à fecundidade da produção e à equitativa repartição das riquezas. Estas condições se relacionam principalmente, seja ao grau de liberdade assegurado às indústrias pelas instituições, seja à maneira que o produto geral do trabalho é distribuído. Nós vamos indicar sumariamente as conclusões da ciência sobre esses dois pontos fundamentais.

Em primeiro lugar, **a liberdade de trabalho e das transações é uma das condições essenciais da fecundidade da produção: de uma parte, porque ela deixa a cada um a faculdade de seguir as inspirações de seu interesse pessoal** na escolha do gênero de ocupação que sua posição, seus gostos ou suas aptidões particulares lhe permitem empregar com os melhores resultados, e que, tudo considerado, **o interesse pessoal é geralmente o guia mais seguro e menos falível**; de outra parte, porque ela mantém em todos os ramos do trabalho produtivo uma concorrência tão estendida quanto a natureza das coisas pode comportar, e **a concorrência é incontestavelmente o estimulante mais potente da atividade e do aperfeiçoamento dos trabalhos.** (grifos nossos)

Tudo aquilo que, nas **instituições sociais, restringem essa liberdade é por consequência prejudicial à fecundidade da produção, e tal é o caráter que nós podemos seguramente assinalar, por exemplo, aos monopólios legais que reservam**, seja às corporações privilegiadas, seja aos governos, a faculdade exclusiva de exercer certos trabalhos ou profissões; - aos regulamentos pelos quais a autoridade pública pretende dirigir a marcha de certos ramos da atividade produtiva; - **às restrições legais feitas à faculdade de troca** e que restringem necessariamente, ao mesmo tempo, a faculdade de trabalhar, etc. (grifos nossos)

Em segundo lugar, **nossas faculdades industriais variam em natureza e em potência de um indivíduo para outro e sua fecundidade sendo geralmente proporcional à atividade de sua aplicação, esta atividade não poderia ter móvel mais potente que o interesse pessoal**, é fácil de conceber que o único modo de distribuição justo e eficaz das utilidades que elas produzem consiste simplesmente em deixar e em garantir a cada indivíduo o desfrute e a livre disposição, ou, em outros termos, a *propriedade*, do fruto dos seus trabalhos. (grifos nossos)

Toda perturbação feita a esta distribuição natural dos produtos, seja pela violência, seja pela fraude, seja pela falta de luzes, constitui uma evidente injustiça, porque ela priva de alguns o que eles tem produzido para atribuir a outros; ao mesmo tempo, ela diminui a extensão ou a segurança dos desfrutes que são o objetivo geral de todos os esforços, de onde resulta inevitavelmente uma redução na atividade e na potência das faculdades produtivas.

Para que a propriedade possa se formar e as riquezas crescerem, o trabalho não é suficiente, porque os seus resultados podem ser mais ou menos rapidamente consumidos; é necessário adicionar a poupança, que nós não podemos estimular sem garantir a cada um, não somente o desfrute pessoal, mas a total e livre disposição daquilo que ele produziu, compreendendo antes de tudo a faculdade de transmiti-la a seus filhos, à sua família, às pessoas que lhe são queridas. Sem esta condição, os estimulantes do trabalho perderão consideravelmente as suas energias e as acumulações serão incomparavelmente menos importantes; cada um seria animado a consumir durante sua vida o que ele pudesse adquirir; as gerações se sucederiam sem que uma transmitisse à outra alguma reserva aumentada; as antigas

acumulações tenderiam, ao contrário, a se reduzir mais e mais, e a indústria, logo privada de capital, se tornaria impotente.

Verdadeiramente, esta faculdade de transmissão de propriedades traz, com o tempo, numerosas desigualdades nas posições das famílias. Mas quando a propriedade e as liberdades produtivas são completamente garantidas, a desigualdade da fortuna (destino) não pode resultar, salvo raras exceções, que das produções e das acumulações devido àqueles que as possuem; ela é, portanto, a consagração da justiça: as famílias que, durante duas ou mais gerações, tiveram na totalidade da sua conduta uma atividade bem dirigida, uma previdência esclarecida, uma sábia economia, são justamente recompensadas pelas facilidades a qual eles alcançam; aqueles que seguem uma conduta oposta e cujos membros se abandonam à preguiça, à intemperança, aos diversos hábitos viciosos, são justamente punidos pela miséria que finalmente os alcançam, e da qual elas não podem sair a não ser pela força da sua boa conduta. É útil, indispensável ao aperfeiçoamento da vida humana que isto seja assim, e um regime social que, seja para manter a predominância de certas classes da população sobre todas as outras, seja para estabelecer entre todas as classes uma igualdade forçada, impedissem que as consequências naturais dos bons e dos maus hábitos caíssem principalmente sobre seus responsáveis diretos, seria igualmente funesta nos dois casos.

A experiência confirma plenamente estes resultados teóricos. A história de todos os tempos e de todos os povos prova que as sociedades são tanto mais prósperas, mais perfectíveis quando elas melhor garantem, pelos seus costumes e pelas instituições, as liberdades produtivas e a propriedade contra as violações infinitamente variadas em suas formas que podem adquirir a atividade espoliadora. Esta é a principal condição a que parece estar ligado, até aqui, o destino das populações; aquelas que têm melhor observado esta questão são as mais avançadas sob todos os aspectos essenciais; aquelas que menos respeitam essa condição são as mais atrasadas e mais miseráveis. Se algum povo antigo pôde obter passageiramente certo grau de prosperidade material em descordo com esta condição, fundando sua existência sobre a guerra, a rapina ou a escravidão; se, no seio mesmo de cada nação, certas classes têm podido se organizar de maneira a escravizar outras e a viver do seu dispêndio; é por meio do mal que ele faz ao maior número, aumentando o ódio geral, e desenvolvendo entre a população e as classes dominadoras uma corrupção que sempre leva a sua decadência e a sua ruína.

De outro lado, as tentativas feitas para manter entre as sociedades humanas uma igualdade postiça, fundada sobre a comunidade de trabalho e de bens, falharam todas miseravelmente, porque, não tendo em conta as desigualdades naturais que existem entre os homens, e tratando as faculdades superiores de forma igual às mais ínfimas, elas destroem o estimulante indispensável do interesse pessoal e rebaixa todas as atividades ao nível das menos inteligentes e menos fecundas.

Os males que pesam sobre uma nação, disse a esse respeito com profundidade um publicista por nós já citado, são sempre igualmente graves, seja porque uma parte da população se aproprie dos produtos dos trabalhos dos outros, seja porque os indivíduos que a compõem aspiram a estabelecer entre eles uma igualdade de bens e de males. Resulta disto que a desigualdade entre os indivíduos que compõem um povo é uma lei da sua natureza; que é necessário, tanto quanto possível, esclarecer os homens sobre as consequências das suas ações; mas que a posição a mais favorável a todos os gêneros de progresso é aquela onde cada um carrega a pena dos seus vícios, e onde ninguém pode abdicar para outro dos frutos das suas virtudes ou dos seus trabalhos.³²⁵

Somente as luzes da economia política foram capazes de completar os conhecimentos necessários a esta importante demonstração, e elas puderam ao mesmo tempo fornecer uma grande quantidade de noções indispensáveis ao reconhecimento, através de todas as complicações sociais, nas instituições, nas leis, nos atos privados ou coletivos, da existência, sempre dissimulada e às vezes difícil de revelar, desta atividade perversa que se aplica sem cessar a se apropriar dos frutos da atividade produtiva.

Uma das partes mais positivas e mais úteis da Economia política é aquela que trata dos fenômenos sociais pelos quais são realizadas as trocas gerais dos produtos e dos serviços.

É bem conhecido que a divisão do trabalho, ou melhor, a especialização das profissões ou dos trabalhos, é uma das causas principais da potência da indústria, que, sem esta condição, seríamos incapazes de atender às necessidades tão numerosas e tão diversas das sociedades civilizadas. Ou esta condição obriga cada trabalhador a se aplicar à produção de objetos *uniformes*, enquanto que suas necessidades reclamam produtos *variados*, e que ela leva assim à necessidade de troca.

No estado rudimentar, a troca consiste na permuta direta de objetos uns pelos outros, mas a ineficácia deste modo se manifesta à medida que as necessidades se desenvolvem e que os objetos de troca se multiplicam e se especializam mais. As populações sentem então a necessidade de adotar um intermediário uniforme cujas qualidades sejam tais que cada um se mostre disposto a aceitá-lo como um equivalente nas transações; este intermediário, qualquer que seja sua natureza, constitui a moeda quando ele for admitido de forma geral. As moedas formadas de ouro ou de prata passaram então a ter um uso universal. O longo hábito de tudo avaliar por eles, e de considerá-los como equivalentes de todos os produtos, os fez considerá-los por muito tempo como a riqueza por excelência, ou mesmo como a única riqueza, e disto nasceu uma série de preconceitos e de erros que, seguidos da falta da vulgarização das noções da Economia política, têm ainda um grande lugar na opinião geral.

³²⁵ *Traité de législation*, par Charles Comte, première édition, tome IV, Page 536.

É seguramente esta falsa ideia da riqueza que tem fundado a opinião, ainda admitida por um grande número de publicistas e de homens de Estado, que os impostos não podem ser a causa do empobrecimento do país que os suporta, pela razão de que o dinheiro arrecadado retorna ao país pelas despesas do governo; é o mesmo preconceito que tem ainda os escritos que todos os dias afirmam que a compra de produtos exóticos constitui *um tributo pago ao estrangeiro*. O mesmo erro é também a base do sistema da balança comercial, segundo a qual cada povo deveria considerar como um ganho o excedente de suas *exportações* sobre suas *importações*, enquanto que deveria considerar como uma perda todo o superávit dos valores importados sobre aqueles exportados, uma vez que em ambos os casos a diferença resulta em moeda, e a moeda é supostamente a única riqueza, e só pode constituir o ganho ou a perda.

Nada é mais rigorosamente exato que as demonstrações da Economia política sobre esses diferentes pontos. Ela faz ver claramente que o ouro e a prata, longe de comporem toda a riqueza, constituem em toda parte uma porção muito pequena. O valor da moeda é devido, além disso, como a de todos os outros produtos, à sua utilidade, primeiramente, como um meio de facilitar as trocas, e em seguida aos custos que é necessário incorrer para sua obtenção. A quantidade de moeda contra a qual se troca correntemente um hectolitro de trigo tem tanto valor que esta quantidade de trigo; mas ela não é mais vantajosa, e nada autoriza a pensar que um dos seus valores seja mais precioso do que o outro. Existe mesmo forte razão para acreditar que, para um povo considerado em seu conjunto, as acumulações de riquezas sob a forma de moeda são menos vantajosas do que sua acumulação sob todas as outras formas. Porque a moeda se distingue essencialmente de todos os outros produtos na medida em ela atende nossas necessidades, não como esses últimos, ou seja, proporcionalmente à sua quantidade, mas unicamente em razão do seu valor; ou, o valor da moeda se reduz necessariamente em todo o país onde sua quantidade aumenta consideravelmente. Não há, portanto, nenhum motivo razoável para engajar um povo a preferir a moeda à todos os outros produtos de mesmo valor. É também absurdo dizer que nós pagamos tributos aos estrangeiros quando compramos os seus produtos, seria como considerar o consumidor de pão como tributário do padeiro, e este como tributário do mercador de farinha. O sistema da balança comercial não é outra coisa que uma loucura; porque é ridículo pretender que uma nação perde quando no seu comércio com o estrangeiro ele recebe *mais (plus)* do que ela dá em troca, e que ela ganha, ao contrário, quando ela dá *mais* em troca de *menos*. As diferenças entre os valores importados e exportados são geralmente compensadas entre as diversas nações pela aplicação da dívida de umas no pagamento das dívidas das outras por meio de letras de câmbio, e acontece raramente que existam saldos consideráveis para pagamentos em moedas; mas mesmo que fosse de outra forma, nós não podemos tirar qualquer indução quanto ao ganho ou a perda das operações. É provável que, se os estados das alfândegas dessem exatamente os valores importados e exportados, eles apresentariam em toda a parte os excedentes de importação, esperando-se que esses excedentes sejam indispensáveis para proporcionar os lucros dos comerciantes, que não tardariam a abandonar o comércio se ele não desse mais lucros do que perdas. Finalmente, os

contribuintes não podem admitir sem um excesso de tolice que os governos restituem os impostos ao gastar o montante, enquanto que, se o dinheiro cobrado para essas despesas é revertido no país, é somente na troca de produtos ou de serviços cujo valor é ou deve ser o mesmo.

As indicações da ciência não são menos seguras no que concerne ao uso dos bilhetes de banco que substituem em certa medida a função do dinheiro. Ela mostra que esses bilhetes não são outra coisa que títulos de dívida, não acrescentando absolutamente nada às riquezas existentes, e que a sua única função consiste em fazer passar a faculdade de dispor de uma porção destas riquezas de uma pessoa para outra. Esta função é assim aquela da moeda metálica; mas existe entre esta e os bilhetes de banco, ou outros títulos da mesma natureza, esta diferença essencial, que é a de que a moeda de ouro ou de prata traz nela mesma a garantia do seu valor, enquanto que a garantia que os bilhetes representam ou são supostos representarem pode não existir. É verdade, no entanto, que quando eles são geralmente aceitos com confiança, eles complementam mais ou menos o dinheiro real, e podem assim realizar uma economia importante de metais preciosos, ao mesmo tempo em que eles constituem um instrumento de troca muito fácil de utilizar.

Mas essas vantagens têm um preço caro todas as vezes que a emissão de bilhetes não for sabiamente medida e que seu reembolso em moeda metálica à toda requisição não é suficientemente assegurada. O resultado é então uma extensão exagerada e danosa do crédito. Essa extensão que tem os bancos, os estimula a expandi-lo pela facilidade de multiplicação dos descontos e das emissões, passando seus bilhetes a um grande número de pessoas, que não teria esse acesso de outra forma, e que os utiliza, não para criar, mas para dissipar as riquezas. Resulta ainda que a abundância progressiva desse intermediário das trocas o deprecia mais e mais, embora os bilhetes conservem o mesmo valor nominal, o que leva um aumento artificial no preço dos produtos e dos serviços, e as desastrosas perturbações em todas as transações, ao menos quando os bilhetes têm um curso forçado.

Ao expor seus princípios, a Economia política não condena um conveniente emprego dos títulos como um meio de facilitar as trocas e o crédito; ela tem por objetivo proteger as pessoas contra os perigos do seu emprego exagerado e imprudente, e contra as ilusões às quais elas (populações) se deixam quase sempre levar a esse respeito.

Assim, após tornar conhecida a natureza e as verdadeiras funções das moedas e dos seus signos representativos, resta à economia política, para dar uma inteligência completa das leis naturais sob as quais se opera a troca geral dos produtos e dos serviços, considerar as condições que determinam a taxa de valor de cada uma delas, e ainda estabelecer sobre essa questão os princípios adequados.

Nem todos os objetos de nossas necessidades são suscetíveis de serem trocados. É grande o número daqueles que, tal como a luz, o calor do sol, o ar respirável, etc, a natureza fornece à todos e que nós podemos desfrutar sem esforço e sem ter nada que ceder em retorno; enquanto que outros que somente podem ser obtidos com a ajuda das faculdades ou dos esforços pessoais, constituem as propriedades privadas que, fora dos casos de doação, de sucessão, etc, não são cedidos voluntariamente por nada em troca. A qualidade que distingue os objetos trocáveis daqueles que não o são é aquilo que nós entendemos em economia pelo nome de *valor*. O valor é maior ou menor nos diferentes objetos, e ele pode ser medido em cada um deles *pela quantidade de qualquer outro objeto valioso que se obter em troca*. Como a moeda é o intermediário geral das trocas, a taxa de valor de cada produto ou de cada serviço se exprime geralmente por uma quantidade determinada de moeda, e esta expressão da taxa de valor pela moeda se nomeia preço.

Em geral, a diferença de preço entre dois objetos valiosos de espécies diversas provém da diferença dos seus custos de produção, ou seja, da diferença entre os valores dos serviços e dos produtos que são necessários dedicar à criação de cada um deles. **Nós entendemos que ao admitir uma inteira liberdade de trabalho e de transações, o preço de uma espécie de objetos não poderá se manter por longo tempo acima dos custos de produção, porque a vantagem excepcional que ele tem, para a sua produção, trará uma concorrência que logo irá fazer baixar o preço;** e, de um outro lado, é bem evidente que uma produção que somente implique em perdas não continuará por muito tempo nesta condição; sua quantidade será reduzida até que o preço seja aumentado até mais ou menos seu custo.

Estas condições implicam que o preço corrente dos produtos ou dos serviços depende *da relação existente entre as quantidades ofertadas e demandadas de cada um deles*: se a oferta aumenta mais que a quantidade demandada, o preço abaixa, se a demanda cresce numa proporção mais forte que a quantidade ofertada, o preço se eleva.

Esta lei permite ao trabalho livre manter - melhor do que faria qualquer regime arbitrário - em cada um dos vários e diversos ramos da atividade industrial uma constante proporcionalidade entre a quantidade de cada classe de produtos, e de acordo com a quantia que a necessidade exija, ou a demanda que lhe seja feita. Porque, se a demanda é ultrapassada pela quantidade produzida, a superabundância é logo verificada pela queda no preço, e então a produção se restringe; e se, ao contrário, esta (produção) não é suficiente para atender a demanda, a elevação do preço assinala esta insuficiência e logo provoca um crescimento na quantidade produzida.

Resulta ainda desta lei que o preço dos serviços industriais cai inevitavelmente se esses serviços são mais ofertados do que demandados; e como os serviços mais acessíveis à concorrência, os mais suscetíveis de serem abundantemente ofertados, são em geral aqueles trabalhos das classes mais pobres, a Economia política conclui que estes trabalhadores tem o

maior interesse em serem prudentes e se limitarem antes e durante o casamento, para não aumentarem impensadamente seu número e, por conseguinte, a oferta de serviços já muito depreciados.

Outra consequência desta lei fecunda é que a multiplicação dos capitais tende a baixar o preço do seu serviço e a torná-lo assim, mais e mais, acessível àqueles que podem os empregar reprodutivamente; e como o trabalho dos trabalhadores é tanto mais demandado, e por consequência melhor pago quando os capitais são mais abundantes, a Economia política conclui ainda que as classes operárias são muito interessadas na multiplicação dos capitais, e por conseguinte a tudo que o possa favorecer como: a atividade e o progresso da indústria, a abundância das acumulações e das poupanças e, sobretudo, a manutenção da segurança pública, condição indispensável da conservação e do crescimento dos capitais.

Uma das mais belas e mais sólidas teorias que foram produzidas dos estudos dos fenômenos sociais pelos quais se realiza as trocas gerais dos produtos ou dos serviços é aquela dos *mercados (débuchés)*, tão admiravelmente formulada por **J. B. Say**. Resulta desta teoria que **o que se troca em definitivo são os produtos por outros produtos**; de onde segue que **as oportunidades são tanto mais difundidas e tanto mais vantajosas para cada ramo de trabalho em particular, quanto for mais abundante em todos os ramos**; de onde segue que **as diversas indústrias têm interesses solidários, uma delas não pode estar em estado de prosperidade ou de dificuldade sem que outras também não sintam mais ou menos a mesma situação**. Sabemos, também, depois de muito tempo, que os campos têm interesse na prosperidade das cidades, como estas têm na prosperidade dos campos, porque uns e outros encontram uma colocação mais fácil e mais vantajosa para seus respectivos produtos; mas as mesmas ligações de interesses se estendem a todos os ramos das indústrias, e elas se manifestam igualmente nas relações comerciais entre as nações. **Quando um povo está no caminho do progresso e da prosperidade, todos aqueles com os quais ele está em posição de fazer trocas se beneficiam**, seja em razão da abundância de oportunidades que ela lhes oferece, seja como resultado do bom mercado de produtos que ela pode lhes fornecer; é assim que o desenvolvimento prodigioso da União americana beneficiou nossos diversos ramos de indústria, ao ponto que a ruína deste país, se isto fosse possível, seria hoje um verdadeiro flagelo para uma grande parte da nossa população. **As nações são, portanto, solidárias** tanto na boa como na má fortuna; **seus interesses são pelo crescimento cada vez maior, que multiplica as suas trocas, os serviços que elas podem prestar mutuamente**, e não de procurar se enfraquecerem e minarem suas forças, como uma política cega as empurrou por muito tempo. (grifos nossos)

É se apoiando sobre essas verdades, e invocando ao mesmo tempo o respeito devido à propriedade, que a Economia política reclama a liberdade do comércio internacional, liberdade que resultaria na promoção da participação de todos os povos nas diversas vantagens naturais que Deus repartiu desigualmente nas diferentes partes do globo, na extensão da rede de interesses que já ligam as nações civilizadas, malgrado todos os obstáculos

legislativos opostos às suas relações, ao ponto de estabelecer entre elas uma solidariedade tão manifesta como aquela que une as diversas províncias de um mesmo Estado, e de tornar as guerras tão impopulares e tão impraticáveis como seriam hoje entre as diversas partes da França.

A Economia política aperfeiçoou a moral ao fornecer bases sólidas de valorização para um grande número de sentimentos, de ações e de atitudes que o preconceito havia classificado como ruins. Estes são avanços importantes na completa reabilitação moral do trabalho produtivo, e na aquisição de um conjunto de noções positivas permitindo distinguir seguramente a atividade útil da atividade prejudicial e dar a uma e à outra a justa parte que lhe atribui a estima pública. **A demonstração de solidariedade que une os interesses das diversas frações do gênero humano constitui ainda um imenso progresso moral;** porque ao destacar o absurdo de todo o ódio e rivalidades nacionais, ao mostrar que estes são os sentimentos cegos e indignos dos homens civilizados, ainda que a ignorância e o charlatanismo político os tenha sempre decorado com o nome de patriotismo, ela (a economia política) tem enfraquecido consideravelmente nos espíritos das classes mais influentes as disposições que os empurram para a guerra, e preparado assim para o futuro abandono do sistema dos grandes exércitos permanentes, uma das causas mais fortes da miséria das populações, e por consequência de todas as falhas, de todas as desordens morais que esta miséria ocasiona. Outro aperfeiçoamento importante que a moral deve às luzes disseminadas pela Economia política, consiste nos meios que ela oferece para apreciar justamente o mérito relativo dos diferentes empregos que nós podemos fazer da riqueza. É assim, por exemplo, que a prodigalidade e a ostentação - tantas vezes preconizadas, porque nós as confundimos com generosidade ou o desinteresse, e, sobretudo, porque nós as supomos favoráveis a atividade da indústria - tem sido definitivamente relegadas pelas demonstrações econômicas aos tipos de atitudes maléficas e, por consequência, viciosas. Enquanto a economia, sempre muito criticada como um indício de egoísmo ou de avareza, e também porque nós supomos que os valores poupados foram alimentos removidos durante o trabalho, foi definitivamente classificada entre as atitudes mais úteis à humanidade e, por consequência, entre as mais virtuosas. A economia política tornou evidente uma verdade que parece ainda ignorada pela maior parte de nossos homens públicos: é que o hábito da ostentação ou das despesas de luxo, longe de fornecer mais alimentos à indústria ou ao trabalho, tende, ao contrário, à destruição, à aniquilação daquilo que pode mantê-los em atividade; é que um valor poupado e consumido *reprodutivamente* em uma operação industrial proporciona às classes laboriosas infinitamente mais trabalho e meios de existência que não lhe pode oferecer um valor igualmente consumido *improdutivamente* num banquete, num baile, numa festa ou outra despesa do mesmo gênero: enquanto que no primeiro caso, o valor consumido *oferece aos trabalhadores o mesmo trabalho repetidamente*, o que pode ir ao infinito; enquanto que, no consumo improdutivo, ele desaparece para sempre após ter oferecido os mesmos meios de trabalho *uma vez somente*.

Um dos progressos mais consideráveis que as ciências morais devem às pesquisas dos economistas consiste no aperfeiçoamento da noção de liberdade.

A liberdade é depois de longo tempo o objeto das tendências de uma grande parte das populações europeias; mas elas a buscam por um tipo de instinto e sem discernir claramente nem o que a constitui, nem as condições necessárias à sua manutenção e ao seu desenvolvimento. **Foi reservado à Economia política demonstrar que a liberdade é equivalente à potência efetiva, e que nós nos tornamos mais livres à medida que conseguimos estender nosso império sobre os agentes naturais**, e a melhor subordinar nossa própria atividade às direções que lhes possam dar mais potência; assim, podemos reduzir mais e mais os obstáculos que se opõem à satisfação e à extensão das nossas necessidades, ao emprego frutífero e ao aperfeiçoamento das nossas faculdades físicas, intelectuais ou morais; em uma palavra, à melhoria e à difusão da vida humana. (grifos nossos)

Estes obstáculos ocorrem nas coisas e nos homens. A indústria tem por missão superar os primeiros, e assim que esse objetivo é alcançado, por exemplo, domesticar e multiplicar as raças animais que nos podem ser úteis restringindo o desenvolvimento daquelas que nos são prejudiciais - à substituir, sobre uma grande parte da terra, as diversas espécies de vegetais que a cobrem sem utilidade para nós por aquelas que podem melhor satisfazer as nossas necessidades - à vencer as dificuldades que os rios, as montanhas, a imensidão do mar, opõem às relações entre as diversas nações, etc, etc. Quanto os obstáculos provenientes do homem mesmo, da sua ignorância, das suas paixões, da sua cupidez, da sua tendência à escravizar e dominar seus semelhantes - a indústria não é estranha à sua atenuação, mas ela concorre somente indiretamente ao fornecer os meios indispensáveis para que as luzes possam crescer e se propagar. De qualquer maneira, os obstáculos desta última ordem se enfraquecerão à medida que nós aprendermos a melhor prever todas as consequências próximas ou distantes de nossas ações ou de nossas atitudes, e a melhor adequar nossa conduta às indicações desta previdência. À medida também que os sentimentos de dignidade e de justiça se espalhem, que cada um se sinta mais disposto a resistir corajosamente contra toda a violência, à toda injustiça praticada contra sua pessoa ou sua propriedade, e a respeitar escrupulosamente os mesmos direitos dos outros.

Resulta do conjunto dessas condições que a liberdade das nações aumenta à medida que elas se tornam mais industriosas, mais esclarecidas e mais morais; e assim acontece de forma proporcional ao grau de seu avanço nessas diversas direções, e é em vão que elas aspirem ser mais livres do que é consistente com o estado de sua indústria, das suas luzes e dos seus costumes.³²⁶ (grifos nossos)

Depois de 1879, a nação francesa, várias vezes, se encontrou amante do seu estabelecimento governamental, e ainda que as tendências mais gerais fossem para a liberdade, as falsas noções que ela havia adotado sobre esse ponto não lhe permitiu ter sucesso na fundação de instituições próprias a atender esse fim. **A maior parte de nossos homens políticos tem**

³²⁶ *Esta bela e importante demonstração que temos mostrado é dada de maneira mais completa e mais satisfatória na grande obra de M. Ch. Dunoyer, Da liberdade de trabalho.*

sempre considerado as instituições governamentais como os principais e quase únicos órgãos da vida das sociedades, como forças elas devem esperar pela impulsão e submeter à direção todos os modos da sua atividade: preocupados com o exemplo de alguns personagens que nossos historiadores gostam de assinalar como os grandes homens do Estado, porque eles conseguiram impor as suas vontades e as suas visões pessoais, mesmo que absurdas e desastrosas na maioria das vezes. Influenciados, às vezes inconscientemente, por reminiscências clássicas de instituições dos gregos e dos romanos, pelos sistemas legislativos de Lycurgo, de Solon, etc, ou pelas noções não menos sujeitas a erros presentes em escritos tais como aqueles de Montesquieu, de Rousseau, etc, Mably, de Raynal, **eles viram as sociedades civilizadas somente como corpos incapazes de viver e de prosperar por elas mesmas; eles não compreenderam que a sua existência e o seu progresso dependem, antes de qualquer coisa, dos esforços individuais cujos princípios estão em nós mesmos e não nas legislações ou na ação da autoridade pública**, esforços que a Providência fez tanto mais potente para assegurar o bem geral que eles são menos contrariados pelas leis da invenção humana e que cada um os exerce com a maior em tudo o que não infrinja a liberdade do outro; que, portanto, a missão racional da legislação não é a de *conduzir* os homens, de dirigir suas atividades, mas de os preservar de todo ataque injusto à sua pessoa ou ao seu interesse, de garantir a cada um a livre disposição das faculdades que lhes são inerentes e daquilo que elas produzem. (grifos nossos)

É neste sentido que as populações dos Estados do norte da **União americana compreendem a liberdade política; ela consiste principalmente na independência das faculdades e das atividades individuais tão completas quanto possível**, isto é, unicamente subordinada, para cada individuo tomado em particular, à condição de respeitar os mesmos direitos de todos os outros. A liberdade jamais foi entendida assim pelos nossos homens políticos, mesmo por aqueles que professam pertencer à opinião liberal; eles julgam a liberdade suficientemente estabelecida uma vez que a potência legislativa, à qual eles dão a missão de dirigir a sociedade sobre todos os pontos, tem sua origem no sufrágio da maioria da população, e que as regras que ela impõe são comuns a todos; desde que essa potência lhes pareça ser a expressão da vontade mais generalizada, eles não hesitam em sacrificar a vontade mais geral. Deve-se notar, além disso, que quando as mudanças políticas vêm substituir a vontade geral, para a formação do poder legislativo, (que pode manifestar-se pela) vontade de uma fração mais ou menos restrita da população, ou mesmo de um só homem, a onipotência do legislador não é mais contestada como antes.

Sob a influência de tais ideias, reforçadas na França, e em outros países que erram em nos imitar, e por uma disposição universal ao exercício da dominação e na procura dos empregos públicos como meio de existência ou de fortuna, foi inevitável que a ação do governo tendesse sem cessar ao crescimento. Uma vez que nós atribuímos ao legislador, qualquer que ele seja, uma missão ilimitada, ele foi continuamente adicionando prescrições e regras de modo a fazer a sociedade de acordo com a sua visão. Assim, os homens, que a sucessão

de acontecimentos tem investido alternativamente com este supremo mandato, o tem usado tão amplamente que nós contamos em centenas de milhares o número de leis ou de regulamentos que eles nos tem imposto depois de sessenta anos. (grifos nossos)

Assim é que **nosso sistema governamental e administrativo adquiriu proporções colossais** e sem comparação, até aqui, em qualquer outro país do mundo. Que esse sistema tem estendido sucessivamente sua ação, seus regulamentos, seus entraves, à quase todos os ramos da atividade, restringindo seus desenvolvimentos, sua fecundidade, proporcionalmente àquilo que remove da sua liberdade; que para ser compatível com a imensidão das atribuições que comporta, multiplicou os serviços e os empregos públicos a ponto de fazer viver uma grande parte da população do produto das contribuições, e assim estimular o desenvolvimento das raças parasitas demandando viver da mesma forma, até criar uma força subversiva das mais perigosas e uma das principais causas de desordens que tornam a nossa segurança tão precária.

A Economia política estuda e analisa todos os elementos de perturbação contidos num semelhante regime; ela nos mostra seus infelizes resultados; ela assinala o remédio, que consiste principalmente em reduzir e simplificar a ação governamental pela restituição à atividade privada do livre exercício de todos os ramos de trabalho que, por sua natureza, estão fora das atribuições racionais da autoridade pública, e que todos os governos tem desejado dirigir, monopolizar ou regulamentar.

Num país como o nosso, onde tantas pessoas possuem a mania de governar seus semelhantes, o ensino de tais doutrinas deve gerar para a Economia política vários adversários. Os partidos que buscam o exercício do poder, o exército de pessoas com colocações, o exército de pessoas que aspiram ter colocações (place), e todos os reformadores que inventaram um plano qualquer de reformulação social, devem se reunir contra uma ciência que ameaça resgatar um dia a sociedade dos cuidados que eles querem absolutamente fornecer. Assim, é em razão desta parte das suas doutrinas que ela deve a maior parte dos ataques que tem recebido.

Nós temos tentado resumir, num quadro limitado, as verdades e as doutrinas que nós encontraremos expostas com todos os desenvolvimentos necessários nas diversas partes do dicionário. Este resumo está longe, sem dúvida, de ser completo; mas nós acreditamos que ele indica fielmente as bases principais e as tendências da ciência, e nos parece também que ele justifica suficientemente a asserção que **a Economia política é no presente uma das ciências mais positivas e mais avançadas, e aquela de todas, seguramente, cuja propagação importa mais ao progresso da civilização, ao bem-estar e ao aperfeiçoamento das sociedades.** (grifos nossos)

Não se pode razoavelmente contestar o alto grau do avanço de uma ciência, quando, dentro da ordem de fenômenos que abrange, ela prova que é capaz de anunciar antecipadamente com precisão as consequências ulteriores dos fatos que analisa. A Economia política tem sido

submetida nos últimos tempos a uma dupla prova desse gênero. Todos aqueles que têm seguido as publicações dos economistas franceses depois de doze anos, e todos aqueles que se dão ao trabalho de percorrer essas publicações, foram ou podem ser facilmente convencidos de que o fracasso completo de todas as tentativas feitas em 1848 pelo socialismo para realizar seus planos de organização do trabalho, seus sistemas de associação, de crédito, de nivelamento de posições, etc, foi muito frequentemente e muito positivamente anunciado muitos anos com antecedência. De outro lado, a Inglaterra tem, depois de pouco tempo, modificado profundamente a sua legislação econômica no sentido expressamente indicado pelos princípios da ciência. Foi uma experiência das mais solenes e seus resultados são aguardados com ansiedade por um grande número de pessoas, mas com uma confiança absoluta pelos economistas. Sabemos que essa confiança foi justificada em todos os pontos da maneira mais impressionante, e que os resultados anunciados ocorreram com maior intensidade ainda do que tínhamos presumido.

Deve ser desesperador tentar trazer ao bom senso uma população que os preconceitos e os erros resistem a tais demonstrações; como gostamos de pensar que elas não poderão tardar muito em provocar as felizes modificações nas opiniões econômicas, que até este dia, tem prevalecido em nosso país, e que aqueles dentre nós que conhecem as verdades da ciência, que são dedicados à sua propagação, e que são penetrados da ardente convicção do bem que elas podem produzir, não serão reduzidos durante muito tempo ainda, vendo a impotência de seus esforços e da sua dedicação, repetir tristemente este protesto da verdade desconhecida: *E pur si muove!*

AOÛT 1853

Ambroise CLÉMENT

Alguns verbetes selecionados do Dictionnaire³²⁷

BASTIAT (Frédéric) - Representante na assembleia constituinte de 1848 e na assembleia legislativa: membro correspondente da Academia de ciências morais e políticas; nascido em Bayonne, em 29 de junho de 1801, morreu em Roma, em 24 de dezembro de 1850.

Um escrito vindo do departamento de Landes, assinado por um nome desconhecido, e inserido no *Journal des Économistes*, perto do fim de 1844, causou sensação. O autor, prontamente convidado a continuar seus envios, não se fez por esperar. Em janeiro de 1845, ele endereça um novo artigo: o primeiro foi um vigoroso ataque contra o sistema protetor; o segundo tem por objeto o socialismo, e especialmente a perigosa teoria do *direito ao trabalho*. Assim, nós podemos dizer que, no início de sua carreira de escritor, Frédéric Bastiat marcou claramente o objetivo ao qual seriam dirigidos os seus esforços. Combater o socialismo nas suas aplicações parciais, assim como nas suas tendências gerais; tal era a missão que ele se deu. (...). O pai de Bastiat era um negociante distinto de Bayonne, que tinha relações estendidas até a Espanha. (...). Pouco depois de sair do colégio, ele (Bastiat) entra na casa de comércio de seu tio em Bayonne. Uma parte de seu lazer era empregada no cultivo das artes e da literatura. (...) O gosto pelos estudos filosóficos vinha em boa hora. Desde o ano de 1824, ele meditava sobre os escritos de Smith, de J. B. Say e de Destutt-Tracy. Sua vocação para a ciência deveria desviá-lo do comércio. Em 1825, com a morte de seu avô, viria se fixar em Mugron, ou pelo menos estabelecer ali sua principal residência.

Em Mugron, ele tinha um amigo de infância, M. Felix Coudroy, que dividia sua inclinação para o estudo. O *Traité de législation* de Ch. Comte era a leitura favorita dos dois amigos, e servia de texto habitual aos seus comentários. (...)

Em 1844, ele escrevia seu primeiro artigo para o *Journal des Économistes*. Foi aí seu ponto de partida como escritor de renome e como pensador; foi neste momento que sua vocação se decidiu e que ele entrou em comunicação permanente com o público.

Em 1846, Bastiat presta, em Bordeaux e em Paris, seu primeiro concurso para fundar nessas duas cidades a associação para o livre comércio. Aceita as funções de secretário da sociedade parisiense e de redator-chefe do jornal criado pelas diversas sociedades livre-cambistas da França. (...)

A carreira científica de Frédéric Bastiat foi bem curta e prematuramente interrompida; mas ela foi suficiente para a criação de títulos imortais.

³²⁷ Os verbetes aqui apresentados (alguns na íntegra, outros com alguns cortes, como indicados pelos parênteses) obedeceram ao critério de seleção por sua relevância em informar quem eram os economistas políticos franceses da “escola de Paris” - na definição deles mesmos -, as associações, entidades ou órgãos de divulgação em que se reuniam, bem como alguns conceitos importantes para o entendimento do pensamento e ideias do grupo.

Cobden et la ligue ou l'agitation anglais e pour la liberte dès échanges. Paris, 1845, Guillaumin, 1 vo. in-8.

A publicação desta obra foi para a França uma verdadeira revelação da importância adquirida na Inglaterra pela Liga contra a lei dos cereais. (...)

Sophismes économiques. 3^a édition, Paris, Guillauminet comp., 1847-48, 2 vol. in-16.

É a crítica mais espiritual, a mais lúcida e a mais conclusiva que jamais foi feita ao sistema proibitivo e pretensamente protetor que rege na França o comércio exterior, e os motivos patéticos que são invocados para perpetuar a sua manutenção.

Protectionisme et communisme: lettre a M. Thiers. Paris, lesmêmes, 1849, seccion-16

Bastiat demonstra superabundantemente que o protecionismo aduaneiro não é outra coisa que o comunismo aplicado; que o verdadeiro nome de um e de outro regime é *espoliação*, e que não existe entre eles diferenças, se o regime protetor exerce a espoliação em favor dos ricos, enquanto que os comunistas procuram exercê-la em favor dos pobres. (...)

Harmonies économiques. Paris, lês mêmes, 1850.

Nesta bela obra que, sobre qualquer ponto, abre novos horizontes para a economia política, e sobre outros, retifica felizmente a nomenclatura da ciência, M Bastiat empreende a demonstração da harmonia das leis econômicas, isto é, de sua tendência a um fim comum, que é aquele do aperfeiçoamento progressivo da vida humana. Ele procura a prova que os interesses individuais e aqueles das diversas frações da humanidade considerados no seu conjunto, longe de serem antagônicos, se servem, ao contrário, mutuamente, e que, longe do fato de que o lucro de um implique no prejuízo de outro, como tanta gente ainda pensa, cada família, cada comuna, cada província, cada nação está interessada na prosperidade de todos os outros. Para que estas leis ajam constantemente na direção do sentido indicado, uma só condição é necessária: o respeito à liberdade e à propriedade de todos e de cada um. (...)

Ce quel'on voit et ce quel'on ne voit pas. 1850, in-16 de 80 pages.

A economia política ensina a conhecer e a prever todas as consequências, todos os resultados ulteriores dos fatos ou dos fenômenos econômicos. Os espíritos privados das luzes que ela fornece julgam após um fato em si mesmo, suas consequências mais imediatas e as mais próximas, *é o que nós vemos*. A visão da ciência se estende mais longe no tempo e no espaço; ela abrange todos os resultados presentes e futuros do fato estudado, e estes resultados são quase sempre de natureza a mudar ou modificar o julgamento feito após uma investigação restrita às consequências observadas somente pelos olhos (pela visão); elas constituem assim *naquilo que*

nós não vemos, e que Bastiat empreendeu de fazer vê-las nas questões que estão relacionadas aos consumos privados e públicos, aos impostos, às subvenções em favor das belas artes, aos trabalhos públicos, aos *intermediários* do comércio, às restrições industriais ou comerciais, às máquinas, ao crédito, às colônias, à poupança ao luxo, e enfim ao *direito* ao trabalho e ao lucro; de forma que tendo assim percorrido toda a série de consequências que mostra a economia política, e que nós não vemos sem ela, ele tem realmente ensinado, como traz o título da sua brochura: *A economia política em uma lição*.

FH. Bastiat publicou no *Journal des économistes e no Libre Échange* um grande número de artigos sobre diferentes assuntos. A. Clément

BLANQUI (Jérôme-Adolphe) - Nascido em 21 de novembro de 1798 em Nice, então capital do departamento dos Alpes marítimos. Professor de história e economia industrial na escola especial do comércio em 1825 e diretor desta instituição depois de 1830. Ele sucedeu, em 1833, J-B. Say como professor de economia política no Conservatoire des arts et métiers. Em 1838, ele foi eleito membro da Academie des sciences morales et politiques, e, de 1846 a 1848, teve assento na Câmara dos deputados como representante da Gironde.

M. Blanqui percorreu quase toda a Europa para estudar os processos da indústria e as questões econômicas. Nós citamos dele mais de quinze viagens de estudo na França, dez na Inglaterra, cinco na Itália, duas na Espanha, e muitas outras na Alemanha, na Áustria, na Sérvia, no Oriente, na Argélia, muitas das quais deram lugar a obras e Memórias especiais. P. 181

CHEVALIER (Michel) - Nascido em Limoges, em 13 de janeiro de 1806. Aluno de engenharia de minas em 1825; de 1830 a 1832, redator em chefe do *Globe*, jornal da doutrina saint-simoniana. Ele foi para a América, em 1833, encarregado pelo governo francês de estudar no local a execução dos caminhos de ferro empreendidos ou criados pelos Estados Unidos. Após uma viagem de dois anos nas diversas partes da América setentrional, Chevalier volta para a França e publica suas *Lettres sur l'Amérique du nord*. Foi nomeado conselheiro de Estado em 1838, professor de economia política no College de France em 1840, deputado em 1845 e membro da Academie des Sciences Morales et Politiques de l'Institut em 1851.

Lettres sur l'Amérique du nord avec une carte des Etats-Unis d'Amérique. Paris, Ch. Gosselin, 2 vol. In-18.

O autor pertence àquela brilhante plêiade de saint-simonianos cujos escritos projetou tanto brilho na matérias econômicas. Sua *Lettres sur l'Amérique du nord* são um quadro habilmente escolhido para assinalar os preconceitos industriais de todos os gêneros aos quais o nosso país está preso. As questões de banco e de trabalho público são tratadas com uma independência de

espírito verdadeiramente rara em nossos dias. Este livro pertence à nova escola de economia francesa que tem por lema a melhoria do maior número.

Cours d'économie politique fait au collège de France. Paris, Capelle, 1842-1850, 3 vol. in-8

O primeiro volume apareceu em 1842, contendo quinze lições que tem por objeto o seguinte: A liberdade está ligada à indústria; A elevação de todas as classes está ligada ao desenvolvimento da potência produtiva; Refutação das objeções levantadas contra o crescimento da produção; As máquinas, seu papel nos trabalhos industriais; *Idem*; Resposta às objeções; *Idem*; Suas inconveniências, etc; Necessidade do crescimento da produção; A balança do comércio; Situação monetária na França; Das vias de comunicação; Das rotas; Dos canais; Caminhos de ferro.

O segundo volume apareceu em 1844, e é consagrado às seguintes questões: Comparação entre vias de transporte; A intervenção do governo nos trabalhos públicos; Da aplicação do exército nos trabalhos públicos; A produção, etc; A concorrência; A associação.

O 3º volume apareceu em 1850; ele traz o título que indica o seu conteúdo: *O dinheiro*. É um tratado completo sobre a matéria.

COMTE (François-Charles-Louis) - secretário perpétuo da Academia de ciências morais e políticas, deputado de Sarthe, nascido em 25 de agosto de 1782, em Sainte-Eminie, pequena vila do departamento de Lozère. Começa na vida política recusando dar seu voto ao estabelecimento do império (1804). (...) Algum tempo depois, aprovado como advogado, foi para Paris e tomou parte na redação da célebre coletânea de decisões judiciais publicada por M. Sirey; mas sua carreira de publicista não data realmente da publicação do *Censeur*, que ele começa em 12 de junho de 1814, três dias depois da promulgação da Carta. Ele funda este jornal para resistir à reação que marca o retorno dos Bourbons, e que termina por provocar a perda do governo da restauração. Depois da publicação do segundo caderno do *Censeur*, ele leva como colaborador um dos seus companheiros da escola de direito, M. Charles Dunoyer, e esses dois escritores, animados de um mesmo amor pelas liberdades constitucionais, de uma mesma fé no futuro das instituições representativas, mantêm a cabeça erguida durante seis anos para os campeões do absolutismo. (...)

Na segunda série do *Censeur*, que passa a se chamar *Censeur Européen*, a maior parte das grandes reformas, que são a preocupação e a necessidade do nosso tempo, foram expostas e discutidas com uma destacada superioridade de opinião. A redução do exército, a simplificação das atribuições do governo, a liberdade do trabalho e do comércio encontraram nos redatores do *Censeur Européen* defensores enérgicos e convictos. Infelizmente, as perseguições obrigaram MM. Comte e Dunoyer à renunciarem às suas obras de propaganda liberal. Condenado a dois meses de prisão e à 2.000 fr. de multa por ter publicado uma subscrição de defesa, M. Comte,

não achando sua condenação fundamentada, se exila na Suíça. Uma cadeira de direito natural foi-lhe oferecida em Lausanne em 1820, ele a ocupa até 1823. Sua expulsão foi então solicitada pelo governo Francês. (...) Charles Comte se retira para a Inglaterra, onde se liga estreitamente a Bentham. Após o tempo exigido para a prescrição da sua pena, ele volta para a França, onde termina seu *Traité de législation*, verdadeiro monumento científico, pelo qual a Academie française o premia, em 1828, com o grande prêmio Montyon. Nesta bela obra, Charles Comte procurou expor as leis naturais que presidem o desenvolvimento da sociedade e as causas que podem ser obstáculos ao seu progresso. Seu objetivo era aplicar nas ciências morais os mesmos procedimentos que tinham permitido às ciências físicas realizarem tão rapidamente seus progressos. Ele rejeitava impiedosamente as hipóteses e os sistemas preconcebidos para se ater à observação dos fatos. O estudo das leis às quais um (indivíduo) é submetido, dizia ele, não é outra coisa que o estudo das forças que determinam a maneira que um povo existe, se mantém e se perpetua. Essas leis ou essas forças, é necessário buscá-las na natureza do homem e no meio onde ele vive. Nada de mais fecundo que esta pesquisa, empreendida por um espírito positivo e judicioso; nada de mais interessante portanto que a refutação à qual ele submete os sistemas concebidos fora da observação dos fatos, notadamente o sistema de Rosseau. (...)

Frédéric Bastiat, que por longo tempo foi alimentado pelo estudo do *Traité de législation*, apreciava tanto este belo livro: “Eu não conheço, dizia ele, nenhum livro que faça pensar mais, que lança sobre o homem e a sociedade as ideias mais novas e mais fecundas, que produz no mesmo grau o sentimento de evidência. (...). Após a revolução de julho, Charles Comte foi enviado à câmara pelos eleitores de Sarthe. (...) Chamado para fazer parte da Academie des sciences morales et politiques, na época da reconstituição deste corpo de estudiosos, ele se torna logo secretario perpétuo. Em 1824, publica seu *Traité de La propriété*, que dá sequência ao *Traité de législation*. Este livro, onde são descritos e justificados, por intermédio do critério de utilidade, as diferentes aplicações do princípio de propriedade, é um arsenal repleto de todas as armas necessárias para combater os erros retrógrados do comunismo. (...) G de Molinari.

Traité de législation, ou exposition des lois general es suivant les quelles les peuples prospèrent, dépérissent ou restent stationnaires. Paris, Sautelet, 1827, 4vol. in-8, 2^a édit, Paris, Chamerot, Ducollet, 1835, 4 vol. In-8

O *Traité de Législation* de M. Comte é um verdadeiro tratado de economia social, cujo 4º volume, inteiramente consagrado à questão da escravidão, passa com razão como o mais importante da obra. Nenhuma parte desta questão deixa de ser aprofundada com uma grande independência de julgamento e uma rica profusão de fatos.

Traité de la propriété. Paris, Chamerot, Ducollet, 1834, 2 vol. In-8.

O autor declara no prefácio que esta obra é a sequência da precedente; ele examina as relações que se estabelecem naturalmente entre os homens e as coisas através das quais eles podem

existir. Esse plano lhe permite examinar as coisas, e frequentemente resolver muitas questões econômicas que se relacionam com a propriedade.

DUNOYER (Charles-Barth) - Publicista, tornou-se, depois da revolução de 1830, prefeito de Ailier, depois de Somme, e em seguida conselheiro de Estado até 2 de dezembro de 1851. Membro do l'Institut (Académie des Sciences Morales et Politiques); nasceu em Carennac em 20 de maio de 1786. M Dunoyer começou sua carreira de publicista através da sua colaboração ativa no *Censeur* (1814-1815) e no *Censeur Européen*, que ele redigia conjuntamente com Ch. Comte. Mais tarde, quando entrou na carreira de funções públicas, consagra seu lazer ao estudo das questões econômicas, e publica diversas obras como as seguintes:

L'industrie et la morale consideres dans leurs rapports avec la liberté. Paris, Sautelet et comp., 1825, 4 vol. In-8.

Nouveau traité d'économie sociale, ou simple exposition des causes sous l'influence des quelles les hommes parviennent à user de leur force avec Le plus de liberté, c'est-à-dire avec plus de facilité et de puissance. Paris, Sautelet et Mesnier, 1830, 2 vol. In-8.

“Esta excelente obra, diz M. Blanqui, que foi colocada em circulação um pequeno número de exemplares, pertence à nova escola de economia francesa, que não separa o progresso da indústria daquele da moral e do bem-estar geral. Ele é pleno de ideias novas e verdades austeras.”

M. Dunoyer voltou mais tarde à esta obra; mas publicou as seguintes:

De La liberte du travail, ou simple exposé des conditions dans les quelles les forces humaines s'exercent avec le plus puissance. Paris, Guillaumin, 1845, 3 vol. In-8

Esta obra pode ser considerada como uma nova edição aumentada do *Nouveau traité d'économie sociale* mencionada acima. No seu prefácio, o autor define assim o objeto de seu novo livro: “Pesquisar experimentalmente em quais condições, seguindo quais leis, sob a influência de quais causas os homens conseguem usar mais liberdade, quer dizer mais poder, destas forças, destas faculdades naturais, que colocadas em ação constituem o trabalho humano”.

GARNIER (Joseph) - Nasceu em Beuil, condado de Nice, em outubro de 1813. Dedicou-se inicialmente ao ensino profissional, notadamente na l'école de commerce de Paris, onde ele foi sucessivamente aluno, professor de diversos cursos e diretor de estudos. Em seguida, se ocupa mais exclusivamente de economia política e assume posição entre os escritores que tratam de questões econômicas. Foi nomeado professor de economia política na escola de pontes e estradas em 1846, quando da criação desta cadeira. Dois anos antes, ele havia feito um curso dessa mesma ciência no Athénée royal. M. Garnier fez parte de um trabalho ativo da Association em

favor da liberdade das trocas (comércio) e do congresso da paz. Ele é secretário da Société d'Économie Politique, redator em chefe do *Journal des Économistes* depois de 1846, membro da Société de Statistique de Londres e da Commission centrale de statistique belge.

Introduction à l'étude de l'économie politique, avec des considérations sur La statistique, La liberté du commerce et l'organisation du travail; ouverture du cours d'Économie politique à l'Athénée, le 4 janvier, 1843. Paris Guillaumin, 1843, br. In-8

Éléments de l'Économie politique, exposé des notions fondamentales de cette science. Paris, Guillaumin, 1^a édit. em 1843, 2^a édit em 1848, br. In-8.

“O autor é da escola liberal, da escola de Turgot, de Adam Smith, e de seus sucessores mais esclarecidos. Ele tem o instinto e o gosto da ciência de boa qualidade que eles ensinam. Garnier tomou o estudo dessa ciência a fundo, e eu não duvido que ele seja chamado a lhe fazer verdadeiros serviços. A publicação deste livro já é muito real... Eu me agrado em reconhecer que a ciência nele é muito habilmente resumida... O autor que toca em todos os pontos abrangidos até aqui pela economia política, e cuja obra é muito completa ainda que muito curta, termina com uma série de notas complementares excelentes que se distinguem como do trabalho por uma grande ortodoxia científica” (Ch. Dunnoyer).

“Esses *Éléments* são expostos no mais completo estado onde são atingidas as partes da ciência, e por consequência é o melhor livro a ser colocado nas mãos da juventude que venha empreender um curso de estudos econômicos.” (*Bibliotheca dell economista*, XII, p. LXXIII)

Sur l'association, l'économie politique et la misère, position du problème de la misère. Considérations sur les moyens généraux d'élever les classes pauvres à une meilleur condition matérielle et morale. Paris, Guillaumin, 1846, broch. In-8.

“Esta Memória é muito bem feita... Tudo que tem de quimérica na busca de uma fórmula geral de associação é sabiamente demonstrada... O autor entra a esse respeito nos detalhes que atestam toda a extensão dos seus conhecimentos. Ele explica claramente que a Concorrência que nós queremos banir entre os indivíduos renasce mais formidavelmente entre as Associações mesmas. É na cultura da economia política, acrescenta ele, que é necessário buscar o segredo da melhoria cujo estado social é suscetível; mas, qualquer que seja a influência dos progressos das instituições, ninguém vai descobrir uma maneira de cortar pela raiz os males que a humanidade enfrenta, e os reformadores modernos que nos anunciam que eles a encontraram cometem estranho abuso. Esta Memória é escrita num estilo claro, vivo, mas um pouco apressado. Parece que o autor estava ansioso para terminar, e se absteve propositalmente de entrar nos detalhes das ideias precisas e bem acabadas que só ganharia ao serem mais amplamente desenvolvidas.” (Hip. Passy, Relatório à l'Acad. Des Sc. Mor. et pol. , V. *Journal des économistes*, t. XIII, p. 73)

MOLINARI (Gustave) - Nasceu em Liège em 3 de março de 1819. M. de Molinari, muito jovem ainda, deixa a Bélgica e vêm a Paris para seguir a carreira das letras. Ele se ocupa particularmente, nos diversos jornais e nas diversas revistas, das questões econômicas. Em 1846, tomou parte na fundação da associação para a liberdade das trocas, e fez parte do conselho desta associação. Retornando à Bélgica após os acontecimentos de dezembro de 1851, foi nomeado professor de economia política no museu da indústria belga. Ele é, depois de 1847, um dos redatores assíduos do *Journal des Économistes*.

Études économiques. Paris, Capelle, 1846, petit in-16 de 128 pages.

Estes estudos consistem em dois livros de memórias: um sobre a organização da liberdade industrial, e o segundo sobre a abolição da escravatura.

Histoire du tarif: Les fers et les houilles; - II Les cereales. Paris, Guillaumin, 1847, deux fortes brochures in-8 (Extraits de *La Revue nouvelle*).

Les Soirées de la rue Saint - Lazare, entretiens économiques, et défense de la propriété. Guillaumin, 1849, 1 vol. Grand in-18

“O autor se propõe a defender a propriedade de uma só vez e contra os socialistas, que se esforçam para destruí-la, e contra os conservadores, que a violam ao disputá-la entre eles mesmos sem hesitarem (...)” (CH. Coquelin, *Journ. des Écon.*, t. XXIV, P.364) P. 197.

MOREAU DE JONNÈS (Alexandre) - Nascido perto de Rennes na Bretanha, em 19 de março de 1778. Ao sair do colégio, foi um dos voluntários de 1792 nos batalhões d'ille-et-Vilaine, e serviu sucessivamente na artilharia, nos grenadiers-réunis do general Hoche, e no estado-maior como ajudante de campo de vários generais, seja na Europa, seja nas colônias. Feito prisioneiro em 1809, termina sua carreira militar em 1815. Era então oficial superior nos corpos do estado-maior.

Depois desta época, M. Moreau de Jonnès se dedica aos trabalhos científicos, e mais especialmente à estatística, que ele enriquece com um grande número de obras. Entra em 1817 na administração, em 1834 foi encarregado da direção da *Statistique générale de la France*, que teve 12 volumes. Aposentou-se no começo de 1852. M. Moreau de Jonnès fez parte de um grande número de sociedades científicas; ele foi nomeado correspondente da l'Academie des sciences na seção de geografia e de navegação em 1816, membro livre da l'Academie de Sciences Morales e Politiques em 1849. Muitos dos seus trabalhos foram coroados seja pelo l'Institut, seja por companhias de estudiosos (savants).

Le commerce au dix-neuvième siècle. État actuel de ses transactions dans lès principaux contrées des deux hémisphères; causes et effects de son agrandissement et de as decadence, et moyens

d'accroire et de consolider la prospérité agricole, industrielle, coloniale et commercial de la France. Paris, Renard, Arthus Bertrand, 1827, 2 vol. In-8.

Éléments de statistique, comprenant les principes généraux de cette Science, et un aperçu historique de ses progrès. Paris, Guillaumin, 1847, 1 vol. Grand in-18.

PASSY (Hippolyte-Philibert) - Membro do l'Institut e antigo ministro; nascido em Garches-Villeneuve, perto de Saint-Cloud, em 16 de outubro de 1793. M. H. Passy inicialmente seguiu a carreira das armas. Aluno da escola de cavalaria em 1809, tenente dos hussards em 1812, tomou parte em todas as campanhas que precederam a catástrofe de 1815. Sob a restauração, ele escreveu em vários jornais de oposição, e, a partir de 1830, ele representa a vila de Louviers na câmara dos deputados. Em 1836 (22 de fevereiro), M. H. Passy foi nomeado ministro do comércio, em 1839 (31 de maio) ministro das finanças, e, em 1844, ele se torna *pair de France*. Eleito à assembleia constituinte em 1849, M. H. Passy foi ministro das finanças de dezembro de 1848 até outubro de 1849.

Des de culture et leur influence sur l'Économie sociale. Paris, Guillaumin, 1846 1 vol. In-8.

M. H. Passy publicou um grande número de memórias em diversas coleções (recueil), notadamente no *Journal des Économistes*.

REYBAUD (Louis) - Nascido em Marselha, em 1799, foi marinheiro e negociante até a idade de trinta anos; membro do l'Institut (Academie des sciences Morales et politiques), membro da câmara dos deputados em 1846, depois das assembleias constituinte e legislativa; membro e relator da comissão enviada à Argélia, em 1849, para a inspeção das colônias agrícolas.

Études sur les réformateurs contemporains ,ou socialistes modernes: Saint-Simon, Charles Fourier, Robert Owen. Paris, Guillaumin, 1840, 1 vol. in-8.

Esta obra obteve em 1840 o grande prêmio Montyon.

“O livro de M. L. Reybaud já exerce no mundo da reflexão uma salutar influência... É seguramente as produções literárias deste gênero que o virtuoso Montyon tinha em vista, quando no interesse da moralidade e da humanidade, ele instituiu brilhantes e solenes recompensas... Uma inteligência esclarecida, uma razão superior, um raro talento de escrita empregado a serviço da causa social; a inexorável refutação das ideias dissolventes, dos sistemas subversivos da ordem estabelecida apelando à séria atenção da l'Academie. É principalmente sob essas questões que nós propomos o envio do livro de M. L. Reybaud à comissão encarregada de comparar as

obras admitidas no concurso”. (*Rapport de M. Jay, à l’Académie française, 20 de abril de 1846, pp. 529-530*).

SAY (Jean-Baptiste) - Professor de economia política no Collège de France, nascido em Lyon, em 5 de janeiro de 1767, de uma família protestante originária de Nîmes, de onde ela se exila próximo do fim do século dezessete, sob o golpe da revogação do édito de Nante, para se estabelecer em Geneve.

A intolerância contra os protestantes estando consideravelmente enfraquecida próximo ao meio do século, Jean-Étienne Say, pai de Jean-Baptiste, pode retornar a Lyon para se formar na carreira do comércio (...); o jovem Say segue com sua família para Paris (...); mais tarde ele vai, em companhia de seu irmão Horace, completar seus estudos comerciais na Inglaterra (...) A dedicação do seu pai e as tradições da sua família o levam para o comércio e a indústria; o seu próprio gosto o leva para o lado das letras. Ele hesita por algum tempo, depois cedendo à influência paternal, mesmo fazendo suas reservas, torna-se empregado numa companhia de seguros de vida, na qual Clavière, que seria mais tarde ministro, era então administrador gerente. Clavière possuía um exemplar da *Riqueza das Nações*, de Adam Smith, do qual não era ainda conhecida nenhuma tradução na França; sob seu conselho, Jean-Baptiste Say leu o livro que lhe revelaria a sua vocação como economista. Logo ele faz vir um exemplar de Londres, o estuda, o anota, e daí em diante não se separa mais dele. É assim que ele se identifica com a ciência na qual ele deveria ser um dos principais fundadores e o propagador mais ilustre.

Empregado em seguida nos escritórios do *Courier de Provence*, que publicava Mirabeau, ele se liga a alguns dos homens de mérito da época. (...) Alguns literatos propõem à Jean-Baptiste Say que assuma a redação de uma coletânea periódica destinada a satisfazer na França o culto do bom gosto e de uma sã filosofia. A oferta assim, por Ginguéné e por Andrieux, foi aceita, e o primeiro número da *Décade philosophique, littéraire et politique, par une société de républicains* que apareceu em 29 de abril de 1794. O sucesso desta revista, cuja coletânea forma quarenta e dois volumes, foi principalmente devido à atividade perseverante do redator chefe (...); ele se encarregava em seguida de completar cada número com seus próprios artigos sobre *l’Économie politique*, e por uma série de estudos de costumes.

No mês de novembro de 1799, Jean-Baptiste Say é nomeado membro do tribunal, e abandona então a direção da *Décade philosophique*. Ele foi ligado ao comitê de finanças. Nós podemos ter uma ideia dos princípios que ele já professava nesta matéria, pelas suas próprias palavras, extraídas de um dos seus discursos: “Nós devemos à assembleia constituinte ter combatido o gênio fiscal que dominava na França antes dela, e cuja deplorável habilidade consistia, *não em reduzir os gastos com as taxas ao estrito necessário, mas levar as cargas tão longe quanto elas pudessem ir*”. Semelhantes tendências dificilmente se conciliariam com o regime administrativo e financeiro que queria então estabelecer o homem poderoso que governava o país. (...)

Um opúsculo publicado por Jean-Baptiste Say, no ano VIII, sob o título *Olbie* ou *Essai sur lès moyens d'améliorer les mouers d'une nation*, e redigido na ocasião de um concurso aberto pela Académie dês sciences morales et politiques, foi o precursor do *Traité d'Économie politique*, que apareceu em pela primeira vez em 1803; o autor tinha então 36 anos. Esta bela obra, antes mesmo dos aperfeiçoamentos que ela deveria receber em seis edições, era já uma obra imensa. As verdades apenas vislumbradas pelos economistas do século dezoito, aquelas as quais Adam Smith tinha dado a força das suas demonstrações, se achando enfim completadas e coordenadas em uma ordem lógica.

Desde sua aparição, o *Traité d'Économie politique* foi um verdadeiro sucesso e atraiu atenção do chefe de Estado. Após um jantar na Malmaison, o primeiro cônsul leva Jean-Baptiste Say para as calçadas do parque, lhe expondo vivamente quais eram suas intenções para levantar as finanças, e procurando lhe persuadir que o sucesso prático era o que nós deveríamos essencialmente oferecer; que, daí em diante, os livros seriam sobretudo úteis quando eles justificassem aos olhos do público as medidas tornadas necessárias. Nós deveríamos fazer uma nova edição do *Traité*, e fazê-lo um livro de circunstância. O mestre insistia muito sobre suas intenções, mas ao discípulo faltava a flexibilidade de espírito ainda geral naquela época; suas convicções eram o resultado de estudos sérios, e ele não as queria sacrificar. (...)

(...)

A segunda edição do *Traité* estava pronta, e já não seria mais possível a sua impressão; o editor havia já pedido à direção da livraria para receber a injunção de se abster de tal publicação.

Estando voluntariamente interdito à carreira das funções públicas, e à força acorrentando à imprensa, não restava a Jean-Baptiste Say, para sustentar sua família, senão se transferir ao comércio ou a indústria. Ele decide pela fiação de algodão. O conjunto completo de máquinas trazidas da Inglaterra havia sido depositado no conservatório; foi lá que M. Say tornou-se operário; seu filho Horace, então com 10 anos, trabalhava como montador. (...)

(...)

Essa longa estadia numa aposentadoria ativa não foi desfavorável ao estudo. Colocado fora do movimento político, o Economista considerava-se um espectador imparcial, mas não indiferente às falhas do império, o sistema continental, o comércio por licenças, e suas numerosas medidas que ditavam sempre a cólera e a ignorância das verdades econômicas. As tarifas aduaneiras sobre o algodão tendo sido elevadas a uma taxa absurda adicionavam-se as dificuldades de comunicações e o preço excessivo dessa matéria prima. Jean-Baptiste previa a queda muito próxima de um sistema tão contrário ao verdadeiro interesse dos povos. (...)

O regime que seguiu esses acontecimentos permite a reimpressão do *Traité d'Économie politique*. M. Say recebeu do governo a missão de visitar a Inglaterra para estudar o estado da

economia e relatar as informações de utilidade prática. Esta exploração foi uma tarefa fácil pelo conhecimento que ele tinha da língua inglesa, pela sua própria experiência como fabricante e pela acolhida que lhe reservava sua reputação. Recebido prontamente pelos economistas, particularmente por Ricardo, por Bentham, pelos professores das universidades da Inglaterra e da Escócia, ele fez uma viagem das mais instrutivas e da qual deveria conservar boas lembranças. (...)

Em 1815, J.B. Say abriu no Athenée um curso de economia política. Ele atraiu muitas pessoas e o sucesso foi completo. (...)

O professor, encorajado pela acolhida, redobra seus esforços para propagar as doutrinas que ele considerava como muito importantes para o destino dos povos; (...)

(...)

E foi assim que J.B. Say identificou sua vida com o desenvolvimento e a difusão de uma ciência à qual ele fora dedicado desde a sua juventude, e que havia cultivado com aquela persistência e aquele amor pela verdade que conduz a grandes resultados. A Economia política lhe deve os mais importantes progressos que ela tem realizado depois de Adam Smith; de início, a colocação em ordem dos seus princípios que, na *Riqueza das Nações*, se encontravam expostos sem nenhum método, sem indicações das relações que os ligavam e que somente assim procedendo é que podiam fazer um corpo de doutrina ou de ciência; em seguida, estabelecendo os princípios que não tinham ainda sido colocados ou que tinham sido apenas confusamente indicados, notadamente aqueles relativos à produção comercial e à toda série de fenômenos econômicos que envolvessem a distribuição de riquezas; depois a celebre teoria dos mercados, que, ao demonstrar até a evidencia que cada nação está interessada na prosperidade de todas as outras, está destinada à exercer a mais feliz influência sobre o destino da humanidade; enfim, a teoria dos produtos imateriais, ou antes a demonstração que os produtos de toda a natureza consistem em uma *utilidade* nova, ou uma adição de *utilidade*, dada pelo trabalho, seja nas coisas, seja nos homens mesmos; e assim *todos os trabalhos úteis são produtivos*, e como tal todos caem no domínio da Economia política. J.B. Say é também o primeiro que assinalou claramente esta verdade, que o progresso industrial consiste essencialmente no crescimento do concurso, na obra produtiva dos *agentes naturais*, e sobretudo das forças naturais que estão à disposição de todos; este concurso, uma vez adquirido ou expandido, aumenta a fecundidade da produção sem exigir mais do trabalho humano, e a adição de utilidade que ele resulta cai no domínio comum. Mas um dos principais títulos de J.B. Say ao reconhecimento da posteridade consiste em ter apresentado as verdades econômicas com muita arte e clareza para que todo aquele dotado de senso de justiça as pudesse compreender no seu conjunto e nos seus detalhes. (...)

(...)

Após a revolução de 1830, ele ficou tão surpreso quanto aflito de ver a atenção pública absorvida pela aparição súbita de uma multidão de pretensos reformadores que, ressuscitando velhos erros ou colocando na sua imaginação doentia os sistemas mais ou menos extravagantes, não aspiram nada menos do que a refundar o homem e a sociedade em novos moldes sem ter em nenhuma conta a indestrutível natureza das coisas e das verdades que nosso estudo tinha colocado em luz. Essas pretensões tolas de ignorância vaidosa deveriam produzir nos economistas instruídos o mesmo efeito que produziria nos astrônomos e nos químicos modernos a ressurreição da astrologia ou da alquimia: J. B. Say achava que não deveria se comprometer com os insanos; ele guarda o silêncio mais absoluto.

(...)

Nós observamos que em geral os homens que se entregam a um estudo aprofundado e consciencioso da Economia política tem sido excelentes cidadãos, amigos esclarecidos e sinceros da liberdade; é que esta ciência mostra melhor do que as outras os efeitos de medidas ruins dos governos, é que ela não permite ter ilusões sobre a natureza e o valor dos serviços fornecidos ao público, é que ela impede de se cometer erros sobre a verdadeira fonte das riquezas. J.B. Say que, desde 1789, se pronunciava pela causa da liberdade e que a servia por todos os meios em seu poder, permaneceu fiel aos seus princípios até o fim da sua carreira; (...). (grifos nossos)

A. Clément pp. 591-595

Traité d'Économie politique, ou simple exposition de manière dont se forment, se distribuent et se consomment les richesses, 6^a édition, entièrement revue par l'auteur, et publiée sur les manuscrits qu'il a laissés par M. Horace Say, son fils. Paris, Guillaumim et comp., 1841, 1 vol. Grand in-8. (Les 4^a et 5^a éditions étaient 3 vol. In-8)

“Esta obra, disse M. Blanqui, é o principal título de glória de nosso mais célebre Economista. Ela teve cinco edições sucessivas com o autor ainda vivo, que fez a revisão de todas elas com um cuidado infinito. Ela foi traduzido para todas as línguas da Europa... Deste livro data realmente a criação de um método simples, austero e sábio para estudar a Economia política. A característica distintiva dos escritos do autor, a lucidez, brilha sobretudo nas questões que tem sido confundidas pelos Economistas de todos os tempos e de todos os países e principalmente aquelas da moedas... Mas o que assegura um nome imortal ao escritor francês, e a sua *Teoria dos mercados*, que deu o último golpe no sistema exclusivo e preparou a queda do regime colonial. Esta bela teoria totalmente fundada na observação escrupulosa dos fatos, provou que as nações pagam produtos tão somente com outros produtos e que todas as leis que as proíbem de comprar as impedem de vender. Nenhum infortúnio, portanto, fica sem um contragolpe no mundo; quando a colheita falha num ponto, os fabricantes sofrem em outro; e quando a prosperidade reina num país, todos os seus vizinhos tomam parte nela, seja em razão das demandas criadas,

seja em razão da baixa de preços resultado da abundância de produtos. As nações são portanto solidárias tanto na boa como na má fortuna; as guerras são loucuras que arruinam até mesmo os vencedores, e o interesse geral dos homens é de se auto ajudarem em lugar de se prejudicarem como a política cega que lhes é empurrada há bastante tempo. (*Histoire de l'Économie politique*, tome 11)

SAY (Horace-Émile) - Filho mais velho de J. B. Say, nascido em Noisy, perto de Paris, em 11 de março de 1794; fez seus estudos de em Genebra, e entrou em seguida na casa de seu parente, M. Delaroche-Delessert, negociante, tendo casas em Nantes e em Havre. M. Horace Say foi aos Estados Unidos, como subencarregado, em 1813; depois, em 1815, ao Brasil, onde ele permaneceu durante dez anos.

Em 1818, M. Horace Say fundou em Paris uma casa para comércio de exportação; ele foi nomeado juiz do tribunal de comércio em Seine, em 1831, e , em 1834, membro da câmara de comércio, onde diversas reeleições o mantiveram até o dia de hoje. Eleito membro do conselho municipal e do conselho geral do departamento de Seine em 1837 e em 1846, ele foi escolhido como conselheiro de Estado pela assembleia nacional constituinte em abril de 1849, e exerceu as funções até 2 de dezembro de 1851.

Histoire des relations commerciales entre la France et le Brésil, et considerations sur les monnaies, les changes et le commerce extérieur. Paris, Guillaumin, 1839, 1 vol. In-8, accompagné de planches.

De 1846 a 1848, M. Horace Say dirigiu a grande pesquisa empreendida pela câmara do comércio sobre a indústria de Paris. Ele foi o relator, e este belo trabalho lhe valeu o prêmio de Estatística, conferido em 1853 pela Academie des sciences.

M. Horace Say tomou parte na redação do *Dictionnaire du commerce et des marchandises*, e participou da fundação do *Journal des Économistes*, onde ele permanece como um colaboradores mais zelosos.

WOLOWSKI (Louis) Nascido em Varsóvia (Polônia), em 21 de agosto de 1810; naturalizado francês em 1831; professor de legislação industrial no Conservatoire imperial des arts et métiers, diretor do *crédit foncier de France*. Fez parte das assembleias constituinte e legislativa, depois de fevereiro, como representante de Seine. Em março de 1848, ele foi o primeiro que, nas *conférences du Luxenburg*, combateu o sistema de organização do trabalho de M. Louis Blanc. Ele fundou em 1834 a *Revue de législation et de jurisprudence*, que ele publicou em 45 volumes. M. Wolowski é doutor em direito pela faculdade de Heidelberg, e doutor em economia política

pela faculdade de Tübingue. Outra colaboração ativa que ele prestou foi no *Journal des Économistes* onde publicou entre outros:

Dés sociétés par actions. Paris, chez le auteur, 1838, brochure in-8

De l'organisation du travail. Paris, Paulin, 1844, broch. In-8

Études d'Économie politique et statistique. Paris, Guillauminet comp., 1848, 1 vol. in-8

De l'organisation du credit foncier. Paris, Guillaumin, 1848, broch. in-8.

CIVILIZAÇÃO (Civilization) - A civilização consiste no conjunto dos progressos materiais e morais que a humanidade realizou e que ela realiza todos os dias. Estes progressos têm sua fonte na faculdade que tem o homem de conhecer a si mesmo, e de conhecer o meio onde ele vive, de capitalizar seus conhecimentos, de transmiti-los e de combiná-los: assim, o progresso material provém do conhecimento mais e mais estendido que a observação nos dá dos recursos naturais de nosso globo e dos meios de explorá-los; o progresso moral se desenvolve, do mesmo modo, por meio das noções mais e mais justas, mais e mais completas que a observação nos sugere sobre a nossa natureza, sobre a sociedade no seio da qual nós vivemos e sobre nossos destinos.

As necessidade do homem são os estimulantes enérgicos que o levam a multiplicar suas observações, à acumular seus conhecimentos. A natureza lhe fornece os materiais que são necessários para apaziguá-las; mas ele é obrigado a coletar e moldar esses materiais para utilizá-los. Nenhum dos apetites que lhe são solicitados pode ser satisfeito sem que custem os esforços do seu trabalho. Estes esforços, estes trabalhos, em virtude mesmo da sua organização, implicam em sofrimento. Consequentemente, ele **se encontra interessado em reduzi-lo tanto quanto possível, enquanto aumenta suas satisfações**; ele se interessa em obter o **máximo de satisfação através de um mínimo de trabalho**. Como isto pode ser conseguido? Por somente um meio, um só! Pela aplicação de procedimentos cada vez mais eficazes na produção das coisas que lhe são necessárias. E estes procedimentos, como podem ser encontrados? Unicamente pela observação e experiência.

Empurrado pela fome, os primeiros homens se atiraram sobre os animais menos capazes de se defenderem e os devoraram. Eles reconheceram que a carne de qualquer um era própria para apaziguar sua fome e era agradável ao seu gosto; mas lhes era difícil conseguir regularmente uma quantidade suficiente, porque na maioria das vezes esses animais os ultrapassavam em agilidade. Empurrados pelas necessidades, eles se aplicaram a superar esta dificuldade, e eles conseguiram: um selvagem mais inteligente que os outros, observando a propriedade que certas madeiras têm de se curvar sem se romperem e de se endireitar com violência após ter se curvado,

imagina utilizar essa força para lançar projéteis. O arco foi inventado. Ele pode aplicar sua inteligência à tarefa de realizar novas observações e as combinar para aumentar seus prazeres e diminuir suas dores. (...)

A civilização nos parece, portanto, como um fato natural; ela resulta da organização mesmo do homem, da inteligência e das necessidades que ele tem. Ela tem sua origem na *observação* estimulada pelo *interesse*, e ela não tem limite que aquele dos conhecimentos que é dado ao homem para acumular e de combiná-los sob o impulso de suas necessidades. Este limite nos escapa, de onde segue que nós podemos, verdadeiramente, dizer que **o progresso é indefinido**.

Entretanto, a civilização, embora inerente à natureza humana, não é igualmente desenvolvida em todos os povos. Em nossos dias ainda, certos povos permanecem mergulhados nos limbos da primitiva barbárie, enquanto que ao lado deles a civilização se implanta com toda sua potência. Qual a razão dessa desigualdade de desenvolvimento?

É em razão das faculdades psíquicas e morais, atribuídas às diferentes variedades da espécie humana; é em razão também do meio onde cada uma dessas variedades se desenvolve. É em razão, para nos servir da linguagem econômica, da quantidade de bens naturais sejam internos, sejam externos, que o criador deu a cada povo. Essas matérias primeiras da civilização foram desigualmente distribuídas: do Botocudo estúpido ao Anglo-Saxão, que se tornou seu vizinho, a distância é imensa sob o duplo ponto de vista do físico e da moral, e entre essas duas formas de variedade da espécie humana, que parecem formar as ligações extremas, aparece uma multiplicidade de raças, todas desiguais e diversas; mesmo, entre as areias do Saara e os aluviões do Senegal, quantos graus de fecundidade?

Como essa desigualdade natural tem agido sobre a civilização, eis o que importa ser bem examinado. É evidente que se dois povos desigualmente providos de bens internos se encontram em meios parecidos, o melhor provisionado deste capital natural deverá se desenvolver mais rapidamente e mais completamente do que o outro. Não é menos evidente que se dois povos iguais, na questão dos bens internos, se encontrarem em meios desiguais, os seus desenvolvimentos também serão desiguais. A influência dos bens internos e da sua distribuição desigual sobre a civilização não foi ainda, acreditamos, suficientemente estudada e apreciada. Por outro lado, a influência do meio foi mais reconhecida e assinalada. Jean Bodin, Montesquieu, Herder, destacam perfeitamente a sua importância. Nós podemos mesmo acusá-los de exagerá-la.

De qualquer maneira, tendo em conta os elementos naturais da civilização, se explica que certas raças tenham atingido um nível elevado de progresso, enquanto que outras permanecem mergulhadas na barbárie. Ao estudar, por exemplo, a história natural da variedade de homens que povoam o arquipélago do grande Oceano, assim como as circunstâncias físicas às quais eles se encontram submetidos, explica-se que eles permaneçam como os mais atrasados da espécie

humana. Em primeiro lugar, esses povos possuem geralmente uma baixa dose de inteligência, eles têm um grau inferior desta faculdade de observar, de acumular suas observações e de combiná-las que é o motor essencial da civilização. Em segundo lugar, a doçura do clima sob o qual eles vivem, a fecundidade natural do solo, os permitem satisfazer facilmente suas necessidades mais grosseiras, deixando suas inteligências sem estímulo. Enfim, sua situação topográfica, ao isolá-los do resto da humanidade, os reduz a explorarem somente seus recursos, seus elementos limitados de civilização. Para emprestar mais de outros, eles deveriam atravessar os abismos do Oceano. Ou, para atravessar o Oceano, eles teriam de conhecer a arte da navegação, a bússola, etc; conhecimentos que excedem o alcance das suas inteligências ou cujos materiais mesmo lhes faltam. Essas coleções de homens, perdidos na imensidão do Oceano, se encontrariam assim condenados a definharem muito mais tempo do que os outros nas trevas da barbárie. Segundo toda a aparência, eles estariam ainda mergulhados nessa condição se a luz não viesse de fora; se os povos avançados na civilização não tivessem começado a lhes visitar. Suponhamos, entretanto, que essas tribos, em lugar de estarem separadas pelos abismos intransponíveis, tivessem vivido em terras dos continentes, ou nas vizinhanças dos continentes, sua condição teria sido certamente muito diferente. Há muito tempo, eles teriam se comunicado uns com os outros; eles estariam misturados; eles teriam trocados suas descobertas e suas produções. Uma civilização nasceria desse contato e desta mistura de tribos diversamente dotadas, civilização grosseira e incompleta sem dúvida; mas que teria produzido um estado social bem superior àquele do conjunto das tribos isoladas dos arquipélagos polinésios. Eis um exemplo da influência dos bens naturais, internos ou externos, sobre a civilização.

Outro exemplo. Na extremidade oposta da escala da civilização aparece o povo da Grã-Bretanha. Este povo é um composto, um produto de seis ou sete raças que sucessivamente invadiram o solo britânico, e cujas aptidões diversas juntaram-se, combinaram-se para explorá-lo. As condições naturais do solo, do clima e da situação topográfica da Grã-Bretanha tem admiravelmente ajudado esta obra da civilização. O solo é fértil; mas sua fecundidade não é tão exuberante para permitir a eles se deixarem levar pela indolência. O clima, sem ser rigoroso ao extremo, exige, entretanto, que o homem esteja vestido e cuidadosamente protegido. Enfim, a Grã-Bretanha está separada do continente por um braço de mar que, enquanto protegendo seus habitantes contra a invasão estrangeira, lhes permite comunicar sem dificuldade com outros povos abundantemente providos de elementos necessários ao progresso. Favorecida por um concurso de vantagens naturais, a civilização não poderia deixar de se desenvolver com rapidez. Mas suponhamos que os aborígenes da Grã-Bretanha tivessem sido jogados sobre as praias da Nova Zelândia: que eles não tivessem podido, em consequência, se misturar aos povos como aqueles que vieram sucessivamente se estabelecer ao seu lado, nem comunicar-se com um continente onde a civilização tivesse já projetado suas luzes, não teria ela uma aparência que se diferenciaria pouco hoje dos indígenas da Nova Zelândia?

A influência que a distribuição de bens naturais, internos ou externos, exerce sobre a civilização sendo bem conhecida, trata-se de saber ainda qual influência o estado das relações dos homens entre eles mesmos podem exercer sobre sua atividade progressiva; em quais circunstâncias sociais eles estão mais animados a utilizar os elementos de progresso que se encontram à sua disposição.

Se a civilização é um produto de nossa inteligência estimulada por nossas necessidades, é evidente que ela se desenvolverá tanto mais rápido quanto nós pudermos aplicar mais livremente nossas faculdades aos objetos que nos convém e que nos propiciarão mais seguramente o desfrute dos frutos dos nossos trabalhos. Se eu tenho aptidão para as matemáticas e se, sem levar em conta a minha vocação, sou levado a dedicar-me à pintura, a parcela mais enérgica e mais potente da minha inteligência permanecerá como que suprimida. Eu teria podido encontrar a solução de certo número de problemas matemáticos; mas como sou impedido de me dedicar a esse trabalho ao qual sou naturalmente próprio, os problemas que teria resolvido não teriam sido desenvolvidos, ou, pelo menos, eles os seriam, mas com atraso, e a civilização seria também atrasada. Porém, continuarei pintando; mas como eu sou pouco próprio a esta arte, eu não contribuirei de nenhuma forma ao seu progresso. Eu teria sido um bom matemático, eu seria um pintor ruim. Por infringir a liberdade do trabalho, nos anulamos, portanto, nós suprimimos as forças que tem ativado o movimento progressivo da humanidade; nós amputamos, de alguma forma, a parcela de inteligência que poderia mais eficazmente contribuir para a civilização. Quando certas profissões são proibidas aos homens que podem se sobressair nelas, ou simplesmente quando o acesso a elas torna-se custoso e difícil, ou mesmo quando regras imutáveis marcam a cada um a carreira que ele deve seguir, o resultado é uma causa permanente de atraso para a civilização.

Todo atentado contra a propriedade é outra causa de atraso. Por que eu condenaria minha inteligência ao trabalho de acumular observações, de combiná-las, de aplicá-las à satisfação das minhas necessidades? Não é verdade que **eu trabalho** para me **proporcionar o desfrute** (o prazer) e me **poupar do sofrimento e da dor**? Eu não tenho outro objetivo. Mas se me for removida, no total ou em parte essa satisfação; se o fruto do sofrimento que eu me impus é consumido por outro, qual razão eu teria de fazer trabalhar ainda a minha inteligência? Se, por exemplo, outro homem me obriga a trabalhar para ele, a arar seu campo, a moer seu grão, não me deixando do fruto do meu trabalho aquilo que é rigorosamente necessário para minha subsistência; se, em uma palavra, eu sou escravo, qual interesse eu teria no aperfeiçoamento da cultura do campo, na moagem do trigo? O que eu teria em retorno? Não sei eu que o fruto da minha pesquisa meticulosa irá inteiramente para meu mestre, ou seja, ao meu inimigo natural, aquele que me rouba cada dia uma parte do meu legítimo salário para lhe atribuir? Por que, portanto, aumentaria eu as satisfações de um homem que me priva abusivamente das minhas? A escravidão que não é senão uma das formas incontáveis de espoliação aparece, portanto, como

um dos mais sérios obstáculos que entravam o progresso da humanidade. Da mesma forma, toda a ação arbitrária ou legal que tem por resultado o **atentado ou a ameaça à propriedade** natural ou adquirida, retarda a marcha da civilização, ao diminuir a potência do móvel que empurra os homens a aumentar o círculo dos seus conhecimentos e das suas aquisições.

É a **liberdade** que permite a cada homem tirar o melhor partido possível dos bens de que ele é provido; é a **propriedade** que lhe atribui o **desfrute** absoluto dos bens e dos frutos que ele pode extrair, eis quais são as condições necessárias ao **progresso da humanidade**. A **espoliação**, sob as variadas formas que ela pode ter, é o grande obstáculo que retarda, depois da origem do mundo, o desenvolvimento da civilização.

Isto é, parece que os homens deveriam, desde a origem, se arranjar de maneira a manter invioláveis sua liberdade e sua propriedade. Infelizmente, eles só aprenderam após uma longa e difícil experiência o quanto o respeito à liberdade e à propriedade é essencial ao seu bem-estar. Se tentarmos fazer abstrações destas experiências; se examinarmos em quais condições naturais os homens se encontravam colocados na sua origem; se levarmos em conta seus instintos, suas necessidades e os meios que eles dispunham para satisfazê-las, nós nos convenceremos que eles não poderiam começar de outro modo que não fosse a espoliação. (...)

Nossa história atesta, além disso, que o abuso da força era geral nessas primeiras épocas em que a inocência foi tão propalada pelos poetas. A liberdade e a propriedade dos fracos se encontravam todos os dias à mercê dos fortes. Cada um era incessantemente exposto àqueles que os privavam dos frutos do seu trabalho. Ninguém, em consequência, tinha interesse em aumentar suas aquisições e acumulá-las. Nenhum progresso era possível sob esse regime. Então o que aconteceu? É que a *experiência* do mal que a anarquia faz leva os homens a se reunirem para melhor proteger sua liberdade e sua propriedade. (...)

O que quer que seja, depois da queda do império romano e, sobretudo, depois do fim da barbárie feudal, que os tenha substituído, a partir daí, o progresso da liberdade e da segurança passaram a crescer incessantemente. Este progresso, que teria sido acelerado ou não pela invasão dos bárbaros na civilização antiga, serviu maravilhosamente ao desenvolvimento da civilização moderna. Doravante mais livre para empregar no aumento do seu bem-estar os elementos do progresso que ele dispunha, mais seguro também de conservar os frutos do seu trabalho, o homem deu à sua atividade um maior desenvolvimento. Ele explorou o mundo material e o mundo moral, com uma força e um sucesso de uma forma que ele não tinha anteriormente nenhuma ideia. Ele descobriu, de uma vez, os meios de melhor conservar as aquisições antigas, de multiplicar e de propagar mais rapidamente as novas. Entre essas descobertas, algumas exerceram sobre a marcha da civilização uma influência tal que importa indicá-las.

Nós citaremos a que está em primeiro lugar que é a invenção da pólvora. O efeito imediato desta descoberta foi de mudar a proporção entre o trabalho e o capital necessários ao exercício da

indústria militar. Ela levou proporcionalmente menos trabalho e mais capital, menos homens e mais máquinas. (...) O que isto resultou? É que as nações civilizadas adquiriram sobre os povos bárbaros uma vantagem enorme, do ponto de vista do ataque e da defesa. A superioridade do seu equipamento militar, juntamente com aquela dos capitais necessários para colocar em atividade esta custosa *maquinaria*, os assegurou a sua predominância. (...) as nações civilizadas puderam adquirir, nessa questão, uma segurança que elas não tinham na antiguidade. Em lugar de serem subjugadas novamente pelos bárbaros, elas, ao contrário começaram, por toda parte a sujeitá-los à sua dominação.

Portanto, segue que os resultados adquiridos pela civilização doravante estão assegurados. Eis então que um processo é descoberto para propagar, a um pequeno custo e com uma rapidez maravilhosa, os conhecimentos que o espírito humano acumula: a imprensa foi inventada. Anteriormente, a difusão do capital imaterial da humanidade era difícil e custoso; (...)

(...) A civilização era um fato local. Cada povo, separado dos seus vizinhos, seja por obstáculos físicos, seja pelo ódio ou pelos preconceitos seculares, cada povo tinha sua civilização estreita e isolada. Eis que, por um lado, a experiência mais e mais generalizada dos males da guerra, juntamente com os outros progressos das ciências morais e políticas, começa a aproximar as nações, ao demonstrar que elas têm interesse duradouro na paz e nas trocas das suas produções. Eis que, de outra parte, a aplicação do vapor e da eletricidade à locomoção, ao anular, por assim dizer as distâncias viabiliza mais e mais essas trocas agora reconhecidas como úteis. Eis que, graças a esses progressos materiais e morais, as civilizações locais, antes isoladas, hostis, sem comunicações regulares, começam a se misturar, enquanto conservando as características que lhes são próprias, numa civilização geral.

Se procurarmos a origem desses grandes progressos, que tem assegurado e acelerado a marcha da civilização, nós reconheceremos que eles vêm, como todos os outros, da aplicação da inteligência humana à observação dos fenômenos do mundo físico e moral, aplicação que se tornou mais geral e fecunda à medida que os homens estavam mais interessados em não se entregarem. Nós temos exaltado bastante os homens que tem sistematizado o método de observação, e, entre todos, o chanceler Bacon. (...). Se o método de observação era menos fecundo na antiguidade, isto era em razão de que a soma dos conhecimentos anteriores dos quais poderíamos nos servir para a aquisição de novos era menor; em seguida, em razão do fato de que a liberdade e a propriedade eram, geralmente, menos garantidas, e, por isso, um número menor de homens estava interessado em observar e em utilizar as suas observações para o conhecimento. As artes materiais, por exemplo, abandonadas na sua maior parte aos escravos, permaneciam forçosamente estacionárias. Que interesses teriam os escravos em fazê-las avançar? Mas, essa falta de progresso em certos ramos essenciais do conhecimento humano não deveria, por seu turno, desacelerar o desenvolvimento de todos os outros? (...) Na antiguidade, a falta de progresso nas artes materiais, que a escravidão havia degradado, privaria os homens das noções e dos instrumentos necessários para ampliar o círculo dos seus conhecimentos. O método

de observação era, em consequência, menos eficaz entre suas mãos (escravos), às vezes mesmo permanecendo estéril. (...) O método de observação se encontrava desacreditado, sobretudo quando certas classes acreditavam ter interesse na manutenção das soluções que o método de hipóteses havia lhes dado; mas seu descrédito, que tinha sua fonte primeira na servidão, devia inevitavelmente desaparecer com ela. À medida que a servidão desaparecia e que a lacuna do progresso das artes materiais começava a ser preenchida, o método de observação, provido de novos instrumentos, adquiria um alcance que antes não poderíamos suspeitar. Sua eficácia para a resolução de problemas que considerávamos, antes, como além da inteligência humana, tornar-se-ia então visível aos todos os olhos. Bacon tem a honra de ter sido o primeiro a reconhecer este fato; mas não é a liberdade que possui, mais que Bacon, o mérito de ter vulgarizado e universalizado o método de observação? (...) Depois do advento da liberdade industrial, por exemplo, em um século apenas, não tem ela aumentado o domínio de civilização muito mais do que nos vinte séculos anteriores?

Ao generalizar-se, sob a influência do progresso que vinha ocorrendo, a civilização tem visto sua potência crescer de uma maneira incalculável. Até então, cada nação, confinada no seu isolamento, estava quase reduzida aos seus próprios recursos para desenvolver seus conhecimentos e aumentar seu bem-estar. Ou, como as atitudes dos homens são essencialmente diversas, segundo a raça, o clima, as circunstâncias locais; como as qualidades do solo são diferentes, etc (...) cada civilização isolada permaneceria necessariamente incompleta. (...) A massa do povo era obrigada a se contentar com as produções do país, e a pouca extensão do mercado trazia um obstáculo intransponível ao desenvolvimento progressivo das suas produções. (...) As nações mais esclarecidas começaram a perceber que elas tinham interesse em obter o maior número possível de satisfação, em troca da menor soma de esforços, e que elas não poderiam atingir esse objetivo entrincheirando-se contra o mercado. Chegará um dia em que elas derrubarão as barreiras artificiais que as cercam para superar as barreiras naturais que o progresso da locomoção tem sucessivamente abatido. Neste dia, os elementos da civilização, que Deus colocou à disposição do gênero humano, assim como os capitais materiais e imateriais que o homem tem acumulado no curso dos séculos, poderão receber o melhor emprego, a destinação mais fecunda, e a divisão natural do trabalho entre os povos, hoje ainda artificialmente entravada, se desenvolverá em toda a sua plenitude. A que altura a civilização, assim universalizada, elevará seu nível? Até o ponto em que ela aumenta a soma das satisfações materiais e morais do homem, ao mesmo tempo reduzindo seus esforços e seus sofrimentos, eis o que nós podemos saber e o que será superficial conjecturar. (...)

Uma questão grave vem se colocar incidentalmente. Deve-se quebrar, se necessário, as resistências da classe ligada aos abusos estabelecidos, de se fazer *revoluções* para destruir esses abusos, ou seria melhor esperar que eles mesmos se autodestruam, sob a pressão dos progressos realizados fora da sua influência deletéria? Esta questão comporta evidentemente duas soluções segundo as circunstâncias de tempo e de lugar. Nós podemos afirmar, porém, que na época que

nós chegamos a **solução pacífica tornou-se geralmente a melhor**. Consideremos, com efeito, sem viés, os resultados de certas experiências ainda recentes, as quantidades enormes de capitais que elas engoliram, as forças vivas que elas tem absorvido, as experiências funestas que elas tem engendrado; que nós tenhamos em conta, ao mesmo tempo, as facilidades que **a difusão do progresso tem adquirido depois da imprensa e da aplicação do vapor à locomoção**, e nós nos convenceremos que as revoluções fornecem, nos dias de hoje, o progresso a um preço muito elevado, e que isto importa, como consequência, renunciar a elas **no interesse mesmo da civilização**.

Uma segunda objeção menos frequente é reproduzida da seguinte forma: o bem-estar material não se desenvolve, assegura ela, senão ao preço da moralidade pública: os homens se corrompem moralmente à medida que a sua condição melhora materialmente, e sua civilização, se brilhante na superfície, no fundo é corrompida. Nada de mais falso do que esta objeção. Em primeiro lugar, a história da civilização atesta que os ramos do conhecimento que concorrem à moralização da espécie não se desenvolvem mais rapidamente do que aqueles que tendem a aumentar seu bem-estar material. (...) As ciências filosóficas, e especialmente a economia política, não funcionam também mais eficazmente cada dia para moralizar os homens, ao demonstrar com uma claridade mais e mais viva que a observação das leis morais é uma condição essencial da sua existência e do seu bem-estar? Em segundo lugar, o progresso material, nele mesmo, longe de fazer obstáculo ao desenvolvimento moral da espécie humana, não deve ele contribuir, ao contrário, para apressá-lo? Ao tornar o trabalho do homem mais fecundo, sua existência mais fácil, não deveria isto diminuir a intensidade e a frequência das tentações que o empurram a violar as leis morais para satisfazer os seus apetites? A experiência confirma também essas induções tiradas da observação de nossa natureza. As tabelas de criminalidade atestam que as classes pobres cometem, guardada todas as proporções, maior número de crimes do que as classes mais ricas; elas atestam também que a criminalidade cai e que os costumes melhoram à medida que as facilidades penetram ainda mais nas camadas inferiores da sociedade. A objeção de uma pretensa falta de moralização dos povos ocasionada pelo desenvolvimento do bem-estar material se encontra, portanto, em desacordo com a observação da experiência.

Uma terceira objeção tem sido feita: foi afirmado que a desigualdade cresce em seguida ao progresso da indústria. Tem sido dito que a tendência do progresso industrial é de aglomerar, de um lado, as massas do capital, e, do outro lado, a multidão de homens que se tornam dia a dia mais miseráveis. Os fatos históricos dão ainda um desmentido a esta asserção. Comparando as desigualdades que subsistem nos dias de hoje àquelas que existiam no tempo do império romano, colocando ao lado do escravo do *latifundia* e do chefe potente de uma família de patrício o mais pobre operário e o mais opulente dos banqueiros, que diremos se os extremos da escala social longe de se distanciarem, estão mais próximos? O progresso funciona no sentido da igualdade, ou pelo menos, sua tendência é de reduzir as desigualdades sociais ao nível das desigualdades

naturais. Notamos, com efeito, que a liberdade e a propriedade são mais bem garantidas à medida que a civilização ganha terreno e que o progresso realizado nesse sentido é a condição essencial de todos os outros. Ou, se cada um é mais e mais obrigado à sua própria indústria para subsistir; se nenhuma espoliação visível ou escondida não vem mais atribuir a uns o fruto do trabalho dos outros; se, para dizer tudo, as causas mais poderosas e as mais ativas da desigualdade desaparecem, as diferenças sociais não devem elas inevitavelmente acabar porque se reduziu o nível das diferenças que a natureza colocou entre os homens? (...)

Vemos em definitivo que os elementos diversos da nossa natureza e do mundo onde vivemos são dispostos de tal maneira que a civilização aparece como um fato inevitável, irresistível. Ela não tem, entretanto, nada de fatal, no sentido de que ela sofre continuamente a influência do nosso livre arbítrio. Se não está no poder de qualquer um de fazê-la parar ou retroceder, cada um pode, porém, influenciar sua marcha, e, talvez também, seu alcance final. Infrinja a liberdade e a propriedade do outro; utilize apenas o que você puder das forças produtivas de que você dispuser; não utilize o tanto que você puder as forças produtivas que você tem; seja preguiçoso, ignorante, dissipador, e você retardará a civilização. Dê, ao contrário, o exemplo das virtudes morais, do respeito da liberdade e da propriedade, do espírito de pesquisa, do ardor e da assiduidade do trabalho, e você contribuirá com a sua parte, para fazê-la avançar. Cada individualidade age sobre a civilização, bem ou mal, dentro da esfera mais ou menos extensa da sua atividade. Somente se cada um estiver mais e mais interessado em agir de maneira a fazê-la progredir é que o número de ações que a fazem avançar excederá cada vez mais aquelas que a fazem retardar. Para seu impulso geral, a civilização depende do conjunto de faculdades e das necessidades que foram distribuídos ao homem, e dos recursos naturais que foram colocados à sua disposição; mas ela não está menos sujeita, nos acidentes da sua marcha, ao livre arbítrio humano. Ela é providencial. Ela não é fatal.

Agora que nós descrevemos os elementos da civilização, que nós mostramos quais os instrumentos materiais e morais que são utilizados para que esse grande trabalho se opere, como pode ser acelerado e como pode ser retardado, resumamos em poucas palavras as características econômicas nas quais a civilização se reconhece e o objetivo ao qual ela tende.

A civilização aparece como o desenvolvimento da potência do homem sobre a natureza. Ou, existe um sinal exterior pelo qual este desenvolvimento é reconhecido, que é a divisão do trabalho. O país onde o trabalho é mais dividido no conjunto dos seus ramos, onde pela mesma razão as relações sociais são mais desenvolvidas é, portanto, obviamente, aquele onde a civilização é a mais avançada.

A civilização tem por finalidade a melhor satisfação das nossas necessidades materiais e morais. Ela nos conduz, ao melhorar progressivamente as condições de nossa existência, a um ideal de poder e beleza que inclui nossa natureza e os recursos que o Criador colocou à nossa disposição.

A ideia de uma civilização indefinidamente progressiva é moderna. Na antiguidade, o progresso material se encontrava interrompido pela servidão, nós não poderíamos conceber então um progresso que não o da ciência e das belas-artes. Ainda o espetáculo que corria os povos civilizados, como a destruição das civilizações locais pelas invasões bárbaras, deveria deixar distante qualquer ideia de um progresso geral e contínuo. Esta ideia dificilmente poderia nascer antes da invenção da pólvora e da imprensa. Ela foi lentamente germinando. Vico a prepara ao relacionar, de uma maneira sistemática, as observações que ele havia feito sobre o desenvolvimento das nações civilizadas; mas Turgot foi o primeiro que a produziu, ao apoiá-la sobre dados positivos (no seu *Discours em Sorbonne* e nos *Essais de géographie politique*). Condorcet amplia, com algumas variantes, as ideias de Turgot. Na Alemanha, Kant mostra a civilização na expansão da liberdade humana; Herder estuda os elementos naturais, um pouco vagamente talvez; o economista Storch empreendeu-se em fazê-la uma teoria. Embora incompleta e deficiente em alguns aspectos, essa teoria merece, entretanto, ser estudada. Numa época mais próxima, M. Guizot traçou um quadro dos progressos da civilização na Europa e especialmente na França; mas a insuficiência das noções econômicas se deixa perceber nessa obra, embora seja um dos mais notáveis da nossa escola histórica. Finalmente, a civilização teve também seus romancistas. Não tendo em conta nem a natureza dos homens, nem as condições de seu desenvolvimento, tais como a observação e a experiência nos revela, os socialistas edificaram civilizações de fantasia, civilizações falsas ou incompletas como os dados sobre os quais eles se baseiam. A observação, que é o primeiro instrumento da civilização, é também o único de que podemos nos servir para reconhecê-la e caracterizá-la. G. de Molinari.

MERCADOS (*Débouchés*) - Um mercado é propriamente uma abertura feita à venda de certos produtos. Nós dizemos que um negociante procura os mercados para suas mercadorias, quando ele está em busca dos lugares onde ele poderá vendê-las; (...). Abrir os mercados a um país é lhe dar a ocasião de começar com os outros países as relações comerciais, que lhe ofereçam novas maneiras de venda.

Parece que isto poderia dar lugar a algum desenvolvimento verdadeiramente econômico. Mas J. B. Say o elevou quase até a altura de uma teoria pelas considerações ao mesmo tempo engenhosas e sólidas que ele encontrou nas suas relações. Nós reproduziremos suas reflexões com mais prazer do que elas foram provadas e apreciadas por todos os economistas.

“Na impossibilidade, que a divisão do trabalho coloca os produtores, de consumir além de uma pequena parte da sua produção, eles são forçados a procurar consumidores aos quais os seus produtos possam convir. É necessário que eles encontrem aquilo que em termos de comércio nós

chamamos de *débouchés*, os meios de efetuar a troca dos produtos que eles criaram contra aqueles que eles tem necessidade. É importante conhecer como esses mercados lhes são abertos.”

“Todo produto contém nele mesmo uma utilidade, uma faculdade de servir à satisfação de uma necessidade. Ele só é um produto em razão do valor que nós damos de utilidade. (...)”

“O homem que quer comprar deve começar por vender, e ele vende somente aquilo que ele produziu, ou o que alguém produziu para ele. (...) De todas as maneiras é com produtos que nós compramos aquilo que os outros produziram.”

“(...) é com produtos que nós compramos produtos, cada produto encontrará tanto mais compradores, que os outros produtos se multiplicarão mais. (...)”

“Quando um ramo da indústria sofre, os outros sofrem igualmente. Uma indústria que frutifica, ao contrário, faz prosperar as outras.”

“A primeira consequência que podemos tirar desta importante verdade é que, em todos os Estados, quanto mais os produtores são numerosos e as produções multiplicadas, mais os mercados são fáceis, variados e vastos. Nos lugares que produzem muito, se cria a substância com a qual nós compramos, eu quero dizer o *valor*. O dinheiro preenche apenas uma função passageira nessa dupla troca. Depois que cada um vendeu aquilo que produziu e comprou aquilo que ele quer consumir, verifica-se que sempre pagamos produtos com produtos.”

“Vejam vocês, senhores, que cada um está interessado na prosperidade de todos, e que a prosperidade de um gênero de indústria é favorável à prosperidade de todos os outros. Com efeito, quaisquer que sejam as indústrias que cultivamos, o talento que exercemos, encontramos tanto melhor seu emprego, e tiramos um lucro um tanto ainda maior, quando estamos mais cercados de pessoas que também ganham elas mesmas. Um homem que tem talento, e que você vê tristemente vegetar num país que declina, encontraria mil empregos de suas faculdades num país produtivo. Um comerciante colocado numa vila industriosa vende em quantidades bem mais consideráveis que aquele que habita um distrito onde domina o descuido e a preguiça. O que faria um ativo industrial ou um hábil negociante numa cidade mal povoada e mal civilizada de certas partes da Espanha ou da Polônia? Embora ele não encontre nenhum concorrente, ele venderá pouco, porque ele produzirá pouco; enquanto que em Paris, Amsterdã, em Londres, malgrado a concorrência de cem comerciantes como ele, ele poderá fazer imensos negócios. A razão é simples: ele está cercado de pessoas que produzem muito e uma multiplicidade de gêneros; e que fazem compras com aquilo que eles produzem; ou seja, o dinheiro vem da venda daquilo que eles produzem, ou com aquilo que suas terras e seus capitais têm produzido para eles.”

“Tal é a fonte dos lucros que as pessoas das cidades fazem sobre as pessoas dos campos, e que estas fazem sobre as primeiras. Uns e outros têm tanto mais o que comprar quanto mais eles

produzem. Uma cidade cercada de campos produtivos encontra aí numerosos e ricos compradores; e na vizinhança de uma cidade industrial, os produtos do campo se vendem bem melhor. É por uma distinção fútil que nós classificamos as nações em agrícolas, manufatureiras e comerciantes. Se uma nação tem êxito na agricultura, é uma razão para que seu comércio e suas manufaturas prosperem. Se suas manufaturas e seu comércio tornam-se florescentes, sua agricultura se achará melhor.”

“Uma nação vizinha está no mesmo caso que uma província em relação aos campos: ela está interessada em lhe ver prosperar; ela está assegurada de lucrar com a sua opulência, porque nós não ganhamos nada com um povo que não tem com que pagar. (...)”

“(...) É preciso apenas compreender seus verdadeiros interesses.”

“Essas verdades importantes que começam a penetrar nas classes esclarecidas da sociedade, eram absolutamente esquecidas nos tempos que nos precederam. (...). Que nós somos mais felizes, nós, que pelo simples progresso das luzes, temos adquirido a certeza que não há piores inimigos que a ignorância e a perversidade; que todas as nações são, por natureza e pelos seus interesses, amigas umas das outras; e que desejar a prosperidade dos outros povos é, ao mesmo tempo, valorizar e servir ao nosso país.” (J. B. Say, *Cours d'Écon. Polit.*, 3ª partie, ch.II, pp. 545-547).

EXPOSIÇÕES DE PRODUTOS DA INDÚSTRIA. Essas arenas hoje tão brilhantes tiveram um começo muito modesto. A primeira que foi aberta na Europa data do fim do último século e durou somente uma semana. Nós estávamos longe de esperar, nessa época, as consequências dessas grandes lutas industriais. (...)

É bom relacionar assim as duas extremidades dessa cadeia que começa em Paris em 1789 e termina em Londres em 1851, através dos acontecimentos mais memoráveis. (...) Aquilo que era uma simples luta de industriais de um único povo tende a tornar-se um concurso geral periódico de todas as forças produtivas do mundo inteiro. Por isso, deve ser reconhecido à nação francesa, que iniciou a Europa em grandes pensamentos, a honra que lhe cabe pela organização e o desenvolvimento de sucessivas exposições. Essas grandes festas têm contribuído tanto quanto o gênio da nação francesa para o progresso de todas as indústrias, e, é muito provável que elas exerçam doravante uma influência considerável sobre a solução das mais altas questões econômicas de nosso tempo, ao fornecer novos elementos de apreciação e de comparação que tem faltado até hoje.

(...) A primeira das três exposições da restauração foi em 1819; a segunda, em 1823; a terceira, aquela de 1827 anima tal interesse, que o público pede seu prolongamento por um mês. Parecia que a França adivinhara seus novos destinos. O número de expositores foi mais considerável que

nas exposições precedentes; as máquinas desconhecidas, simples e originais, revelavam o gênio da nação. (...) A exposição demonstrou outra coisa: a vaidade dos medos espalhados sobre os perigos da concorrência, isto é, da emulação industrial. Quando a indústria está reduzida ao recinto da família, faltava quase tudo e estávamos reduzidos aos artigos mal feitos, produtos caros e quase sempre insuficientes. À medida que o campo de operações cresce e que a indústria sobe da família para a cidade, a divisão do trabalho surge e começa a fornecer mais amplamente a todas as necessidades. Em seguida, quando a produção se estende da cidade à província, e, depois da queda das barreiras interiores, da província ao Estado inteiro, um imenso progresso é realizado. A única coisa que resta a desejar, mas a mais importante, é estender ao mundo inteiro a luta fechada durante muito tempo nos estreitos recintos do mercado nacional. Cada povo hoje tem tanto mais necessidade de expansão tanto mais seja poderoso e mais rico, e seria prolongar sua infância o reter nos limites das suas fronteiras quando todo o gênero humano tende a se abraçar. (...)

(...) Que a Providência difundiu sobre toda a face da terra, com uma liberalidade sem paralelo, tudo o que é necessário para a subsistência e bem-estar do homem. A exposição de Londres fez bem ver que não existe um só canto do mundo - por mais desgraçado que o imaginemos - que não tenha seu tributo de utilidade a fornecer: nossa tarefa consiste em trocar de um polo a outro as liberalidades da natureza.

Tal é a moral das exposições e da exposição universal: necessidade inexprimível da paz, dependência recíproca das nações, abundância de todos os bens sob o regime da liberdade, escassez relativa sob o regime de restrições, eis o que a grande exibição de Londres, filha gloriosa de todas as nossas, vem iluminar. Nós acreditamos que esta grande experiência servirá fortemente para a causa da humanidade e não contribuirá menos para a solução da maior questão econômica dos nossos tempos.

Blanqui, pp. 748, 749.

Moral (Morale) - Há cerca de um século atrás que os homens de gênio, ao procurarem as causas do enriquecimento das nações, e ao expor de uma maneira sistemática os fenômenos observados, constituíram uma nova ciência sob o nome de economia política. Depois desta época, e sob a influência deste gênero de estudo, melhorias incontestáveis foram realizadas em todos os países civilizados; e se fizermos um levantamento das reformas realizadas e dos abusos evitados, se enumerarmos todas as aplicações fecundas dos princípios recentemente revelados, nós proclamaremos que a ciência de Smith e de Say, de Droz e de Bastiat, merece um dos primeiros lugares na estima pública. Inofensiva na sua natureza, destinada a fazer o bem-estar o mais geral possível, conduzindo, por assim dizer, a uma demonstração material dos preceitos de justiça ensinados pela religião e pela filosofia, a economia política deveria estar ao abrigo dos ataques:

ela se depara, entretanto, com adversários numerosos e passionais. Não é somente a sua eficácia que é contestada; é a moralidade das suas tendências que é sempre colocada sob suspeita. Esta censura, tão injusta quanto o seja, é muito grave para que nós a ignoremos. (...)

Os ataques dirigidos à economia política partem de três pontos absolutamente opostos. Existe primeiramente, no mundo religioso, certo número de pessoas que, tendo que falar de uma ciência que tem por finalidade a *criação de riqueza*, imagina que ela deve ser contrária a abnegação evangélica. Mais zelosos do que esclarecidos, estas pessoas ignoram que não se trata aqui de enriquecimento egoísta de qualquer indivíduo, mas da produção de bens indispensáveis à espécie humana, para que ela se perpetue de acordo com a ordem providencial, e para que ela se desenvolva conforme as leis eternas da justiça.

Um segundo grupo de adversários é composto de utopistas. São aqueles que não tiveram o trabalho de estudar as teorias que eles combatem, estão ingenuamente persuadidos que a economia política reina e governa nas sociedades contemporâneas. Por isso, eles a responsabilizam pelas queixas mais ou menos legítimas com as quais eles se solidarizam. Eles amaldiçoam o *laissez-faire*, como se as operações industriais não encontrassem nenhum entrave; eles acusam o *laissez-passer*, como se não existisse nenhuma barreira entre os povos.

Os adversários da terceira categoria são os mais temíveis para a ciência, porque o ponto de vista estreito e limitado em eles colocam suas reclamações tem alguma aparência de razão, e eles tem a arte de identificar seus negócios privados com os mais respeitáveis interesses; são aqueles que lucram com os monopólios e privilégios condenados pela economia política. (...).

(...) Quanto àqueles que se apresentam como os guardiões exclusivos das velhas leis, das velhas crenças, eles declaram claramente que os meios mais apropriados para enriquecer as sociedades são inconciliáveis com os preceitos de uma moral rigorosa.

Os economistas têm uma convicção mais nobre e mais reconfortante. Eles estão persuadidos de que a ciência da qual se ocupam é o mais seguro auxiliar da moral, e eis porque o honesto Droz escreveu que a economia política está na segunda posição no quadro da enciclopédia, ao lado da moral, que ocupa o primeiro lugar. Para estabelecer uma afinidade entre as duas ciências, basta mostrar os princípios econômicos engendrados, por assim dizer, pelos morais que são a base das sociedades humanas.

O homem tem deveres a cumprir com ele mesmo, com os seus semelhantes, e com Deus. (...). O desejo da Providência, que colocou a seu alcance recursos infinitos, é que ele aperfeiçoe seu organismo ao se proporcionar o bem-estar compatível com as leis do seu país e os sentimentos da sua própria dignidade. À medida que aumenta sua potencia física, ele deve enriquecer seu espírito e sua alma, e, sobretudo, desenvolver as aptidões que nele predominam, a fim de se tornar mais útil no meio onde ele vive. (...) Se cada um deve melhorar sua existência na medida

das suas faculdades, disso resulta que não devemos colocar nenhum obstáculo à realização dessa mesma obrigação por parte de outros. (...)

Poucas palavras bastam, portanto, para resumir todo o código de deveres. Conservar seu ser e aperfeiçoar suas faculdades, se devotar à família e ver como uma segunda família a sua pátria, respeitar nos outros aqueles direitos que pretendemos que sejam os nossos, se elevar à Deus como a fonte dos bons pensamentos, este é o quadro no qual se inscrevem todas as leis morais ditadas pela religião ou recomendadas pela filosofia. Resta ver por quais ligações misteriosas esses preceitos se ligam aos axiomas gerais da economia política.

O destino do homem, dissemos acima, é o de comprar pelo seu trabalho cada dia da sua existência. (...) O homem é, portanto, por assim dizer, o guardião responsável pelas obras do criador. É a este título que seu primeiro dever é o de preservar a si mesmo, ao utilizar os recursos da natureza colocados à sua disposição. Eis, portanto, que a moral e a filosofia têm o mesmo ponto de partida. A primeira ordena que ao homem que assegure a sua vida pelo trabalho produtivo; a segunda pesquisa quais são as leis da *produção* mais próprias à conservação da espécie humana.

Criado perfectível no físico e na moral, o homem deve ainda, a ele mesmo, aumentar seu próprio bem-estar nos limites da decência e da justiça, porque é desejável na ordem universal que o indivíduo se aperfeiçoe fisicamente e que desenvolva suas faculdades úteis, cujos germes estão nele mesmo. Ou, como aumentar a quota de cada um, se não for ao favorecer na sociedade a *troca* de produtos e de serviços? Como enriquecer as aptidões individuais, se não for pela *divisão do trabalho*?

(...) Materiais ou pessoais, todos esses valores acumulados (ou poupados), instrumentos indispensáveis de prosperidade pública, formam aquilo que a ciência chama de capital nacional. A esta noção de *capital* se liga intimamente a ideia de pátria; porque a pátria não é somente o solo que pisamos, nem somente o ar que respiramos: é uma simpatia moral nascendo de uma solidariedade de interesses; é uma garantia recíproca sob a proteção de uma lei comum. Ou, quando a ciência demonstra a necessidade da capitalização, quando ela faz ver que o principal móvel da emulação é a *propriedade individual*, ela fortifica as medidas legais tomadas instintivamente em cada país, para assegurar a cada um os frutos da sua obra. Ela solicita esse amor à pátria, prescrito pelos moralistas, ao lhe prometer em recompensa o enriquecimento coletivo da sociedade.

(...) J. B. Say, ao expor os danos causados pelo consumo improdutivo, mostrou que os tesouros desperdiçados em fantasias ruinosas seriam muito melhor aproveitados como capital reprodutor, (...).

(...) As doutrinas verdadeiras são aquelas que se encontram absolutamente conformes às leis da moral. Se aplicarmos à história este gênero de experimentação, nós veremos, estamos certos, os

povos se aproximarem das verdades econômicas cada vez que eles introduzem nas suas organizações os princípios morais, e crescerem em prosperidade material à medida que eles se aproximam da Economia política.

Considerada nesta altura, o estudo desta ciência torna-se um dos mais honoráveis e um dos mais úteis empregos do espírito humano, e para caracterizá-la por uma definição digna de suas nobres tendências, talvez se deva dizer da Economia política que ela mesma é a moral na sua aplicação ao trabalho.

André Cochut.

Propriedade (*Propriété*) - (...) Se as nações somente podem existir por meio das suas propriedades, é impossível admitir que não haja propriedade natural a menos que se reconheça que não seja natural para os homens viverem e se perpetuarem. (...) Os indivíduos, as famílias, os povos existem por meio das suas propriedades, eles não podem viver por meio de relações metafísicas ou de concepções do espírito. Existe alguma coisa na propriedade de mais real, de mais substancial que uma base de espera. Nós fazemos dela uma ideia falsa ou muito incompleta quando a definimos como um bilhete de loteria, que é uma base de espera. Seguindo Montesquieu e Bentham, é a lei civil que dá nascimento à propriedade, e é evidente que um e outro entendem por lei civil as declarações de potência pública que determina os bens que cada um pode dispor e desfrutar. Seria talvez mais exato dizer que são as propriedades que dão nascimento às leis civis; porque nós não vemos que necessidade poderia ter de leis e de governo uma população selvagem na qual não existisse nenhum gênero de propriedade.

A garantia das propriedades é sem dúvida um dos elementos essenciais de sua composição; ela faz crescer seu valor, ela assegura a sua duração. Nós, entretanto, cometeríamos um grave erro, se imaginássemos que a propriedade consistisse somente da sua garantia; é a lei civil que dá a garantia, mas é a indústria humana que dá nascimento à propriedade. A autoridade pública somente é necessária mostrar-se para assegurar a cada um a faculdade do seu desfrute e do seu dispor.

Se fosse verdade a propriedade não existe ou foi criada somente pelas declarações e pela proteção da autoridade política, seguiria que os homens que, em cada país, fossem investidos do poder legislativo, seriam investidos da faculdade de fazer proprietários pelos seus decretos, e que eles poderiam, sem preconceitos, tirar de uns em proveito de outros: eles não teriam outras regras que seguir que não fossem os seus desejos e os seus caprichos.

A escola escocesa - a partir de Locke até Reid e Dugald- Stewart - foi a primeira que deu uma definição um pouco mais exata do direito de propriedade; da mesma forma que a escola fisiocrata foi a única, antes de 1789, que compreendeu a sua importância e destacou sua influência benéfica sobre a Economia das sociedades. Mas, na época da revolução francesa, essas lições não refletiam ainda as ideias de todo o mundo; porque Mirabeau dizia na tribuna da

assembleia constituinte: “uma propriedade particular é um bem adquirido em virtude das leis. *La lois eu le constitue la propriété*, porque somente a vontade política pode operar a renúncia de todos e dar um título comum, uma garantia de desfrute somente para um”. Um dos juristas que mais contribuíram para a redação do código civil, Tronchet, compartilhava então desta opinião, e declarava que “é somente o estabelecimento da sociedade, são as leis convencionais que são a verdadeira fonte do direito de propriedade”

Não muito longe de Mirabeau, Robespierre escreveu na sua Declaração de direitos: “A propriedade é o direito que tem cada cidadão de usufruir da porção de bens que lhe é garantida pela lei”. E não muito longe de Robespierre tem Babeuf que quer que a terra seja propriedade comum de todos, ou seja, que ela não pertença a ninguém. Mirabeau, que pretende que o legislativo confere a propriedade, admite também que ele possa retirá-la; e Robespierre - que reserva expressamente a parte do Estado na propriedade, reduz o proprietário ao papel de usufrutuário e lhe recusa a faculdade de dispor, de testar - é o precursor direto e imediato do comunismo.

Eu sei bem que a convenção deu à declaração de direitos, que serve como preambulo à constituição de 1793, uma definição muito segura e muito sã do direito de propriedade. O artigo 16 diz: “O direito de propriedade é aquele que confere a todos os cidadãos o desfrute e a disposição *a seu gosto* de seus bens, das suas rendas, do fruto do seu trabalho e da sua indústria; e o artigo 19 acrescentou uma garantia que todas as constituições posteriores reproduziram: “Ninguém pode ser privado da menor porção de sua propriedade sem seu consentimento, exceto quando a necessidade pública, legalmente constatada, o exige evidentemente, e sob a condição de uma justa e prévia indenização.”

(...) A propriedade, segundo ele (Proudhon), não é um direito natural: ela não se funda nem sobre a ocupação, nem sobre o trabalho. “Uma vez que cada homem, diz este autor, tem o direito de ocupar só porque ele existe, é que ele não pode passar a viver de uma matéria de exploração e trabalho; e desde que, de outra parte, o número de ocupantes varia continuamente pelos nascimentos e pelas mortes, é então que a proporção de matéria à qual cada trabalhador pode pretender é variável como o número de ocupantes; por consequência, a ocupação é sempre subordinada à população; enfim, que a posse, em direito, não pode jamais permanecer fixa, de fato é impossível que ela venha se tornar propriedade”.³²⁸

Para fazer cair esse paradoxo, é suficiente contestar o ponto de partida. As prerrogativas do indivíduo e da espécie não contêm mais do direito natural à ocupação do que o direito natural ao trabalho. Sem dúvida, no meio dos espaços vazios, aquele que primeiro ocupa um campo ou uma pradaria, que cerca os seus limites, que se apropria deles, torna-se seu possuidor legítimo; mas

³²⁸ *Qu'est-ce que la propriété?*

isto não é em virtude de um título de posse inerente a cada homem, é porque o solo não pertencia a ninguém antes, e porque, marcando esta terra, ele não lesa direito algum anterior.

“Um homem, diz Proudhon, que fosse proibido de passar pelos grandes caminhos, parando nos campos, para chegar aos abrigos das cavernas, acender o fogo, pegar os frutos silvestres, colher as ervas e fervê-las num vaso de argila, este homem não poderia viver. Assim, a terra - como a água, o ar e a luz - é um objeto de primeira necessidade que cada um deve usar livremente, sem prejudicar o desfrute dos outros; por que então a terra é apropriada?” Eis uma tese que poderia ter seu lado bom no estado selvagem. A teoria de M. Proudhon faria fortuna com uma tribo de caçadores. Mas numa sociedade industrializada e civilizada ela não seria mais que um eco tardio e descolorido de Jean Jacques. Os homens hoje não vivem mais de frutos silvestres e da coleta de ervas nos campos; eles não são mais obrigados a permanecerem nas cavernas nem a preparar alimentos grosseiros em vasos de terracota. A civilização deu-lhes bens que compensam e que vão além dos direitos naturais de caça, coleta e pesca; e o mais modesto trabalhador, no século dezenove, está melhor alojado, melhor vestido e melhor nutrido do que não poderia certamente estar, com o seu direito à comunidade da terra, o homem-tipo de Proudhon.

Após ter sustentado que a ocupação não poderia servir de base à propriedade, M. Proudhon recusa igualmente a apropriação através do trabalho. Charles Comte disse: “Um espaço de terra determinado pode produzir alimentos para um homem somente para um dia: se o possuidor, pelo trabalho, encontra os meios de fazer a produção ser suficiente para dois dias, ele dobra seu valor (da terra). Este novo valor é sua obra, sua criação, ela satisfaz à sua pessoa, ela é sua propriedade”. M. Proudhon responde: “Eu sustento que o possuidor foi pago pelo seu esforço e pela sua indústria pela colheita dobrada, mas que ele não adquiriu nenhum direito sobre o fundo (terra). Que o trabalhador pegue os frutos, eu concordo; mas eu não compreendo que a propriedade dos produtos implique naquela da matéria. O pescador que, do mesmo lado, saiba pegar mais peixes do que seus confrades, deveria por essa sua habilidade tornar-se proprietário do local onde ele pesca? O endereço de um caçador foi considerado como um título de propriedade sobre uma parte município? A paridade é perfeita: o cultivador diligente encontra numa colheita abundante e de melhor qualidade a recompensa de sua indústria; se ele faz melhoramentos no solo, ele tem direito à uma preferência como possuidor; jamais, de modo algum, ele pode apresentar sua habilidade de cultivador como um título de propriedade da terra que ele cultiva. Para transformar a posse em propriedade, é necessário outra coisa que o trabalho, sem a qual o homem cessa de ser proprietário assim que ele deixa de ser trabalhador: ou o que faz a propriedade, depois da lei é a posse imemorial, inconteste, em uma palavra, a prescrição: o trabalho é somente o sinal sensível, o ato material pela qual a ocupação se manifesta.

Como fontes da propriedade, a ocupação e o trabalho se complementam um pelo outro. A posse não teria, seguramente, nada de bem durável, se a cultura não viesse a consagrá-la, ao revelar e por em ação as forças produtivas do solo. (...)

M. Proudhon reconhece que o cultivador, que faz as melhorias no solo, *tem direito a uma preferência como possuidor*. Então, aqui já há uma circunstância, e este caso se apresenta frequentemente, onde a propriedade, para falar uma língua do seu livro, cessa de ser um roubo. (...)

Léon Faucher.

Utilidade (*Utilité*) - Este nome não tem outro significado na língua econômica que o do vocabulário usual. O que ele designa, é, nas coisas, nas pessoas, ou nos atos, o poder de nos prestar algum serviço, aquele, por exemplo, de nos poupar das privações, dos incômodos, dos sofrimentos, ou de nos proporcionar as satisfações e os prazeres. Os economistas empregam, contudo, o nome no plural porque, ao invés de considerar a utilidade abstraída de toda particularidade distintiva, eles consideram de forma tal que ela existe em objetos diversos apresentando diferenças de natureza e de destinação.

A primeira distinção a fazer entre as utilidades é aquela que existe entre as utilidades naturais e as artificiais.

As utilidades naturais são aquelas que atendem às necessidades de nossa existência sem que tenhamos que fazer algum esforço. Tais são as utilidades que nos fornecem o ar que nos rodeia, a luz e o calor que nos trazem os raios do sol. Essas utilidades são unicamente obras da natureza, e é gratuitamente que ela nos doa.

As utilidades artificiais são aquelas que nós obtemos ao preço de esforços mais ou menos penosos. Nós temos que aprender a produzi-las, e é somente a título oneroso que nós adquirimos a posse e o uso. A economia política se ocupa das utilidades artificiais. (...)

Produzir utilidade eis tudo que está no poder dos homens fazer. A natureza, ao colocar a matéria à sua disposição, não quis que eles pudessem criar uma única partícula nova. Tudo que ela lhes permite, é mover, separar, combinar e transformar os elementos de maneira a que eles adquiram as propriedades que lhes faltam no estado bruto. O trabalho consiste em impor às coisas nas quais ele se aplica as qualidades e as formas apropriadas à sua utilização; nada mais lhe é possível. À natureza está reservada totalmente a potência criadora, ela somente concede aos homens a utilização dos seus dons.

É fácil conceber que os trabalhos humanos não se propõem outro objetivo do que aquele de produzir utilidades. Qualquer trabalho provoca dores e cansaço, e ninguém renunciaria às doçuras do repouso se não tivesse em vista as remunerações que ele lhe traria. Ou, não há obra que possa ser colhida, a menos que ela dê frutos dotados de utilidade. Pode ser que erros sejam cometidos a esse respeito, e que tentativas mal concebidas não tragam os resultados que seus autores esperam, mas estes são simples acidentes. Dentro da ordem normal, nenhum trabalho

existiria que não tivesse por fim a produção de utilidade, suficientemente manifestada e desejada, para que a vantagem de obtê-la compensasse o sacrifício que é necessário para sua obtenção.

À medida que as sociedades se esclarecem e se enriquecem, elas se concentram na produção de utilidades em quantidades maiores e mais diversificadas. Após aquelas que servem para satisfazer as principais necessidades de existência, criam aquelas que respondem a necessidades fictícias, como a dos gostos mais e mais refinados e elegantes. É a tarefa eterna das sociedades procurar e se aplicar na obtenção tudo aquilo que pode acrescentar ao bem-estar adquirido, às satisfações que elas desfrutam, e quanto melhor for esta tarefa realizada, mais se eleva o grau de potência e de prosperidade que elas alcançam.

As utilidades artificiais, aquelas que são frutos do trabalho dos homens, têm duas distinções. Nós as dividimos, primeiramente, em utilidades materiais, e em utilidades imateriais. As primeiras são aquelas que os homens podem trabalhar (comunicar) a matéria, ele as manipula incorporando-as aos movimentos e transformando-as; as outras são aquelas que não se realizam sob as formas tangíveis e ponderáveis. Estas últimas são classificadas, em outras duas categorias. À primeira dessas categorias pertencem as utilidades que se realizam nas pessoas, e que as tornam aptas a fornecerem serviços a elas mesmas e aos outros. Tais são as utilidades ligadas aos talentos, aos conhecimentos, às qualidades de uso benéfico e lucrativo. À segunda categoria pertencem as utilidades que emanam de serviços e dos atos que não trazem nenhuma modificação na capacidade produtiva das pessoas, nem na condição das coisas. Elas são, entre outras, as utilidades que resultam das obras dos juízes, dos militares, dos funcionários públicos, dos médicos, dos advogados, dos músicos dos atores. Estas utilidades podem responder a necessidades muito reais; mas elas não têm, ao menos em aparência, os efeitos diretamente reprodutivos; elas não são nem suscetíveis de acumulação e de duração. (...)

É um **termo genérico aquele da utilidade**, e tudo aquilo que, por qualquer via ou de qualquer maneira que seja, tenha **o poder de satisfazer as nossas necessidades, de tirar nossos sofrimentos, de satisfazer nossos desejos, de contribuir para a nossa aprovação**, possui a propriedade que este termo caracteriza. (...)

(...) Todas as utilidades que os homens conseguem realizar têm o mesmo destino, a melhoria do seu destino, e todas se ajudam entre elas, se combinam, se fecundam mutuamente, de tal modo que as que são menos materiais não são menos importantes que as outras essenciais para a formação e acumulação da riqueza, nem servem menos à produção.

Pegue a riqueza sob a forma que menos permita a sua contestação, ou seja, aquela que consiste em utilidades fixas e incorporadas nos objetos materiais: bem, ela é produzida com a ajuda e o concurso de utilidades imateriais. Estas são as concepções intelectuais que o trabalhador realiza na ação que exerce sobre a matéria, são os conhecimentos que ele adquiriu que decidem o sucesso da sua obra, e, quanto mais esses conhecimentos são precisos e extensos, mais seus

esforços são fecundos, mais multiplicam as coisas que eles têm por objetivo produzir. Ou, o que são os conhecimentos, senão as aquisições do espírito? E não é certo que as sociedades que mais os possui são aquelas que obtêm as riquezas materiais em maior abundância?

Seguramente, nada mais indispensável à produção da riqueza material do que a formação e acumulação de capitais que necessitam de emprego. Mas os capitais devem a sua criação à ação de utilidades de ordem moral. É o amor à família, a temperança, a economia, o hábito de levar em conta o futuro que decidem ou permitem a realização de poupança. Se estas qualidades faltam, ninguém iria reservar, para um futuro distante, os recursos cujo consumo cresceria o bem-estar do presente. E não há dúvida que os países onde eles existem e são difundidos o mais amplamente são sempre aqueles onde o trabalho estende a vantagem das suas conquistas e multiplicam mais rapidamente a riqueza.

Muitos economistas admitem com razão que o saber, a habilidade, a constância, a energia dos artistas e dos industriais fazem todos também parte da riqueza de um país como as ferramentas, as máquinas, os instrumentos de que eles se servem. Nas suas opiniões, as utilidades adquiridas, duráveis, transmissíveis, são as suscetíveis de desenvolvimento e de acumulação. Sem nenhuma dúvida, esses tipos de utilidades contribuem fortemente à formação e ao crescimento da riqueza; (...)

Com efeito, para que o trabalho crie a riqueza, não é suficiente que ele seja esclarecido, ativo, inteligente; é necessário também que aqueles que o exerçam tenham a certeza de recolher os frutos do seu efeito. As obras dos juízes, dos magistrados, e mesmo dos exércitos são destinadas a lhes dar esta certeza; tal é a utilidade que é obtida da sua realização. Se o trabalhador, o fabricante e o comerciante exercem toda a atividade que são capazes; se eles poupam a fim de estender a esfera das suas operações, se eles procuram e aplicam à produção os procedimentos mais e mais energéticos, é unicamente porque eles acreditam na eficácia dos serviços de todos aqueles que são encarregados de garantir a segurança dos bens e das pessoas. (...)

Nós podemos afirmar: nada do que é útil, nada do que é usado para esclarecer as inteligências, revigorar o senso moral à propagar os hábitos sadios, à garantir a paz e a segurança no seio da população permanece estranho ao sucesso dos esforços empregados na produção da riqueza material. (...)

Resta examinar outra correlação da utilidade com a riqueza. É certo que a riqueza tem a utilidade como condição necessária. Um produto incapaz de prestar qualquer serviço, impróprio a todo uso, não encontrará ninguém que o queira, seja o que for, e por consequência não terá, absolutamente, valor de troca, ou seja, a qualidade sem a qual ele não poderá tornar-se riqueza. Esta associação constante de riqueza e de utilidade não pode deixar de afetar os espíritos. (...)

Assim, ela (utilidade) existe no mais alto grau nas coisas que atendem as primeiras necessidades de nossas vidas, as necessidades às quais devemos contemplar sob a pena de morte inevitável.

Ela existe num grau inferior nas coisas que nos servem para defender contra as privações ou os sofrimentos que não tem nada de ameaçador para as nossas vidas, e num grau menor ainda naquelas cujo uso não tem outro efeito que o de nos proporcionar os prazeres e os divertimentos. Esta gradação das utilidades, fundada sobre a natureza mesma dos males e dos perigos associados à não satisfação das necessidades que elas permitem satisfazer, é simples e fácil de compreender. (...).

Mas se a utilidade tem a sua medida na exigência mais ou menos absoluta das necessidades de nossa existência, é preciso que esta medida se encontre no valor mesmo das coisas por nós utilizadas, e que elas contribuam, segundo as suas diferenças, como partes integrantes, mais ou menos consideráveis, da riqueza pública e privada. (...).

Escravidão (*Esclavage*) - A escravidão é estabelecida no mundo quando as artes da produção estão tão desenvolvidas para fornecer aos homens além do que é estritamente necessário para sua subsistência. Quando não existia o excedente, ou quando o excedente era muito pequeno, a escravidão não podia se estabelecer, ninguém teria interesse em possuir escravos; ela se tornaria possível somente no momento em que certos homens poderiam encontrar vantagem na apropriação do trabalho de seus semelhantes, dando em troca um mínimo necessário à sua subsistência. Mas, no momento em que se torna lucrativa ela deveria necessariamente se estabelecer. Sem dúvida os homens que tiveram as primeiras ideias de apoderar-se de seus semelhantes e submetê-los para obterem uma porção do produto dos seus trabalhos, estes homens cometeram uma espoliação, um roubo, eles cometeram um atentado manifesto e injustificado contra a propriedade do outro. Infelizmente, a história atesta que o respeito à propriedade e a observação da justiça só são introduzidas lentamente no seio das sociedades humanas; a história atesta que atos de espoliação e iniquidade são cometidos quando os homens acreditam poderem lucrar ao praticá-los.

A escravidão - esta violação iníqua do direito de propriedade do homem sobre ele mesmo – é, portanto, estabelecida no mundo tão logo ela se torna lucrável. (...)

É aos filósofos e aos economistas do século dezoito, à Turgot, à Montequieu, à Raynal, à Condorcet, que pertence, ao menos na França, a honra de ter levantado a opinião pública contra a escravidão dos negros. Na Inglaterra, o movimento contra a escravidão nasce na mesma época no seio das seitas dissidentes do protestantismo, principalmente entre os quackers. Nesses dois países, e em alguns dos novos Estados da América do Norte, os espíritos generosos e apaixonados se esforçaram para provar, estes invocando o direito natural e a economia política, e aqueles fazendo apelo à religião, que a escravidão de negros era injusta, nociva e contra o cristianismo. (...).

Duas medidas principais foram tomadas até os nossos dias visando à abolição da escravidão: 1º a proibição e o comércio exterior de escravos; 2º certas nações, notadamente a Inglaterra e a França, aboliram a escravidão nas suas possessões. (...)

Entretanto, que coisa triste! Apesar de tantos esforços empregados depois de quase meio século visando à supressão do tráfico, este odioso comércio, não sofreu diminuição sensível. Os negreiros têm desafiado as proibições, eles agem como cruzeiros, e o trato de negros permanece um comércio florescente, mesmo que ele tenha se tornado em toda parte, salvo na África, um comércio de contrabando. (...)

Nas colônias espanholas e no Brasil, os escravos são tratados com um pouco menos de dureza que nos Estados Unidos. Lá eles, primeiramente, têm a indiferença dos seus mestres que são menos gananciosos que os Americanos do Norte; em seguida, lá eles têm sobretudo a situação de que a importação de negros da África propicia que o trabalho seja abundante no mercado, de onde resulta que os mestres possam adquirir a um menor custo um maior número de negros, não sendo assim interessados em extrair de cada um deles um máximo de trabalho.

O Brasil adotou recentemente medidas eficazes para impedir a importação de novos escravos, mas é necessário ver nessas medidas menos um progresso do espírito abolicionista do que uma sugestão protecionista. A proibição do trato no Brasil não é outra coisa que um prêmio dado aos *criadores* de indústria, e ela terá, verdadeiramente, como único resultado no Brasil, como nos Estados Unidos, o agravamento da condição dos escravos.

Quando consideramos a situação atual da escravidão no mundo, ficamos impressionados com a ineficácia dos esforços que foram tentados para aboli-la *de uma maneira artificial*. Chegamos à conclusão dolorosa de que todas as tentativas que os governos tomaram neste sentido, sob o impulso de uma generosidade filantrópica, chegaram a resultados diametricamente opostos. Assim, a maioria dos governos do mundo civilizado está unida para impedir o transporte de negros da África para a América, e eles têm somente aumentado os lucros dos negreiros e os sofrimentos das vítimas do trato. Os governos da Inglaterra e da França aboliram a escravidão nas suas colônias, e o resultado desta nobre iniciativa foi o de dobrar o número de escravos no Brasil e nas colônias espanholas. À medida que a produção de açúcar diminuía nas colônias emancipadas - e que os contribuintes da Inglaterra e da França, depois de terem suportado os custos da emancipação, e de serem obrigados a se impor novos sacrifícios, pagando um preço maior por uma mercadoria que eles não podiam mais obter em quantidades suficientes -, vimos a cultura da cana de açúcar se desenvolver com uma rapidez fabulosa no Brasil e em Cuba: os negros eram arrastados por centenas de milhas até a costa da África, e tais eram os benefícios do trato, que os cruzeiros mantidos a um grande custo nos trópicos permaneciam impotentes para reprimi-lo. Em vão os abolicionistas ingleses se esforçam para suscitar os entraves artificiais para o deslocamento da escravidão ao demandar, através manutenção dos direitos proibitivos do açúcar escravo, o estabelecimento de um direito favorável ao açúcar livre; a Inglaterra estava

cansadade um sistema que havia trazido tanto desastres, e depois de impor os mais pesados sacrifícios para abolir a escravidão, ela termina por lhe dar um prêmio de encorajamento extraordinário ao abaixar indistintamente os direitos que caíam sobre a importação de açúcar estrangeiro.

Qual conclusão retirar desta deplorável falha de uma das mais generosas empresas que honraram os tempos modernos? Que a abolição da escravidão é impossível? De modo algum. É necessário concluir simplesmente que os governos não têm o poder de abolir a escravidão, o que é muito diferente. A mesma impotência foi constatada quando os governos tentaram aliviar a miséria: a experiência demonstrou que essa intervenção benevolente, intervenção solicitada por uma filantropia generosa, mas pouco esclarecida, teve como único resultado estender e agravar esta sócia ferida; isto quer dizer, entretanto, que a miséria não pode ser aliviada?

Se os abolicionistas, ao invés de reclamarem incessantemente pela intervenção ativa dos governos no assunto da escravidão, tivessem agido depois dos erros de maneira oposta, eles teriam obtido resultados eficazes. Suponhamos, por exemplo, que eles tivessem dito aos governos: vocês interveem na questão da escravidão dando aos possuidores de escravos das suas colônias o apoio das forças militares da metrópole e a exploração exclusiva do seu mercado. Bem! Priva-os dessas duas vantagens que fazem de vocês seus cúmplices; pare de conceder lhes os benefícios dessa dupla intervenção, e confie em nós para o resto! Deixe-nos levantar a opinião do mundo civilizado contra a imoralidade da escravidão! Deixa-nos organizar uma liga voluntária para interditar o consumo de açúcar escravo! Qual seria o resultado disto?

Se a intervenção armada das metrópoles fosse recusada aos plantadores das colônias, não estariam eles interessados em melhor tratarem os seus escravos, visando sua própria segurança? Não estariam eles interessados em conciliar sua afeição dando-lhes uma parte de liberdade e de propriedade mais e mais consideráveis? Se eles tivessem sido privados do monopólio do mercado da metrópole, se eles tivessem sido submetidos à concorrência dos outros produtores, livres ou escravos, de mercadorias similares, não teriam eles sido estimulados a fazer progredir as suas indústrias? Ou como obter este resultado sem fazer os escravos se interessarem na vantagem da produção, sem dar-lhes uma parte mais e mais liberal (cada vez maior) ao seu pecúlio, tendo aí a possibilidade do seu resgate?

De outro lado, ao organizar em todas as partes do mundo civilizado uma liga voluntária contra o consumo dos produtos do trabalho escravo, os abolicionistas não terão encorajado o desenvolvimento da produção livre, e estimulado, da mesma forma, a transformação da escravidão?

Infelizmente, imbuídos, como a maior parte dos filantropos, dos erros do sistema regulamentador, convencidos que somente a intervenção dos governos poderia colocar um fim à escravidão, os abolicionistas têm seguido outra via: eles têm solicitado que os governos tomem

medidas proibitivas contra a escravidão, e estas medidas vão contra um fato econômico de poder irresistível, saber que a demanda crescente de açúcar, do algodão e de outras mercadorias tropicais, tem tido o resultado de somente agravar a escravidão. (...)

Ao limitar as observações num curto período da história da humanidade, nós acharemos talvez que a escravidão apressou o desenvolvimento da riqueza material de alguns povos; mas se abrangermos um período mais vasto, nós ficaremos convencidos que ela retardou os progressos da riqueza e da civilização de forma geral. Do ponto de vista dos interesses gerais e permanentes da humanidade, a escravidão aparece, portanto, como um fato prejudicial, ao mesmo tempo ela é iníqua, e a economia política concorda com a filosofia e a moral no sentido da sua proscricção.
G. de Molinari.

ÉCONOMIE POLITIQUE (Société). A sociedade livre de economia política de Paris teve na sua fundação, e tem ainda hoje, por objetivo agrupar os amigos da ciência e garantir seus interesses e seus progressos.

No decurso de 1842, uma primeira sociedade foi inicialmente constituída pelos cuidados M. d'Esterno, e sob a presidência de M. Rossi. Mas a forma muito acadêmica que ela teve no seu início, na primeira reunião, reduziu-a a um número muito pequeno de membros, e ao fim de algumas sessões, ela cessou completamente de existir. Foi então que três amigos da ciência, MM. Ad. Blaise, Joseph Garnier e Guillaumin, discutindo os meios de reconstituir outra mais acessível, mais livre nos seus andamentos e cujas sessões fossem, ao mesmo tempo, mais agradáveis e instrutivas, um deles propôs de se reunirem simplesmente uma vez por mês para jantar e discutir economia política, sem aparato acadêmico. Esta ideia foi aceita e, em 15 de novembro de 1842, uma primeira reunião de cinco pessoas teve lugar na Maison-Dorée. (...). Depois da segunda reunião, o número de membros cresceu, e assim, sucessivamente, ela chega a ser composta não somente de pessoas notáveis, como inicialmente com M. d'Esterno, mas por um grande número de outros que se interessam pelo progresso da ciência e podem lhe prestar serviço. Neste momento, ela é composta de em torno de sessenta membros, pertencendo eles também ao l'Institut, às antigas câmaras legislativas, ao antigo e ao novo conselho do Estado, à administração, à agricultura, à indústria, ao comércio, ao ensino, à magistratura e às letras, etc, ou colaborando no *Journal des Économistes*.

(...) A sociedade não quis até agora se estabelecer por nenhum regulamento minucioso e escrito. Ela decidiu que se basearia, para analisar os precedentes e suas decisões, no estudo do seu secretário, e para o cuidado de guiá-la no seu escritório permanente³²⁹, fazendo igualmente

³²⁹ Este escritório é composto até aqui de dois presidentes: M. Ch. Dunoyer, membro do l'Institut, antigo conselheiro de Estado, e de M. H. Passy, membro do l'Institut, antigo ministro das finanças; de dois vice-presidentes: M. Horace Say, antigo conselheiro de Estado e membro do conselho geral do departamento de Seine, secretário da câmara do comércio de Paris, e de M.Ch.

função de comissão de exame dos títulos dos novos membros, os quais deveriam ser conhecidos pelos trabalhos econômicos ou pelos serviços prestados à ciência. A sociedade convidaria ou admitiria nas suas reuniões os estrangeiros de distinção de passagem por Paris, cujos estudos ou as ocupações se relacionassem às questões que lhes interessassem.

Depois de dez anos de existência, esta reunião (esse grupo), juntamente com o *Journal des Économistes*, tem realizado serviços muito importantes para o progresso da ciência, ao permitir que homens de posições muito diferentes, de sentimentos políticos diversos, e tendo a maior parte uma grande influência pela sua situação ou seus escritos, se encontrem no terreno neutro da ciência, se esclareçam mutuamente, (...). Embora ela tenha publicado somente um resumo muito sumário das suas sessões, algumas das suas conversas têm sido observadas nos últimos tempos: são aquelas sobre as atribuições naturais e as funções do Estado, sobre a natureza e a organização do crédito fundiário, sobre a renda da terra. Sua atenção também foi atraída para as questões de liberdade comercial, de finanças públicas, de regulamentação e do socialismo. Ela colocou entre suas questões, constantemente na ordem do dia, aquela do desenvolvimento do ensino da economia política.

Jph. Gpp. 670, 671.

Journal des Économistes, *Revue mensuelle de la science économique, et des questions agricoles, manufacturières et commerciales*. Esta coleção, fundada por M. Guillaumin com o concurso de vários homens eminentes, aparece depois de 15 de dezembro de 1841. Ele teve a sua origem e continuou sendo o órgão periódico da ciência à qual este dicionário é consagrado. (...)

O primeiro número apareceu sob este título: *Journal des Économistes, Revue mensuelle de l'économie politique, des questions agricoles, manufacturieres et commerciales*; Paris, Guillaumin, 1841. O título foi ligeiramente modificado a partir do número 182, abril de 1852, t. XXXI, e passou para: *Journal des Économistes, Revue mensuelle de la science économique et des questions*, etc.

A chefia da redação foi sucessivamente confiada a MM. Blanqui, membro do Instituto (1842); H. Dussard (1843-1845), Joseph Garnier, depois de 1845.

Os nomes dos principais redatores desta coleção são até este dia aqueles de MM. Frédéric Bastiat, membro correspondente do l'Institute; Jean Arrivabene; Cherbuliez, antigo professor de legislação e de economia política em Genebra; Michel Chevalier, membro do l'Institute, professor de economia política no College de France; Ambroise Clément; Charles Coquelin;

Renouard, antigo membro da câmara de pares, conselheiro no tribunal de cassação; de um secretário: M. Joseph Garnier, professor na école des pontsetchaussés; e de um tesoureiro, M. Guillumin, editor do *Journal des économistes*.

Eug. Daire; David (du Gers), ex-representante; Ch. Dunoyer, membro do l'Institut; Gust. du Puynede ; Dussard, antigo conselheiro de Estado; Leon Faucher, membro do l'Institut, antigo ministro; Théodore Fix; Alcide Fonteyraud; Joseph Garnier, professor de economia política na Escola de Pontes e Canais; de laFarelle, membro correspondente do l'Institut; Louis Leclere; Alf. Legoyt, chefe do bureau de la statistique générale de la France; G. de Molinare; M. Monjeau, sub diretor da l'École Chaptal; Moreu de Jonnés, membro do l'Institut; H. Passy, membro do l'Institut, antigo ministro das finanças; Renouard, ancien pair de France; Louis Reybaud, membro do l'Institut; Natalis Rondet; Rossi, professor no College de France e na l'Ecole de droits, etc; Horace Say, antigo conselheiro de Estado, membro da chambre de commerce; V. de Tracy, antigo representante, antigo ministro; Villérme, membro de l'Institut; Vivien, membro de l'Institut, antigo ministro; Wolowski, professor de legislação industrial no Conservatoire dès arts et metiers, etc. (...)

O *Journal des Économistes* publica: 1º As memórias originais e os artigos de fundo sobre todas as questões da doutrina e as questões econômicas da ordem do dia; 2º Os documentos oficiais e estatísticos, financeiros, administrativos; discursos, relatórios, etc; leis relativas aos interesses econômicos, Revista da bolsa, Revista comercial, situação do Banco da França; 3º Relatórios sobre os trabalhos da *L'academie des Sciences Morales et Politique*; 4º As cartas que lhe são endereçadas sobre assuntos econômicos; 5º Um boletim no qual são coletados os artigos, as opiniões e os fatos interessantes dessas mesmas questões; 6º Numerosas apreciações sobre as obras que são publicadas; 7º Uma crônica em que são rapidamente expostos e caracterizados os acontecimentos e as questões da ordem do dia; (...).

“O advento da república não mudou em nada as convicções econômicas de nossos colaboradores: um dia antes eles faziam guerra contra a ignorância, aos monopólios, à regulamentação, à proteção aduaneira, à centralização exagerada, à burocracia, ao espírito guerreiro, aos sistemas artificiais, às leis pouco inteligentes, aos privilégios, aos abusos; no dia seguinte, eles estão desididos a continuar a luta contra os obstáculos antigos e novos que interferem na produção, na circulação e no consumo da riqueza pública ou privada. Na república e na monarquia, num império ou numa oligarquia, produzir e consumir são, como dizia Quesnay, as grandes questões de todos.” (Joseph Garnier, *Journal des Économistes*, mars 1848)